



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

***A EVOLUÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL
DO NAMIBE (ANGOLA)***

NORMANDO DOS SANTOS COSTA

Orientadora:- Prof^a. Dr^a. Leila Christina Duarte Dias (UFSC)

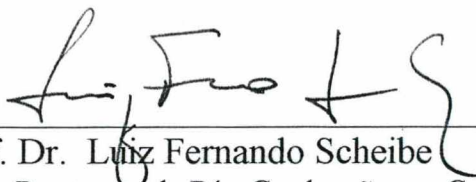
Área De Concentração: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

FLORIANÓPOLIS, SC, DEZEMBRO de 1999

"A evolução histórico-geográfica da organização territorial do Namibe, Angola".

Normando dos Santos Costa

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

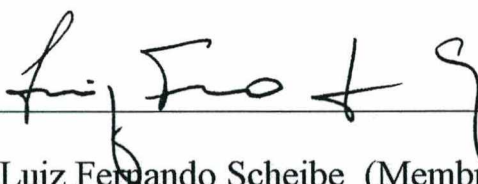


Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 08/12/1999



Dr^a. Leila Christina Duarte Dias (Orientadora-UFSC)



Dr. Luiz Fernando Scheibe (Membro-UFSC)



M.Sc. Maria Dolores Buss (Membro-UFSC)

Florianópolis - 1999

*Aos meus filhos,
pela terra que lhes viu nascer
e um dia já foi deles.*

AGRADECIMENTOS

Os meus mais sinceros agradecimentos a minha querida companheira dos momentos dedicados a matutação.

Pela atenciosidade e prestabilidade de enorme envergadura os meus mais sinceros agradecimentos a Sr.^a Prof.^a Dr.^a Leila Christina Dias

À Eliane Hadlich, pela preciosa colaboração na elaboração dos mapas.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-graduação da UFSC que estiveram direta ou indiretamente envolvidos na realização desta pesquisa.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudo e ao Programa de Pós-graduação pelo suporte financeiro para a edição final desta dissertação.

SUMÁRIO

<i>LISTA DE TABELAS</i>	<i>viii</i>
<i>LISTA DE FIGURAS</i>	<i>ix</i>
<i>LISTA DAS ABREVIATURAS</i>	<i>xi</i>
<i>LISTA DOS MAPAS</i>	<i>xii</i>
<i>RESUMO</i>	<i>xiii</i>
<i>ABSTRACT</i>	<i>xiv</i>
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. A PARTIR DE UM REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO.....	11
1.1. Os Materiais e os Equipamentos Utilizados.....	11
1.2. O Conceito de Sistema Territorial.....	12
1.3. A Problemática da Evolução Histórico-Geográfica. A Organização Territorial e a Estrutura Territorial como Objetos da Análise Geohistórica.....	14
1.4. A Problemática da Pesquisa Geohistórica da África Centro-Austral.....	20
1.5. A Problemática da Periodização da Evolução Histórico-Geográfica de Angola e as Etapas do Desenvolvimento da Estrutura Territorial no Namíbe.....	24
CAPÍTULO 2. O CONTEXTO PRÉ-HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS HUMANOS.....	28
2.1. Considerações Gerais Sobre a Evolução da Espécie Humana.....	28
2.2. O Início da Organização dos Grupos Humanos na África Austral.....	33
2.3. A Influência do Subsistema Natural na Organização dos Grupos Humanos.....	35
CAPÍTULO 3. O CONTEXTO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS ANTIGAS FORMAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS.....	43
3.1. Considerações Gerais Sobre a Organização das Antigas Formações Sócio-políticas e das Territorialidades na África Centro-Austral.....	43
3.2. Os Pressupostos da Expansão Ultramarina e a Chegada dos Portugueses em Terras da África Centro Austral.....	59
3.3. Os Contatos entre os Europeus e os Africanos. As Relações de Cooperação entre os Reinos de Portugal, do Kongo e de Angola.....	63

CAPÍTULO 4. A CONSOLIDAÇÃO E A FRAGMENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS.....	69
4.1 A Fragmentação e a Consolidação das Organizações Sócio-políticas e as Territorialidades.....	69
4.2.As Tentativas de Contato entre os Europeus e as Entidades Sócio-políticas na África Centro Austral e a Intervenção da Geoestratégia Extra-africana na Conquista Territorial.....	73
4.3.A Ação do Estado Colonial Português na África Centro Austral.....	80
4.4.O Processo de Apropriação Territorial Através da Conquista Militar, Religiosa e Comercial.....	86
CAPÍTULO 5. O EXPANSIONISMO, A OCUPAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL COLONIAL EUROPÉIA, E DA SOBREPOSIÇÃO DAS TERRITORIALIDADES.....	95
5.1.Considerações Gerais Sobre os Atores e Agentes Apropriadores- Formadores de Territórios.....	95
5.2.As Travessias e Expedições, o Conhecimento Científico do Território e a Expansão Territorial Portuguesa.....	97
5.3.Os "Homens do Estado" - Representação e Ação do Poder Colonial no Planalto de Moçamedes.....	110
5.4.As Tentativas da Expansão da Estrutura Territorial Colonial no Extremo Sul de Angola.....	114
5.5.Os "Homens do Comércio". O Território e a Configuração das Redes Político-Comerciais. As Inter-relações entre os Diferentes Grupos no Processo do Desenvolvimento dos "Ciclos Comerciais".....	119
5.6.Os "Homens de Deus" Como Agentes Modeladores da Expansão Européia e a Formação das Territorialidades Coloniais em Angola. A Evolução Histórica da Ação Missionaria Colonial A Interação entre a Missionarização e as Sociedades Africanas.....	128
5.7.O Funcionamento da Missão Evangelizadora e os Assentamentos Humanos Cristãos Como um Novo Tipo de Apropriação e Organização Territorial.....	129
5.8.A Ocupação e a Implantação do Modelo de Organização Territorial Europeu no Sul de Angola.....	133
5.9.A Repartição do Território e a Delimitação de Fronteiras.....	136

5.10. Inversão da "Ordem Local Africana" para uma "Nova Ordem" de Dependência Extra-africana.....	144
5.11. As Tendências da Implantação da Organização Territorial de Modelo Europeu no Extremo Sul de Angola.....	148
5.12. O Momento da Transição Colonial para à Independência de Angola.....	150
CAPÍTULO 6. A PÓS-INDEPENDÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS.....	
6.1.Considerações Gerais Sobre a Primeira República (a Consolidação da Independência e a Pré-Nação Angolana).....	151
6.2.As Territorialidades Coloniais Hereditárias e as Alternativas da sua Substituição.....	153
6.3.A Intervenção dos Atores Locais e Extra-Locais na Apropriação Territorial.....	154
6.4. "Destruição" ou a Construção da Nação Angolana.....	155
6.4.1. Considerações Gerais Sobre as Características da Paisagem (Subsistema Natural)...	156
6.4.2. O Subsistema Natural e a Interação Homem-Natureza.....	179
6.4.3. O Subsistema Económico e as Territorialidades.....	180
6.4.4. Os Atores e as Especificidades das suas Territorialidades. O Caracter das Territorialidades e das Fronteiras Flexíveis (Nodais)	189
6.4.5. As Inter-relações Socioculturais e Territoriais.....	194
6.4.6. A Integração da Organização do Sistema Territorial Sócioeconomico Adaptado ao Subsistema Natural.....	197
6.4.7. O "Des"- Equilíbrio do Crescimento da População "Endógena" (Subsistema Social) e o Desenvolvimento.....	202
CONCLUSÕES.....	205
BIBLIOGRAFIA.....	213

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. "Divisão Territorial Administrativa, os Assentamentos Humanos e a Distribuição da População da Província do Namibe".....	3
TABELA 2. "Esboço de Agrupação por Grupos Humanos da Região Sul de Angola".....	44
TABELA 3. "Os Exploradores, as Expedições e a Evolução do Conhecimento Científico do Território do Namíbe, entre 1482-1974".....	103

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização geográfica da Província do Namíbe.....	2
FIGURA 2 - O meio natural como recurso de expansão populacional na Época Pré-histórica.....	31
FIGURA 2.1.- Divisão Política de África.....	32
FIGURA 3 - Pinturas e figuras rupestres do Deserto do Namíbe, a caça e o conflitos entre os San e os Bantu invasores.....	40
FIGURA 4 - África Central por volta de 1500 (J. Vansima).....	51
FIGURA 5 - Reinos do Ndongo (Angola), Loango, N'Goios, Kongo, Matamba e Benguela, século XVI ao XVIII.....	55
FIGURA 6 - Moedas africanas (a esquerda): O Nzimbo do reino do Congo e a “Mabela” formato da moeda-tecido do reino de Angola. Moedas metálicas europeias, que circularam em Angola (a direita).....	57
FIGURA 7 - Réplica do Globo de Martim Behaim (1492) e a Esfera armilar de bronze com as constelações do Zodíaco (1543) como um dos instrumentos da navegação Portuguesa.....	62
FIGURA 8 - Império Português nos meados do século XVI.....	62
FIGURA 9 - A evolução das redes comerciais em Angola no final do século XIX.....	88
FIGURA 10 - Vias comerciais e principais produções em Angola no final do século XIX.....	89
FIGURA 11 - A evolução da presença portuguesa na ocupação territorial de Angola no fim do século XIX e início do século XX.....	93
FIGURA 12 - As viagens de Lacerda e Almeida no Sul de Angola (1797-1798).....	99
FIGURA 13 - Itinerários dos pombeiros e as viagens de B. J. Brochado em 1850.....	99
FIGURA 14 - “Mapa”- esboço de parcelamento de terrenos distribuídos aos colonos europeus em Moçamêdes (década dos 1850).....	116
FIGURA 15 - A distribuição de elefantes no sec. XIX e o impacto do comércio de marfim na sua distribuição no sec. XX.....	122
FIGURA 16 - A extração de borracha no século XIX.....	122
FIGURA 17 - Os agentes do comércio a longa distância.....	124
FIGURA 18 - O aspecto interno dos povoamentos da população nativa no sul de Angola (gravura do século XIX).....	132
FIGURA 19 - Casas rurais de estilo europeu introduzidas por missionários nas aldeias cristãs nos finais do século XIX (Planalto de Moçamedes).....	132

FIGURA 20 - Um típico acampamento San (tempo atual).....	132
FIGURA 21 - Deserto do Namibe: as dunas mais altas do mundo.....	157
FIGURA 22 - As esculturas naturais no Deserto do Namibe (esquerda) e as misteriosas Pedras (do Major, Providência e do Rei) no vale do Giraul.	163
FIGURA 23 - WELWITCHIA MIRABILIS - endêmico do Deserto do Namibe.....	177
FIGURA 24 - A disponibilidade de água nos vales dos rios concentra os assentamentos humanos e as atividades agrícolas nas terras férteis (vale do rio Giraul).....	182
FIGURA 25 - Cultivo da terra no vale do rio Bero.....	182
FIGURA 26 - Comercialização dos produtos agrícolas na Bibala.....	182
FIGURA 27 - As mulheres (esquerda) e os exímios caçadores !Kung (direita).....	184
FIGURA 28 - Uma família típica de Ovimbundu (esquerda) e a família !Kung (direita) na Província de Namibe.....	184
FIGURA 29 - As plantações de algodão na Região de Moçamêdes no início do século XX... 186	
FIGURA 30 - As plantações de oliveiras no vale do rio Giraul.....	186
FIGURA 31 - O galinheiro típico no acampamento San.....	186
FIGURA 32 - Mulheres Herero na viagem.....	191
FIGURA 33 - Traje típico da mãe Herero.....	191
FIGURA 34 - A habilidade dos povos nômadas de procurarem e beberem água no deserto.....	196

LISTA DAS ABREVIATURAS

A. A .- Arquivos de Angola

CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CFM - Caminho de Ferro de Moçâmêdes

DNPR - Departamento Nacional de Planeamento Regional do INOT- Luanda

ETSE - Estrutura Territorial Sócio Económica

EUA - Estados Unidos da América

INOT - Instituto Nacional de Ordenamento Territorial

Lat. - Latitude

NM - Nível do Mar

ONG's - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OTSE - Organização Territorial Sócio Económica

R.A. - República de Angola

RFA - República Federal Alemã

RGU - Revista de Geografia Universal

SADEC - Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral

SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa

SWAPO - South West African People's Organization

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DOS MAPAS

Mapa N° 1. Orografia.....	159
Mapa N° 2. Geologia e Recursos Minerais.....	161
Mapa N° 3. Solos.....	165
Mapa N° 4. Precipitação Total Anual.....	172
Mapa N° 5. Cobertura Vegetal.....	174
Mapa N° 6. Infraestrutura e Núcleos Populacionais.....	188
Mapa N° 7. Grupos Etnolingüísticos e Núcleos Populacionais.....	193
Mapa N° 8. Uso do solo e Núcleos Populacionais.....	200
Mapa N° 9. Concessão de Áreas para Prospecção e Exploração Mineira.....	203

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo a avaliação sistêmica da evolução do processo de organização territorial e da formação da estrutura territorial da província de Namibe (Angola). Os dados fornecidos pelos estudos da pré-história da África Austral mostram a importância do papel desempenhado pelos atores e agentes sociais na evolução da organização humana. As estruturas territoriais da província de Namibe foram o resultado das condições internacionais que impuseram os conflitos e os acordos entre as potências coloniais européias através da ocupação efetiva, da esfera de influência, do "desenvolver" e "civilizar", decididas pelas Conferências entre europeus, realizadas para definir o destino da África. A organização administrativa territorial de Angola foi, também, definida pela evolução das instituições e das estruturas territoriais local e regional: das técnicas agrárias, da cultura e das artes, dos circuitos comerciais, das formas de conceber e organizar o poder, a cultura, e atualmente influenciado pela assimilação ou desenvolvimento da técnica e tecnologia, questionando-se a problemática da pré-*nação*, ou *nação* multicultural que conforma atualmente o território Angolano.

A pesquisa enquadra-se no âmbito da problemática dos estudos contemporâneos dos espaços africanos.

ABSTRACT

The present research has as objective the systemic analysis of evolution of the territorial organization process and of the territorial structure formation of the county of Namibe (Angola). The data supplied by the Southern Africa's prehistory studies show the important role carried out by the actors and social agents in the evolution of the human organization. The territorial structures configuration of Namibe was a result of the international imposed conditions, of the conflicts and of the agreements among the European Colonial Potencies through the effective occupation, of the influence sphere, of the "to develop" and "to civilize", decided by the conferences among Europeans, accomplished to define the destiny of Africa. The territorial organization of Angola was defined by the evolution of the institutions, of the local and regional territorial structures: of the agrarian techniques, of the culture and of the arts, of the commercial circuits, in the ways of to conceive and to organize the power, the culture, and now influenced by the assimilation or development of the technique and technology, being questioned the problem of the ante-nation, or multicultural nation that conforms the actual Angolan's territory.

The research emphasizes the problem of contemporary studies of the Africans space.

INTRODUÇÃO

A necessidade de estudos complexos sobre o espaço Africano tem cada vez mais despertado a consciência da comunidade científica. As mais recentes metodologias de investigação científica estão impregnadas numa visão sistêmica, que envolve necessariamente um procedimento multi-interdisciplinar na pesquisa. A percepção sociocultural foi distorcida pelos preconceitos criados pelo colonialismo europeu, que dominou de certa maneira, até praticamente as últimas décadas os estudos científicos sobre o espaço sócio-geográfico africano. Os mesmos caracterizam-se pela falta de sentido de inter-relações complexas, que envolve o espaço africano, donde surgem posições incoerentes derivadas a partir de informações incompletas, servindo frequentemente de elementos de extrapolações sem o maior critério sistêmico, chegando a uma visão distorcida de uma certa unidade sócio-geográfica africana (MOURÃO, 1993/94). A inexistência da diversidade de opiniões e de informações restringem até certo ponto o potencial das investigações científicas no âmbito dos estudos sócio-geográficos em Angola.

O presente trabalho pretende contribuir à análise da problemática espacial Africana, tentando eliminar as lacunas que existem da cognição da formação da estrutura territorial sócioeconómica da Província do Namíbe.

A *Província do Namíbe* localiza-se no extremo sul do território fronteiriço da República de Angola, entre os paralelos 13° 30' e 17° 26' Sul e os meridianos 11° 27' e 14° 33' Este. Está limitada a Norte com a Província de Benguela, a Leste com a Província da Huíla, a Sul com a República da Namíbia, separada pelo rio Kunene e a Oeste é banhada pelo Oceano Atlântico (Figura 1).

A Província do Namíbe possui uma superfície de 57 091 km². A Capital da Província é a cidade do Namíbe. Esta província, como as demais províncias de Angola, subdivide-se (divisão territorial administrativa) em Municípios, Comunas, Bairros (quando são urbanos), Setores (quando rurais) e os assentamentos humanos. Esta Província conta com 5 Municípios, 15 Comunas e 128 assentamentos humanos. A estimativa da população total da Província constava na ordem de 220 000 habitantes (R.A., 1995) (Tabela 1).

A maior parte da Província do Namíbe é desértica e semidesértica com solos não aráveis e pouco propícios para o desenvolvimento intensivo da agricultura. Nas zonas aluviais e no norte da Província predominam os solos ferralíticos e ferrisialíticos, donde se cultivam o massango, a massambala, o milho, os hortofrutícolas, e a oliveira, a vinha, no centro da província etc..

Tabela 1. "DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA, ASSENTAMENTOS HUMANOS E A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO NAMIBE"

N.º	MUNICÍPIOS	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (habitantes)	DENSIDADE POPULACIONAL (hab./ km ²)	ASSENTAMENTOS HUMANOS (N.º)	COMUNAS
1	NAMIBE	8.916	113.300	12,7	22	Namibe, Lucira, Saco Mar, Bentiaba
2	TOMBUA	18.019	27.940	1,6	9	Tombua, Yona (Baia dos Tigres)
3	VIREI	15.092	6.380	0,4	17	Virei, Cainde
4	BIBALA	7.612	40.260	5,3	60	Bibala, Caitovo, Lola, Camangombe
5	CAMACUIO	7.452	32.120	4,3	20	Camucuiu, Mamuê, Chingo
TOTAL:		57.091	220.000	3,9	128	15 comunas

Fonte: (R. A., 1995).

Uma das particularidades principais da Província é a diversidade do conteúdo sociocultural dos seus habitantes, e como consequência, a especificidade regional dos seus hábitos e costumes

Habitam no Namibe para além dos *Não-Bantu*, *Pré-Bantu* e *Bantu*, os *Miscigenados*: *Gandarengos*, *Muilas*, *Gambuès*, *Muximbas*, *Cambucussos*, *Mundombes*, *Quimbares (Imbares)* e uma pequena minoria de *indo-europóide*. Os *Bosquímanos* são associados por vezes ao grupo etnolinguístico *San*, enquanto os *Hotentotes* ao grupo *Khoi-khoi*. *Khoisan* é a associação dos dois grupos que por diversas razões se entrelaçaram. Nas outras línguas encontramos: *Bosjesmans*, *Boschiesmen* ou *Bosheme*, em neerlandês; *Bushmen*, em inglês; *Bushmäner*, em alemão; *Bochimans* ou *Bochimens*, em francês; *Boscimani*, em italiano; *Bosquímanos*, em espanhol e português, embora se adote *Bochimanes* e *Boximanes* (ALMEIDA, 1994).

Para Almeida (1994: 199), "alguns grupos humanos ou étnicos de Angola atual, não podem considerar-se "descendentes" dos primeiros Bantu invasores expansionistas, mas sim de outras vagas negras ali arribadas após a chegada dos Portugueses. Em pleno processo das migrações invasoras expansionistas Bantu não tinham ainda abrangido o extremo meridional de África e já haviam aportado os europeus, entre eles os primeiros os portugueses, tal como na África do Norte e centenas de anos antes o fizeram os grupos humanos do *Caucásio* das *Antiguidades Oriental e Clássica da Idade Média*".

Os *Bosquimanos* são também por vezes divididos em dois grupos pelos cientistas: os *Bosquimanos Amarelos* e os *Bosquimanos Negros*, consoante o grau de pigmentação cutânea, embora entre ambos existam indivíduos escuros e claros. Consoante se encontrem a leste da serra da Chela e conforme habitem em território *daquém* (no Oeste) e *dalém* (no Leste) do rio Kubango, assim os *Bosquimanos Amarelos*: "*!Kung, !Khun, !Khu*", como eles se designam a si próprios, na sua língua vernácula, são chamados *Mucuancalas*, (ou *Vakwankhala*) e ainda (*Bakuankhala* se possuem língua Khoisan), nos etnônimos de origem bantu são designados de (*Mukwa Nkala-Ovakwa Nkala*) e de *Kassequeres* (ou *Kassequéles, Kasekele-Vasevel*).

Alguns *Mucuancalas* trabalham na pescaria no Namíbe e no Tombwa ou em fazendas agrícolas. Os que engrossam as fileiras de trabalhadores assalariados ou vivem em contato com os outros grupos humanos e estão sujeitos a miscigenação. O termo "*Mucuancala*" é formado de *Mukua* (gente) e *Nkala* (caranguejo) e "*Mucuissequele*" *Mukua* (gente) e *Sekele* (*porco-espinho* ou *lebre/Pedestes angolae*), consoante um ou outro grupo apreciem muito na sua alimentação as viandas do crustáceo fluvial e dos mamíferos bravios (ALMEIDA, 1994). Os *Cazanas, Cacuengos, (Mussamas* ou *Vakuengu*) estimavam-se entre 500 a 600 indivíduos em 1950 (ALMEIDA, 1994).

Os *Bosquimanos Negros* denominados por *Cazamas (Kazama-Vazama* ou *Mussamas e Cacuengos Kakwengo-Vakwengo* ou *Vazama-Vakuengu*). Esta designação está relacionada com a pigmentação cutânea mais clara do que os outros negros. Eles se designam na sua língua vernácula de: "*Kwp, Kwpri, Hukwè, Khwè* ou *Kwéri*". Eles distribuem-se em pequenos grupos nômadas; permanecendo em qualquer lugar territorializado, enquanto tiverem do que se alimentar de frutos e mel silvestre realizando a sua apropriação, através da coleta, captura ou a caça de animais. Lingüísticamente são parentes dos *Bosquimanos Amarelos*, os *!Kung*, alguns deles possuem miscegenação biológica e cultural com os Bantu. Os Bastardos são miscigenados com europeus e Hotentotes e alguns deles são cristianizados (ALMEIDA, 1994).

Atualmente, generalizou-se o uso da expressão "*Khoisan*" para designar um grupo formado de Hotentote (*Khoi-khoi*) e Bosquimano (*San*) pelas características aparentes de afinidades somáticas e lingüísticas existentes entre os dois grupos. A questão lingüística de *Khoisan (Koisán* ou *Hoisan*) une os Hotentotes (*Khoi-* homem, *Khoi-khoi* – homens dos homens) e os Bosquimanos (*San* ou *Saab-* homem) (ALMEIDA, 1994). Os Hotentotes – *Muquédes* vivem em pequenos grupos, são nômades, caçadores e coletores, como os Bosquimanos, com quem convivem e estabeleceram miscigenação, mas continuam, mesmo assim, um enigma quanto a sua verdadeira origem e posterior desenvolvimento biocultural entre os Não-Bantu e com os Bantu (ALMEIDA, 1994).

Alguns antropologistas consideram os *Bosquimanos (San)* e os *Hotentotes (Khoi-khoi)* como duas “raças” diferentes, os dois grupos manifestam estritas afinidades físicas e etnolinguísticas. Os Bosquimanos falam uma língua própria e dotada de cliques ou estalidos, mas também utilizam o idioma dos grupos Bantu local. Os elementos somatológicos pesquisados até agora sobre os Bosquimanos de Angola suscitam hesitações respeitantes à sua sistemática. Constituirão os Bosquimanos uma “raça”, segundo o conceito clássico de ser o conjunto de indivíduos dotados de características somatológicas, transmitidos hereditariamente, isto é questionada por Almeida (1994: 258).

Outros especialistas interpretam os *Bosquimanos (San)* e os *Hotentotes (Khoi-khoi)* como uma “sub-raça” esteatopigia (com características de macroninfia), que seria um ramo da grande “raça pigmóide”, que é difícil de sustentar esta tese por estes não se incluírem na esteatopigia, nem na macroninfia, que foi adquirido ou não parecer incluí-los na categoria de pequena estrutura. Os laços entre os *Hotentotes (Khoi-khoi)* e os *Bosquimanos (San)* podem manifestar-se sobretudo na “raça” ou na etnia e na língua e menos nos aspectos socioculturais e materiais, segundo Carvalho (s.d.: 20). Apesar de que, o conceito de “raça” não encontrar consenso aceitável entre a maioria dos biólogos contemporâneos, argumenta Almeida (1994: 258).

Os *Mucuíssis (Ovakuíssis ou Mucucandos)* ou ainda *Mútua (Vatwa)* são julgados provenientes do grupo *Pré-Bantu* ou dos primeiros *Bantu* nômades ou em expansão invasora chegados ao atual território de Angola, falariam a sua própria língua, ora substituída pelo idioma dos *Mucubais* ou de outros subgrupos Bantu, consoante se trate de *Mucuíssis* ou de *Mútuas* (ALMEIDA, 1994). Os *Mútuas (Mútwa, singular de Vatwa)*, são designados assim pelos Bantu, de *Vatwa*, quer dizer, expulsos ou repudiados.

Os *Mucuíssis* não são mais do que cinco centenas de indivíduos, habitam os territórios ao norte do paralelo da cidade do Namíbe, no litoral, e na Serra-Abaixo ou seja, entre o deserto e a Serra da Chela. Os *Mucuíssis* da beira-mar trabalham nas fazendas agrícolas e nas pescarias, ou no interior como trabalhadores pastores de gado que pertencem a empresas pecuárias e, sobretudo dos *Mucubais*. Existem os que levam uma vida seminômade, habitam em abrigos naturais abertos nas rochas ou entre toscas paredes de pedra solta, assim são designados pelos bantu de “*Mukwa-matari*”, quer dizer gente das pedras. Entre as suas atividades ergológicas está a agricultura de muito pequena extensão praticada pelas mulheres, utilizam a catana (facão) e a enxada do tipo europeia. Cultivam o feijão, a batata-doce, etc. O milho é adquirido que o ingerem torrado ou sob a forma de farinha que cozinham o pirão.

Os *Curocas* também são designados por: *Mucuépes, Cuádis* (ou *Kwádi*), *Vakuroka, Vakuépe* ou *Ovakuépe e Ovakuroca, Onguáia, Kádi, Kwèpe* ou ainda *Ngwadia* em língua

Bantu. Eles se designam na sua língua vernácula de *Cuádis (Kwádi)* e *Onguádia* os *Ngwadia* topônimo bantu, quer dizer “fazenda agrícola”. A designação de Curoca está relacionado logicamente com o nome do referido rio Curoca, donde eles têm o seu habitat territorializado. *Vakuroka* e *Mucuépe* é designação topônimo Bantu. Culturalmente os *Curocas* não se diferenciam muito dos subgrupos bantu, com quem mais contatam, designadamente os *Ovakuanyoka*, *Ovahimba*, *Ovakubale* e *Imbari* do Tombwa.

Os *Curoca* para além de se assemelharem culturalmente com os *Hereros* do deserto do Namíbe e de outros grupos de sua vizinhança, especificamente os *Mucubais* e *Muximbas*; contudo o idioma, se bem que, dotado de cliques, não é Bosquímano, nem Hotentote, muito menos Bantu. A língua dos *Curocas* foi considerada pelo Prof. Ernest Westphal da Universidade de Londres, como a 5ª língua Africana do Sul do Equador e também foi apresentado pelo Prof. Olderoge, da Universidade de Moscovo, considerada como a 4ª língua nativa da África do Sul do Equador (ALMEIDA, 1994).

Atualmente os *Curocas* habitam em Onguáia, junto do rio Curoca norte na parte inferior do seu curso, não muito distante do litoral. No tempo seco este grupo territorializa-se dispersando-se pelas regiões subdesérticas, onde deambulam com o gado á procura de água e de pastagens. Podem ser encontrados em Macala localidade situada na margem esquerda do rio Bero nos arredores do deserto e a leste da cidade do Namíbe e também localizam-se a poucos quilômetros da cidade do Tombwa, no deserto.

As fontes bibliográficas indicam que foram os *Bosquímanos (San)* o grupo que habitou e ainda habita dispersamente no Namíbe. Como nômades, não são atores de territorialidades permanentes e não possuem nenhuma forma de organização territorial fixa. Eles vivem da apropriação através da captura, caça e coleta tanto de animais e frutos silvestres, como de raízes de plantas. Como caçadores-coletores apropriadores de alimentos silvestres vivem em grupos familiares, que se dispersam na estação seca e reúnem-se na estação chuvosa, sendo as matas e as serras o seu habitat preferencial inseridos em territorialidades sócionaturais.

Os *Hotentotes (Khoi-khoi; Não-Bantu)*, como um dos grupos que habita o território, deslocaram-se em sucessivas migrações para o sul da África, ou sob pressão de grupos humanos *Pré-Bantu*, *Proto-Bantu* ou *Bantu*. Os *Bantu*, *Hereros* são emigrantes provenientes da região dos Grandes Lagos, do Centro da Continente Africano; entraram em território angolano pelo extremo Este, atravessaram o Planalto do Bié e instalaram-se entre o deserto do Namíbe e a Serra da Chela, no Sudoeste de Angola. Nesta região do Namíbe eles são agricultores e criadores de gado. Os *Hereros* como expansionistas, na sua chegada nesta região expulsaram os *Cuisses*, que habitavam a região, forçando-os a deslocarem-se para as zonas mais inóspitas do deserto.

A presença colonial europeia nas terras do Namibe começou praticamente em 1849, com a chegada dos primeiros colonos provenientes do Brasil, mas em 1840 já havia iniciado a sua ocupação por degredados e alguns pescadores algarvios¹, iniciando uma exploração intensiva do território, método diferente dos aplicados pelas populações autóctones. Em 1850 surgiu mais um fluxo de colonos também provenientes do Brasil. Em 1854 foi construído o quartel militar do Pinda e em 1860 fundaram-se as feitorias em Porto Alexandre (Tombwa). Em 1867 fundou-se a colônia da Bibala e em 1904 começou a construção da ferrovia de Moçamêdes, que atingiu o Lubango em 1926, iniciando assim, a exportação do ferro de Cassinga e dos mármore da região do Namibe.

Os municípios da área do Deserto do Namibe, como sejam, o Tombua, o Virei e o Namibe, possuem uma população estimada na ordem de 108 mil habitantes, são os mais afetados diretamente pela seca. A energia, água e o saneamento básico são bastante deficientes em termos da oferta. Tanto a energia quanto a água não são suficientes para satisfazer as necessidades da demanda. O saneamento básico nas áreas suburbanas quase não é realizado, o que causa surtos de doenças. Verificam-se atualmente rupturas no fornecimento de água, de energia, do saneamento básico e do funcionamento deficiente das infraestruturas de transporte.

A indústria na Província é essencialmente extrativa; explora-se o mármore e o granito, como também o pescado e o sal. Uma das atividades principais é a pesca, com 54 mil ton. de pescado (1990), para 34 mil ton. (1993); processada pela seca, congelação e conservas; transformada em farinha e óleo. Para além do peixe recolhe-se frutos do mar, capturam-se o caranguejo, a amêijoia e o mexilhão para o consumo interno e para a exportação.

A quase totalidade das salinas foram reparadas, contam com uma produção de 30 mil ton./ano, havendo dificuldades de escoamento do sal por constrangimentos ligados aos meios de transporte. A Província é servida por uma rede de transporte ferroviário, rodoviário, aéreo e marítimo. Quase todo o sistema de transporte encontra-se estrangulado, inoperacional, ou funciona com muitas deficiências. A Província do Namibe dispõe de um aeroporto, dois portos marítimos - o comercial e o mineiro, encontrando-se este último parado, dependendo do início da exportação de minérios.

No meio rural e nas comunidades pastoris (constituindo a maioria), os homens e os jovens ocupam-se da criação de gado, as mulheres e as jovens dedicam-se a pequena agricultura e as tarefas domésticas. No meio urbano e ao longo da costa, as populações ocupam-se da pesca artesanal, pesca industrial e comércio informal.

¹ Natural do Algarve- uma região de Portugal.

A estiagem prolongada registrada há vários anos tem reduzido consideravelmente o nível do lençol freático e das águas superficiais. O problema de abastecimento hídrico para as mais diversas atividades constitui até hoje um dos maiores problemas da Província, senão mesmo um dos maiores desafios para a população e as instituições de direito.

A situação de guerra em que vive Angola desde a sua Independência (Novembro de 1975), tem provocado êxodos das populações dos seus lugares de origem para locais de maior segurança (com maior incidência nos centros urbanos do litoral). Milhares de refugiados de outras províncias têm procurado abrigo nos municípios fronteiriços da província do Namibe.

Conforme o “*Programa de Reabilitação Comunitária do Namibe*”, apresentado à Mesa Redonda de Doadores em Maio de 1995 (R.A., 1995), que caracterizaram as preocupações seguintes:

1. Escassez de recursos hídricos e de energia à disposição das comunidades;
2. Subida galopante dos preços das mercadorias, incluindo o dos produtos básicos;
3. Diminuição acentuada do poder de compra, sem o correspondente ajustamento salarial;
4. Degradação dos rendimentos familiares, principalmente nas áreas peri-urbanas;
5. Descapitalização acelerada das empresas e dos pequenos agentes econômicos;
6. Rupturas constantes no abastecimento de bens alimentares de primeira necessidade;
7. Desarticulação do comércio rural e correspondente déficit de produtos no comércio mercantil, refletindo-se nos baixos níveis da comercialização de cereais e do gado;
8. Ausência de um sistema financeiro e creditício que promova a iniciativa privada e a recapitalização dos agentes econômicos nacionais;
9. Ausência de uma classe média forte e numerosa que possa para efeito de propagação, contribuir para uma maior criação de rendimentos na pesca, agricultura e criação de gado e sua correspondente redistribuição à um número cada vez maior de habitantes.

Neste contexto, o Governo da Província elaborou uma estratégia de reabilitação comunitária que assentar-se-á no pressuposto de que há existência de riquezas potenciais em pescado, gado, cereais, deverá resolver os principais nós de estrangulamento e possibilitar o restabelecimento do tecido produtivo e social. Para além dessa estratégia, o Namibe beneficiar-se-á dos projetos regionais que engloba as Províncias da Huíla, Kunene e Kuando-Kubango, do qual a mesma se encontra inserida territorial e funcionalmente.

Através de uma visão sistêmica, procuramos abordar a problemática da formação da estrutura territorial desde o ponto de vista da interação complexa de todos os seus componentes, atores e agentes atuantes em cada um dos momentos que agiram e deixaram profundamente marcadas as suas ações na organização do território.

O Objetivo Geral desta Pesquisa consistiu na **Análise do Processo da Organização Territorial da Província do Namibe**, utilizando o conceito de "*Sistema Territorial*".

Para a realização deste objetivo geral, formulamos como *objetivos específicos*:

1. A análise do sistema de relações entre os vários sujeitos, agentes e atores que configuraram e estruturaram a organização do território;
2. A Revelação da interdependência entre os vários agentes de ocupação territorial e o resultado das suas práticas espaciais - isto é as territorialidades sócio-naturais, socioculturais e sócio-políticas;
3. A identificação dos conflitos no processo da organização territorial, isto é, as áreas que foram e são alvo de disputas ou as que revelam-se passíveis de conflitos sócioeconômicos de apropriação territorial e são o palco da interação de distintas territorialidades.

A dissertação está dividida em seis Capítulos. O primeiro Capítulo abarca a questão da fundamentação teórico-metodológica, o conceito de "*sistema territorial*", a problemática da evolução e da pesquisa geohistórica, como os materiais e equipamentos utilizados. O segundo contextualiza o período pré-histórico da evolução e da organização dos grupos humanos, com ênfase da influência do subsistema natural. O terceiro analisa o contexto histórico da evolução das antigas formações sócio-políticas, ressaltando a sobreposição das territorialidades socioculturais "endógenas" e os pressupostos da expansão ultramarina, como também abarca as relações de cooperação bilateral entre o Reino de Portugal e as Antigas Organizações Sócio-políticas localizadas no atual território angolano. O quarto expõe o processo de consolidação e fragmentação das Organizações Sócio-políticas e as intervenções extra-africana na apropriação territorial. O quinto contempla o expansionismo, a ocupação e a implantação da organização territorial européia, expondo a importância da ação dos distintos atores e agentes na formação da estrutura territorial do Namibe. O sexto analisa o período da pós-independência a organização territorial e as territorialidades - e as suas tendências contemporâneas. As conclusões finais revelam a importância dos diversos subsistemas na organização territorial de Angola, que identificam os possíveis cenários de conflitos territoriais e as sugestões para a sua superação.

Uma questão problemática em Angola é que, muitas vezes a mesma localidade tem mais do que um topônimo. As diferenças nos topônimos são de natureza ortográfica e vocabular (por

exemplo: "Mossamêdes" e "Moçamêdes" ou "Cabo Negro", "Moçamêdes" e "Namibe"). Essas diferenças são de natureza vocabular e ortográfica; tratam-se da mesma unidade territorial; tal como, acontece com "Porto Alexandre" e "Tombwa"; ou "São Nicolau" e "Bentiaba"; e ainda "Vila Arriga" e "Bibala"; etc.), estas referências são dadas em todos os heterônimos, sem que haja uma solução alternativa orientadas no tempo histórico do seu uso. Os termos como "rio", "montanha", "localidade", "povoação", "aldeia", "vila", "cidade", "comuna", "município", "província", etc., não existe uma nomenclatura exata para ordená-los, excetuando a sua compreensão quando constituem uma unidade semântica com o topônimo, (por exemplo: "Província do Namíbe", "Município do Namíbe", "Comuna do Namíbe", "Cidade do Namíbe", etc.) somente para designar unidades territoriais diferentes.

CAPÍTULO 1

A PARTIR DE UM REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO.

1.1. Os Materiais e os Equipamentos Utilizados.

As principais fontes desta pesquisa consistiram em materiais bibliográficos, como também cartográfico. A maioria das fontes bibliográficas foi selecionada do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, e consistiu num número significativo de monografias, periódicos, etc., conforme expressa a lista bibliográfica desta dissertação. Algumas fontes foram acessadas via Internet. Enquanto outras foram constituídas por uma série de publicações dos Arquivos de Angola, documentação de pesquisas regionais e do Inventário da Estrutura Territorial de Angola do Instituto Nacional de Ordenamento Territorial (INOT-Angola).

As fontes cartográficas abarcam:

1. CARTAS DE ANGOLA, 1: 500 000, Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, Folhas: SD-33/D-1, 1986; SD-33/D-3, 1986; SE-32/D-2, 1985; SE-33/D-1, 1985; SD-32/D-4, 1973);
2. CARTA ESBOÇO: ANMERCOSA LICENCE AREAS: BERO & CUROCA (under application), Luanda, 1997, CAD N. 2414.DGN;
3. ESBOÇO DE LOCALIZAÇÃO DE OCORRÊNCIAS MINERAIS, Ministério de Geologia e Minas - Serviço Geológico de Angola. Luanda, 1995;
4. ESBOÇOS CARTOGRÁFICOS DE CARACTERÍSTICAS MESOLÓGICAS DE ANGOLA, DINIZ, C., Nova Lisboa (Angola) , 1973;
5. ESBOÇO DA CARTA GERAL DO CLIMA DE ANGOLA, INMET, Luanda, 1990;
6. ESBOÇO ESQUEMÁTICO DA DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA DE ANGOLA, RENDINHAS, José, Luanda, 1971;
7. ATLAS GEOGRÁFICO, Volume 1, Ministério de Educação, 1982.

A compilação e edição de mapas (como todo o material gráfico dos mesmos) foi feita manualmente acima da base cartográfica 1: 500 000, com saída final do produto na escala de 1: 1 500 000. Na digitalização e edição dos mapas foi utilizado o equipamento disponível no laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geociências - CFH/UFSC: PENTIUM MMX 166 MHz; MESA DIGITALIZADORA SUMMAGRAPHICS, SUMMAGRID IV; SOFTWARE MICROSTATION (versão acadêmica).

Os mapas foram digitalizadas pela bolsista - geógrafa Eliane Carin Hadlich².

² Bolsista de apoio técnico na pesquisa financiada pelo CNPq e coordenada pela Prof. Dr.ª Leila Christina Dias.

1.2. O Conceito de "*Sistema Territorial*".

No desenvolvimento do presente trabalho de pesquisa foi analisado o processo da organização territorial da província do Namíbe e utilizado o conceito de sistema territorial. Então, um sistema é uma entidade que mantém a sua existência pela interação mútua de suas partes, em que a interação é o elemento-chave da sua definição. As interações foram os elementos responsáveis que atribuíram as características gerais do sistema e não de suas partes de forma isolada. Assim, podemos dizer que somente é possível entender o sistema complexo através das interações e nunca através de suas partes. Para que fosse possível interpretar os fenômenos de forma sistêmica, isto é, apresentá-los como sistema complexo, especificamos e questionamos a definição de algumas dimensões das suas características fundamentais ou as que identificaram o respectivo fenômeno ou o objeto. Dentro do qual consideramos importantes algumas propriedades:

1. A complexidade dos sistemas territoriais sócioeconômicos não se deve ao simples fato de apresentarem-se como sistemas compostos por elementos complexos, mas ao alto grau de interação da combinação e da concordância entre estes elementos, permitindo a auto-regulação objetiva de todo o sistema e ao alto grau de adaptabilidade da dinâmica da realidade da estrutura territorial sócioeconômica;
2. As relações funcionais entre os elementos, que compõem os subsistemas natural, social e econômico do sistema territorial, revelaram-se através da formação de uma organização territorial, a partir da qual permitem a determinação das possibilidades e dos métodos do ordenamento e da gestão do conjunto sócioeconômico espacial, previamente classificado.

A questão da classificação dos conjuntos sócioeconômicos espaciais está diretamente ligada à definição do elemento primário, que é fundamental na estrutura do sistema sócioeconômico territorial - designado de elemento de formação do sistema. Assim sendo, referimo-nos as condições seguintes:

- a. O sistema foi territorialmente delimitado desde o ponto de vista da correlação, vinculado aos atores, agentes e sujeitos formadores de territorialidades;
- b. Como sistema territorial nestas condições contém os principais subsistemas (o natural, o histórico, o econômico, o político e o social), que caracteriza o sistema sócio-territorial geral, mas de nível hierárquico da mesma correlação;
- c. Apresentam-se como um modelo característico do ponto de vista das suas relações objetivas para com os outros sistemas da mesma classe, que permitiram a

formação de conjuntos espaciais de nível superior, relacionados com os que possuem um conteúdo qualitativo.

A unidade territorial correspondente as condições acima expostas e que se complementam com as ações dos atores, agentes e sujeitos, são eles os principais promotores e primários na organização territorial das atividades sócio-territoriais. Os atores, agentes e sujeitos apresentam-se como os elementos fundamentais na formação do sistema sócio-territorial, nos termos da determinação da sua estrutura territorial, tanto setorial, funcional, como a administrativa.

A posição hierárquica dos sistemas territoriais foi determinada pela desintegração, ponderação dos elementos que formam os sistemas, e em particular, do carácter e da intensidade com que executam as suas funções. A divisão por elementos compostos dos sistemas territoriais por uma determinada característica demonstra claramente, que qualquer território definido pode ser interpretado como um sistema complexo.

Independentemente das diferenças das características que formam os sistemas, na técnica e na prática da administração territorial utilizam-se diversas formas para determinar as unidades territoriais. Entretanto, o princípio básico destas delimitações consiste na sistematização dos objetos sócio-territoriais. Para tal, a realização deste trabalho contemplou o procedimento seguinte:

1. A compilação das informações sobre a ocupação e a organização do território do Namíbe;
2. A delimitação da área de estudo em concordância com a divisão territorial administrativa vigente;
3. A identificação dos subsistemas e suas características gerais;
4. A identificação dos principais agentes, atores e sujeitos que ocuparam o território;
5. A análise das distintas territorialidades.

Para alcançar esses objetivos foram necessários os seguintes procedimentos: a avaliação do sistema sócio-territorial como a base das tendências da formação dos macrovectores de desenvolvimento; a avaliação do subsistema natural como o suporte do processo da formação do sistema territorial; a análise da informação e enquadramento respectivo dentro de cada um dos subsistemas; a elaboração dos mapas temáticos e a respectiva análise vinculada ao sistema territorial; a análise dos subsistemas caracterizados pelas suas funções predominantes; a análise das inter-relações existentes entre os subsistemas, conformando - a organização territorial.

Inserimo-nos numa reflexão sobre a lógica descritiva de sistema que permitiu estabelecer a tipologia de investigação sobre sistema, cuja a conduta esteve orientada em mostrar como os

sistemas autoorganizados são capazes de modificar a sua estrutura no processo de seu funcionamento. A estrutura aqui funciona como um modelador que atua sobre a dinâmica do sistema passível de provocar mudanças de uma estrutura para a outra. As estruturas espaciais resultam das ações de novos sujeitos, individuais e coletivos, submetidos a processos diferenciados ou indiferenciados, provocando alterações estruturais.

Testamos essas idéias na presente investigação, através da análise da organização do território concebido como um sistema complexo, com uma quantidade de subsistemas interdependentes. Utilizamos o pensamento sistêmico para ver o conjunto e desta forma permitimos verificar as inter-relações em lugar de coisas, verificamos os padrões de mudanças em vez de “instantâneos e estáticos”.

Através do estudo sistêmico dos objetos territoriais específicos interpretamos de forma estruturada, recriando o meio com a maior fidelidade possível, testando as inter-relações e o impacto de determinadas ações nesse sistema complexo. Desta feita identificou-se as situações críticas e passíveis de conflitos, foram propostas as sugestões alternativas de superação a serem adotadas para o sistema, reduzindo os riscos de conseqüências imprevisíveis.

1.3. A Problemática da Evolução Histórico-Geográfica. A Organização Territorial e a Estrutura Territorial como Objetos da Análise Geohistórica.

*O estudo sobre a Organização Territorial dos sistemas histórico, social e econômico de um determinado território, pode ser definido, como o estudo sobre as vias possíveis da coordenação dos processos dos quais enfim resultam modificações na estrutura territorial de uma ou várias organizações sócio-políticas, socioculturais e sócioeconômicas em questão. A Organização Territorial Sócio Econômica (OTSE) "é o resultado destes processos, quer dizer, são aqueles ênfases da estrutura territorial que resultaram da gestão político-econômica de um território, ou ainda da ação, sobre o mesmo, dos atores endógenos e exógenos, quanto à concepção e ao ordenamento das suas territorialidades" Gneshki (1994, 25). A OTSE, de modo mais simples, é abordada como a *ordem de todos os elementos sociais e da economia num território, que se completa com o controle da situação ecológica.**

A OTSE é considerada como um sistema aberto e dinâmico: de processos, formas e estruturas, de origem social, natural (física) e econômica, cujo funcionamento resulta da interação dos seus componentes, resultando numa estrutura territorial complexa e interativa incumbida organicamente no seu espaço vital. Considerando que determinadas partes de um

território diferenciam-se pela individualidade do sistema econômico e social historicamente formados, pelas características do sistema natural dos recursos e das condições naturais, pela particularidade da distribuição e da origem dos assentamentos humanos, pelos traços sócio-políticos e socioculturais, pela divisão política administrativa territorial – a sua Estrutura Territorial Econômica e Social apresenta-se como um sistema territorial muito complexo³, exigindo uma classificação dos fenômenos e da sua interação no espaço para uma coordenação adequada. Pois a regionalização cientificamente fundamentada das estruturas territoriais apresenta-se como o fundamento da gestão territorial racional e adequada (QUESADA, 1978).

A Organização Territorial é também um recurso que oferece potencialidades à ação humana e estabelece limitações ou restrições a ela mesma. A ação humana é a *causa* e a *conseqüência* da organização territorial socioeconômica, orientada no sentido de aproveitar o ótimo das potencialidades do território e ir vencendo as suas restrições e limitações, em permanente inter-relação que configura sucessivos cenários geohistóricos e as, resultantes destes, as estruturas territoriais (SANCHEZ 1984; SANCHEZ, 1979).

O processo, ou cada etapa da organização territorial, gera características determinadas pelas formas territoriais, que manifestam-se como representantes das novas etapas - da primitiva morfologia característica do meio natural "não humanizado" à organização do sistema territorial mais complexo, submetido a sucessivos e múltiplos processos de transformação. Estas estruturas territoriais permitem distinguir e dividir distintas unidades territoriais, segundo o processo que lhes deram origem ou segundo critérios puramente taxonômicos: bacias, regiões, zonas, paisagem, sistemas de assentamentos humanos, territórios, cidades, etc., segundo os distintos tipos de atividade, que o homem realiza no seu meio respectivo (SANTOS, Milton, 1986B). Sistematizando, podemos distinguir os principais processos que o homem realiza quando aplica a sua ação espacial: de *ocupação*, *exploração - utilização*, *ordenação - planificação* e de *comunicação*.

O processo da ação humana imediata e elementar é a *ocupação* do espaço pelo grupo, o que possibilita a sua transformação para: a habitabilidade, a habitação, a sobrevivência e a reprodução. Este processo é imediato e elementar quando a ocupação é realizada num espaço vazio e livre da ocupação por outrem. Quando o mesmo realiza-se num território já comprometido, o processo de ocupação é longo e complexo, podendo ser conflituoso ou

³ As estruturas territoriais são formadas de elementos *homólogos* e *não-homólogos*. Os elementos homólogos são as estruturas econômicas e demográficas da mesma classe, com intenções de análise pode-se considerar de estrutura simples. As Estruturas complexas serão as não-homólogas formadas por diferentes classes e que se interagem. No subsistema social as estruturas dos elementos homólogos mantêm entre elas interligações hierárquicas, enquanto que as estruturas de elementos heterogêneos mantêm interligações relacionais (GNESHKI, 1994).

intermediado por alguém que jogará interesses contextuais e conjunturais, como por exemplo, faz o Estado.

O homem *utiliza – explora* o território, que evidencia diretamente o mencionado caracter de recurso que este o disponibiliza. O homem ao deixar de depender dos ciclos do ecossistema, encaminha a sua ação basicamente na utilização dos componentes da Natureza em benefício próprio, quer dizer, explora-os, numa constante luta para evitar ou anular as imposições das próprias restrições do subsistema natural.

A OTSE muda historicamente sob a influência objetiva dos processos, fatores e das condições resultantes das mutações espontâneas ou controladas pelos sistemas sócio-políticos, socioculturais e sócioeconômicos de um território, e refletindo-se na formação e transformação das territorialidades socioculturais em cada etapa do seu desenvolvimento. Cada processo, cada etapa dela mesma, gera determinadas formas territoriais, que agem como representantes de novas etapas (SANCHEZ, 1988; SANTOS, Milton, 1986A).

A ocupação e exploração são processos intimamente inter-relacionados da ação prática humana, que não se produzem de forma espontânea, nem arbitrariamente, senão segundo um determinado comportamento racional. Os elementos da ação humana respondem a uma certa lógica de distribuição e localização, e regem-se por normas flexíveis ou rígidas de "des"- ordem, ou ordem e de "des"- equilíbrio, ou equilíbrio, de espontaneidade, ou planejadas, de programação, ou de ordenamento, em suma da gestão do território (SANTOS, Milton, 1998).

Contudo, a OTSE e a distribuição geográfica das estruturas territoriais são processos, geralmente, coordenados num contexto virtual. Qualquer tipo de política territorial, ou da ação espontânea dos seus atores, terá a sua revelação nas territorialidades e nas estruturas territoriais presentes e historicamente formadas. Não existe, portanto, uma dependência funcional, mas sim a correlacional. Isto significa que as ações de apropriação e configuração territorial passam por um caminho de realização longa e multigradual. Algumas destas ações, assim como a simples presença dos seus atores, podem deixar marcas profundas, porém de imagem muito modificada sob a influência da situação local, quanto a sua OTSE, e as outras ações jamais nos darão a noção da sua presença repentina (SANTOS, Milton, 1998; SANCHEZ, 1988).

Nos últimos anos, não existe uma definição clara do que é a Estrutura Territorial Sócio-Econômica (ETSE), o que tem constituído, até certo ponto, um obstáculo na compreensão interdisciplinar deste importante conceito científico.

A ETSE é definida como a *repartição do sistema socioeconômico em unidades territoriais: em zonas, regiões e centros*. Esta definição, como a própria repartição acima se refere, possui um caracter mais econômico, já que considera a necessidade de definir as

proporções territoriais da economia, porém não revela a distribuição real da economia num território, nem as particularidades da sua concentração territorial em determinados entroncamentos e centros. Não distingue a ligação entre a distribuição da economia e as particularidades da distribuição da população e o sistema de assentamentos humanos com os respectivos recursos naturais do território, tal como, não mostra os vínculos da especificidade geográfica e das capacidades das vias de transporte.

A economia num território e a sua população em particular distribuem-se geralmente não só desigualmente como também descontinuamente - quer dizer, com significativas separações espaciais concentrando-se em determinados centros e entroncamentos, caracterizando-se pela dispersão diversificada. Supostamente, qualquer objeto sócioeconómico (os entroncamentos e os centros industriais, as cidades, aldeias e povoações) possuem o seu potencial económico, que apresentam-se por diversos índices socioeconómicos, quantidade da população e dos recursos laborais, potencial das empresas industriais, existência de instituições científicas e administrativas, etc.. Os entroncamentos e os centros interligam-se por sistemas de transportes, por faixas económicas e de linhas de comunicações, que por sua vez também possuem um determinado potencial (por exemplo, as possibilidades de circulação e a quantidade de tráfego de mercadorias).

O conjunto de localizações e interligações destes “elementos” sócioeconómicos dispõe de potencial económico diverso - representam a *Estrutura Territorial Sócio Económica (ETSE)* (SANTOS, Milton, 1994; GNESHKI, 1985).

Até aqui, o que mencionamos permite-nos concluir que a ETSE é caracterizada por dois elementos principais vinculados - o sistema de localização e as redes de infraestruturas - o *Desenho Geográfico da ETSE*; e o sistema de distribuição do potencial sócioeconómico complexo - o *Relevo Económico da ETSE*. Desta feita, de modo figurado, imaginamos a ETSE num território como a distribuição interligada de “planaltos” e “sopés” (em amplos territórios economicamente desenvolvidos), de “montes” altos dispersos pelo território (os potentes centros de desenvolvimento), dos quais ligados pelo sistema de “serras” (as faixas económicas ao longo das artérias e poli-artérias de transporte), de “depressões” e de “brechas” (os territórios não explorados, os pouco explorados e os reservados) (GNESHKI, 1985).

As mudanças estruturais na ETSE são significativamente mais lentas do que a OTSE, já que os seus principais elementos estão “amarrados”, quer dizer fixos ao território. Os sistemas urbanos que concentram a economia nas direções das vias de transporte, por muito tempo conservam o seu desenho geográfico. A localização das estruturas territoriais conserva-se intacta

durante um período significativo do tempo, mesmo sendo alterado o seu potencial e o seu conteúdo interno.

Ao mudarem-se fundamentalmente o perfil dos regimes sócio-políticos, o carácter da sua gestão territorial, estes atenuam ou influenciam e deixam de existir determinados atores de ação territorial, surgem novos sujeitos, podendo ser transformados em agentes de apropriação territorial, movidos por fatores internos e externos; as estruturas socioeconômicas (cidades, feiras, mercados, empresas, redes de comunicação) reconstroem-se, aumentando o seu potencial, mas tudo isso se processa nos centros e locais de entroncamentos já existentes, com determinadas características e um certo potencial sócioeconômico, podendo serem empreendidos novos investimentos. Mas, tudo isto leva muito tempo e requer onerosos gastos, por isso os atores e agentes agem com mais facilidade nos territórios já formados.

A lentidão das modificações estruturais é favorecida também pelas concentrações existentes de recursos naturais na base dos quais se formam os sistemas territoriais. Naturalmente que a descoberta de novos recursos naturais e as perspectivas da sua exploração, a construção de novas vias de transporte, e o surgimento de novas e grandes empresas, como novos agentes de ação territorial (principalmente quando se trata de multinacionais de exploração de minérios ou de produção agrícola) desencadeiam mudanças parciais, contudo muito profundas na ETSE das regiões. Porém, o seu carácter global conserva-se inalterável durante muito tempo.

Este "*caracter global* das feições correlacionais do sistema territorial" (normalmente são predeterminados pela ação mais persistente de um ou vários atores de apropriação territorial) produzem relações ambíguas entre os processos de organização e de formação das estruturas de um território e leva-nos a considerar na análise geohistórica a noção de territorialidade (SANTOS, Milton; 1998).

As *territorialidades*, no plural, significam os tipos em que podem ser classificados os territórios conforme as propriedades das suas estruturas territoriais elementares ou complexas, e dinâmicas. Ao entendermos a extensão de apropriação e utilização do território, aparecem as territorialidades como noção de pertença de alguém, com sentido de exclusividade e delimitação. "Por mais pequena que seja uma coletividade de indivíduos ou indivíduo não pode existir e não se reproduz sem território" (SOUZA; 1995: 99). Portanto, pode-se dizer que a territorialidade marca uma forma específica de apropriação espacial ou territorial com uma certa dinâmica, transitoriedade efêmera e, mais que isso, sobretudo não hodierno capaz de caminhar lado a lado com a experiência territorial.

As territorialidades podem anular todas as formas de fronteiras geográficas ou outras, como as de classes, religião ou ideologia, podendo-se afirmar que a tolerância aos estranhos facilita a união da espécie humana. É uma unidade paradoxal, uma unidade do todo ou uma "des"- unidade; a territorialidade persiste num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradições, de ambigüidade e angústia da corrida pelo poder e apropriação do território. A incapacidade de uma coletividade se organizar internamente ao seu nível cultural, político, econômico, jurídico, etc., é uma das maiores causas crônicas de "des"- ordenamento territorial, não sendo possível o ordenamento territorial sem as garantias, de uma certa estabilidade sócio-demográfica e sócioeconômica. Nestes casos, a territorialidade e o território não se definem a priori, mas sim momentaneamente; sua "lógica" baseia-se na transitoriedade e mobilidade. São quase sempre delimitadas novas áreas geográficas de atuação e de conflitos num território onde existem sobreposições de territórios e territorialidades. Isto é, a existência de atores distintos à busca de uma afirmação territorial num mesmo espaço geográfico. Esta sua ação histórica às vezes invisível no tempo presente predetermina e configura as feições dos futuros sistemas sócio-territoriais enraizando as suas potencialidades e restrições, e, quase sempre define o carácter da organização territorial por um determinado período do tempo histórico.

A organização territorial da Província de Namibe é caracterizada por um sistema sócioeconômico territorial específico e a sua configuração sócio-territorial é vista por nós como um processo contínuo de transformação sócio-política devido a uma seqüência objetiva de fatores socioculturais e, consubstanciada pela ação dos atores presentes. As tendências da OTSE de uma determinada época e, por conseguinte, as territorialidades a ela correspondentes são avaliadas a partir da análise dos fatores que determinaram a existência das principais formações sócio-naturais, sócio-políticas e socioculturais nas referidas épocas. Para tal, a *periodização histórico-geográfica* é vista por nós como a seqüência de combinações distintas de diferentes subsistemas da totalidade territorial em transformação. Ao considerarmos a evolução da organização territorial como objeto de periodização, abordamos como elemento de variação ou transformação aqueles processos socioculturais pertinentes ao sistema territorial, que reportam-se nas materializações dos subsistemas do ambiente natural, histórico, econômico, social, cultural e político.

Os elementos da organização territorial ao serem abordados, dão conta da gênese do sistema territorial, da estrutura, das funções, dos atores e dos agentes envolvidos no processo de transformações e das inter-relações, como das articulações locais e extra-locais. Cada um desses elementos está relacionado com os demais. A gênese do processo - o momento em que foi criado

ou como surgiu um dado nível de organização territorial, o modo, o agente e a finalidade esperada – está expressa no processo da evolução histórica (SANTOS, Milton, 1997).

A estrutura territorial é produto das territorialidades de distintos atores e agentes, cuja ação persiste nas formas materiais e correlacionais e, portanto, transgride os períodos históricos limitados, necessitando de uma abordagem diferencial das suas especificidades (SANTOS, Milton, 1998). A especificidade como cada ator se manifesta em cada período histórico, não é necessariamente a mesma nos períodos subsequentes. Deste modo, a combinação dos mesmos elementos em períodos distintos têm significados diferentes. Da primitiva integração e adaptação ao meio natural não transformado a uma estrutura organizacional territorial simples ou complexa.

A periodização histórico-geográfica é vista por nós como a reconstrução temporal das territorialidades e dos processos que condicionaram o seu surgimento e formação. A periodização histórico-geográfica não é mais que a interpretação do processo da organização territorial, que nos permite definir os tempos históricos, em que tornamos visível e inteligível os eventos e momentos do processo da formação dos sistemas territoriais (SANTOS, Milton, 1986A).

1.4. A Problemática da Pesquisa Geohistórica da África Centro-Austral.

O Continente Africano até então praticamente nunca foi considerado como uma entidade histórica. Enfatiza-se a idéia dos tempos remotos em que teria havido uma cisão entre a “África Branca” e a “África Negra”, que se ignoravam entre si. Considerava-se o deserto do Sahara como um espaço impenetrável, que impedia qualquer miscigenação entre os grupos humanos, bem como os intercâmbios materiais e imateriais entre as civilizações dos dois lados do deserto.

As organizações africanas eram vistas pelos europeus como sociedades que não podiam ter história (KI-ZERBO, 1980). Da história escrita de uma grande parte de Angola foram utilizadas fontes escritas extra-africana fornecendo uma visão de como deveria ter sido o percurso das organizações africanas, não como ela foi realmente. Foi a *Idade Média* europeia tomada, em geral como ponto de referência. Os modos de produção, as relações sociais e as instituições políticas foram analisadas em relação ao passado europeu. Havia uma recusa de considerar as organizações africanas como criadoras de culturas originais que floresceram durante vários séculos.

Antes do encontro com os europeus, a maioria dos povos africanos levavam uma vida

primitiva e bárbara, sem história, como tribos bárbaras, (...) etc., etc.. Assim, pensaram e escreveram alguns autores europeus sobre os Africanos, entre eles, Ralph Delgado. A história escrita de Angola pelos europeus é uma história dos “europeus em Angola”, sendo dominada pelas idéias, técnicas e valores da Europa Ocidental nestes últimos cinco séculos. Num contexto histórico mundial em que somente tem importância a história da Europa, que aparece por cima de todas as outras, e em que a das outras não interessam, nem desempenharam nenhum papel importante no desenvolvimento da Humanidade.

A concepção sociocultural de uma África como propriedade da Coroa Portuguesa aparece como pano de fundo na organização do império territorial colonial português, no que se relaciona particularmente à Angola. Para Isabel Henriques (1997: 92): “a história de Angola é pensada a partir das intervenções e das reações portuguesas em Angola. Esta história é assim caracterizada por uma ocultação contínua dos Africanos”. Segundo a autora (1997: 92-93):

1. Ela (a história), põe constantemente, em evidência a “selvajaria dos africanos”, porque qualquer contestação do poder português é encarada como prova dessa “selvajaria”;
2. A irrupção inesperada dos “*Jagas*” no século XVI serve nesta história para reforçar o carácter selvagem dos africanos, e em particular dos Angolanos como antropófagos;
3. A exaltação da intervenção do brasileiro Salvador Correia de Sá e Benevides aparece como uma variável dessa luta contra os “invasores”, e que permitiu expulsar em 1648 os Holandeses, pondo termo às operações que levaram à recuperação (restauração) da Independência Portuguesa perdida em 1580;
4. As idéias e as guerras liberais impuseram uma revisão das relações com os Africanos;
5. A abolição da escravatura modificou as relações entre os europeus e os africanos;
6. As repercussões da Independência do Brasil e a reorganização das relações com a nova nação brasileira, reforçaram Portugal e Angola a redefinirem as perspectivas econômicas;
7. O peso da intervenção britânica impuseram a Portugal opções que na maior parte dos casos, sob o disfarce de um humanismo indiscutível pretendeu pôr os Portugueses ao serviço exclusivo dos interesses ingleses”.

Da história das populações do Sul de Angola, pouco ou quase nada se sabe, a não ser o que eles registraram através da arte rupestre, o que deixaram nos locais hoje considerados de sítios arqueológicos e o que memorizaram e expressam através da oralidade. A ausência da escrita torna a questão da análise histórica daquela época difícil. Sendo assim, a produção da historiografia escrita pertence àqueles que a dominaram. Os “*outros*” sem produção histórica

escrita permanecem no retrato da expressão da arte e da cultura ou na memória expressa através da oralidade. O estudo de dados da arte rupestre e da oralidade ainda está muito longe de esclarecer os aspectos fundamentais das modificações das territorialidades, das formações socioculturais ou sócio-políticas, que existiram no território da atual Angola, e de esclarecer as faixas de contato que existiram entre as várias entidades sócio-territoriais nos diferentes períodos e a sua respectiva evolução organizativa.

Os europeus possuem relatos de alguns fatos sobre os grupos humanos do sul de Angola, desde os seus pontos de vista e desde que foi possível eles lá chegarem. Fatos há, que surgem do nada, sem nenhum tipo de argumentação ou entendimento, logo voltam a desaparecer sem o mínimo de explicação. Mesmo assim, ainda é difícil dispor-se de numerosa e variada documentação fidedigna abrangendo um período considerável de tempo, sobre um território ou sobre um grupo humano de uma cultura tão complexa, relativamente ao nosso conhecimento. Porém, sem escrita e somente revelada na arte e na cultura são memorizadas e transmitidas de geração em geração através da oralidade. O desconhecimento no campo da história da África tem levado a uma série de reduções e simplificações, que até hoje ainda se fazem presentes. Logicamente, o aspecto altamente redutor das análises é resultado da falta de informações, de distorções, de visões ambíguas, com conseqüências altamente nefastas, refletindo-se no campo dos estudos sobre os Africanos e sobre a África.

Assim, a cada passo que procedemos deparamo-nos com a insuficiência de informações sobre um evento brevemente afluído, sobre situações de difícil compreensão e relacionamento. Dos documentos escritos pelos agentes portugueses sobre os grupos humanos, sobre as organizações ou formações sócio-políticas que existiram no atual território de Angola, para além das habituais generalidades, dizem muito pouco sobre estes ou são demasiado confusos e discriminatórios. A produção de textos publicados sobre a África não só é muito reduzida, mas freqüentemente falseada e de péssima qualidade, com várias lacunas de períodos relativamente importantes dentro do processo de formação dos territórios e das formações socio-políticas ou socioculturais.

A visão preconceituosa e distorcida de Angola causou grandes prejuízos ao estudo objetivo do passado africano. Esta visão foi reforçada pelo tráfico negreiro e pela colonização europeia, de estereótipos raciais geradores de discriminação, desprezo, incompreensão tão profundamente arraigados que chegaram a falsear os conceitos da ciência.

Naturalmente, partimos da bibliografia ao nosso alcance que foi redigida em sua maioria através de documentos escritos por vários autores profissionais e amadores, agentes europeus e particularmente portugueses vinculados a monarquia, a igreja, militares, exploradores,

sertanejos, aventureiros ou comerciantes; que constitui um volumoso acervo documental e fontes inesgotáveis de produção literária, científica e também de muita polêmica. Porém, tem sido ainda muito insuficiente para elucidar muitos fatos. Por exemplo, os estudos de arqueologia têm sido muito escassos, não sistemáticos, demasiado pontuais e fragmentários. Podemos praticamente afirmar que os sítios arqueológicos do Namíbe foram objetos de pesquisas sistemáticas por um período muito breve tal como dos seus assentamentos humanos. Os métodos mais atuais de investigação do passado, entre os quais os da arqueologia, da antropologia histórica e humana, da lingüística, possibilitam a elucidação do passado de civilizações sem escrita, essencialmente através da análise da comparação dos documentos, não olvidando a percepção geográfica dos eventos humanos relevantes no cenário da natureza da vastidão do território do Namíbe.

O estudo da evolução da organização humana do passado é muito importante e indispensável. A partir da pesquisa geohistórica evitamos erros sucessivos; progressiva e lentamente elucidam-se com as análises mais centradas em modelos que explicam convenientemente os fatos. Realçamos que as datas e a determinação dos grandes períodos da história africana tem sido até muito recentemente determinados de fora para dentro; o parâmetro tem sido o da organização exterior e não concretamente a organização africana, a não ser as referências do "exotismo" africano e aquilo que lhes é conveniente tem merecido grande realce. A falta de comprovação das hipóteses acerca do desenvolvimento das formações sócio-políticas e socioculturais Africanas a respeito dos quais se ignoram quase toda a evolução, origem, expansão súbita, brusco declínio, são ainda até hoje confirmados por fatos que se produziram na África Centro-Austral até ao século passado.

A leitura e interpretação dos documentos ao nosso alcance exigiu-nos a destreza de apreciação crítica do conteúdo e da forma como foi escrita. Estivemos às vezes perante documentos, que na maior parte dos casos, resultaram de um ato de submissão entre o "outro" (Africano) de uma cultura expressa na arte e na oralidade, quer dizer sem uma cultura de escrita que narravam ou ditavam palavras e frases que compunham idéias e princípios muito específicos e o "outro", de cultura muito diferente, instruídos na cultura de leitura e escrita de textos intervindo com as suas percepções, seus modelos (europeus) de compreensão dos assuntos, determinados por idéias e palavras de outrem na interpretação dos eventos.

A etnologia tem sido por força das circunstâncias interpretada com premissas explicitamente discriminatórias, com conclusões implicitamente políticas, com exercício "científico" ambíguo. O "outro", "atrasado", "bárbaro", "selvagem", em diversos graus, tornou-se objeto de interesse do pesquisador ou da cobiça do traficante (KI-ZERBO, 1980). O termo "etnia", atribuído aos chamados povos sem escrita, foi sempre marcado pelo preconceito racista:

“Ídólatra ou étnico” (KI-ZERBO; 1980). A “*ideologia colonial*” e a “*etnologia*” decorreram de uma mesma configuração, coexistindo nas duas ordens de fenômenos; um jogo que condicionou o desenvolvimento de ambos. A “pseudocultura européia” inspirada no pensamento antropológico do século XIX legitima o colonialismo, não caracterizado pela conjuntura política, mas de estrutura biológica, como caso particular da competição natural, justificando a Europa colonizadora.

1.5. A Problemática da Periodização da Evolução Histórico-Geográfica de Angola e as Etapas do Desenvolvimento da Estrutura Territorial no Namibe.

A maior parte da documentação escrita sobre os territórios da atual Angola até hoje continua sendo de autores portugueses: determinações régias, relatórios e cartas de religiosos e de militares, sertanejos e exploradores, e de comerciantes, resultando num acervo de documentos de inquirições. Os parâmetros das referências históricas são “eurocentristas” (raramente não o são), fundamentando-se nos termos da dependência: da religião do século XV ao século XVIII, (como povos cristãos *versus* povos não-cristãos); a ciência e o progresso como principais parâmetros do século XIX (no domínio da ciência e tecnologia); e o desenvolvimento socioeconómico como referência para o século XX, (face à dicotomia países desenvolvidos *versus* países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento). Para chegar aos dias de hoje, Angola percorreu um longo caminho, de progressos e retrocessos, caracterizados por benefícios e prejuízos.

As diversas fontes por nós analisadas visaram de uma maneira geral uma periodização comum à visão “eurocentrica” da evolução da história angolana como confirmam os exemplos que se seguem. A evolução histórica de Angola com a presença portuguesa foi narrada por vários autores profissionais e amadores, entre eles: Antônio de Oliveira Cadornega que viveu em Angola entre 1639 à 1690; as suas obras escritas datam de 1680, 1681 e 1683. A sua narração da *História Geral das Guerras Angolanas* é composta por três volumes, que narra os eventos até 1648 e foi redigida no século XVIII, cuja edição é de 1937 e reeditada em 1940-1942. A última edição é de 1972, com os mesmos três volumes subdivididos em três partes: o *estabelecimento dos primeiros contatos de Portugal com os Reinos do Kongo e de Angola*; *as relações entre Portugal e o Reino do Kongo no decorrer do século XVI*; e *os Projetos da Coroa Portuguesa relativamente ao Reino de Angola em meados do século XVI*.

A História de Angola de Ralph Delgado (1940 ou sem data bem definida de acordo aos volumes editados) foi redigida em Benguela - Angola durante a Segunda Guerra Mundial. Com caracter glorioso dos Portugueses no texto, segundo o autor pretendeu, *preencher lacunas fundamentais da cronologia e da interpretação dos respectivos acontecimentos*. Neste seu ensaio histórico, Ralph Delgado elaborou com bastante rigor a periodização da evolução territorial do período colonial e interpretou os diversos eventos históricos com visão de uma história dos portugueses em Angola onde os africanos são um "incidente de percurso" inconveniente ao expansionismo e a bravura dos agentes conquistadores extra-africanos:

- "1º- Período:- Descobrimto, política de captação e monopólio comercial (1482 a 1575);
- 2º- Período:- Primeira fase da conquista, desenvolvimento do tráfico e condomínio luso-flamengo (1575 a 1648);
- 3º- Período:- Dependência do Brasil, Segunda fase da conquista e progresso social e administrativo (1648 a 1836);
- 4º- Período:- Abolição da escravatura, ocupação definitiva do território e aproveitamento das fontes de riquezas (1836 a 1918);
- 5º- Período:- Expansão económica e administrativa, transformação social e caminhada para a criação de um Estado Português de grande amplitude (1918 a "data não definida")".

O caracter semelhante da periodização é mantido de uma forma geral invariável na maioria dos trabalhos publicados até hoje com poucas diferenças atendendo essencialmente à exatidão e pormenorização das etapas dentro dos períodos principais (ALMEIDA, 1994; BEBIANO, 1992; DIAS, 1959; FELGAS, 1958; D'AZEVEDO, 1957; SANTOS F. B., 1954; GALVÃO et al, 1952; FELNER, 1933). Alguns desses trabalhos referem-se aos períodos históricos restritos e dedicam-se, portanto, a uma periodização exaustiva dos mesmos. Assim, por exemplo, Sousa Dias (1959: 23-25) distingue duas épocas principais da presença dos portugueses em Angola desde os fins do século XV ao início do século XIX:

- "1ª - Descoberta, conquista e monopólio comercial (1482-1601).
- 2ª - Dependência do Brasil - desenvolvimento do tráfico (1602-1815):
 - 1º PERÍODO - Ambições estrangeiras: franceses e holandeses (1602-1647);
 - 2º PERÍODO - Restauração de Angola - Submissão dos Reis do Kongo, Angola e Matamba (1648-1753);
 - 3º PERÍODO - Fomento - Exploração do Sul - Colonização (1753 - 1815)".

Os trabalhos mais recentes sobre a história angolana e da África em geral caracterizam-se pela maior atenção e destaque à problemática da África Subsahariana, considerando a evolução do tecido historiográfico num todo e realçando a importância do contexto pré-histórico e a história das Antigas Civilizações da África (HENRIQUES, 1997; KI-ZERBO, 1980; KI-ZERBO, 1972). Neste tipo de trabalhos onde inserimos na medida do possível a nossa pesquisa o período colonial é visto somente como uma etapa da evolução histórica perpetua. Segundo Ki-Zerbo (1972:13), os quadros cronológicos africanos diferem significativamente dos da História Universal, como no seu aspecto geo-regional, assim também com relação aos principais marcos históricos:

" Mesmo a data da colonização, tão importante para a história recente da África e para a delimitação das atuais fronteiras dos Estados, não constitui a única nem a principal charneira em torno da qual se ordenaria toda a história destes países. O único método justo consistiria, ao que parece, em estabelecer divisões de base que englobem as grandes épocas históricas, dominadas pelo mesmo complexo de fenômenos. No interior destas épocas é necessário demarcar regiões históricas, característicos por situações e condições particulares no decorrer de todo o período".

Contudo, esta proposta pelo que sabemos até hoje ainda não teve o respectivo respaldo. Dentro da cronologia histórica se a exploração e utilização de objetos de ferro marca o fim da Pré-História e o início da História, então segundo alguns autores (KI-ZERBO, 1980), em algumas regiões africanas a Pré-história teve continuidade até ao ano 1000 da nossa Era. Nesse movimento histórico até o pleno século XX há comunidades que vivem na África Austral originadas da Pré-história. As suas forças-produtivas e as relações socioculturais desses grupos não se diferenciam daquelas que existiram na Pré-história (diferencia-os a utilização de objetos de metal adquiridos através dos intercâmbios com os outros grupos extra-locais). As técnicas de apropriação através da coleta, captura, caça e pesca, para não falar de outras atividades como a agricultura incipiente, a criação de animais, reproduzem-se em pleno século XX com técnicas puramente Pré-históricas africanas. Atendendo essas condições, Ki-Zerbo (1972: 33) distingue as fases seguintes:

- 1.º *As civilizações paleolíticas caracterizadas por um leadership incontestável da África;*
- 2.º *A revolução neolítica e as suas conseqüências (desenvolvimento demográfico, migrações, etc.);*
- 3.º *A revolução dos metais ou a passagem dos clãs à reinos, e impérios;*
- 4.º *Os séculos de reajustamento: primeiros contatos europeus; tráfico de escravos e as suas conseqüências (séculos XV - XIX);*
- 5.º *A ocupação europeia e as reações africanas até ao movimento de libertação após a Segunda Guerra Mundial;*

6.º *A independência e os seus problemas*".

A vantagem dessa divisão segundo o autor é que a mesma coloca em evidência os "*principais elementos motores da evolução humana*", ou então, os fatores socioeconómicos. Inserindo-nos neste contexto e interpretando a evolução geohistórica da nossa área de estudo e em função do mesmo consideramos que até a atualidade Angola passou pelos grandes períodos principais, designadamente: o Pré-Histórico da Evolução da Organização dos Grupos Humanos; o Histórico da Evolução das Antigas Formações Sócio-políticas; o da Consolidação e da Fragmentação das Organizações Sócio-políticas; o do Expansionismo, da Ocupação e da Implantação da Organização Territorial Colonial Européia, e da Sobreposição das Territorialidades; o Pós-Independência: a Organização Territorial, as Territorialidades e as Tendências Contemporâneas. Em cada período viveram-se várias épocas diferenciadas de apropriação e organização do território, formando a atual República de Angola. Através dessa periodização objetivamos compreender a gênese do processo, ou seja, o momento em que foi criado e como surgiu, e quem foram os principais atores e agentes que contribuíram para a Organização Territorial da Província do Namíbe, do qual para efeitos operacionais da nossa pesquisa genericamente periodizamos:

- I.º - Período Pré-Histórico da Evolução da Organização dos Grupos Humanos;**
- II.º- Período Histórico da Evolução das Antigas Formações Sócio-políticas;**
- III.º- Período da Consolidação e da Fragmentação das Organizações Sócio-políticas;**
- IV.º- Período do Expansionismo, da Ocupação e da Implantação da Organização Territorial Colonial Européia, e da Sobreposição das Territorialidades;**
- V.º- Período Pós-Independência: a Organização Territorial, as Territorialidades e as Tendências Contemporâneas.**

Não se trata de na periodização reproduzir a história e as reflexões sobre a sua polémica, objetivamos distinguir os diferentes atores e agentes que agiram em determinados momentos e motivaram eventos que ocasionaram ruptura de uma determinada fase de organização saltando para uma outra forma de organização da estrutura sócio-territorial.

No processo da evolução geohistórica importa-nos a contribuição da geografia na análise da organização do território e das territorialidades dos diversos atores, agentes e sujeitos organizadores e configuradores do espaço. A organização do território é o resultado não apenas dos fatores ambientais, mas é também configurado pelas idéias, leis, acordos, confrontos e modelos de organização sócioeconómicos, como também influenciada pela distribuição dos recursos, das atividades humanas, da cultura e dos valores materiais e imateriais dos humanos.

CAPÍTULO 2

O CONTEXTO PRÉ-HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS HUMANOS.

2.1. Considerações Gerais Sobre a Evolução da Espécie Humana.

As descobertas realizadas até hoje atribuem ao continente africano o principal berço do fenômeno de hominização, desde o *keniapiteco* (*Kenyapithecus Wickeri* de 14 milhões de anos, considerado como o iniciador da dinastia humana). O *australopithecus africanus* ou *afarensis* é o primeiro homínido bípede que explorou as savanas da África. Seguem-se os *zinjanthropos* e a variedade do *Homo habilis*. Estes foram os primeiros humanos que representem um novo “salto” na ascensão para o “status” do homem moderno. Seguidos depois os *arcanthropos* (*pitecantropos* e *atlantropos*) os *paleantropos* ou *neandertalenses* e, finalmente, o *Homo Sapiens Sapiens* (homem de Elmenteita do Kénia), cujas características, frequentemente negróide, observados por muitos especialistas no período *Aurignaciense Superior* (KI-ZERBO, 1980).

Presentemente, "reconhece-se que a África foi muito provavelmente o berço da Humanidade e o palco de uma das primeiras revoluções tecnológicas da história: a do período *Neolítico*, graças a revelação feita pela arqueologia", explica Ki-Zerbo (1980: 12). Em África, os homínidos mais antigos datam de 5 300 000 de anos detectado pelo método K/Ar (KI-ZERBO, 1980). A difícil conservação dos fósseis humanos em África é devida à umidade e a acidez dos solos. De acordo com Ki-Zerbo (1980: 283), pode-se dizer que ao contrário das teorias europeias que explicam o povoamento da África pela migração vinda da Ásia as populações desse Continente são em grande parte autóctones.

Até hoje encontram-se pinturas rupestres de figuras de imagens de pessoas, animais e vegetação, esculpidas nas cavernas ou em pedras, que podem ser decifrados e saber-se da evolução da organização e do seu modo de vida. Investigações recentes realizadas na África do Sul sobre as pinturas rupestres indicam possuírem nove mil anos. Talvez as do Namíbe podem ser enquadradas dentro da mesma data. Alguns desses trabalhos resultados da pesquisa da pré-história de Angola foram apresentados no Congresso Pan-Africano de Pré-História, de Léopoldville (Kinshasa-Kongo) em 1959, e de Tenerife reunidos naquela época decidiram que no próximo Atlas da Pré-História Africana iria constar Angola como um lugar de destaque respectivamente (ALMEIDA, 1994). Infelizmente, até hoje não tivemos acesso a esse valioso material.

"As latitudes tropicais beneficiavam-se na época de um clima "temperado" favorável a vida animal e o seu desenvolvimento", segundo Ki-Zerbo (1980: 744). Considerando a adaptação ao meio como um dos mais poderosos fatores de formação do homem desde a sua origem, a postura ereta foi uma etapa tão decisiva do processo da hominização ocasionada pela adaptação ao meio geográfico das savanas de ervas altas dos planaltos do leste africano, imposta esta ereção para olhar por cima a fim de observar a sua presa ou se proteger dos animais predadores hostis a sua presença. Outra explicação é dada a essa postura ereta pela necessidade de manter a cabeça fora da água, na qual havia refugiado para escapar dos seus predadores que evitam a água (Elaine Morgan, 1973: 33-55 apud Ki-Zerbo (1980: 744)). Outros consideravam o meio aquático como responsável não só do aparecimento da vida, mas também pela hominização (KI-ZERBO, 1980). As adaptações biológicas foram progressivamente incorporadas pela hereditariedade e passaram a ser mantidas como características permanentes.

Para os qualificados pré-históricos Angola teria desempenhado um papel de grande relevo no povoamento da África, tida por alguns cientistas como um dos berços da humanidade surgida na Terra talvez há um milhão ou à 4.4 milhões de anos, conforme resultados mais recentes achados em África (ALMEIDA, 1994). Há comprovações de despojos de primatas fósseis em grutas quaternárias e a existência atual de alguns pequenos grupos humanos considerados descendentes dos mais primitivos do continente africano, tais como: os *Mucuancalas*, o etnónimo dado aos *Bosquimanos*; os *Hotentotes* propriamente dito e/ou os *Muquédés*; os *Curocas* (*Mucuépes* ou *Cuádis*); *Mítuas*, (*Vatua*, *Mucuíssis* ou *Mucuanandos*).

Encontramos duas abordagens principais para a interpretação da arte pré-histórica: uma das explicações expressa a arte como uma visão do mundo que as populações possuíam na época, a outra abordagem afirma que a arte pré-histórica é o reflexo da existência concreta dos homens de uma determinada formação, um momento "ideológico" e um instrumento superestrutural que expressa um certo equilíbrio ecológico e sociológico e permite ao homem preservá-lo ou melhorá-lo em seu favor.

O nome original atribuído ao homem (africano) era *Homo afer* (KI-ZERBO, 1980). Depois designados de "negros" e, mais tarde de "pretos". O termo "*negróide*" mais abrangente era usado as vezes para designar todas as pessoas que se pareciam com os "pretos". "O grupo negróide tornou-se autônomo há 120 mil anos, enquanto os *mongolóides* e *caucasóides* individualizaram-se há 55 mil anos", segundo Ki-Zerbo (1980: 283). A partir dessa época tão remota para o homem as miscigenações foram evidentes no Continente Africano. Segundo A. Moret (1931) apud Ki-Zerbo (1980: 749) "há 30 mil anos a raça negra cobria o mundo numa expansão pluricontinental: diferenciou-se e desenvolveu-se, ao que parece vitoriosamente, na

África, sua terra de origem, a partir do Sahara. Ainda Ki-Zerbo (1980: 750), “o crescimento das forças produtivas no *Neolítico* deve ter provocado uma expansão demográfica, que por sua vez desencadeou fenômenos migratórios (...) os primeiros movimentos migratórios parecem ter começado com os ‘*Bantu*’ do leste e do nordeste para se expandirem em direção ao oeste e ao norte. A partir do *Neolítico* a tendência geral é aparentemente a descida para o Sul, (...). Esse refluxo para o sul e para o leste (Sudaneses, Bantu, Nilotas, etc.) prosseguirá durante o período histórico até o século XIX, quando as últimas vagas terminariam nas costas do mar austral” (Figura 2).

Vários achados no Namíbe de numerosas jazidas pré-históricas providas de abundantes materiais, particularmente artefatos *paleolíticos* demonstra inevitavelmente a longínqua presença humana. Foram encontradas peças líticas com técnicas e tipologias de características remotas da humanidade. Estes achados que vão desde a alta antiguidade até as mais recentes idades arqueológicas, encontram-se em áreas atualmente incompatíveis à sobrevivência humana, de acordo com os apetrechos técnicos que possuíam os humanos daquela época. Encontrando-se nos locais da Orla Litoral, no Camucuío (Serra-Abaixo) no *Txitundulo* e no outro morro *Filho do Txitundulo*, no Brútuei, na região sub-desértica existem despojos arqueológicos que identificam o passado de organizações humanas, que ali originaram-se, habitaram ou que por ali passaram.

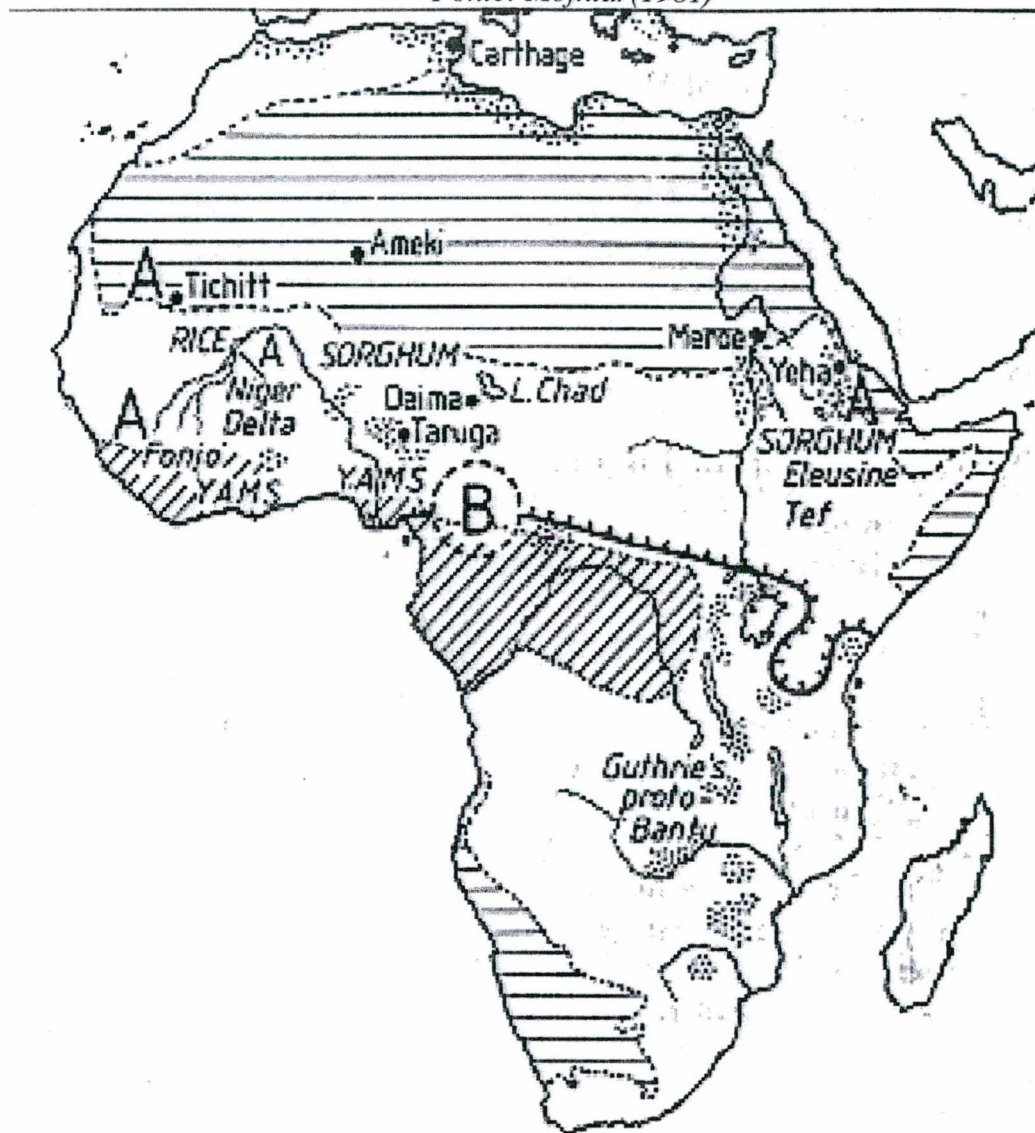
"A arte pré-histórica africana foi incontestavelmente um veículo de mensagens pedagógicas e sociais", segundo Ki-Zerbo (1980: 683). Os San constituem até hoje os representantes dessas pinturas e gravuras rupestres e afirmam que seus antepassados lhes explicaram sua visão do mundo a partir desse gigantesco livro de imagens que são as galerias. A educação dos grupos que desconhecem a escrita está baseada, sobretudo, na imagem e no som, na audiovisual, situação que se mantém até hoje na África Subsahariana. Os petroglifos⁴ da arte são algo semelhante. O mito não explica tudo, muito antes de se produzir o mito, é necessário produzir e reproduzir a própria sociedade, afirma Ki-Zerbo (1980: 683). Logo, o mito pode ser um meio privilegiado (melhorar) ou nefasto (deteriorar) às forças produtivas e às relações de produção, prejudicando a formação da estrutura territorial e impedindo a evolução da organização territorial.

Da arte rupestre do Deserto do Namíbe fundamenta-se a teoria que admite a origem, a passagem ou a permanência de grupos humanos endógenos ou exógenos portadores de diversas culturas pré e proto-históricas, testemunho que em Eras recuadas o território do Namíbe deveria ter sido densamente povoado, constituindo, porventura, notável centro antropogênico ou de expansão humana da África meridional.


⁴ As representações rupestres foram denominadas petroglifos, segundo KI-ZERBO (1980: 679).

Figura 2. O meio natural como recurso de expansão populacional na Época Pré-histórica.


Fonte: Mofhtar(1981)



B Área de origem dos Bantu segundo Greenberg

 O limite norte dos Bantu

A Possíveis áreas agrícolas
Áreas onde trabalhava-se

 o ferro

 Florestas

RICE, Fontes originárias das plantas cultiváveis

 Desertos

2.2 O Início da Organização dos Grupos Humanos na África Austral.

É praticamente impossível traçar um limiar cronológico nítido que permita demarcar em períodos precisos a passagem de um estágio de organização a outro. As diferentes fases da pré-história, aparentemente, se sobrepõem, se interpenetram e coexistem ao longo dos períodos. Numa mesma camada estratigráfica, pode-se encontrar relíquias da *Idade da Pedra* primitiva, utensílios mais evoluídos (pedras polidas), até os objetos de metal conformando um complexo industrial, que começa a partir da primeira *Idade da Pedra*, se prolonga até ao fim do *Neolítico*.

Os pré-hominídeos e os homens pré-históricos africanos organizavam-se, segundo Ki-Zerbo (1980), em rebanhos, depois em bandos, em grupos e em equipes organizadas graças as tarefas técnicas concretas que eles, para sobreviverem e viverem melhor, só podiam realizar em grupo. O processo de evolução da organização humana, o sentido e os estágios revela-nos a organização do homem desligando-se lentamente da natureza para se organizar numa coletividade humana em forma de grupos (designados de rebanhos, bandos, equipes) de comunidades pioneiras agregando-se e desagregando-se para se reorganizarem de outras formas, com modelos que se aperfeiçoam cada vez mais. Os apetrechos técnicos dos grupos humanos contribuíam para tal evolução.

Segundo Ki-Zerbo (1980: 289), "o desenvolvimento do homem em toda a sua variedade racial teve lugar, desde a sua origem, no interior do continente africano". Assim, até agora a África é o único continente onde se encontram numa linha ininterrupta todos os estágios do desenvolvimento do homem: *australopitecos*, *pitcantropos*, *neandertalenses* e *Homo sapiens*, sucedeu-se com os respectivos utensílios das épocas mais distantes até o *Neolítico*. Como tal, as pinturas e gravuras do Namíbe constituem a nosso ver um testemunho indiscutível de grande importância para o estudo da evolução da organização humana desta região. Deve-se reconhecer o papel da África como pólo de disseminação tanto dos homens, quanto das técnicas num período importante da história humana (*Paleolítico Inferior*). Logo, as épocas migratórias posteriores são correntes migratórias inversas de volta ao continente africano e não de vinda pela primeira vez, emigrando da Eurásia.

A evolução da organização humana confirma-se pela consolidação das aptidões essenciais do homem, tendo sido possível pelo intercâmbio entre os seus semelhantes e graças a uma dinâmica sociocultural que modelou a organização humana. O fator sociocultural teve um papel importante no nível da agressividade pela predominância do mais forte. A dimensão sociocultural desempenhou um papel muito importante, revelando nas funções do trabalho, da

comunicação, do comportamento do indivíduo no seio da coletividade, em suma, do seu nível de desenvolvimento organizativo atingido.

Nas regiões onde o habitat, a cultura ou condições particulares favoreceram o uso de utensílios pesados, exerceram desde logo um papel importante e que tal elo persistiram por muito tempo deste que, as razões que o levaram à sua adoção permaneciam (KI-ZERBO, 1980). Este complexo industrial considera-se dentro do processo do desenvolvimento da organização territorial e dos fatores ecológicos. Não chegamos a existência de uma correlação entre esse tipo de utensílio e as áreas de maior precipitação pluviométrica e, conseqüentemente com vegetação mais densa. Assim, podemos considerar que esses elementos pesados estavam relacionados com as determinações ecológicas e não estavam associados a um determinado período ou estágio cultural na evolução do instrumento lítico. Então, essa indústria estava ligada a áreas de vegetação mais densa com manifestações contemporâneas nas regiões da África Austral e com estágios nas savanas nos habitats mais abertos.

A Antiga História da África Oriental confunde-se segundo Ki-Zerbo (1980: 480), com a História da Humanidade, fato que lhe confere uma importância universal. A África Austral tornou-se um centro mundial de pesquisas sobre a vida, o meio ambiente, a origem do homem, sua cultura e a ecologia dos primatas. A Pré-história na África foi extremamente longa e, ao fim desse período as populações humanas já haviam alcançando grandes progressos diferenciando-se bastante de seus ancestrais dos primeiros tempos (KI-ZERBO, 1980). Uns aparentavam-se aos *San*, outros foram assimilados às populações negróides da *Idade do Ferro*.

A domesticação do grande numero de plantas durante a pré-história ainda persiste sob as suas formas às vezes melhoradas que alimentam muita gente até hoje. A atividade agropecuária propicia a fixação e a estabilidade, ocasionando a evolução da organização humana, sem o qual não teriam, talvez, existido as formações sócio-políticas. A manufatura da cerâmica foi uma inovação que permitiu a acumulação primitiva de riqueza na forma de bens extraídos da natureza pela sagacidade humana. A preparação culinária dos alimentos permitiu formar um aspecto sociocultural desde o *Homo habilis* da dieta de vegetais a carne, em suma, a organização das suas atividades de apropriação, exploração, produção, repartição e consumo.

2.3 A Influência do Subsistema Natural na Organização dos Grupos Humanos.

A África atualmente colocada na periferia do mundo tecnicamente desenvolvido, estava na vanguarda da evolução durante os primeiros 15 000 séculos da evolução da organização humana, desde o *australopiteco* e o *pitecantropo*.

Há 100 mil ou 80 mil anos atrás o nível do mar diminuiu em relação ao seu nível superior que era de +5 a +12 m. Nos trópicos registrou-se a diminuição da temperatura oscilando entre 6 a 8° C, e o clima tornou-se mais seco com decréscimo nas taxas de evaporação, assegurando um suprimento regular de águas superficiais e talvez maior do que o da atualidade (KI-ZERBO, 1980). Nessa época, o clima semi-árido que então existia na bacia do Zaire, na região equatorial reduziu consideravelmente a floresta perene ou substituiu-a por campos ou matas mais abertas, possibilitando um habitat favorável ao homem e a biodiversidade (Figura 2, p.31). Logo, começam as migrações para essa região anteriormente desabitada pelos humanos. Tal acontecera, da mesma forma durante o *Pleistoceno Superior*, o deserto do Namíbe, atualmente tão inóspito, foi ocupado por grupos de caçadores que deixaram seus utensílios nos locais de acampamento.

A organização da especialização regional pode encontrar explicação nas preferências locais por certas espécies de animais de caça e no crescente uso de certos alimentos vegetais que deveriam ser moídos e triturados. O material de moagem aparece pela primeira vez como indústria, há 25 mil anos atrás (KI-ZERBO, 1980). Um conjunto significativo de utensílios pesados acompanha os utensílios leves, refletindo um sistema de exploração com recursos muito semelhantes aos do Zaire⁵ e de Angola.

No fim do *Pleistoceno*, há cerca de 10 mil anos atrás, grupos humanos geneticamente aparentados, diferentes regionalmente, ancestrais longínquos de alguns grupos atuais, diferenciaram-se: os troncos dos *San*, grande e pequenos, no sul da África e os negróides, na África ocidental. As “raças” humanas africanas autóctones são consideradas com certa antigüidade no continente, donde considera-se terem evoluído durante o *Pleistoceno Superior* e os primórdios do *Holoceno*, passando por um longo período de adaptação e seleção nas principais regiões biogeográficas.

O clima da África, há 8-10 mil anos atrás, era muito úmido, de modo que os lagos eram maiores e mais numerosos, os pântanos, mais extensos, os rios, mais longos e caudalosos e os cursos d'água temporários, mais regulares (KI-ZERBO, 1980). O modo de vida das populações nessa época estava relacionado com as condições naturais, vinculados aos cursos d'água, às

⁵ Atual República Democrática do Kongo.

terras por eles banhadas e as suas fontes de alimentos, marcado por avançadas técnicas de pesca e de construção de embarcações que difundiram-se por todo o continente, da costa Atlântica até a bacia do Nilo. Evoluía-se uma organização humana aquática, testemunhados por numerosos sítios arqueológicos, com datas de 6 mil anos, considerada como a forma local da grande atividade “aquática” da África (KI-ZERBO, 1980).

A partir de aproximadamente 5 mil anos antes da Nossa Era, os efeitos do ressecamento geral do clima começaram a ser sentidos. O nível dos lagos baixou, a atividade de exploração dos recursos aquáticos sofreu um declínio (KI-ZERBO, 1980). As florestas da África eram despovoadas, formavam limites naturais, impunham uma organização na distribuição dos grupos humanos esparsamente dentro do conjunto das populações, implicavam, provavelmente, a organização isolada quase total de cada um desses grupos em relação aos seus vizinhos.

As alterações climáticas, de acordo com os estudos palinológicos, limnológicos e outros, que ocorreram na África simultaneamente às que acompanharam a última glaciação da Eurásia, bem como a distribuição esparsa e o relativo isolamento das populações de homínídeos, causaram certamente transformações e evoluíram em várias direções. Ao mesmo tempo, os homínídeos se adaptavam de modo diferente e mais eficiente, nos planos cultural e genético, nos ambientes diversos que passaram a habitar.

As savanas proporcionaram ao homem fontes de recursos, não só mais fáceis de arrotear, como também permitiu fácil locomoção. A facilidade de locomoção foi fator decisivo para o povoamento, por excelência, as migrações humanas, reconstituídas pelos testemunhos arqueológicos, etnológicos, lingüísticos e históricos.

O homem, segundo J. D. Clark (1980) apud Ki-Zerbo (1980; 505) não evoluiu na floresta, mas nas savanas. Na África austral os mais antigos fósseis de homínídeos foram encontrados nas pradarias secundárias e nas matas de vegetação decídua. A partir da interpretação dos testemunhos paleontológicos, calculou-se que a diferenciação entre as famílias dos homínídeos e dos pongídeos verificou-se durante o *Cenozóico Antigo*, no suceder do *Mioceno Inferior*, há aproximadamente 25 milhões de anos.

O clima relativamente estável facilitou o desenvolvimento e a expansão dos cultivos nas savanas de espécies biologicamente adaptadas. No período de relativa estabilidade climática, houve diminuição da temperatura, com grandes movimentos tectônicos e fenômenos vulcânicos. Nessa época, o sistema de drenagem de inúmeras bacias fluviais e lacustres sofreram modificações, muitas vezes consideráveis, devido aos dobramentos tectônicos da crosta terrestre. As baixas temperaturas foram acompanhadas de uma diminuição no índice pluviométrico e de

um ressecamento crescente, de tal modo que a vegetação árida do *Karroo* alastrou-se no Sul da África em detrimento das pradarias e florestas (KI-ZERBO, 1980).

As mudanças ambientais impuseram ajustamentos significativos e uma concomitante diversificação morfológica, regidas provavelmente, por reações de adaptação às novas pressões ambientais. Registra-se o abandono da floresta para se viver nas savanas, a forma ancestral dos homínídeos havia passado por uma evolução genética relativamente rápida, tendo-lhe permitido adaptar-se a vários "nichos" ecológicos novos.

"O grande número de "cultígenos" constituem o "complexo da agricultura com sementes", caracterizado pela semeadura como preparação ao cultivo", segundo Ki-Zerbo (1980: 356). Com a atividade agrícola, a aclimatização e a domesticação das culturas implicou uma "nova e fecunda" relação entre o homem e o seu biótopo. No plano da ocupação humana, a diversidade de ambientes foi importante na medida em que para eles estava assegurada a subsistência através da apropriação de produtos da natureza, caçando, coletando frutos ou raízes comestíveis, bem como matérias-primas para a fabricação de utensílios, vestimentas, abrigos, bem como a disponibilidade de "cultígenos" possíveis de aclimatação e a sua transformação-domésticação em culturas agrícolas. As riquezas vegetais desempenharam um papel importante na evolução organizativa do homem na África Centro Austral. Permitindo-lhes a domesticação de culturas (cultígenos), a partir das variedades selvagens, proporcionando-lhes mais meios de sobrevivência. O incremento dos recursos alimentares facilitou o crescimento regular da população.

Os homens começaram a expandir-se para novos territórios. O *Homo Sapiens* exercia a sua destreza inata de adaptação, alargando os limites territoriais onde se estabeleciam. Esta expansão permitiu uma nítida divisão cultural entre as populações das regiões de savanas com árvores e progressivamente penetraram nas regiões mais úmidas de florestas densas. Desenvolveram a apropriação, através da caça, captura e da coleta de alimentos. Especializaram-se, sucedendo-se a divisão do trabalho, dedicando-se uns a caça, outros a coleta e ainda outros à pesca e à captura de animais à beira d'água, com lanças e certamente, com vários tipos de armadilhas (KI-ZERBO, 1980).

A forma de se organizarem foi um dos fatores que permitiu aos homínídeos distinguirem-se da natureza, conhecendo-a e aproveitando-a. Progressivamente, o homem se liberta dos estereótipos do instinto e adapta-se cada vez mais a atividades mais complexas ao meio ambiente, caracterizando a sua sagacidade de inteligência humana. O conjunto destes progressos caracterizados pelos intercâmbio apresentam-se como vagas invenções com um certo raio histórico, entrecruzando-se e sobrepondo-se que vai até ao período histórico das antigas

formações socioculturais, após o domínio das técnicas agropastoris e a invenção artesanal da cerâmica.

Com o complexo industrial pré-histórico descoberto em Angola e noutros lugares da África Austral, pode-se perceber o começo de uma territorialização especializada regional dos padrões que refletem a adaptação de diferentes modelos de organização conforme se trate de *estepes* "savanas", florestas claras ou florestas densas.

Durante a pré-história a situação ecológica da África Centro-Austral não constituía uma barreira estanque, mas pesou muito no destino da população em todos os aspectos. Todas as seteiras naturais desempenharam um papel de passarelas na exploração do território do Sudoeste da África, levado a efeito pelos grupos humanos endógenos ou por aqueles que por ali habitaram há milhões de anos atrás. A curva dos Vales do Sanga, do Ubangui e do Zaire deve ter constituído um corredor privilegiado da expansão humana em África.

Os estudos sobre os grupos humanos *Não-Bantu*, particularmente os *Bosquímanos Amarelos e Negros*, os *Hotentote e Kwadi*; sob o ponto de vista da etnologia cultural, a alimentação, o vestuário, o habitat, a vida familiar e social, a religião, a medicina e a demografia foram estudadas pelas *Missões de Investigação Científica de Angola*. Realizaram também pesquisas pré-históricas relacionadas com o material *Paleolítico*, a arte rupestre (pinturas e gravuras rupestres), com especial ênfase das do Sul de Angola⁶. A maior parte dos trabalhos realizados em Angola pelas *Missões de Investigação Científica* encontram-se no *Centro de Antropologia e no Centro de Pré-História e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical em Lisboa-Portugal*, donde continuam sendo estudados e o que resultou, por exemplo: a publicação em 1994, da recompilação dos artigos do qual tivemos acesso, sobre "Os *Bosquímanos de Angola*".

No Namíbe encontram-se gravuras rupestres em Camucuiu na Serra-Abaixo e no Brútuei na região sub-desértica e as pinturas rupestres localizam-se em três abrigos sob rochas: *Txitundulo* e o *Filho de Txitundulo* ambos na região de Brútuei, destaca Almeida (1994: 100). Essas gravuras e pinturas rupestres estudadas não tiveram ainda bem definidas a sua idade, mas supõe-se terem sido produzidas pelos *Bosquímanos* há alguns milhares de anos e se fazem também presentes materiais de seu apogeu no *Paleolítico Superior*. Para além na orla litoral, como junto das margens dos rios e no interior do deserto, dessa extensa área territorial, agora em grande parte sáfara e inóspita, habitaram grupos humanos, que trabalhavam a pedra, confeccionaram instrumentos pesados e grosseiros e com o decorrer de eras milenárias, outros

⁶ A Missão Antrobiológica de Angola, desde 1928 à 1948, e de 1948 à 1970 ocuparam-se das pesquisas dos grupos humanos do sul de Angola e recompilados por Inês Maria Lapa de Passos e por Maria Cecília de Castro. A maioria dos artigos recompilados são de autoria do Prof. Dr. Antônio de Almeida, ou de ambos com a Dra. Maria Emília de Castro e Almeida. O Prof. Dr. Antônio de Almeida trabalhou na Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais, que hoje constitui o denominado Instituto de Investigação Científica Tropical.

mais leves e mais perfeitos e deixaram marcas da sua permanência com gravuras e pinturas rupestres, feitas em rocha e em abrigos de “*inselbergs*” graníticos (ALMEIDA, 1994).

As gravuras encontradas em Camuquio pertencem a diversos estilos e idades, consistem em figuras geométricas, abstratas, esquemáticas, sub-esquemáticas ou semiesquemáticas, pouco realistas e de interpretações muito duvidosas, em instrumentos de ferro como a enxada e o machado, análogos aos que ainda hoje usam outros grupos humanos de *Bantu* de Angola e também em pés humanos, patas de felinos e de antílopes; as pinturas são do estilo simbólico ou convencional e outras naturalistas – animalista ou ainda subnaturalista diferenciando-se com os da Namíbia (ALMEIDA, 1994).

As pinturas foram executadas com auxílio de carvão vegetal, ocre, metais, água e gordura animal. As pinturas representam cenas de caça, danças para a caça e combates entre pessoas (autóctones e invasores), como mostra a ilustração da Figura N° 3 da arte rupestre. Também atestam a presença de animais, antílopes, zebras, búfalos, leões e elefantes; correspondente cada um a um domínio e a uma época de caça diferente. Uma das pinturas representa por exemplo um caçador armado com um arco e coberto de penas de avestruz, disfarce que lhe permite aproximar-se desses animais; método usado ainda hoje por muitos grupos africanos (Figura 3).

No sul da África na pré-histórica os grupos dos *San* passavam o inverno na costa, nutrindo-se principalmente de alimentos marinhos e o verão nas montanhas onde a dieta consistia em diversos vegetais, daimões, tartarugas e outros pequenos animais (KI-ZERBO, 1980). Os *San* constituem um grupo original do Continente Africano. Em alguns estudos antropológicos, eles são enquadrados junto aos *Khoi-khoi*, na “*raça Khoisan*”. É uma extrapolação da classificação lingüística, que reúne as línguas dos *Khoi-khoi* e dos *San* num mesmo grupo, causado pela característica da presença de consoantes cliques com valor fonético. O termo “*Khoisan*” proposto por J. Shapera apud Ki-Zerbo (1980: 297), é uma combinação de duas palavras “*Khoi-khoi*”: “*Khoi*”, que significa homem, e “*San*”, cuja raiz significa acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra, capturar pequenos animais. Esta classificação é dada a esse grupo humano em função do seu *gênero de vida e modo de produção*. Os *Khoi-khoi* viviam em Kraals, trabalhavam o metal e criavam gado. Os *San* eram nômades e até hoje, ainda vivem da caça e da coleta. A antropologia e a lingüística opõem-se à reunião dos dois grupos num só agrupamento (KI-ZERBO, 1980).

Os trabalhos publicados sobre a arqueologia têm contribuído bastante para elucidar muitos fatos, funcionando como indicadores e medidas da evolução da organização humana: desde os objetos de pedra, de ferro e a tecnologia envolvida na sua fabricação, a cerâmicas com as suas técnicas de produção e estilo, as peças de vidro, as graficações, as gravuras e os figurinos

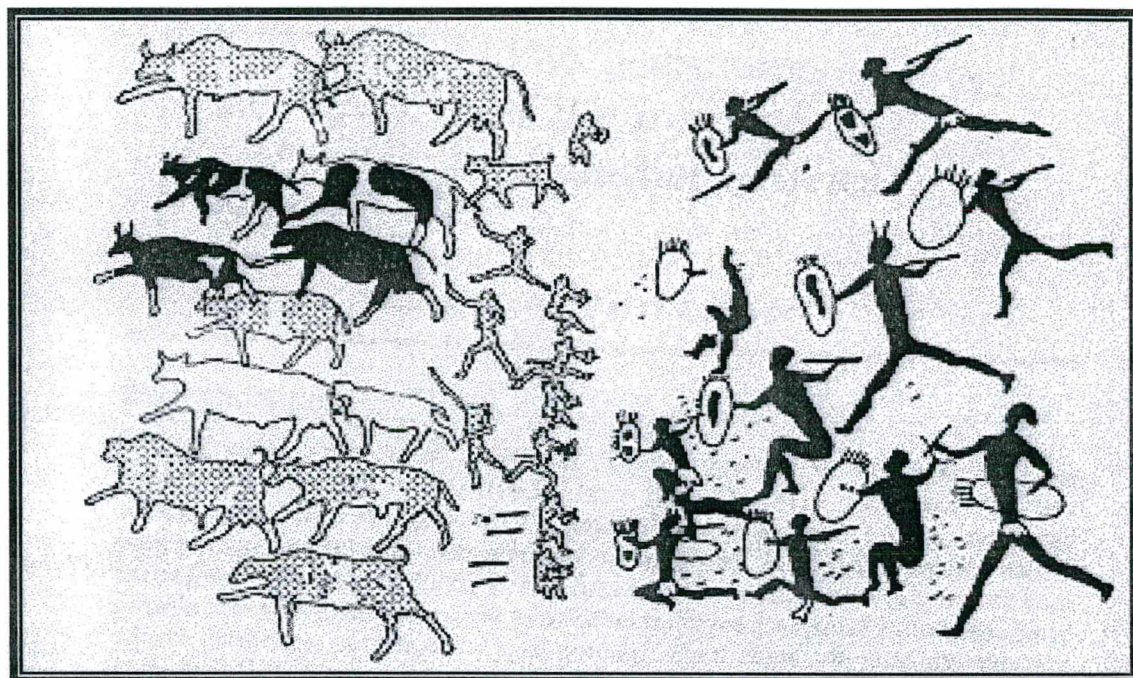


Figura 3 . Pinturas e figuras rupestres do deserto do Namíbe, a caça e o conflitos entre os San e os Bantu invasores.

Fonte: Mokhtar, G. (1981: 669).

de vários estilos gráficos, as técnicas de navegação, a pesca e a tecelagem, os produtos alimentícios e também as estruturas geomorfológicas, hidráulicas, vegetais e animais ligados a evolução do ecossistema e da organização sócioeconômica dos grupos humanos.

Apesar de terem sofrido uma influência sensível da parte dos seus vizinhos, dos *Hotentotes* e dos *Bantu*, nem por isso deixou ou deixa de existir uma verdadeira organização comunitária ou grupos de *Bosquimanos*. Também, tem-se atribuído várias origens aos *Hotentotes*, dos quais, atribui-se ao cruzamento de *Bosquimanos* e *Camitas*, ou uns com os outros grupos *Pré-Bantu* ou dos primeiros *Bantu*, quer ainda provenientes de mulheres *Bosquímanas* com Egípcios. A miscigenação verificar-se-iam, porventura durante os últimos períodos pré-históricos e, em regiões não distantes dos Grandes Lagos Centro-Africanos, opiniões baseadas na cultura dos *Hotentotes* e corroborada por modernas investigações científicas.

A disponibilidade das fontes de alimento garantido nos rios, lagos e uma organização apropriada para a época, permitiam-lhes explorar eficazmente esses recursos, aumentando os assentamentos comunitários maiores e mais estáveis do que os outros grupos anteriores. Estes fatores propiciaram um crescimento demográfico, a organização de um novo ambiente sociocultural, caracterizado pela manufatura de um artesanato complexo indispensável à elaboração de embarcações, arpões, cestos e cerâmica, modificando a organização das atividades laborais e do modo de vida proporcionado pelo uso desses objetos inovados.

O grau de organização das populações de caçadores-coletores dependeu em muito da superioridade dos seus instrumentos, sobretudo onde o seu emprego facilitasse a exploração de novos recursos; implicando uma organização seletiva de ocupação de regiões desabitadas, como a bacia do Zaire e as zonas florestais da África Ocidental no fim do *Pleistoceno Médio*. As migrações de longa distância eram provavelmente raras, entre os grupos de caçadores-coletores relacionando-se mais este fenômeno com as populações nômadas de pastores.

Os despojos dos sítios arqueológicos do Namíbe de acampamentos donde levavam regularmente os produtos da caça e da coleta indicam que os humanos estavam provavelmente organizados em grupos sociais flexíveis, cuja composição poderia mudar com frequência. Esses grupos mantinham-se unidos pela prática de compartilhar os alimentos, em que os mais jovens dependiam dos adultos para se alimentarem e do aprendizado, tal como acontece até hoje.

As territorialidades dos grupos eram determinadas pela disponibilidade sazonal de recursos de água, vegetais e animais, o que ainda se verifica até hoje nos grupos de nômades, mas haviam contatos regulares entre os grupos vizinhos. Os que viviam junto ao mar ou noutras fontes de água se apropriavam dos seus recursos: peixes, moluscos e mamíferos aquáticos.

Outros perseguiram os recursos da caça de porte médio, e outros os recursos da caça de pequeno porte. A extensão das territorialidades dos caçadores dependia, como ainda depende dos fatores ecológicos, até onde chegavam e chegam os animais que podiam e podem ser caçados.

Os resultados dos estudos da pré-história na África Austral mostram a importância do papel desempenhado pelo Alto Planalto Interior na evolução humana como fabricante de utensílios. A crescente engenhosidade e eficiência com que as sucessivas populações de homínídeos desenvolveu padrões de comportamento e equipamento que lhes permitiu explorar de modo cada vez mais intenso os recursos dos ecossistemas onde viviam, o que ajuda a encontrar a explicação das diferenças socioculturais que distinguem os grupos autóctones da África até hoje: *San, Khoi-khoi, BergDama, OvaTjimba, Twa e Bantu*. Demonstra também a grande antiguidade e a continuidade de muitas características de comportamento sociocultural que persistem até a atualidade.

Nos primeiros séculos da nossa Era os caçadores-coletores foram substituídas na África austral pelos agricultores que conheciam a metalurgia. Esses grupos foram provavelmente os precursores dos *Cingua Bantu* que migraram para o Subcontinente vindos da região do Noroeste da África (Tchad e Camarões). No Sudoeste da África, no início da *Idade do Ferro*, no primeiro século antes da nossa Era ou muito antes alguns grupos humanos já possuíam carneiros e depois gado bovino.

A pré-história de Angola, sobretudo do Namíbe, continua ainda muito mal conhecida, por falta de esclarecimento de fatos fundamentais capazes de elucidar as formas como a espécie humana se organizava no passado. Permanece a questão de como surgiu e como era exatamente a organização dos grupos humanos, as suas estruturas socioeconômicas e políticas. Não sabemos quais foram os principais atores das organizações "endógenas" ou anteriores às migrações de grupos de *Não-Bantu, Pré-Bantu ou Proto-Bantu e Bantu*, nem as suas origens e as formações socioculturais anteriores à presença européia em África na época marcada pelo expansionismo no século XV.

CAPÍTULO 3

O CONTEXTO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS ANTIGAS FORMAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS.

3.1 Considerações Gerais Sobre a Organização das Antigas Formações Sócio-políticas e das Territorialidades na África Centro-Austral.

A Antiga História da África, segundo Ki-Zerbo (1980: 480), "confunde-se com a história da Humanidade, fato que lhe confere uma importância universal". A África Austral tornou-se num centro mundial de pesquisas sobre a vida, o meio ambiente, a origem do homem, sua cultura e ecologia dos primatas.

Pela literatura consultada não se sabe concretamente quem foram os primeiros grupos "endógenos" ou exógenos que habitaram a região desértica do Namíbe antes dos *Bosquímanos (San)* ou dos *Hotentotes (Khoi-khoi)*. Mas existem fatos que destacam a presença do homem através das pinturas pré-históricas existentes na área. A representação sintética de enquadramento das populações do extremo sul de Angola, em grupos socioculturais constam na Tabela 2.

Ao pesquisarmos a bibliografia buscando os dados da evolução geohistórica da organização territorial das formações sócio-políticas, que existiam no atual território de Angola deparamo-nos com muitas lacunas para elucidar os erros de interpretação ou a incompreensão da realidade cultural africana, que constituem barreiras erguidas a cada momento sem encontrarmos o melhor esclarecimento sobre os grupos humanos endógenos ou exógenos que ai habitaram e quais foram os processos de contatos culturais, as modificações políticas, sociais, econômicas e territoriais. As tentativas de reconstituição geohistórica e dos modelos de organização humana dos territórios, considerando os levantamentos e interpretações da oralidade, realizadas por especialistas em territórios vizinhos, têm "*iluminado o fundo do túnel*", esclarecendo algo importante de como teriam sido as organizações sócio-territoriais mais antigas.

As diversas pesquisas arqueológicas e etnográficas permitem crer que quase todo o interior da África Centro-Austral, de Angola à Moçambique, conheceu outrora uma mesma organização sociocultural. Embora confusas, as fontes indicam que independentemente da vassalagem entre as entidades territoriais, estas se tornaram poderosas e soberanas transformando-se em "reinos" de origem praticamente comum. Em consequência de cisões, migrações conduzidas por atores expansionistas, eram membros da família real, que dominavam o trabalho do ferro e teriam propagado a mesma organização sócio-política progressivamente.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Raça: Negróide; Grupo Étnico: Pré-Bantu									
4.		<p>Pré-Bantu</p> <p>Mucúepes (Curocas ou Kuroka): <i>Cuádis ou Kwádi</i>, sua língua vernácula; Ongáia, Kádi, Kwépa ou Ngwadia, na língua Bantu; <i>Vakuroca, Vakuepe</i> ou (Ovakwepé, Ovakuroca)</p>			<p>NÔMADAS E SEMI-NÔMADAS DISPERSOS</p>	<p>PECUÁRIA CAÇA COLETA</p>	<p>CÍCLICA</p> <p><i>Guiam-se pelos ciclos naturais e dos animais</i></p>	<p>TEMPORÁRIA IRREGULAR</p> <p>Habitam o deserto do Namibe, em Onguáia e Macala, no rio Curoca a direita e nos arredores das cidades do Namibe e do Tombwa.</p>	<p>Circulam em pequenos grupos</p>
(a).		<p>Mútua (<i>Mutwa ou Vatua</i> em língua Bantu): <i>Vatwa, Mucuíssis</i> em língua Mucubal; <i>Cuíssis, Mucuanãos, Ovakwíssi</i> (Mukwa-matari).</p>			<p>NÔMADAS E SEMI-NÔMADAS</p>	<p>Trabalhadores como pastores ou cultivadores</p>		<p>Habitam num território à sul do rio Bero, no norte da cidade do Namibe, ao longo do litoral, na Serra Abaixo (entre o deserto e a Serra da Chela)</p>	
(b).	PRÉ-BANTU								

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
MISCIGENADOS									
D.									
6.		MISCIGENADOS				Dedicam-se a todas atividades: agricultura, pesca, industria e empregados ou funcionários de empresas, privadas Estatais e são proprietários.			Mestiçados com brancos ou com outras etnias. * São todos miscigenado.
(a).		Gandarengos	*						
(b).		Muflas	*						
(c).		Gambwès (ou Gâmbuès)	*						
(d).		Mundimbas	*						
(e).		Himbab	*						
(f).		Mihimbab	*						
(g).		Quimbares (ou Imbares)	*						
(h).		Cambucussos	*						
E.	INDO- EUROPOÍDE								

Fonte: GUERREIRO (1968); RENDINHAS (1971); ALMEIDA (1994); GRIMES(1996).

Não foi contudo por espontaneidade que as primeiras formações socioculturais e sócio-políticas da África Subsaariana se tenham desenvolvido nas regiões das terras abertas de inter-relações, estas zonas eram aptas simultaneamente por uma permeabilidade interna, por uma certa abertura para o exterior e por facilidades de contatos com as zonas vizinhas, dotadas de recursos diferentes que serviam de complementaridade à sobrevivência dessas organizações humanas. Essas regiões das terras abertas experimentaram um ritmo de evolução mais rápido do que, ao contrário o isolamento das terras fechadas foi e continua sendo um dos fatores chaves da lentidão da evolução das organizações humanas em África.

As savanas foram, sem dúvida, a primeira região Austral do Continente Africano a ser povoada. Hoje são habitadas pelos *Bantu*, que foram precedidos pelos grupos *San* e *Khoi-khoi* cujos remanescentes são os *Sandawe* e os *Hadzapi*. Os *San* no passado habitaram as savanas da África meridional e oriental até os limites do atual Kênia, como testemunham a toponímia e a hidronímia dessas regiões, sendo os nomes locais de rios e montanhas vindos da língua *San*.

A organização dos *San* sofreu algumas modificações por diversos motivos, inclusive pelo contato próximo ou remoto com populações que exploravam e utilizavam o ferro e viviam de uma atividade de produção de alimentos. Poucos *San* continuaram utilizando ou trabalhando a pedra com regularidade, já que era possível adquirir o ferro através das trocas, fato que levou a inevitáveis mudanças nos níveis de organização e dos aspectos socioculturais. Outros grupos de caçadores-coletores se relacionaram fortemente com as populações produtoras de alimentos; outros não eram verdadeiramente aborígenes; retornaram a esse modo de vida e subsistiram graças à troca de produtos de outras proveniências dos seus vizinhos agricultores e pastores.

Os *Khoi-khoi* são atores históricos de pastores nômades que não sedentarizavam-se, nem dedicavam-se à agricultura, mas fabricavam um determinado tipo de cerâmica. Segundo Dumoulin, (1947: 13) apud Ki-Zerbo (1980: 749), "... uma migração de negróides do tipo *Hotentote* teria, partido da África meridional e central, submergindo na África do norte (...) e trazido para a Europa mediterrânea, à força, uma nova civilização: o *Aurignaciense*⁷". Os *Khoi-khoi* são criadores de gado que sem dúvida emigraram do nordeste para o sul da África, estabelecendo-se no meio dos grupos autóctones *San*. Afirma KI-ZERBO (1980: 297), que os *San* constituem, com certeza, os remanescentes do povoamento original do extremo Sul do Continente Africano e apresentam uma evolução organizativa socioeconômica específica. Atualmente, estão confinados às regiões inóspitas e áridas da Namíbia, do Namíbe e do Kalahari, podendo ainda serem encontrados em grupos isolados e dispersos pelo sul de Angola.

⁷Os *aurignacienses* prolongam-se numa civilização conhecida como *capriense*, segundo R. Furon (1943:14-15) apud Ki-Zerbo (1980: 750).

Os *Bantu* como caçadores e criadores de gado suplantaram-se aos grupos autóctones, que se retiraram para o Sul, penetrando a floresta ou contornando-a pelo Leste. As migrações africanas não estão diretamente relacionadas com o início da difusão do ferro, mas o conhecimento da metalurgia que possuíam os grupos recém-chegados conferia-lhes vantagens sobre os autóctones. O desenvolvimento da atividade de manufaturaria do cobre impulsionou o expansionismo da cultura *Bantu*, que teve como ponto focal as regiões de jazidas de cobre e o seu labor. Quanto maior fosse a distância do ponto focal das regiões possuidoras de cobre, aumentava também a miscigenação desses grupos com outros grupos de autóctones. Entre os *Bantu* há grandes diferenças do ponto de vista antropológico: a cor da pele, a altura, as dimensões corporais, etc. Os *Bantu* da floresta têm características somáticas diferentes dos *Bantu* que vivem na savana. A sua organização e as suas atividades apresentam grandes variações. Há por exemplo, os *Bantu* matrilineares e outros patrilineares.

A mobilidade humana nas savanas africanas foi um fator vital na organização das populações em entidades de formações sócio-territoriais. Nas savanas emergiram as primeiras formações socioculturais locais. As entidades territoriais procuravam dominar outros grupos que dispunham de uma organização e de apetrechos de defesa inferiores. Uma vez submetidos, estes deixavam-se assimilar ou refugiavam-se em redutos menos acessíveis, como nas áreas montanhosas íngremes, desertos, florestas densas, procurando lugares mais seguros contra os agentes invasores (Figura 4).

Para sobreviver, o homem explora, ordena e utiliza os meios ao seu alcance e converte-os em seu benefício. É essa a função da organização, mas devem existir outras formas que não seja esta única. A qualidade da organização não deve impedir-nos de ver a realidade concreta. A organização territorial representa para o homem um modo de ordenar o território, organizando-o de maneira racional, determinada de acordo com uma certa lógica imanente vocacionada a responder os seus objetivos. Para tal, inserimo-nos numa problemática sociocultural, em vez de nos preocuparmos com as puras especulações. Por exemplo: a fertilidade era o que mais importava, sobretudo no fim do período pré-histórico no Deserto do Namíbe, quando todo vestígio de vida humana recuava diante da seca crescente e implacável (KI-ZERBO, 1980).

Há cinco ou mais séculos, os *Bosquimanos* foram repelidos das regiões que habitavam pelos *Hereros*. Estes são grupos de pastores *Bantu* provenientes do nordeste africano ocupavam as planícies e as estepes. Os *Bosquimanos* foram expulsos por esta expansão ocupacionista *Bantu* na África Austral antes da colonização europeia e depois pela expansão colonial dos holandeses e ingleses da colônia do Cabo. Os *San* fixaram-se e concentraram-se no Deserto de Kalahari e do Namíbe. Essas terras do deserto são impróprias para o desenvolvimento da agricultura e pecuária

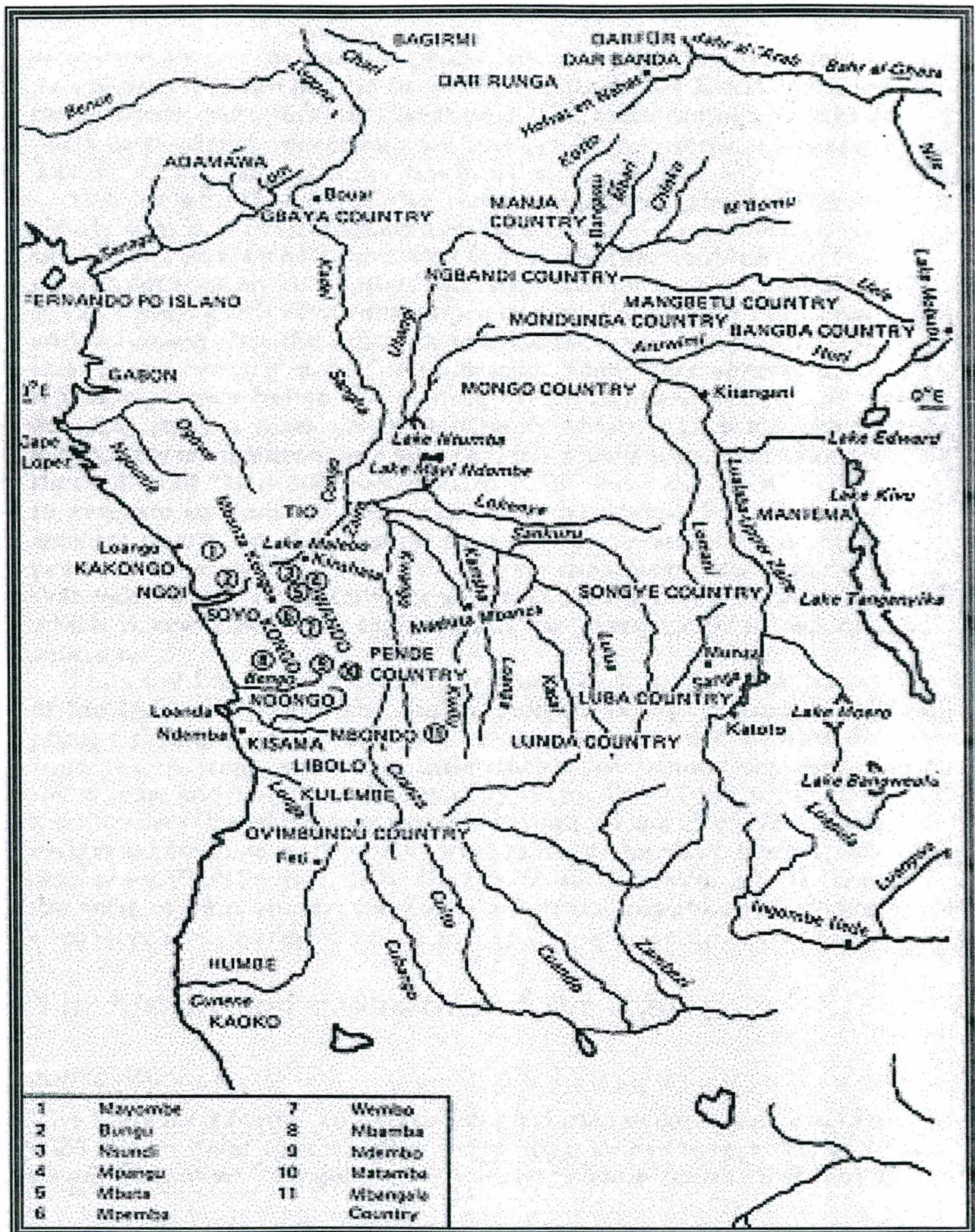


Figura 4. África Central por volta de 1500 (J.Vansima)

Fonte: Niane, D. T. (1984: 553).

pela má qualidade de fertilidade do solo, pobreza da cobertura vegetal, grande aridez dos solos e escassez de água. Como tal, tiveram que desenvolver-se e adaptar-se ao meio de forma inigualável de perícia na apropriação de produtos da natureza, através da captura, caça e coleta.

Na história da organização territorial resultante da ação dos Europeus e dos Africanos na costa ocidental, aparece um grupo como agentes desestabilizadores de territorialidades, os "Jagas", encontrados pelos Portugueses na Senegâmbia, na primeira metade do século XVI, derivando-se os termos "jagarefe" ou "diaraf". O termo é utilizado a partir do século XVI no quadro da organização dos espaços que, mais tarde, se transformou num território colônia Portuguesa, Angola.

Henriques (1997: 191), questiona: "se o termo "Jaga", seria um título dado pelos portugueses com origem africana ou uma pura invenção portuguesa? Já que nas narrações dos agentes portugueses, o termo "Jaga" é utilizado como substantivo ou como adjetivo, ou aplicado ao urbanismo, as formas de organização social". Os portugueses recrutavam-os para utilizá-los como Jagas (agentes desestabilizadores agressivos e violentos), integrando-os nos conflitos militares e políticos ao serviço da colonização, levando a cabo ações de intromissão inter-africanas ao abrigo de operações dirigidas ou organizadas pelos portugueses.

Creemos que os "Jagas" representavam bandos de agentes, formados por elementos heterogêneos, de diversas proveniências, cujos deslocamentos ganharam maior vitalidade em determinados momentos e por causas nem bem conhecidas, nem esclarecidas, invadindo e saqueando os territórios por onde passavam. Há certa semelhança entre palavras como: "jaga", "jago", "giaca", ou "giaqua", "agao", "agag" ou "agago" e "gala", dada a sua descrição por diversos autores que, entre outras características, sobrelevaram a bestialidade da aparência, a crueldade, a tendência sanguinária e, mais que tudo, a antropofagia (AMARAL, 1996).

Tratava-se de populações numerosas, conforme Henriques (1997), promovidas à categoria de Jaga, de acordo com as visões míticas e as conveniências da colonização portuguesa. Os Jagas não dispunham de uma cultura específica, nem de uma estrutura sócio-política homogênea. Mas os portugueses inventaram-nos, tendo-lhes imposto um papel fundamental de atores desorganizadores das estruturas socioculturais e sócio-políticas do território atual de Angola. Talvez, os invasores do Kongo em 1575, ditos *Jagas*, teriam sido diferentes dos grupos provenientes do Leste com os quais os portugueses contataram ao Norte e a Sul do rio Kwanza e que os utilizaram em ações de regia para a captura de escravos e outras atividades agressivas e desestabilizadoras. Talvez estes tenham sido os *Bângalas* ou *Imbangala*, em movimento migratório que atingia o litoral de Angola. Estariam os *Imbangalas* em Angola desde meados do século XVI, avançando rumo ao Kwanza, por volta de 1575, de onde teriam

partido para o rio Kuvo, na região de Benguela, donde os portugueses encontrara-os por volta de 1601 (HENRIQUES, 1997).

Não se sabe nada sobre a verdadeira origem do grupo de *Curocas* (*Mucuépes*, *Kwádi* ou *Kádi*), cujos caracteres somatológicos e as distintas diversidades de usos e costumes assemelham-se a alguns subgrupos humanos *Bantu* da África do Sul do Equador, supondo-se que hajam recebido dos *Camitas* sangue e influência sócioeconômica, expressa essencialmente na criação de gado bovino. Quanto a descendência dos *Mucuépes* são sugeridas hipóteses de serem miscigenados de *Khoisan* e *Mucuíssis*; ou *Pré-Bantu* e afins dos *Mucuíssis* com os *Vátuas*; e ainda aparentam-se com os *Bergdamas* da Namíbia. A contradição está em que os *Bosquimanos* e os *Ovakuíssi* (ou *Mucuíssis*) não são criadores de gado e tão pouco cultivam a terra (ALMEIDA; 1994: 144). Cadornega (1942: 174) também cita: “*Chegando costa a costa a 18° para além do Cabo Negro, não achando notícias do que se não entendia nada do que falava e a fala como de estralo,(...)*” a partir dali começaram a registrar nos mapas geográficos como *Mucurocas* ou *Mucuépes* situados à costa, ao sul do Cabo Negro.

Muito antes da chegada dos portugueses em terras da atual Angola, invadiram pelo norte os *Bantu* que expulsaram os *Cuisses* para o deserto e pelo sul os *Não-Bantu* que empurram os *Khoisan* para o deserto. O território hoje designado de Namíbe, antes da chegada dos europeus, era habitado talvez pelos *Bosquimanos* (homem do bosque) ou por outros grupos de origem *Paleolítica* que hoje ainda se fazem presentes. Estes grupos vêm sendo estudados para a definição da sua proveniência, tal como a sua origem humana. Não pertencem ao grande grupo humano *Bantu*, que invadiram as terras da atual República de Angola, mas talvez aos *Pré-Bantu* ou mesmos são originários nativos dessa área, já que entende-se que a África é o *Berço da Humanidade*. Estes emigraram há vinte ou cinqüenta mil anos atrás provenientes da Europa. Pelos artefatos pré-históricos encontrados na área do deserto do Namíbe, indicam a permanência ou a passagem de gente muito antiga.

As territorialidades sedentárias foram inicialmente determinadas pela arte e uso do artesanato da cerâmica, pela domesticação e a criação de animais, pela agricultura, pescas e pela multiplicidade de elaboração de utensílios que visavam satisfazer às necessidades cada vez mais crescentes dos homens, que facilitaram a sua organização sócio-territorial. Onde hoje é deserto havia uma fauna abundante e variada, testemunhado pela arte rupestre, donde aparecem cenas de caça que lembram a “eterna” luta entre o homem e os animais selvagens (Figura 3, p. 40). Cenas cheias de vida, donde a violência retratada sobrepõe-se a vitalidade da inteligência humana sobre a força bruta e a engenhosidade multiforme de então se adaptavam as suas técnicas ao habitat e aos ecossistemas locais. As representações mostram a passagem gradativa do estágio de

apropriação (captura e caça dos animais), para o seu aprisionamento e, em seguida, o de sua domesticação. As variedades de bovídeos estão bem retratadas: *Bos ibericus*, *Bos africanus* e *bachyceros*.

A África Subsaariana, antes da presença européia, era organizada por cidades independentes ("*M'Banza*" no Kongo e "*Cabaça*" em Angola), "domínios", "regiões", "reinos e impérios"; entre os quais as suas relações fundamentavam-se nos princípios da soberania, da independência e da cooperação. Apesar de não serem homogêneos, do ponto de vista cultural e político, os domínios e as regiões se diferenciavam na sua organização como um todo dos padrões ocidentais.

Os "impérios" africanos na África Centro-Austral estendiam-se por vastos territórios; a descentralização dos Estados comunitários favorecia o funcionamento em sistema de autonomia. O poder central estava diminuído pela distância, prejudicado pelos meios e técnicas não desenvolvida, impedidos de controlarem, deslocar-se e intercâmbiar. Em suma, a comunicação era deficiente, o que facilitou a fragmentação e a formação de várias Entidades Sócio-políticas Independentes, mas sempre solidários uns com os outros, essencialmente na defesa contra as intromissões extra-africanas. Os incrementos dos recursos alimentares facilitou o incremento regular da população. Um dos fatores importantes do crescimento regular da população, foi também a garantia de maior segurança assegurada pelas entidades sócio-políticas locais muito melhor organizadas (Figura 5).

Os estudos mais recentes dão conta que o "império do Kongo" era a maior e mais importante organização sócio-política, como a mais poderosa naquela época. Foi criado, talvez, nos princípios do século XIII ao século XV, por um clã conquistador expansionista proveniente do Norte de África que submeteu e assimilou, mais ou menos, os autóctones Ambundu. Estes constituíam a massa de homens livres, organizados em linhagens matrilineares e em assentamentos humanos. Sem qualquer trama intercalar e lógica de explicação evolutiva de eventos de nebuloso se passa ao fato totalmente consumado e formado em império, e logo fragmentado em reinos.

No século XV, os africanos aplicavam os mecanismos do mercado, recorriam ao valor da troca e não ao valor de uso. Ao considerar-se o valor de uso, ponderavam o objeto num desfasamento de permuta desigual como consequência de dois sistemas diferentes de valorizar comercialmente os objetos, o da obtenção de lucros de um lado e o outro não. No sistema africano, os artigos são destinados a assegurar o prestígio social daquele que os possui, não participa praticamente no mecanismo da especulação ou do investimento. O sistema permite valorizar os artigos simbólica e não economicamente. O artigo é transformado em "tesouro" que

imobiliza e esteriliza, no plano econômico, o valor comercial, despojado de qualquer equivalência no mercado, pela valorização simbólica e não econômica. Logo, o sistema africano não pode ser equacionado dentro dos sistemas de valores dos europeus. Só através das práticas africanas se podem dar-lhe coerência e exprimir o sentido da sua função.

Quando os portugueses aportaram em Angola encontraram vários tipos de moedas de acordo com a divisão sócio-econômica territorial de cada estado. Desde os *Nzimbo*s (*Ciprea moneta* ou *Cyproea moneta* e *Cyproea caurica*), o sal, *tecidos-moeda*, de tecelagem de fio de algodão ou de palmeira, designados *Libombos* ou *Mukongos*, que circulou no território de Angola até aos finais do século XIX (Figura 6). Dez *Nzimbo*s valiam um Real Português, difícil de fazer correspondência, pela designação de "*Lufuta*", que eram obra de dois Tostões e diminuía ou aumentavam de valor conforme os tempos (DIAS, 1959: 75). Um *Lifuco* (10 mil búzios) valia dois cruzados e as vezes mais, conforme Dias (1959: 186). A *moeda-tecido* era representado por panos de palha de "*Loango*" (pano *sambo*) ou de fibras vegetais (*Libongos*) (Figura 6). Os equivalentes de uma *Macuta* de *Libongo* era constituída por dez panos, e cada uma valia 50 Réis, era de 500 o valor da *Macuta* (DIAS, 1959: 185). A colheita do *Nzimbo* rendia por ano 11 mil Cruzados portugueses, circulavam em todo território do Reino do Kongo, (de Angola) e da Matamba, de acordo com Dias (1959: 168). A *palmilha azul* circulava também como moeda, era usada como cinta (*Empanda*), que uma terça valia um par de galinhas.

O recurso às fibras extraídas das árvores é uma prática generalizada entre as populações angolanas, sobretudo os habitantes das florestas, a partir delas obtinham os tecidos. As populações do Reino do Kongo criaram a arboricultura já no século XV, que lhes permitiu organizar uma produção de tecidos (pano do Kongo "*twbulo* ou *kibata*") (DIAS, 1959), de muito boa qualidade, que surpreende ainda hoje, os europeus, réplica de Henriques (1997: 327). Os angolanos já fiavam e teciam o algodão, fabricando tecidos que circulavam como moedas. No processo de tecelagem havia divisão por sexo das tarefas: a fiação pertencia às mulheres (negras ou mulatas) e a tecelagem cabia aos homens mulatos. O valor da *moeda-tecido* de algodão variava de acordo com a qualidade da obra.

A consolidação do Reino do *Ndongo* ou "Reino de Angola" teria se iniciado na segunda metade do século XV ou no primeiro decênio do século XVI, com alguém intitulado *Ngola Inene* (ou *Ngola Musuri*, ou *Ngola-Mussuri*), quer dizer, "rei serralheiro ou ferreiro", a quem um ídolo tinha ensinado a arte fabril de trabalhar o ferro, para fazer machados, machadinhos, facas e setas, muito necessários as atividades laborais das populações naquela época. Constituiu-lhe este artifice uma fonte de riqueza e prestígio. Tendo sido o Reino designado de "Ndongo", a

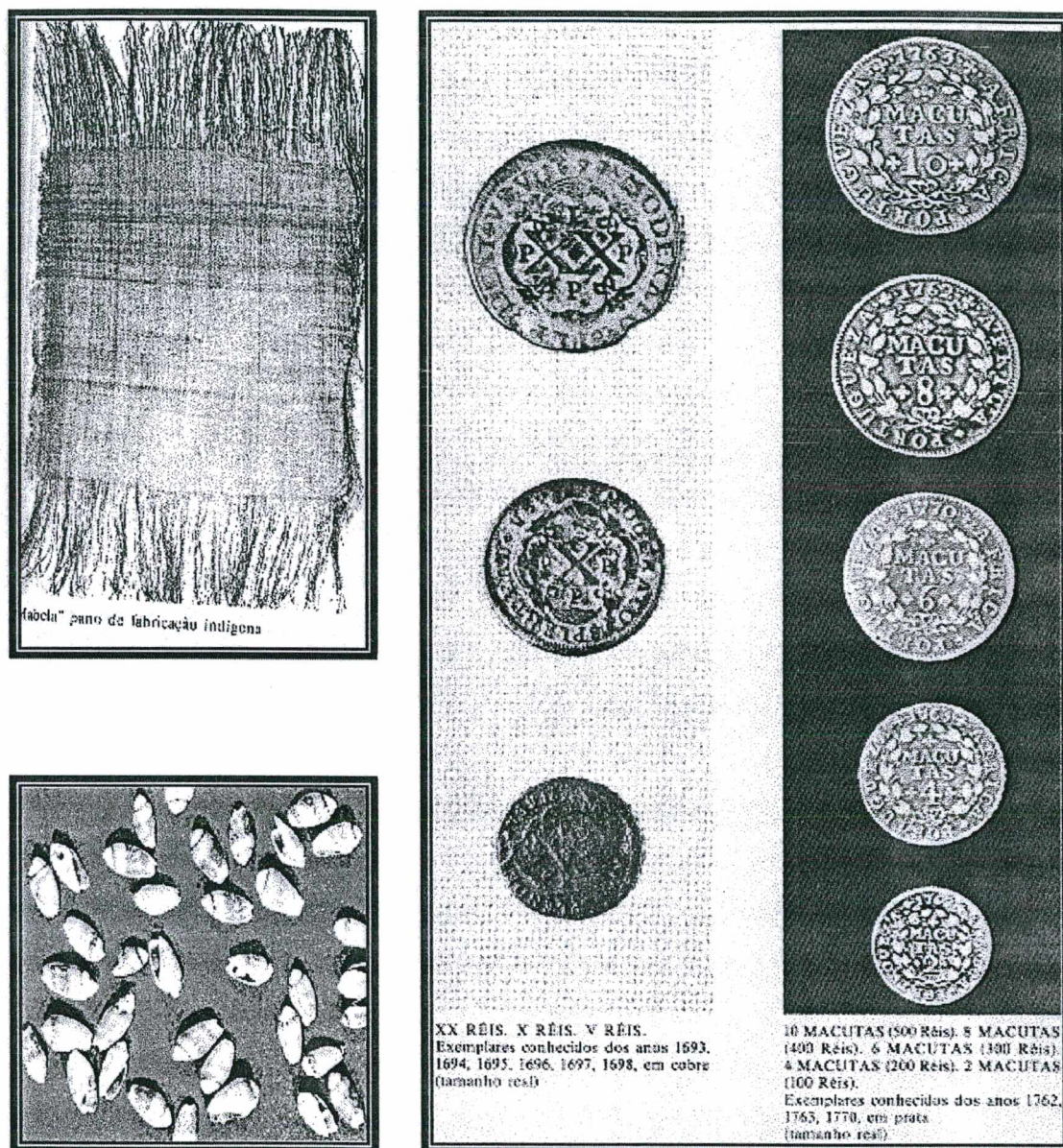


Figura 6. Moedas africanas (a esquerda): O Nzimbo do reino do Congo e a “Mabela” formato da moeda-tecido do Reino de Angola. Moedas metálicas européias, que circularam em Angola (a direita).

Fonte: Delgado (s/d; vol. IV: 139 e 153)

quem deram-lhe o título de *Ngola*, ou seja “rei”. O território sob o seu domínio foi designado por “*Reino de Ngola*”, “*Reino do Ndongo*”, ou interpretado de “*Angola*” pelos portugueses. Esse *Ngola* pelo seu valimento pessoal conseguiu aglutinar chefias dispersas num território, centralizando o poder com uma certa autonomia política e econômica, por uma independência muitas vezes em fase expansionista. *Ngola Mussuri*, (ou *Musuri*), teve várias concubinas, mas só uma concedeu o título respeitoso de *Ngana-Inene*, isto é, “grande senhora” ou grande dona de casa que teve três filhas. Marcava-se assim, talvez o caráter matrilinear das linhagens dos futuros *Ngolas*. Episódios sobre a história do “Reino de Angola” continuam por se esclarecer. A expansão do “*Estado dos Ngola*” a sul e sudoeste, isto é, a constituição do “*Ndongo*” dos *Ngola a Kihuanji*, deve ter iniciado o seu processo, talvez, em 1510, com aglutinação dos grupos humanos locais e os seus assentamentos situados no Lenge, entre os rios Lucala e Kwanza. Temos testemunhos que os assentamentos humanos da época, ou seja, as *Cabaças* (cidades) chegavam a possuir entre cinco a seis mil casas, ficavam situados sobretudo na *Bacia do Nzongaji*, afluente da margem esquerda do rio Lucala e mais para ocidente (BOXER, 1969). O processo de expansão foi de tal modo rápido, que cerca de 50 anos depois se impunham taxas sobre os blocos de sal provenientes da Região Atlântica da Kisama. Os blocos de sal circulavam como moeda utilizada na aquisição de diversos produtos nas feiras e mercados, cujo valor variava conforme as distâncias (AMARAL; 1996). As minas de sal que se localizavam na província de Kisama, eram de origem da água do mar, contavam com um comprimento de dois palmos e meio, quadrados de largura, e grossura de uma mão travessa, algumas alvas como cristal, posto que tão transparentes. Além do *Nzimbo*, que só circula no Reino do Kongo, haviam outros artigos com valor de moeda, como era o caso do sal. No sistema financeiro era o sal a moeda preferida para as transações. O sal era extraído de uma Serra muito grande e dividido em “pedras quadradas” de três palmos de largo. Com uma pedra adquiria-se três capões, e seis galinhas, com três uma cabra ou um castrado, e com catorze ou quinze um boi ou uma vaca, narra Amaral (1996: 206).

O sal era também o produto preferencial dos africanos, fonte de poder e de prestígio, está praticamente ausente nas narrativas dos documentos dos portugueses da época. O sal está na origem de um comércio intenso, no interior de um circuito inteiramente intra-africano, destinado a satisfazer as necessidades das populações de uma vasta Região Centro-Austral. O sal servia também para pagar tributos. O sal e as salinas possuíam uma importância estratégica nas relações intra-africanas, tanto no plano de consumo, como nas questões econômicas e políticas. O sal circulava como um meio de valor monetário.

Os portugueses controlaram as salinas através da fiscalização de exploração do sal. Impedindo assim as livres extrações como era até então, fazendo aumentar os custos e

impossibilitaram o desenvolvimento normal da atividade sócioeconômico financeira dos africanos. Quando os portugueses tentaram apoderar-se do total domínio do território da mina de sal da Kisama, tiveram que enfrentar uma viva resistência dos africanos, decididos a manter a sua hegemonia, em todos os aspectos, militar, político, comercial e religioso.

A organização do espaço no "Reino de Angola" estruturava-se a partir do subsistema natural, em solos férteis. Os assentamentos humanos localizados nas terras férteis eram maiores do que os situados em terras áridas, menos férteis. Os grupos humanos viviam em assentamentos de aglomeração de certa dimensão, compostos por várias famílias, rodeados pelos campos abertos nas orlas de matas e maciços florestais que cultivam palmares e bananais. Ao redor das casas criavam animais domésticos, sobretudo galinhas, capões, pombas e porcos. Havia uma certa divisão do trabalho: os homens ocupavam-se nomeadamente da caça e, quando acontecia, iam para a guerra; as mulheres tinham as suas tarefas domésticas vinculadas a casa, a educação dos filhos e dedicavam-se à agricultura (AMARAL, 1996). Todos os moradores do território de *Ndongo* custeavam o "tributo" ao Rei de Angola com muitos bois e cabras, galinhas e tudo o que tinham "em suas terras". As grandes aglomerações podiam funcionar como "*cabaça*" do *Ngola* com a sua corte; haveriam outras de menores dimensões, dependendo da fertilidade dos solos ou de outros fatores. Existia uma certa hierarquização dos assentamentos humanos, ainda que temporários e rotativos, sobretudo pelo funcionamento, emergência ou declínio dos mercados e feiras. O mercado se realizava todos os dias em determinados lugares e com predominância de determinados tipos de produtos.

3.2 Os Pressupostos da Expansão Ultramarina e a Chegada dos Portugueses em Terras da África Centro Austral.

Apesar de, aparentemente, esta parte não possuir diretamente ligação com os objetivos do nosso estudo, o assunto aqui abordado explica as causas e conseqüências do expansionismo europeu, particularmente, como também, nos ajuda a compreender a razão das principais formas sócio-políticas e da organização territorial como efeito da presença e dominação dos territórios africanos. A expansão ultramarina carregava forças motrizes de toda a imperfeição dos sistemas políticos, econômicos, administrativos, religioso e de freqüentes guerras diplomáticas, sobretudo projetando-as em todas as estruturas coloniais, posteriormente implantadas, com toda a fidelidade possível.

São muitos os complexos problemas que se colocam em relação aos primórdios da expansão ultramarina portuguesa. Entre eles pensamos na crise cerealífera que abalou quase toda a Europa; os solos esgotados de fertilidade; a instabilidade climática de muita umidade e chuvoso; a guerra dos Cem Anos; e o incremento do banditismo. Só no século XIV registraram-se várias chuvas torrenciais no sul e oeste Alemão, na Inglaterra e na França, tendo refletido na escassez de trigo, que provocou aumentos colossais, atingiu o preço em 150% acima dos valores normais (MORENO, 1992). Não só as chuvas, como fortes nevascas, causaram a grande fome de 1333, que se fez sentir até 1343-46. Houve um decréscimo populacional na ordem dos 30 e os 50%, que se acentuou com a Peste Negra de 1348. Caracterizando-se a época pelo progressivo abandono das áreas rurais em direção às cidades.

Em Portugal, a lei das Sesmarias determina a expropriação das terras aos que as deixassem de cultivar, procedendo-se a sua entrega em "sesmaria" aos novos cultivadores. Nasce a polarização das áreas costeiras do território português através da participação das empresas marítimas. Iniciam-se as expedições marítimas ao Norte de África para levar a "cruzada ao mundo dos infiéis". A conjuntura sócio-política de Portugal em crise leva-os a aventurarem-se a além-mar, procurando um espaço extra-europeu a partir da África, conducente ao expansionismo territorial, ao poderio econômico e ao expansionismo cristão. A lenda medieval de Preste João⁸ foi um estímulo precioso para o Projeto do expansionismo ultramarino português.

Iniciam-se as navegações portuguesas para a Costa da África. Em 1434 Gil Eanes dobra o Cabo Bojador. As companhias de navegação associam-se ao nome de D. Henrique motivado pela busca de novas terras. Polarizou-se na vida política dos rumos para a África, como política de expansionismo e conquista de territórios, apropriação, fixação e exploração. A navegação de longo curso e longa duração proporcionou o desenvolvimento dos transportes marítimos. Essas viagens mostram-se vantajosas com resultados de ouro, prata, escravos. Logo se intensifica o tráfego comercial e a política expansionista. Para controlar o atívido comércio do golfo da Guiné ergue-se a fortaleza de S. Jorge da Mina e prosseguem as viagens mais para o sul, avistando novas terras e contactando novas gentes.

Em 23 de Abril de 1482, Diogo Cão navegador português entra nas águas do rio Zaire e aporta na localidade de M'Pinda. Logo as potencialidades da terra e o carácter dócil da população encontrada proporcionariam ao expansionismo territorial português uma viragem decisiva da empresa ultramarina. A expansão do império português abriu um caminho colonizador nos

⁸ Tal como a travessia de Marco Polo; assim, a lenda de Preste João, rei católico, colocado entre a Armênia e a Pérsia, e, mais tarde na Abissínia despertou o interesse de se localizar e contactar esse reino.

domínios das relações bilaterais das gentes contatadas. Assim, estendia o expansionismo geográfico espacial em nome da pregação da fé, recebendo compensadoras vantagens materiais do exercício do poder soberano que lhes permitiu aumentar o Império, a coberto de uma legitimação jurídica europeia (Figura 7-8).

Através do Tratado de Tordesilhas, de Junho de 1494, ficou acordada a delimitação da expansão Portuguesa e da Espanhola, que se balizaria pelo meridiano que passasse a 370 léguas a ocidente de Cabo-Verde, salvaguardando-se para Portugal a Índia, mas assim, não menos a futura Terra de Vera Cruz, dentro dos parâmetros estabelecidos. Em consequência do Tratado de Tordesilhas, a Espanha orienta a sua navegação para o Continente Americano e Portugal continuaria explorando a parte oriental do meridiano estabelecido pelo Tratado.

Com a chegada dos portugueses ao Cabo das Tormentas, mais tarde designado Cabo da Boa Esperança, começa a "partilha do mundo". Iniciam-se as propostas da divisão por paralelos, meridianos e sancionada pelo Papa. A chegada de Bartolomeu Dias, ao Cabo das Tormentas, permitiu a organização da viagem de Vasco da Gama em 1497, que chega à Moçambique e alcança também a Índia. Logo esses acontecimentos iriam transformar as condições da civilização europeia, tanto para o comércio, como para ocupar território e alargar as suas zonas de influência e de controle por muitos séculos.

A navegação, os desembarques e as conquistas permitiram um novo conhecimento do globo terrestre, puseram-se em contato com novos mundos, novas gentes e diversificadas civilizações em continentes longínquos. Desenvolveram-se conhecimentos teóricos e práticos da navegação e cartografia, das ciências, como a astronomia, a matemática, a medicina e tantas outras disciplinas, como mostra a Figura 7. No século XV, o Atlântico Sul, o oceano e terras circundantes ficavam sob o domínio da soberania de Portugal, por direito de descobrimento e de conquista, assegurado pela legitimação das Bulas Papais, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494 e reconhecida pelas Nações Europeias.

Os Portugueses organizavam o espaço de acordo ao modelo de ocupação ou administração, através das Cartas Régias do século XVI, de doação de territórios povoados ou organizados em Estados, que eram longínquos e independentes, iniciando-se assim um longo processo de conquistas de territórios. Essas Cartas foram pioneiras e tiveram a sua originalidade na apropriação do território, ocupação, colonização e da sua respectiva reorganização paralela europeia como ator histórico extra-local com relação aos Estados Africanos locais existentes. Inicia-se assim, uma "nova ordem colonial europeia", sobre as outras ordens estabelecidas, causando "des"-ordens de todas as maneiras sobre a organização das formações sócio-políticas, o que facilitou bastante a atividade do tráfico de escravos.

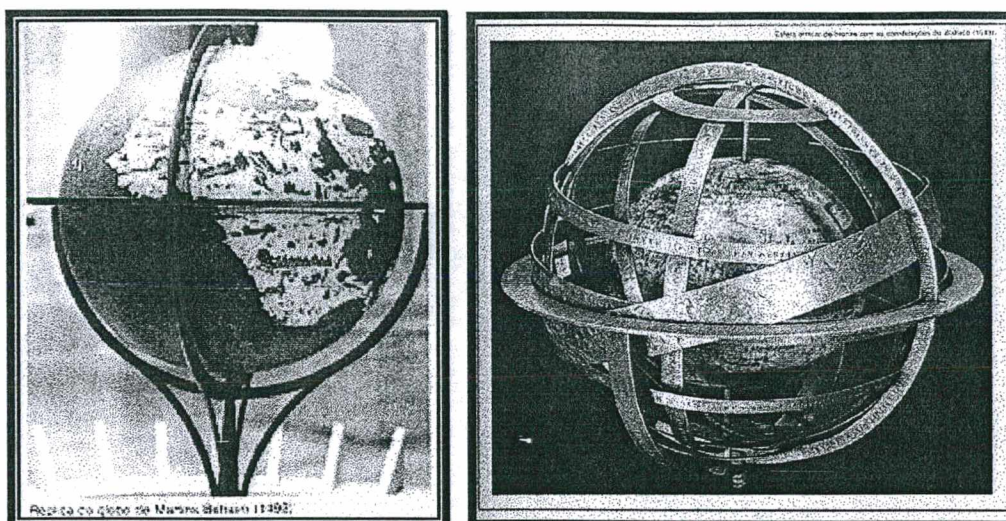


Figura 7. Réplica do Globo de Martim Behaim (1492) e a Esfera armilar de bronze com as constelações do Zodíaco (1543) como um dos instrumentos da navegação Portuguesa.

Fonte: RGU, (Agosto 1990: 32-33).



Figura 8. Império Português nos meados do século XVI.

Fonte: Delgado (s/d, Vol. IV: 349).

As Cartas e Forais significariam a cedência, mais ou menos extensa, de Direitos Régios, sem prejuízo dos direitos que coubessem aos portugueses já estabelecidos das terras sob doação, e que por isso receberiam de sesmaria, terras foreiras diretas da Coroa. Os colonos que acompanhavam os donatários ficariam à gozar das mesmas regalias. Estamos perante um modelo de longas tradições culturais europeias, portuguesas, revigorado e renovado nos tempos da expansão ultramarina para a apropriação e colonização de novas terras, mantendo-se os fundamentos gerais. Contudo, as Donatarias tiveram adaptações particulares, consoante a sua aplicação as ilhas ou as faixas litorais continentais no Atlântico Sul, e também, da conjuntura político e econômico internacional, tal como o nível de organização que apresentavam essas formações sócio-políticas como Estados ou Reinos recém formados ou em processo de consolidação.

A primeira Carta Régia de Doação do século XVI foi da Capitania de Pernambuco - Brasil, passada por Dom João III, a favor de Duarte Coelho Pereira, emitida em Évora, em 5 de Setembro de 1534 e respectivo foral, de vinte quatro do mesmo mês e ano (AMARAL, 1993). Enquanto que as cartas para o Brasil explicitam como "ordens régias as de tornar a costa e a terra do Brasil mais povoada do que até então foi", na Carta de Doação da Capitania de Angola, eram de "sujeitar e conquistar o Reino de Angola" (AMARAL, 1993).

3.3 Os Contatos entre os Europeus e os Africanos. As Relações de Cooperação entre os Reinos de Portugal, do Kongo e de Angola.

Desde os finais do século XV, agentes extra-africanos (portugueses e, depois, os de outras nacionalidades) como: viajantes, missionários, militares, comerciantes deram notícias na Europa sobre as terras e as gentes dos Reinos do Kongo e de Angola. Notícias estas plenas do "etnocentrismo" próprio da época da expansão europeia e de catolicismo.

Relatos escritos sobre os Khoisan foram mencionados pelo português Álvaro Velho que viajava com Vasco da Gama em 1497, rumo ao Cabo do Sul de África que foi designado Cabo da Boa Esperança, buscando a passagem para o outro oceano que encontrou assim o "Caminho Marítimo para a Índia". A comitiva de Vasco da Gama procurava na costa africana, um lugar para abastecerem as naus de água potável e lenha. A 7 de Novembro de 1497 entram numa baía que os marinheiros designaram "Angra de Santa Helena". E ali, não muito longe do cabo, encontram gente diferente dos negros, que eram já conhecidos pelos europeus. Diferentes na cor, (de cor azeitona, de estatura baixa, seu tipo facial é nariz largo, olhos pequenos e ligeiramente

oblíquos), no modo de alimentarem-se de lobos marinhos, baleias, gazelas, de raízes, de ervas e frutos silvestres, e nas armas, que eram uns paus levando na extremidade cornos de animais endurecidos ao fogo. Faziam-se acompanhar de muitos cães. No outro dia, os portugueses foram a terra e trocaram as suas moedas de cobre por conchas e caudas de raposa que adornavam aqueles homens. Os viajantes notaram também numerosos rebanhos de carneiros karakul que os Hereros criavam (CARVALHO, s/d).

Diogo Cão⁹ ao chegar no Zaire e a Serra Parda coloca o padrão como se fossem suas propriedades territoriais. Iniciam-se as relações de cooperação entre os dois monarcas do Kongo e de Portugal. As condições do espaço geográfico e humano tão vasto e receptivo do Kongo permitiu materializar "eficazmente o Projeto de aculturação" dos africanos.

No Reino do Kongo, a Coroa Portuguesa através de Diogo Cão tentou pôr em prática uma política de cooperação bilateral de contatos amigáveis, diplomático de intercâmbio cultural, tendo sido batizados toda a família real e os cortesões para servir de incentivo e exemplo, receberam os nomes de João e Leonor em homenagem aos reis portugueses da época e Afonso o do príncipe primogênito *Mvemba Nzinga* que herdou o trono em *Mbanza Kongo* – a *cidade* de Salvador, nome gêmeo dado mais tarde à Bahia, no Brasil.

A presença portuguesa no Kongo começa a ter outras conotações. As diferenças culturais, os padrões que se quiseram impor, considerados superiores aos africanos, as ambições pessoais, os desmandos, o mau comportamento de leigos e religiosos, a prepotência dos capitães governadores de São Tomé, pouco preocupados com a diplomacia entre os reinos, contribuíram para o retrocesso e falência do projeto iniciado em 1491 com o batismo do *Ntotila Nzinga – a – Nkuvu* (D. João I), a sua família e numerosos fidalgos desde MPinda à Mbanza Kongo e outros locais do Reino do Kongo. As relações com os europeus, particularmente com os portugueses e o Reino do Kongo eram ambíguas, complicadas e volúveis. Realizadas através de cartas entre os reis de Portugal e do Kongo, que se tratavam de queridos irmãos ao mesmo tempo que negociavam o comércio de escravos; de conversões à religião Católica e de ruptura a seguir, pela interferência dos europeus na vida do Reino, apoiando aqueles que lhes pareciam dóceis, contra os irredutíveis da autonomia e dignidade.

No espaço do Atlântico Sul os Reinos do Kongo, de Angola e de Benguela faziam ligações através de São Tomé, cujas autoridades interferiam na vida kongolesa, tomando-o como sua extensão territorial de exploração. Em São Tomé, em 1493, a colonização europeia já

⁹ À procura do "Caminho Marítimo para a Índia", os portugueses chegaram a foz do Rio Kongo ou Zaire a Caravana de Diogo Cão em 1482, que explorava a costa Africana. Assim, a literatura narra que o primeiro europeu que chegou ao atual território de Angola foi Diogo Cão, que designou o Rio Kongo como rio do Padrão, pois ali colocou o primeiro padrão de pedra e um outro mais ao sul foi colocado no atual território da Namíbia na latitude 20° 50' Sul.

ganhara expressão efetiva, na implementação da agricultura incipiente e da atividade do tráfico de escravos. O incremento do cultivo de cana-de-açúcar exigia mão-de-obra escrava. Infelizmente, a ambição desmedida dos lucros fáceis do comércio de escravos e de certos produtos naturais africanos sobrepuseram-se rapidamente as intenções da cooperação bilateral entre Portugal e o Kongo.

Entre os fatores que contribuíram para a degradação das relações entre Portugal e o Kongo estavam as condições nefastas da imposição do tráfico de escravos e as prepotências dos capitães de São Tomé, que se interpunham entre Mbanza Kongo e Lisboa, já que a ilha de São Tomé constituiu passagem obrigatória de navios e pessoas. A política ultramarina portuguesa não era muito clara. D. João III (1522-1556) perante as dificuldades de manter o vasto império, iniciou a cedência e o abandono de praças do norte da África a territórios do Oriente. Chegava o momento, depois de meio século, do fim da ilusão da transformação do reino africano do Kongo num reino à imagem de Portugal, que deixou de ter interesse econômico não se revelando como território de produtos metálicos ricos ou de outros similares, nem tão pouco vizinho do reino lendário de Prestes João. Então, permaneceram as relações entre os mercados de São Tomé que controlavam os negócios portugueses com o Reino do Kongo.

Outra das causas da debilitação das relações de Portugal com o Kongo era o fato de que o Reino de Angola possuía maior potencial e já fornecia muito mais escravos além de possuir uma importância estratégica de acesso à contra-costa africana de passagem mais direta e fácil na travessia dos sertões do território austral de África. Era mais lucrativo o comércio de escravos do que qualquer outro produto ou outro tipo de relações de cooperação entre os Estados.

Em 1514, as relações dos Reinos do Kongo e de Portugal começaram por denegrir os ideais de igualdade e respeito mútuo entre dois soberanos e seus reinos. Os portugueses conseguiram normalizar as relações comerciais com o Kongo, estendendo-se até ao Pombo (*pombe- sertão*), ou Pumbo (feira antiga de escravos do Kongo- atual Zanza Pombo), "era o nome geral do sertão que fica a norte do Zaire, e talvez que este seja o motivo de conservarem ainda hoje o nome de *pombeiro ou pumbeiro* os agentes intermediários dos portugueses que comercializavam no sertão (DELGADO, Vol. III, s.d.).

Nas conturbadas relações entre os europeus e o reino do Kongo, os portugueses estabeleceram contatos com o *N'Gola*, que ficava mais a sul do Kongo. O Território do Sul do Kongo, a partir do rio Dande, até ao rio Kwanza ficou Independente, constituindo assim o Reino do *N'Dongo*, reinado por *N'Gola Kihuanji*. Parece que o reinado de Ngola Inene Kihuanji¹⁰ poderá

¹⁰ *Kihuanji*, quer dizer, "conquistador" agente promotor da difusão territorial do *Ngola* e do poder ou autoridade correlativo. Nos textos portugueses esses títulos foram registrados e confundidos como nomes de pessoas, tais como: *Ngola Inene* ou *Angola Inene* e *Ngola Kihuanji* ou *Angola Quiluanje* e assim se mantiveram ao longo da história escrita pelos europeus (AMARAL, 1996: 189).

ter durado de 1510 (ou 1515) até cerca de 1558. Este enviou emissários para Lisboa por volta de 1549, com uma estada de nove anos em São Tomé, a espera de serem embarcados e que só chegarem ao destino em finais de 1557 (ou início de 1558), para darem início as relações bilaterais entre o Reino de Angola e o de Portugal. Foi, assim, enviada a missão de Paulo Dias de Novais, saída de Lisboa a 2 de Dezembro de 1559 e que chegou a Barra do Kwanza à 3 de Maio de 1560. Na Carta de Paulo Dias não se mencionava metais preciosos, muito embora se saiba como eram ambicionados pelo Reino de Portugal. Os contatos realizados pela missão de Paulo Dias para estabelecer relações, em 1560, não obtiveram sucessos, tal como havia acontecido há quarenta anos atrás, estes acabaram por ficar prisioneiros durante muitos anos, como aconteceu com os primeiros agentes da monarquia portuguesa em 1520. Mas o *Ngola Inene a Kiluanji* havia falecido, tendo sido substituído pelo *Ngola Mbandi*, (1556-1564), (ou *Ndambi* ou ainda *Dambi Ngola*).

D. Álvaro I, Rei do Kongo, ordenou o Conde do Sonho (Soyo) a atacar o Rei do *N'Dongo* (Angola) em 1572. Os portugueses residentes no Kongo influenciaram, assim, o rei Kongolês a atacar o vassalo competidor do Sul, contrário à "desorganização da unidade territorial" kongolesa de modelo europeu. Os dois exércitos encontraram-se em Musulu e Ambuíla, e que foi favorável a *N'Gola N'Dambi*. A partir daí o rio Dande ficou como fronteira dos dois territórios. Assim, o *N'dongo*, pela sua vitória sobre o Kongo, concretizou o seu direito à Independência (DELGADO, s/d: 263).

As relações de Portugal com o Reino do N'dongo eram de troca de correspondência e de tentativas de empossamento de Embaixadores. Contudo, sem registar êxito, passaram a apropriação territorial, através das expedições militares de exploração, jamais de fixação imediata durante muito tempo; mal tão grande que foi animado pela escravatura e o enriquecimento fácil através da venda das "peças"¹¹.

A expansão ultramarina portuguesa continua com as viagens no Atlântico, colonizando outros espaços, a custa dos contatos de relações bilaterais, da conquista militar crescente da Empresa Oriental, dominando os territórios e as cidades, implementando fortaleza e feitorias e controlando o império marítimo e comercial. Estes eventos históricos, em continentes e em espaços geográficos tão diferenciados marcaram, de fato, o início da colonização europeia transitórios e efêmeros, que atuavam principalmente pelo domínio do litoral sob a forma de fortalezas e feitorias comerciais e pelo intercâmbio desigual de mercadorias de qualidade duvidosa por escravos, categorizado o homem como entidade objeto (mercadoria).

A expansão dos europeus na África estava impulsionada pelo desejo de fazer progredir as

¹¹ Designação dos escravos

suas metrópoles, aliado a um profundo sentimento religioso. Para tal eles navegaram, contataram, comercializaram, converteram, conquistaram e colonizaram vários territórios e populações. O comércio marítimo para o Oriente, através do Cabo da Boa Esperança, era uma alternativa muito vantajosa relativamente ao comércio terrestre que atravessava o Deserto do Sahara, por territórios hegemônicos controlados pelos árabes.

A preocupação de Portugal era manifestada na necessidade de se encontrarem metais preciosos nas descobertas no Continente africano no Sul do Equador, por exemplo: o regimento de 1520, sobre o Reino de Angola, continha instruções pormenorizadas sobre as ações a empreender pelos mandatários nos locais onde aportavam. "Desde o início interessou-se a Coroa Portuguesa pelo Reino de Angola no fornecimento de escravos e de minerais ricos, como a prata, o ferro e o cobre. Estes objetivos foram claramente expressos num regimento de 1520", conforme Amaral (1996: 14).

Posteriormente à missão diplomática portuguesa de 1520, o comércio com o Reino de Angola desenvolveu-se rapidamente. Embora o embarque pelo porto de MPinda no Reino do Kongo, também cada vez mais crescente começou a sair por outros portos, sobretudo do rio Angola (Kwanza), não obstante as más condições de ancoragem dos navios. Aumentava a entrada de escravos em Pernambuco e Bahia, vindos da Guiné e depois do Kongo e de Angola, e muito mais tarde de Benguela. De São Tomé, como entreposto, a partir de 1520, passavam a sair escravos com destino às Antilhas, São João de Porto Rico, São Domingos e outros destinos. Os navios deveriam passar por São Tomé para pagar impostos conforme estava estabelecido e abastecerem-se para a viagem de retorno. Mas, sempre existiram as formas alternativas de contrabando. Pode-se dizer que nos anos de 1520 a 1530 estavam lançadas as bases da futura exploração das relações econômicas e de conquista do reino de Angola. Mas, várias intrigas eram inventadas pelos capitães e os agentes comerciantes de São Tomé, nada interessados nas relações normais entre Portugal e o Reino de Angola, pois temiam que isso viesse a afetar e prejudicar os seus negócios. Havia terminado o período de tranquilidade que antecedeu o início efetivo das hostilidades e da conquista do território pelos agentes colonizadores portugueses (AMARAL, 1996).

Os recursos do Reino de Angola faziam-se conhecidos e já explorados pelos agentes portugueses: escravos, marfim, cobre e pouco mais, sem vestígios de metais nobres; onde o relacionamento humano começa a degradar-se; e o Reino de Benguela ainda mal conhecido, só as especulações circulavam sobre o potencial das riquezas exploráveis.

Na impossibilidade de ver o Reino do Kongo transformado numa vasta área de captura e comercialização de escravos, os portugueses viram no Reino de Angola melhores condições para

o tráfico negreiro. O Reino de Angola seria objeto de conquista pelos agentes militares e religiosos, de espada e cruz na mão. Mas, não podemos deixar despercebido de que Portugal era um país pequeno e pobre para conseguir manter com grandes dificuldades as conquistas em terras tão distantes e muito afastadas uma das outras a ferro e fogo, e dado também o desenvolvimento dos transportes e da tecnologia disponível na época.

As relações entre os europeus e os africanos no local pautavam-se pela crueldade e violência de ambas as partes. A resistência à ocupação era grande, feita pelos nativos, manifestada pelas constantes guerras. Mas, os portugueses ocupavam o território através de fortificações militares para defenderem-se contra os piratas e corsários, entre eles os franceses, ingleses e holandeses, tal como baluarte das constantes guerras do sertão.

CAPÍTULO 4

A CONSOLIDAÇÃO E A FRAGMENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS.

4.1. A Fragmentação e Consolidação das Organizações Sócio-políticas e as Territorialidades.

Os territórios coloniais foram formados em função e a partir do desenvolvimento de forma empírica, espontânea e circunstancial das relações existentes entre diferentes grupos sociais. O desenrolar destas relações produziu formas distintas de ocupação do meio físico, cuja característica foi conduzida pelo caráter de contato entre as duas civilizações. A necessidade do conhecimento mútuo é uma realidade expressa nos vários documentos históricos, onde o caráter do discurso varia de uns para outros grupos de agentes sociais, que entram em contato com as sociedades autóctones. Porém, independentemente da forma de abordagem ter sido militar, econômica, jurídica, política ou religiosa (etc.), o mesmo é sempre determinado pelas relações de dominação e discriminação. Desta maneira, o denominador comum dos testemunhos coloniais resume-se à *"inclusão do conhecimento sobre o 'outro' e simultaneamente uma exclusão ideológica desse mesmo outro"* (SERRANO, 1992: 22). Sabemos, porém, que a presença das duas civilizações marcou de forma objetiva o território, alterando e configurando reciprocamente os espaços vitais vinculados a um mesmo sistema territorial, produzindo-se, assim, um ciclo vicioso de dominação do território, caracterizado pelos fluxos bilaterais: contato entre diferentes grupos sociais das civilizações - distintas formas de ocupação do território (territórios fixos e móveis, territórios estáveis e instáveis, espaços sagrados, etc.).

No Continente Africano as organizações sócio-políticas sempre possuíram fronteiras estabelecidas entre as mesmas, mesmo que não traçadas num mapa, adequadas às formas de organização política, cultural e social dos seus habitantes. As fronteiras eram limitadas por acidentes geográficos naturais ou com limites místicos de espaços e territórios de natureza antropogênica africana. Nas descrições dos europeus, as instituições africanas eram ignoradas ou apresentadas como rudimentares e uniformemente generalizáveis, tratadas como *"inferiores"*, *"selvagens"*, *"tribos"*, *"bárbaros"*, etc. Ambicioso pelos interesses econômicos da dominação colonial, o processo da "partilha de África" foi bastante rápido. Num período de mais ou menos vinte anos fez-se aquilo que, por exemplo, na Europa levou séculos: a delimitação dos territórios reclamados pelos interessados na dominação colonial. ~~Se bem que, na Europa foram os europeus~~

que configuravam os seus territórios, respectivamente os seus países, enquanto em África os africanos não tiveram esta possibilidade.

Antes da chegada e da fixação dos europeus no Namíbe, os nativos viviam da apropriação de produtos da natureza, como a captura ou a caça, da pesca, da coleta, e da produção da atividade de domesticação ou da prática de uma agricultura incipiente, dependente dos seus hábitos socioculturais. Eles não conheciam as formas de propriedade, a delimitação da terra, mas defendiam o seu espaço, como entidade sócio-natural, sociocultural ou sócio-política devido ao seu “*modus vivendi*”, sua pequena capacidade de defesa e com uma produção de subsistência. Logo, as suas relações eram simples e caracterizavam-se por territorialidades fortemente marcadas pelas condições naturais.

Neste período, os grupos de populações nômades do atual território do sul de Angola exploravam e comercializavam o sal, o cobre, como produtos de fundamental importância nas trocas regionais, trocando com os *Bantu* tabaco, *liamba* (maconha), cereais e outros objetos. Estes grupos não são coletividades à margem da evolução da humanidade, segundo algumas literaturas, muito embora o seu modo de vida possa conter elementos pré-históricos. Contudo, tendem a desaparecer e muitos grupos não conseguiram sobreviver pelas agressões de outros grupos ou as alterações do subsistema natural inóspitas difíceis de se adaptar.

Os conceitos de “Reino”, “Nação”, “Estado”, “Império”, “Democracia”, “Feudalismo” etc., utilizados em certos lugares certamente de maneira adequada, segundo Ki-Zerbo (1980), nem sempre são automaticamente aplicáveis à realidade africana. Por exemplo: a expressão *noi a Kongo*, quer dizer, literalmente, “o país (*nsi*) dos Kongo”. O grupo humano (*os Kongos*), uma região (*nsi*) e a consciência que tal grupo tem de habitar essa região, que assim se torna o país (*nsi*) do grupo Kongolês. Já a palavra “reino” corresponde o território habitado exclusivamente pelo grupo humano pertencente a uma mesma sociocultura. A homogeneidade comunitária, lingüística e sociocultural é o essencial. O rei (*mfumu*) é na realidade o mais velho (*mfumu*), o tio materno (*mfumu*) de todas as famílias (*nzo*) e de todos os clãs matrilineares (*makanda*) que reconhece os ancestrais fundadores comuns (*ban Kulu mpangu*).

O “Reino do Kongo” resume-se, em definitivo, a uma vasta chefia, isto é, o mais velho dos anciãos, o tio materno mais idoso entre os vivos; por isso é um *ntimu*, “chefe supremo”. A expressão “Reino do Kongo” não designava, portanto, o sentido ocidental.

Sabe-se que depois de diversas lutas de integração e desintegração dos vários Domínios ou Estados, os rios e outros acidentes geográficos demarcavam fronteiras naturais móveis até onde chegavam os mesmos grupos ou até onde habitavam as populações que pagassem tributos ao mesmo chefe. Esse processo nem sempre deu origem a realidades socioculturais homogêneas

ou quando elas existiram viram-se fragmentadas por territorialidades móveis, em que se mudava a capital do reino logo que falecesse o rei.

O Planalto Central de Angola foi dominado por um grupo cultural que se congregava sob dominação *Nyaneka-Nkhumbi*, dividindo-se em diversos subgrupos e tricolingüísticos: *Nyaneka*, *Otylenge*, *Nkhumbi*. Os *Nyaneka* formavam um Reino designado “*Mwila*” que dominou toda a Região da Huíla-Namíbe e que se desmembrou pela metade do século XIX, a divisão de *Mwila* resultou os Estados do *Jau* e de *Mwila*. No século XVIII, o Estado de *Mwila* entrou em contato com Angola Colonial Portuguesa, em Kakonda. Os domínios territoriais *Nyaneka* sobretudo *Mwila* e, mais tarde *Ngambwè* tornaram-se Centros mercantis da cera, marfim, gado, borracha, servindo todo o Sul de Angola.

A penetração comercial no interior incitou as dissensões entre os chefes dos grupos políticos e entre estes e os chefes de linhagens possuidores de terras e domínios. O crescimento do setor mercantil desempenhou um papel importante na evolução e proliferação de títulos de chefes e a expansão da aparição de novos atores onde o elemento místico está ausente. Esta evolução estava relacionada com a liberalização do comércio dos escravos; ao processo de destruição interna dos monopólios oficiais de Angola portuguesa, compreendia ao processo de destruição interna do poder tributário, simbolizado pelo declínio dos grandes mercados oficiais. Os novos ciclos da economia dos produtos da coleta favorecia mais aos indivíduos ou grupos sociais empreendedores do que aos autocratas dos Estados que não conseguiam mais monopolizar os lucros das trocas comerciais. O comércio com os *Postos Mercantis Avançados* da Costa Angolana entre Benguela e, mais tarde, Moçâmêdes até a Baía da Baleia (Walvis Bay) permaneceu durante muito tempo submetido às *regras do comércio tributário*, fornecendo aos chefes novas ocasiões de acumulação. A fragmentação política ficou limitada entre os *Ovambo* e o poder de seus chefes foi salvaguardado até o período das *campanhas militares coloniais de guerra*.

A fragmentação política de algumas Regiões causada pelo desenvolvimento das *trocas mercantis* geralmente conduziu a uma *polarização* ao redor dos grupos ou indivíduos empreendedores. No sul, na região de savana, estepe e floresta ralas criavam-se a ascensão de títulos políticos ligados à economia mercantil. A mobilidade social foi mais forte nos Estados dos chefes mercantilistas do que no seio das antigas aristocracias militares guerreiras.

O *setor mercantil* engendrou o progresso econômico da África Centro-Austral e possibilitou o desenvolvimento da transformação política. Permitiu a acumulação e a evolução das estruturas sociais e políticas, e também asfixiou e esvaziou a ordem de subsistência de outras organizações menos privilegiadas. O setor mercantil desempenhou um elo de fragmentação

política das regiões, as razias e rapinas diversas forneceram freqüentemente a ocasião imediata de ascensão de atores aventureiros ou de novatos sujeitos. Diversas regiões eram percorridas em diversas direções, às vezes, com armas na mão, por comerciantes e pequenos chefes de guerra, que estabeleceram domínios, com uma clientela de prisioneiros serviçais, refugiados, aventureiros, etc..

As organizações sócio-políticas africanas antes da aplicação do regime colonial, e como observamos antes, apresentavam uma complexidade evolutiva nas relações sócio-territoriais, não eram obviamente agentes passivos (principalmente por meio dos chefes dos grupos) no seio destes comércios. O controle do comércio num território determinado proporcionava benefícios sociais prestigiosos e fortalecia o poder político firmando-se nas *alianças* necessárias, assim como, com os europeus, como também com os grupos de africanos que assimilaram os "hábitos europeus" e serviam de agentes intermediários no comércio, inicialmente assumindo cada vez mais as atividades independentes deste ramo. Como exemplo mais ilustrativo disso apresentam-se, nas denominações de "*calçados*", "*(...) que eram indivíduos já europeizados e, por isso, se denominavam deste modo, na medida em que se vestiam e se calçavam a européia, aos quais muitas vezes era interdita a entrada em territórios mais longínquos*" (SERRANO, 1992: 25). As referidas alianças políticas e comerciais muitas das vezes substanciavam-se essencialmente em matrimônios de comerciantes europeus (chamados "*sertanejos*"), mestiços e outros (como os "*calçados*") com as mulheres de parentesco dos chefes locais, onde o comércio tinha o interesse de fixar-se. A poligamia nestes casos era algo comum e dá a ver as formas de aliança que explicam não só o trajeto comercial percorrido como também a legitimidade política adquirida em locais diferentes.

A presença europeia influenciou na transformação das territorialidades; modificadas pelas relações entre os diversos agentes e atores sociais. Logo, o território para além de ser um espaço a conhecer e a representar, era também um domínio de intervenções, onde se provocaram acontecimentos que representam ou identificam os seus atores.

Em África era e continua sendo a família, a linhagem, o clã, grupo ou a comunidade do assentamento humano um dos fatores de extrema importância em todas as organizações socioculturais ou sócio-políticas interlocais. A terra como território contava muito pouco e por essa razão, fronteiras eram algo móvel, flexível, temporário, não chegando a ser delimitada. Era indefinido geograficamente no mapa; considerava-se o território até onde chegavam os indivíduos do mesmo grupo sociocultural, que em caso de existirem o regime de pagamento dos tributos ou em caso de guerra deveriam honrar os seus deveres.

Por sua vez, no Sul de Angola, os reinos, estados ou domínios podiam possuir grandes dimensões territoriais, separadas uns dos outros por zonas desérticas, montanhas, dunas ou delimitadas naturalmente pelos rios. A divisão entre os *Nyaneca* ou os *Nkhumbi* foi resultado da fragmentação dos antigos reinos do Humbe. A realeza estava estreitamente vinculada a uma sócio-territorialidade em expansão. A passagem a uma agricultura mais intensiva é facilitada pela absorção de imigrantes, e sobretudo prisioneiros obtidos pelas razias. Dedicavam-se a cultura de base, como o milho painço e o sorgo que são resistentes a seca mesmo que as outras culturas fossem conhecidas, como o amendoim, o feijão e o milho. Os riscos da seca podiam afetar a colheita, e eram atenuados pela combinação da agricultura com a criação de gado. Havia uma diferença social entre os possuidores de gado e os simples camponeses que os diferenciavam na riqueza, podendo recrutar os "meeiros" para trabalharem com os rebanhos pertencentes aos ricos e poderosos. O poder real estava estritamente ligado ao sistema de produção: "fabricante de chuvas", o rei era também responsável pela divisão das terras e organização dos trabalhos de represamento do rio.

4.2. As Tentativas de Contatos entre os Europeus e as Entidades Sócio-políticas na África Centro Austral e a Intervenção da Geostratégia Extra-africana na Conquista Territorial

A partir do século XV, os portugueses criaram uma rede comercial ao longo das Costas Ocidental e Oriental de África, preocupados com a ligação marítima com a Índia. No Reino do Kongo estabeleceram as feitorias portuguesas e empreenderam relações de cooperação entre os dois Reinos. Com o Reino de Angola, em 1575, os portugueses fundaram a Cidade de Luanda, tornando-se uma base importante de penetração no interior, centro de comércio e mercado de escravos. Contudo, só no século XVI e XVII começou uma considerável penetração no interior da África Austral. Enquanto os africanos forneciam as mercadorias que os europeus desejavam adquirir, os negociantes contribuíram para transformar as organizações socio-políticas africanas através dos intercâmbios comerciais. A expansão portuguesa pela Costa e para o Interior do Continente Africano desde o século XVI, só ganhou aceleração no fim do século XVIII.

O reinado de D. Manuel deliberou que o Reino de Angola se estendia até ao Cabo da Boa Esperança a partir de 1519 a fronteira se encaixava entre o rio Dande e o Cabo da Boa Esperança, que englobava uma área litorânea. Essa imensidão territorial era somente de ordem teórica-jurídica, sem ocupação efetiva contígua, era cobiçada por outras potências europeias da

época da expansão europeia. Mais tarde, teria Portugal fixado a fronteira Sul de Angola até ao paralelo de Cabo Frio, situado em 18° 24' de Longitude Sul até a Confluência do Chole com o Zambeze (AMARAL, 1980/81: 30).

Desenvolvia-se em Portugal uma política de restrição da *presença efetiva colonial*. Portugal não desenvolvia uma política de fixação efetiva e defesa dos territórios apropriados e sustentados pelas fortificações e feitorias situadas nas áreas costeiras e ao longo dos rios penetráveis e navegáveis, ocupando a embocadura. A metrópole entendia o direito sobre a totalidade da bacia. Em detrimento de uma efetiva e permanente política de relações de contato e boa vizinhança entre os grupos, local e extra-local. Essa política de ocupação do Litoral estava de princípio relacionada com a defesa desses territórios contra a concorrência das outras potências europeias, interessadas na expansão territorial e no controle do comércio.

Enquanto as Autoridades Portuguesas pensavam em ocupar territórios através da guerra ou pela submissão de vassalagem, os comerciantes de Luanda entabulavam relações comerciais com o Sul de Benguela, comparando ou trocando cobre, frescos, marfim e gado. Essas relações despertaram interesse ao governador Furtado de Mendonça. Em 1601 ou 1602, iniciaram-se as relações comerciais entre os europeus com o gentio do Sul. Por detrás dessa intenção estava o interesse das minas de cobre, conhecer as realidades do Reino de Benguela, para assim poderem agir. Para tal foi enviada uma *Expedição Marítima Comercial* que atingiu os 12° de Latitude Sul, onde encontraram uma boa Baía arenosa e gente do sítio que lhes trouxe gado bovino, carneiros, trigo e favas, e madeira aromática (*kakongo-guicogo*). Em 17 dias de permanência, a Expedição Comercial já tinha comprado 500 cabeças de gado, que foram transportados para Luanda. Da mesma forma, a ocupação Portuguesa do Reino de Angola teve como causa principal as "*serras de prata*" de Cambambe, de acordo com Delgado (Vol. I, s/d: 397), esta região era cobiçada pelos Portugueses por causa do cobre.

Os longos séculos do colonialismo português em Angola eram caracterizados pela "*união indissolúvel da cruz e da coroa*" que estava exemplificada "*no exercício do Padroado Real da Igreja no ultramar*". Era uma das Prerrogativas da Coroa Portuguesa mais ciosamente guardadas e mais tenazmente mantidas e, durante a sua longa história da expansão da fé, foi frequentemente a causa de disputas entre missionários portugueses e os de outras Nações Católicas-Romanas, como também das outras correntes religiosas.

O Padroado Português consistia numa combinação ampla de "*direitos, privilégios e deveres concedidos pelo Papado à Coroa Portuguesa como Patrona das Missões e Instituições Eclesiásticas Católicas-Romanas em vastas Regiões da Ásia e no Brasil*" (BOXER, 1969: 224). Estes direitos e privilégios advinham de uma série de Bulas e breves Pontifícios datados entre

1456 e 1514, que no entanto não deferiam em nada dos direitos semelhantes promulgados em favor dos Reis Católicos entre 1493-1512. Os Papados do Renascimento, preocupados com o crescimento do "protestantismo" não davam muito significado à evangelização dos pagãos em terras recém-chegados. Em Portugal muitos destes privilégios eclesiásticos haviam originalmente concedidos à Ordem de Cristo, que a partir de 1456 dispunha da Jurisdição Espiritual sobre as "terras, ilhas e lugares" até então descobertas ou ainda a ser descobertos pelos portugueses. Esta *Ordem Religiosa-Militar* foi criada pela Família Real em 1319. Na sua dupla qualidade de Reis de Portugal e de "governadores e administradores perpétuos" da Ordem de Cristo, D. Manuel e os seus sucessores tinham o Direito de Padroado sobre todos os postos, cargos, benefícios e funções eclesiásticas nos Territórios Ultramarinos entregues ao Padroado depois do *Tratado de Tordesilhas*, em 1494. "*No esquema do padroado que, aquando da sua maior extensão em meados do século XVI, se estendia do Brasil ao Japão, nenhum bispo podia ser nomeado para uma sé existente e nenhuma nova sé podia ser criada sem autorização do rei português*" (BOXER, 1969: 224). Posteriormente pretendiam que nenhum missionário podia ser enviado para essas regiões sem a autorização da Coroa Portuguesa, a não ser que viajasse num navio português. A Coroa considerava e dispunha de prelados e bispos, como se fossem simples funcionários de Estado; fazia o mesmo com as Dioceses e até com os missionários individuais. O referido cenário durou incontestavelmente até 1622, quando os crescentes interesses coloniais europeus revelam a insuficiência e o desleixo do missionarismo português e despertam o controle Papal das Missões, primeiramente através de *Sagrado Colégio da Propaganda Fide*, fundado em Roma, secundariamente através do encorajamento da fundação de várias Missões Francesas e Italianas na África e no Oriente.

O reinado de D. Álvaro I, a partir de 1574, influenciado pelos Portugueses, criou a divisão territorial do Kongo, designando-os de Ducados, Marquesados e Condados, distribuindo-os pelos magnates (senhores feudais): os "*dembos*" passaram a Duques, os "*sobas*" a Marqueses e os "*quilambas*" a Condes. Essa divisão territorial foi importada do feudalismo europeu, tal como os títulos nobiliárquicos adotados (DELGADO, s.d.).

O interesse dos agentes extra-locais de ocupação e exploração territorial vindos de tão longe estava também virada para o sertão de Angola. Assim, iam ocupando militarmente a costa até a penetração pela barra do Kwanza e subindo o rio, à procura das fabulosas minas de prata de Cambambe. Logo, tomaram a Muxima e Massangano, onde construíram fortificações que serviram de presídios e atingiram Cambambe em 1582, à custa de muitas guerras e razias.

Depois da morte de Paulo Dias, lhe sucedeu o capitão-mor André Ferreira Pereira, que marcou o final da capitania e Governança de Angola, mas não o fim da conquista territorial, já

muito abalada na sua originalidade primitiva de adaptação de um sistema colonizador já fracassado no Brasil, a donataria foi efêmera. Paulo Dias morreu sem deixar filhos, nem herdeiros da linha paterna. Foi enviado à Angola o licenciado Domingos de Abreu de Brito fazer um inquérito, vindo do Brasil, em 1590, no sentido de encorajar a conquista do território pela criação de um Governo-Geral. Tornada sem efeito a carta de doação, iniciava-se assim um novo modelo e etapa de ocupação- colonizadora. Portugal ficaria como exclusiva orientadora e financeira única, planejando fazer de Angola uma colônia de povoamento. Logo foram nomeados governadores para o efeito da conquista dos Reinos do Kongo, Angola e Benguela.

Assim, o primeiro Governador-Geral de Angola foi D. Francisco de Almeida, que chegou a Luanda a 24 de Junho de 1592. As intenções encomendadas a esse novo Governador começaram com a abolição dos direitos de doações de terras, tirando aos conquistadores, padres, e sobas¹². Isso revoltou os lesados que prenderam o Governador e o fizeram embarcar, em 8 de Abril de 1593, para Pernambuco (DELGADO, Vol. I, s.d.). Como substituição, os capitães, a população e a Câmara de Luanda convidaram seu irmão D. Jerónimo de Almeida a assumir o Governo da Colônia, em 10 de Junho de 1593. Tendo este assinado a provisão, devolvendo as Donatarias aos proprietários, na condição deles estarem dispostos a acompanharem o novo Governador na ocupação de outros territórios.

Em 1600, o território em processo de conquista pelos portugueses era perturbado pelos corsários franceses, que invadiram e destruíram o Porto de M'Pinda. O Porto M'Pinda localizava-se na "Villa de M'Pinda na Bocca do rio Zaire, nas terras do Conde de Sonho" (M'banza Soyo), onde os Portugueses tiveram nos séculos XV, XVI e XVII uma Feitoria Fortificada, uma Alfândega, e um Convento da Missão (CUNHA, 1839). Mas, em 1603, o conflito entre Portugal e a Holanda pela apresada da nau da China no estreito de Singapura, provocou a *querela jurídica* sobre a "liberdade dos mares", proporcionando vantagens para a Holanda e com efeitos geoeconômicos para todos os envolvidos na expansão além-mar. Para Portugal, segundo Martins (1998: 24-25), os títulos defendidos quanto a soberania dos territórios orientais e o direito de navegação para a Índia e do comércio com o Oriente, eram: o descobrimento seguido de ocupação; doação pontificia; aquisição por prescrição.

Desde 1607, os Governadores da Capitania de Angola recomendavam a cultura da cana-sacarina e o algodão como base de uma economia agrária, possível de fixação do homem a terra, mas esta era prejudicada pelo *Comércio Triangular*: Europa/África/América; da Europa iam mercadorias para a troca com escravos na África; os escravos destinavam-se às plantações e minas na América; da América saíam o açúcar e os metais para a Europa. Era época de *trocas*

¹² Autoridade nativa local de um grupo sociocultural.

desiguais entre os três Continentes, formando o *Comércio Triangular*. O comércio praticado de forma desigual com a África comprometia o normal desenvolvimento da produção agrícola de exportação, fato que era ampliado pelas limitadas ligações com a Europa e pela falta de um mercado local.

A primeira Cidade fundada na África a sul do Sahara por europeus foi *São Paulo de Assunção de Loanda* (Luanda), com foros urbanos desde 1605, nasceu como base de trânsito para o interior de Angola, mais por iniciativa e ocupação do solo pelos religiosos, do que por vontade ou iniciativa das autoridades coloniais e mesmo de outros agentes sociais, somente interessados nas riquezas. Segundo a literatura, o mau clima da Região para os europeus, as péssimas condições de existência, a maioria dos colonos eram degredados e as particularidades da atividade económica, eram fatores que dificultaram a fixação de famílias europeias, no Litoral ou no Interior de Angola.

Em 1607, há uma mudança na política portuguesa, que condenou o uso de qualquer sistema de exploração apoiada à violência e extinguiu as Concessões de Donatarias e pelos sucessores, puniu-se os dilapidadores da riqueza dos nativos, provocadores de guerras. O Reino do Kongo foi transformado numa possessão de feitoria fornecedora de mão-de-obra para São Tomé e para o Brasil. A devastação arbitrária dos povoados e das populações, a troco da ambição do rápido enriquecimento, prejudicou o povoamento, a economia, com grandes conseqüências políticas e sociais que se manifestam até hoje. Só em 1620, as operações de guerra feitas pelos portugueses continuaram no Reino de Angola com tal intensidade que chegaram mesmo a infligir grandes baixas a Família Real de *N'gola M'Bandi* (filho de *N'gola Kiluanji* falecido em 1618). O Território ficou deserto, sem habitantes, segundo Delgado (Vol. I, s/d: 54).

Também em 23 de Agosto de 1641, os holandeses invadiram Luanda e a ocuparam. Durante a ocupação de Portugal pelos Espanhóis, de 1580 a 1640, no reinado dos Filipes, as Colônias Portuguesas na América, África e Ásia eram disputadas pelas *Companhias das Índias*. Portugal estava desgastada pela guerra contra a Espanha e as suas Colônias, no reinado de D. João III, pareciam presas fáceis, cobiçadas por outras potências europeias interessadas no seu controle. A ocupação de Luanda pelos Holandeses durou 7 anos de destruições, mortes e desaparecimentos de valorosíssimos documentos da história de ocupação portuguesa de Angola que perderam-se na fuga dos Portugueses para Massangano, Muxima e Cambambe, e destruídos pelos holandeses que atacaram as lanchas e as afundaram, com os feridos e os arquivos. Mas, também eles construíram ou terminaram algumas obras iniciadas pelos portugueses, como por exemplo: a Fortaleza de São Miguel e o Projeto de Canalização de Água para Luanda. O tráfico

de escravos foi mantido por eles enviando-os para as suas Colônias da América.

Pela falta de mão-de-obra escrava para os engenhos de açúcar no Brasil, em 1648 por iniciativa e às custas dos empresários brasileiros foi organizada uma armada chefiada por Salvador Correia de Sá e Benevides. A armada era constituída por tropas portuguesas, africanas residentes no Brasil e índios. O ataque foi realizado pelas traseiras da baía de Luanda, tendo-os surpreendidos, já que qualquer ataque de grande envergadura só poderia ser esperado pelo mar. Os holandeses resistiram ao primeiro ataque e depois negociaram um "generoso tratado de rendição", pois embarcaram com os seus haveres e mais os africanos que com eles quiseram partir, porque estes sabiam o que poderia acontecer com eles: seria a escravatura cruel e sem piedade, como era hábito praticado contra os africanos. Mas, alguns flamengos de origem francesa e católica preferiam ficar. Este acontecimento deu-se em 15 de Agosto de 1648; os portugueses designaram-no dia da "Restauração de Angola". O "Reino de Angola Colonial" ou "Província de Angola", tinha como centro Luanda. Estava separado do ponto de vista administrativo do "Reino de Benguela Colonial" ou "Província de Benguela", criada em 1617.

Salvador Correia ficou em Angola como Governador de Angola e seu capitão-mor até 1652. Ele restabeleceu imediatamente as atividades comerciais, essencialmente o tráfico de escravos, já que era para isso que havia indo conquistar Angola das mãos dos Holandeses. Iniciou-se o comércio do marfim, e Luanda foi transformada numa feitoria comercial. Assim, Angola passa a uma dependência direta do Brasil que de Portugal, mesmo este ser ainda uma colônia portuguesa. Com efeito quase todo o comercio se fazia com o Brasil e este interferia constantemente na administração da Colônia Africana Portuguesa, conforme os seus interesses. Este processo desencadeou a guerra do "*kuata, kuata*" (o apanha, apanha) dos escravos, que provocou muitas mortes e a evacuação de escravos para as Américas, tendo a Região sofrido muito por causa do tráfico negreiro. O impacto da diminuição da população foi sentido durante muito tempo com a falta de mão-de-obra para realizar alguns empreendimentos dos portugueses. Quando intensifica-se a fixação dos colonos portugueses em terras de Angola, a migração africana começou a marcar presença em Luanda, como em outros assentamentos humanos, vindos de todo interior (DELGADO, v. II, s.d.).

Angola era uma feitoria comercial-militar, cujo rendimento provinha de um comércio de permutas desiguais nos sertões e de um tráfico de escravos em grande escala. O sistema comercial era assegurado por uma rede de fortalezas artilhadas confinadas à faixa do litoral, desde o rio Zaire até o Benguela, controlando sobretudo as fozes dos rios penetráveis e navegáveis. A rede de fortalezas não impedia os ataques dos habitantes locais e de outros grupos socioculturais vizinhos que vinham solitariamente em socorro.

Lembramos que naquela época, a liberdade de navegação no alto-mar não significava liberdade de navegação com destino à territórios já colonizados. As colônias eram domínios exclusivos da potência colonizadora, explorando-as segundo as regras de supremacia econômica das respectivas metrópoles. O "*Sistema do Pacto Colonial*" lançado pela Inglaterra a partir do *Ato de Navegação* de 1651, estabeleceu o princípio colonial, reconhecido pelas nações européias, visando a exploração dos territórios ultramarinos pelas suas metrópoles, com a utilização exclusiva das suas marinhas mercantes (DELGADO, v. IV: s.d.). Através desse "*Sistema do Pacto Colonial*", concebia-se que as colônias estavam em função somente dos interesses exclusivos das metrópoles, "passando pela política de espaços fechados e áreas reservadas ao comércio", fundamenta Mourão (1993/94: 5). Isto colocou as metrópoles em situação de supremacia econômica.

Nos séculos XVII e XVIII, por exemplo vigorou o *Pacto Comercial* entre as potências marítimas. Em 1651, a Inglaterra publica o *Ato de Navegação*, que estabelecia que qualquer mercadoria extra-européia, sobretudo proveniente das colônias inglesas, só poderiam ser transportadas para a metrópole em navios construídos na Grã-Bretanha, pertencentes a súditos britânicos, com capitão e três quartos da tripulação inglesa. As mercadorias destinadas às colônias inglesas deveriam partir de portos ingleses. Só os cidadãos ingleses poderiam estabelecer-se nas suas colônias como agentes mercadores e feitores. Os outros países europeus seguiram o mesmo exemplo dos ingleses. Estabelecia-se, assim, uma divisão de trabalho inter-regional, as metrópoles possuíam as indústrias transformadoras, faziam o comércio internacional e forneciam as manufaturas, recebiam as matérias-primas e os artigos exóticos. As colônias especializaram-se na agricultura e na mineração. A aplicação desse sistema no império português teve o seu maior impacto durante o mandato do Marquês de Pombal. Pombal, ao aplicar esse sistema, conferia um "regime utilitário" as colônias em proveito exclusivo da metrópole, sujeitos ao seguinte:

- As colônias deviam estar debaixo de imediata dependência e proteção dos fundadores;
- O comércio e a agricultura delas devem ser exclusivos dos mesmos fundadores.

Com a chegada de Bartolomeu Dias ao *Cabo das Tormentas* (Cabo da Boa Esperança) considerava-se por *Direito Histórico de Descoberta* como Soberania de Portugal, mas, em 9 de Abril de 1652, o médico Van Riebeck, holandês, sem protestos de Portugal, tomou pacificamente a Região Sul-africana, e a entregou ao seu país de origem e a partir dali o sul de África pertencia a Holanda, tão ansiosa de possuir Território no Continente Africano.

Em 1652, deu-se o primeiro desembarque dos holandeses no Cabo; criavam um entreposto no percurso para as *Índias Orientais*. No Cabo instalaram uma colônia de

povoamento europeu, com holandeses, hugenotes franceses e alemães. Estes colonos eram agricultores excelentes que dedicaram-se a pecuária, os designados “Boers” e empreenderam a sua expansão para o Norte, empurrando ou aculturando-se com os *hotentotes*. Os “Boers” formaram uma colônia e prosseguiram com uma política de discriminação racial por razões de supremacia racial, social e econômica, resultando numa coexistência não pacífica com os grupos africanos.

As Cidades Costeiras caracterizadas pelas funções importadoras e exportadoras são Cidades Fortalezas pelos dispositivos de defesa militar contra os invasores externos e defesa dos ataques internos. A localização dos presídios era feita com atenção as redes comerciais africanas, possibilitando o comércio com o interior por agentes europeus ou africanos. Até 1700, Angola estava ocupada pelos portugueses uma área de 65 mil km², sendo apenas uma vigésima parte do atual território (BEBIANO; 1992: 223). Para controlar as populações e as instituições africanas, os portugueses introduziam novas mercadorias e assim se fazia a penetração comercial colonial no interior.

A declarada cobiça dos Territórios Africanos por parte das grandes potências europeias possibilitou a valorização política e econômica das Províncias Ultramarinas Portuguesas. Galvão e Selvagem (1952: 93) afirmam: “*Nunca, desde o descobrimento fora atribuída a Angola pelos governos da nação a importância política e econômica que naturalmente deveria corresponder às vastas possibilidades que ofereciam o seu solo, situação geográfica, mar e população*”. Para além da estagnação nos dois séculos da presença portuguesa, a Declaração da Independência dos EUA, a Revolução Francesa (a Convenção Francesa de 4 de Fev. de 1794 e a Assembléia Revolucionária que confirmou e decretou a *Abolição da Escravatura*) e a *Coligação Européia* contra Bonaparte, influenciaram os rumos de Angola.

4.3. A Ação do Estado Colonial Português na África Centro Austral

Depois de toda a euforia proporcionada pelos contatos diretos entre os europeus e africanos nas trocas comerciais atraídas pelas fontes de riquezas, teria chegado o momento de assegurar a posse dos Litorais Africano e Sul-Americano. Deixou-se de enviar Embaixadores portugueses para a África, como representantes da Coroa, para passarem a *ocupação efetiva e definitiva dos Territórios*, através das guerras de massacres, que dizimou milhares de vidas humanas de ambas as partes.

Com base no sistema de apropriação e exploração dos espaços territoriais, as Capitánias e

as suas Cartas Donatárias e Forais foram as regras territoriais e instrumentos Legais dos europeus na organização territorial paralela dos Territórios dos Reinos de Angola, Kongo, Benguela, Huíla, Lunda e outros tantos Estados e Territórios adjacentes, para se formar o Território que conforma atualmente Angola. A leitura e a interpretação dessas Cartas Donatárias têm valor inestimável quando se procura a explicação da organização territorial contemporânea dos diversos países que foram colonizados pelo sistema de Donatárias, Capitánias, Forais e Sesmaria.

Mostra claramente os excertos da preocupação do estabelecimento de regras de ocupação e organização do espaço, por vezes muito minuciosas, desde a limitação das capitánias e aproveitamento das suas terras à instalação e espaçamento dos assentamentos humanos. Logicamente que eram fixadas as Normas Legislativas para a Governança e Administração. O Rei reservava-se o direito de garantir o *bem da justiça* e o *bom governo* da Terra.

Através das Cartas Donatárias podemos compreender como se procedeu a organização do espaço, e do território desde as instruções minuciosas Legislativas até a construção dos castelos, igrejas, vilas, através da utilização das vias aquáticas, marítimas e fluviais navegáveis e da autorização da utilização das armas. Em muitos núcleos populacionais de Angola até hoje se designam de *Vilas*, quando os africanos as designavam de "*Mbanza*", no Kongo e de "*Cabaça*" em Angola. Não foi possível dividir a terra em Sesmarias ou outras unidades territoriais de *modelo europeu*, já que eram ocupadas e defendidas pelas populações nativas altamente organizada em "*Estados Soberanos*". A convivência mútua em alguns lugares foi possível, porque os Africanos eram mais tolerantes à presença de estranhos ao seu meio e estavam interessados no *estabelecimento de relações normais*, sem saberem o que lhes era reservado. As amostras de prata que foram enviadas a Portugal seriam confirmadas como chumbo. Logo, o Reino de Angola passou ao apanha escravo, transformada em guerra do "*kuata, kuata*" (apanha, apanha), mercadoria valiosa da época o tráfico negreiro, que continuou até ao século XIX, mas a escravatura durou até meados desse século.

Em 16 de Janeiro de 1650, Salvador Correia acabou com os tributos aos reis, que existiam no Território sob domínio dos portugueses. A recolha de impostos no Reino do Kongo tinha um caráter hegemônico, impunha-se as suas Regiões e ao Território Rural seu interior, diretamente nos sistemas de produção agrícola. Cada produtor deveria assegurar a produção para a sua subsistência e do seu agregado familiar, como também os meios para o custeamento dos impostos.

A Tabela N^o3 (p. 103) apresenta a ordem e a frequência das explorações realizadas no Sul de Angola entre 1485 e 1974, dos quais as referências e relatos tivemos oportunidade de

encontrar. Desde as viagens e as explorações da Costa Africana realizadas por Diogo Cão, em 1485, que colocara os *Padrões* do Cabo Negro (15° 40') e outro no Cabo Serra (21° 48') Lat. Sul, até os relatos muito breves da viagem de Vasco da Gama, relatado por Álvaro Velho, em 1497, e também da viagem do Capitão José Rosa à foz do rio Kunene, em 1665, que nada sabemos sobre as explorações que realizou no Sul da África. As tentativas e os *Projetos da Travessia da África Centro-Austral*, todos por sinal falidos até praticamente ao século XIX.

A idéia da travessia para a contra-costa no Indico tinha-se mantido, como ambição latente, através de sucessivas gerações de conquistadores e missionários portugueses, em que foram lançadas várias tentativas nas direções dos grandes cursos de água, procurando alcançar a continuidade desses acidentes hidrográficos, que cruzavam a África, de Angola à Monomotapa (Moçambique). Para a realização desse sonho, iniciaram-se as tentativas; primeiramente pelo rio Zaire, depois descendo sempre mais para o Sul, pelo Kwanza e, finalmente pelo Kunene, buscando sempre as *Cabeceiras* do rio Zambeze, para seguirem por ele até ao Índico. A viagem de José da Rosa perseguia sem dúvidas o mesmo objetivo. Em 4 de Janeiro de 1665, no Patacho Nossa Senhora da Nazaré, o Capitão visitava a foz do Kunene. Da sua viagem dá notícia Cadornega: "Sucedeu no governo de André Vidal de Negreiros ir um homem prático a descobrir esta costa, por nome José da Rosa, por ver se achava alguma notícia de boca de rio que entrasse para os de *Cuama* (Zambeze), e chegando costa a costa, a dezoito graus, para além do cabo Negro, não achou notícia do que buscava" (DIAS (1959: 179) apud FELNER (1933: 576)).

Desde as Medidas Reais de Portugal proibiam a entrada, em Angola, de navios Castelhanos, exceto os de proveniência das *Índias de Castela*, intencionalmente de estabelecer ligações econômicas com Buenos Aires, donde os escravos valiam mais na América do Sul. O *Sistema do Pacto Colonial* não possibilitou a industrialização das Colônias, posicionando-as no Mercado Mundial como produtores e exportadores de matérias-primas.

Os Papados dos séculos XVII e XVIII tomaram posições diferentes dos seus antecessores, com relação à importância do missionarismo e fizeram vários esforços para reduzir os privilégios e os domínios do Padroado, deixando os portugueses, depois do seu monopólio ser destruído pelos holandeses, numa posição muito mais fraca na África e na Ásia. O Papa Urbano III e os seus sucessores fundamentavam esta ação argumentando que as primeiras concessões baseavam-se na intenção de serem aplicadas apenas aos Territórios controlados efetivamente pelos Portugueses e não aos Reinos africanos ou asiáticos independentes. Argumento este fortalecido pela manifesta incapacidade dos portugueses em fornecerem pessoal missionário suficiente para as suas Províncias Ultramarinas. O Governo Português tinha se revoltado contra as decisões papais, que reprimiam os seus privilégios, e até praticamente o início do século XX,

tentava impedir e negava os direitos dos missionários em suas processões aos eclesiásticos estrangeiros, que não ficassem diretamente subordinados ao seu controle, e insistiam na escolha final do pessoal missionário, alegando a sua potencial deslealdade à Coroa.

Efetivamente durante os séculos XVII e XVIII, as missões africanas permaneciam incontestadas na esfera do Padroado, à exceção dos Jesuítas expulsos na época das reformas pombalinas. Os Reis Cristianizados do Antigo Reino do Kongo, originalmente o monumento da ação missionária portuguesa, tentaram e não conseguiram induzir o Papado a transferir a Jurisdição Eclesiástica do seu domínio do Padroado para o controlo direto de Roma, no século XVII. O controle exercido pelo Bispo de Luanda quebrou-se completamente com a desagregação do Reino do Kongo em 1676. Os Capuchinhos Italianos enviados pela *Propaganda Fide* para trabalharem no Kongo e em Angola juravam obediência ao Padroado a partir de 1649. A opinião geral é a de que foram os missionários mais eficazes no interior, ficava comprometida a sua ação com as altas taxas de mortalidade entre eles. Por volta de 1800 havia apenas dois sobreviventes, e a sua missão outrora florescente, estava virtualmente extinta (BOXER, 1969).

Apesar de Portugal manter as pretensões do Padroado, embora já extensivo, até praticamente, ao fim da *ditadura salazarista pró-clerical*, não pode evitar, devido a ineficiência das suas ações de apropriação territorial em África, a entrada, o estabelecimento e a ação (muitas vezes contrária aos interesses coloniais portugueses) das Missões, missionários e Seitas Religiosas estrangeiras em "suas Colônias Ultramarinas".

Só na metade do século XVIII, o *Projeto Colonial Português* apresenta novas perspectivas, durante o governo de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho. O Governador Souza Coutinho (1764-1772), versado nas *doutrinas pombalinas* de fomento, do progresso industrial e comercial, e de séria administração, instaurou métodos reformadores, impondo uma organização político-econômica mais moderna. Teve início a exploração mineira, a siderurgia e a agricultura, como atividade capaz de assegurar a fixação do homem à terra e a independência das importações. Foi imposto um *novo trato* as populações nativas e a população europeia, sem "crueldade". Foi traçada para Angola uma *política da centralização colonial de povoamento europeu*, enquadrando no processo geral de ocupação do Interior e do Sul de Angola. Galvão e Selvagem (1952: 87) narram que, Souza Coutinho "protestou contra o despovoamento de Angola que causava o tráfico de escravos, a mísera condição de mero mercado de escravos e presídio de criminais".

Mas, sabemos que ele incentivou o tráfico negreiro de forma dirigida, para as Companhias criadas no Brasil por Pombal, tendo desagradado os comerciantes de Luanda, que tinham mais lucros se escolhessem o destino das suas 'peças'. Na política de povoamento

européu o Governador Coutinho prestou atenção para a colonização dos Planaltos de Benguela e da Huíla, como do Litoral de Moçâmêdes, reconhecendo a *qualidade do clima* para os europeus, as riquezas em potencial, a abundante e *dócil* mão-de-obra local. Durante a *Administração Pombalina* havia a idéia de abolir a emigração forçada e a expulsão dos Jesuítas das Colônias Portuguesas. A *nova política de administração* esteve relacionada com a "polêmica administração" do Marquês de Pombal, designado "mãos-de-ferro" saneou as finanças do Reino de Portugal, pôs o Estado a incentivar a economia e diminuiu o poder dos Jesuítas e da Inquisição. Contudo, o Governo de Pombal para Angola nada alterava as "normas de rotina parasitária", estagnada, dos anteriores Governos de simples ostentação, exploração *escravista*, incessantes carreiras no sertão, para aquietar grupos humanos irrequietos com a presença portuguesa, e vigilância nas costas, evitando a concorrência dos traficantes negreiros estranhos ao sistema português.

As poucas e dispersas Missões presentes em Território angolano até 1885, não davam conta de todo o território ocupado pelos portugueses. Eram muito vulneráveis ao meio e a situações políticas, pouco avançaram para o interior, recuando mesmo para o Litoral na época da *política de fixação efetiva do Litoral*. Em 1880, o Governo Geral de Angola avalia a situação no seguinte:

"Em Angola não há parochia nem parochas! – Digo que não há parochias porque não pode assim chamar-se (...) um concelho quasi igual en área a tres ou quatro províncias de Portugal juntas; e não há parochas porque tal nome não pode porventura merecer um missionário que n'uma capella cahida e pôdre diz aos domingos, para as ruínas das paredes e para um grupo de imagens roídas do sallalé, uma missa religiosamente ouvida quasi exclusivamente pelo sachristão, que as mais das vezes é o criado do padre, e por alguns discípulos que este padre lecciona" (ANGOLANA; 1995: 647).

A presença das Ordens Missionárias como agentes de ocupação territorial toma uma nova repercussão a partir do momento, em que a Conferência de Berlim aprovava as Missões "civilizadoras" como "formas válidas da ocupação efetiva dos Territórios africanos". Não dispondo de meios financeiros, nem da tecnologia moderna controlada pela Inglaterra, Bélgica e da recém-chegada Alemanha, Portugal precisava encontrar um meio de pôr em prática o "humaníssimo com o fim de civilizar e assimilar o selvagem africano".

Neste âmbito, a *Congregação do Espírito Santo* propôs ao Governo Português colonizar a África com africanos através das Missões e dar-lhes a validade a nível do Direito Internacional. Esta foi uma grande proposta *inovadora* que viria permitir uma conciliação de interesses entre a Igreja e o Estado (SANTOS, Maria et al., 1993).

Passando em revista os vários meios de ocupação, que poderiam legitimar, à escala internacional, a Soberania Portuguesa (feitorias comerciais, postos militares, colônias de

emigração, missões religiosas) e eliminada a eficácia dos três primeiros meios, pela insuficiente intensidade, falta de transporte e infraestrutura de comunicação, custos elevados e progressão lenta, restavam as missões religiosas "civilizarem o gentio" e estabelecerem "colônias cristãs de africanos civilizados". A colonização com europeus ficava dispendiosa e vulnerável ao meio e à convergência de vários poderes. Era opinião geral dos "africanistas", que a

"missão católica é o meio mais nobre, mais eficaz e mais econômico de conquistar, de civilizar e de assimilar o indígena, apesar de ele se achar como que encostado em sua selvajaria secularíssima"
(MISSÕES DE ANGOLA (s.d.) apud SANTOS, Maria et al. (1993)).

Os missionários não repugnavam de forma alguma que os interesses da evangelização se conciliassem com os da política colonial. A ação missionária reverter-se-ia no feitor da defesa da Soberania Colonial Portuguesa.

Contudo, a verdadeira exploração do Sul e o renascimento em grande parte das idéias de colonização de Sousa Coutinho, inicia-se no governo de José de Almeida Vasconcelhos Soveral e Carvalho, Barão de Moçamedes¹³ (1784-1790). Para efeito foram, em 1785, o Capitão-Tenente Ing.º Cândido Pinheiro Furtado (como chefe das Expedições) e o Tenente-do-mar António Valente, incumbidos de explorar a Costa ao Sul de Benguela até ao Cabo Negro na fragata *Luanda* e por terra o comerciante Gregorio Mendes. As referidas Expedições exploraram todo o litoral pelo Dangué, Muéne Calunga, Quissama, contraforte da Chela até ao Bumbo e à Angra do Negro, a que em homenagem ao Governador de Angola foi dada a designação de baía de Moçamedes.

Esta Expedição de Pinheiro Furtado sofreu baixas na Angra do Negro, devido às ações provocadoras dos seus subordinados que incendiaram algumas *cubatas*, que em resposta foram assassinados pela população local. Daí veio ao rio Bero o nome de *rio das Mortes*. Pinheiro Furtado prolongou a exploração para sul, até 13° 30', mas não encontrou nada senão areias estéreis.

Pouco depois partia de Benguela e avançava por terra, ao longo da costa, a Expedição comandada pelo comerciante daquela cidade Sargento-Mor de Ordenanças Gregorio José Mendes, levando consigo ao local 1 038 nativos, entre homens e suas respectivas mulheres. Em 3 de Novembro de 1785 a Expedição encontrou um deserto, porque as populações teriam fugido à sua chegada, temendo por represálias. De regresso descreve um arco pelo interior subindo o *rio das Mortes* (Bero) e atravessando o Bumbo (Capangombe), Tampa e Bentiaba, em direção ao Dombe Grande, e chega a Benguela em 29 de Dezembro de 1785. Quando a Expedição chegou em Capangombe, constatou que os nativos possuíam um *sistema de regadio*, nunca por eles visto

¹³ Povoação da Freguesia de S. Miguel da Mata, Concelho de Vouzela, Distrito de Viseu - Portugal (DIAS, 1959: 252).

antes, e que cultivam as suas plantas (o que subsiste até hoje). Este fato deixou espantado Gregório José Mendes, em 1785. Pensamos que foi o primeiro que não escondeu tal fato e o relatou como se fosse um fenômeno (ARQUIVOS DE ANGOLA, 1946-1952). Até hoje, ainda existem as *marcas dos canais* entre as terras do cultivo, nas primeiras encostas das serras e lá estão presentes as árvores de mangueiras. Isso despertou a atenção dos portugueses que construíram imediatamente uma pequena fortaleza em Bumbo que foi sede de Capangombe, cujas paredes subsistem até hoje.

Paralelamente foi lançada uma outra Expedição para o reconhecimento do rio Kunene, mas o seu Capitão António José da Costa, tendo erradamente tomado o curso do rio Curoca, perdeu-se nas areais do Cabo Negro, onde, por falta de água, levou a Expedição à falência. As vexações e violências praticadas sobre os nativos tornaram praticamente nulos os benefícios desta Expedição, da qual esperavam-se os ensinamentos para a travessia.

O Barão de Moçamedes inspirado pelos resultados das expedições realizadas, dizia para a corte:

"Deus permita que as minhas primeiras súplicas sejam atendidas e me venham os casais e recrutas, para ganhar tempo e adiantar um estabelecimento que pode vir a duplicar a importância do Estado, pelo muito que se contém no Sul e que todo mundo ignora!" (ARQUIVOS DE ANGOLA, Vol. I, 1946-1952, N°4, Doc. XIV).

A Corte não o ouviu, porém o seu nome ficou gravado em Terras do Namibe através da designação do Planalto de Mossâmedes, Deserto de Mossamêdes, Baía de Mossamêdes, Porto de Mossâmedes, sucedendo a Povoação, Vila e mais tarde a Cidade de Mossâmedes e o Distrito de Mossâmedes, e atualmente convertida à designação de Namíbe.

4.4. O Processo de Apropriação Territorial Através da Conquista Militar, Religiosa e Comercial

A conquista do território era feita no principio através do contato entre os portugueses e os africanos, manifestando-se nos confrontos armados e em 1575 a ocupação e exploração dos Reinos de Angola e de Benguela já marcavam presença. A exploração partia das realidades político-sociais encontradas nos grupos humanos locais, servindo-se das linhas de fronteiras de parcelas de um todo, configurando a divisão territorial, à medida que o domínio português se estabelecia e ampliava cada vez mais o seu espaço territorial, aplicando os seus métodos de atuação, de acordo com as conjunturas internacional e local.

As expedições, a ocupação, a colonização, as relações comerciais, tais como as ações das missões cristãs, tiveram suas influências na apropriação e organização do espaço territorial de Angola. Muitos grupos humanos "endógenos" do Namíbe se envolveram em contatos com os *Bantu*, antes e depois da efetiva colonização europeia, e a miscigenação ocorreu em vários grupos (CARVALHO, s/d). As alterações culturais são evidentes na mudança da forma de construir as casas, à utilização de *modelos de organização social* Bantu e Portuguesa, que influenciaram na língua, nas artes, na cultura, etc.. Desde a assimilação da prática da agricultura, criação de animais, hábitos alimentares e até o ofício de ferreiro. Alguns homens assimilaram a poligamia ao contrário da monogamia, que eram as regras da cultural milenar desses grupos. Os pequenos grupos humanos endógenos eram socialmente desprezados pelos grupos de agentes invasores e ocupantes, e até mesmo os mais escravizados. Eles foram utilizados para as guerras, devido as habilidades de bons caçadores e a fama de bons batedores (CARVALHO, s/d).

A soberania portuguesa em Angola não tinha limitações jurídicas de acordos internacionais, nem territórios ocupados efetivamente. Ela se estendia a todo o interior dos sertões penetrados pelos *ponta de lança*, agentes sertanejos, comerciantes, conquistadores militares, a serviço do *regime expansionista colonial europeu*.

Os missionários tentaram transformar o que encontravam estabelecido, através das Campanhas de Evangelização. Mas, eram mais fortes os interesses comerciais do que o da evangelização. Já no século XVIII o tráfico negreiro foi um elemento principal nas relações entre europeus e africanos. Os europeus só estavam interessados no comércio de escravos, muito lucrativo.

As relações primordiais de teor econômico e comercial entre as sociedades autóctones e o colonialismo europeu não podem ser separadas da sua dimensão política-administrativa (SERRANO, 1992; SANTOS, Maria, 1991-92). As relações econômicas concebiam-se como a consequência direta dos interesses do poder, devendo-se a esse o seu incentivo, a sua intensidade, a forma social e espacial (territorial) da sua expansão. O comércio representa uma forma e um instrumento consagrado ao exercício do poder político efetivo e o seu desenvolvimento implica configurações inéditas no âmbito do desbravamento do território, formando os principais eixos de penetração, orientados no estabelecimento de mercados internos estáveis, que servirão como pontos-base para uma futura expansão (Figura 9 e 10).

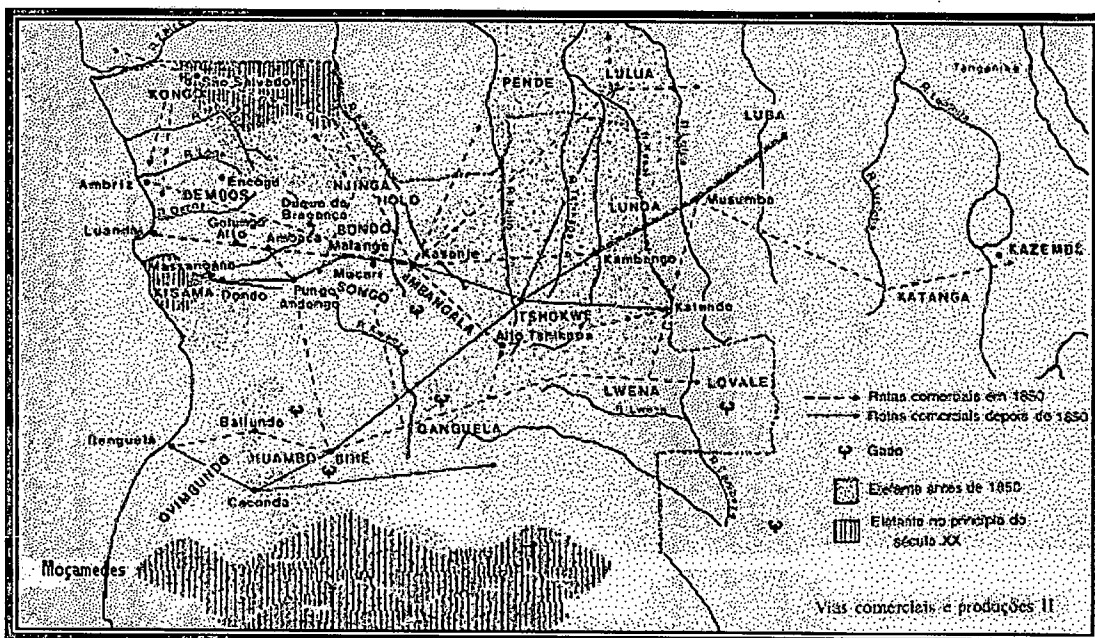
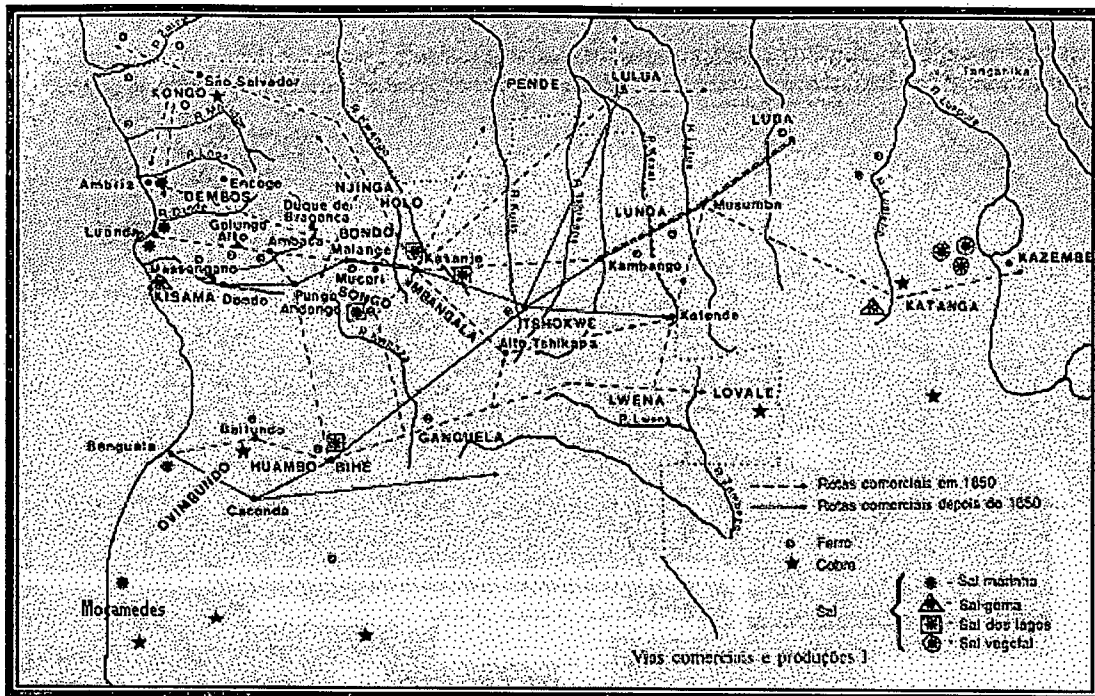


Figura 10. Vias comerciais e principais produções em Angola no final do século XIX. Adaptado de Henriques (1997).

Eram diversas as formas de organização do espaço territorial econômico em Angola, desde a organização da “*cabaça*” donde vivia o *Ngola*, até de outros tipos de assentamentos humanos certamente num fundo de dispersão do povoamento. As feiras e os mercados organizados pelos senhores responsáveis pelos seus territórios, fiscalizados por agentes oficiais designados pelo *Ngola*, além de existirem outros pontos de comércio geral nos entroncamentos, que concorriam gente e mercadorias de todas as partes, tanto locais, como provenientes de lugares distantes e de haver uma feira principal no local de *Residência do Ngola*. Os produtos vinham do Reino do Kongo, dos territórios do leste (escravos, marfim, telas, cera) e do Sul, o sal e óleo. A rede de rotas comerciais e caminhos eram vigiados e patrulhados, tanto para controlar, proteger e cobrar pedágio e taxas de circulação das mercadorias transportadas. As relações comerciais nos territórios da África até o princípio (em alguns casos até aos meados) do século XX estavam estruturalmente vinculadas ao exercício do poder dos chefes das civilizações locais e ao poder colonial como um todo, e essencialmente, entre diferentes agentes, ou vários grupos sociais (que representavam este último) e as organizações sócio-políticas africanas.

O *setor das trocas* sempre existiu em África, ocupava um lugar de grande destaque, segundo as circunstâncias históricas. A dificuldade e o custo do transporte, regra geral, limitaram por muito tempo o desenvolvimento das trocas mercantis de grandes e pesados produtos preciosos: o sal, o ferro, os bens de prestígio como o cobre, tecidos de ráfia, etc., enquanto que os produtos agrícolas e pecuários não eram importados nem transportados em grandes distâncias, já que a maior parte das regiões os produziam.

Para satisfazer a procura do comércio externo, as redes comerciais de várias origens afluíam às zonas mais ricas ou com maior capacidade de resposta, esboçando assim, grandes espaços econômicos exógenos, de origens diversas e fronteiras flexíveis, independentes da política colonial europeia.

Os espaços econômicos eram delimitados por fronteiras flexíveis, sujeitas às pressões resultantes da relação dinâmica entre a “presença” de agentes europeus e a “iniciativa” africana, mas também determinados entre os agentes extra-africanos de origem diversa (SANTOS, Maria; 1993/94:). Dentro da visão e do conhecimento do “outro”, através das práticas da vida cotidiana dos comerciantes, incorporavam o enfoque dos grupos humanos locais como “exóticas”, mas ao mesmo tempo eram necessários à implementação da “nova ordem” de relações de dominação, tendo sido alterado esse conhecimento pelas condições da *nova ordem econômica* imposta a partir da incorporação dessas novas formações sociais, de um sistema capitalista incipiente cada vez mais abrangente.

A ocupação através da conquista militar e econômica pelos agentes extra-africanos, algumas formações sociais passaram a caracterizar-se por uma fase de anomia e, no plano dos "outros" acentuava-se a visão da incapacidade dos grupos africanos manterem ou terem a capacidade para manter relações entre eles. Era uma visão racista e cínica, dando outra visão fora da realidade concreta aproximando do entendimento "utópico".

As organizações políticas africanas jogaram um papel importantíssimo quanto à realização das relações econômicas neste período, fundamentalmente nas relações entre o Litoral e o Interior do Continente. No Centro-Sul de Angola, as populações *Ovimbundu* desempenharam durante séculos um papel preponderante no âmbito da expansão para o Interior dos mercados coloniais. O território do Namibe apresentava desde então uma complexidade de espacialidades socioculturais, sobrepostas, que esta complexidade adquiriu com a evolução histórica um caráter de permanência até aos dias de hoje. Este fato obriga-nos a pensar numa estratificação das relações comerciais e das formas territoriais produzidas (sobretudo relacionadas com o empreendimento de assentamentos humanos e da abertura de vias de comunicação).

A Divisão Territorial Colonial de Angola de acordo com Delgado (s.d.; v.I: 104):

"para além de se fazer através das conquistas pelas guerras, a penetração também era realizada pelos agentes comerciantes, como uma das formas de ocupar e organizar o território".

Desde o século XVII, Angola era formada pelas seguintes províncias: Kisama, Oaco, Sumbi, Benguela, Rimba, Cela, Bembe, Tamba, Cabeço, Libolo, Dande, Bengo, Mosseque, Alta Ilamba (ou Lumbo), Baixa Ilamba, Aire e Ambaca (estavam algumas delas ao Sul do Kwanza ou mesmo no Reino de Benguela). A Província do Bembe era a maior de todas, com maior população e a mais rica. O Alto Bembe era considerado o habitat dos *Kimbundos*. O Baixo-Bembe localizava-se nas Regiões do Alto Kubango, era muito rico em gado bovino, cobras, antílopes, cabritos monteses, carneiros etc. O Libolo colocado ao longo do rio Kwanza, era governado em 1657 por *Ngama Ngola*, possuía muitas palmeiras, animais selvagens, predominavam os antílopes e o *gulungo* (javali). Foram as terras do Libolo e da Kisama que os portugueses penetraram primeiro, depois de instalados na margem direita do rio Kwanza, desvendando essas terras, sem estudá-las. Os objetivos principais dos agentes conquistadores eram militares e religiosos. Para tanto contavam com a ajuda dos comerciantes, tal como de outros agentes que dedicavam-se à agricultura e à pecuária de subsistência.

A dominação colonial realizava-se assim, pela atividade comercial, com uma ocupação administrativa e militar reduzida, fazendo circular bens oriundos da metrópole, em paralelo ao *setor mercantil* africano ativo e desenvolvido. Tentava-se inserir na colônia um espaço

econômico que proporcionasse as condições ao comércio de produtos europeus e diversificasse a produção de matérias-primas que assegurasse o abastecimento das emergentes manufaturas da metrópole. Pretendia-se alcançar esse objetivo através da unificação política e administrativa entre Portugal e as suas colônias, com implicações de veleidade da colonização europeia ao sul de Angola.

A presença portuguesa no Litoral angolano, avançava muito lentamente, mas com passos marcantes para o interior, e onde as condições naturais lhes eram favoráveis (ou permitiam-lhes). Neste sentido, o Litoral Sul apresentava condições extremamente desfavoráveis (ANGOLANA, 1995) e o avanço português se apoiava em duas instituições via de regra associadas: à **presídios** e às **feiras** (SERRANO, 1991/92) (Figura 11).

Na penetração dos portugueses para o Interior assistiram-se vários combates. As investidas militares para a conquista pelo sertão adentro e a atuação dos exércitos africanos eram para afastar dos seus domínios as *ameaças extra-africana* mais próximas.

Colocados na posição de defender o Litoral e considerar o Interior, entre Angola e Moçambique, as Autoridades Coloniais Portuguesas moviam-se ao nível do político e do militar. Ignoravam no início, e subavaliavam mais tarde, a existência de uma outra frente de penetração que estava surgindo e consolidando-se na retaguarda, aberta pelo *comércio extra-africano*.

A política deixou de ser um núcleo da organização espacial e passava-se para o crescimento de vastos espaços econômicos, que largamente ultrapassaram as fronteiras das formações sócio-políticas africanas. Os atores extra-africanos transformadores agiam nas formas com "inovações" nos diferentes domínios da vida sócioeconômica mesmo com resistência à modernidade, que permitiram até certo ponto a reorganização do espaço do território angolano na introdução de uma nova "(des)- ordem" europeia, contrária a ordem vigente africana, infiltrando-se no Interior do Continente, sobretudo na Região Centro-Austral pelos agentes: comerciantes, religiosos, militares, exploradores científicos e outros.

Na categoria das redes comerciais de grandes domínios territoriais uniam as Regiões ao Sul das Altas Terras dos *Ovimbundu*. O *comércio tributário* permitiu ascensão e quedas rápidas de alguns Estados. O crescimento da atividade comercial permitiu o progresso ou a destruição da ordem interna dos Estados ou domínios territoriais.

A participação dos agentes sertanejos, pombeiros, aviados e outros intermediários, vindos do Litoral de Luanda e Benguela nomeadamente, contribuiu decisivamente para uma "nova ordem" econômica da vida das populações daquelas Regiões, Centro-Austral. Este processo de penetração territorial foi uma das alterações ocorridas na *ordem africana*, numa altura em que se formavam e consolidavam as Instituições Políticas e Territoriais dos Estados do sul de Angola.

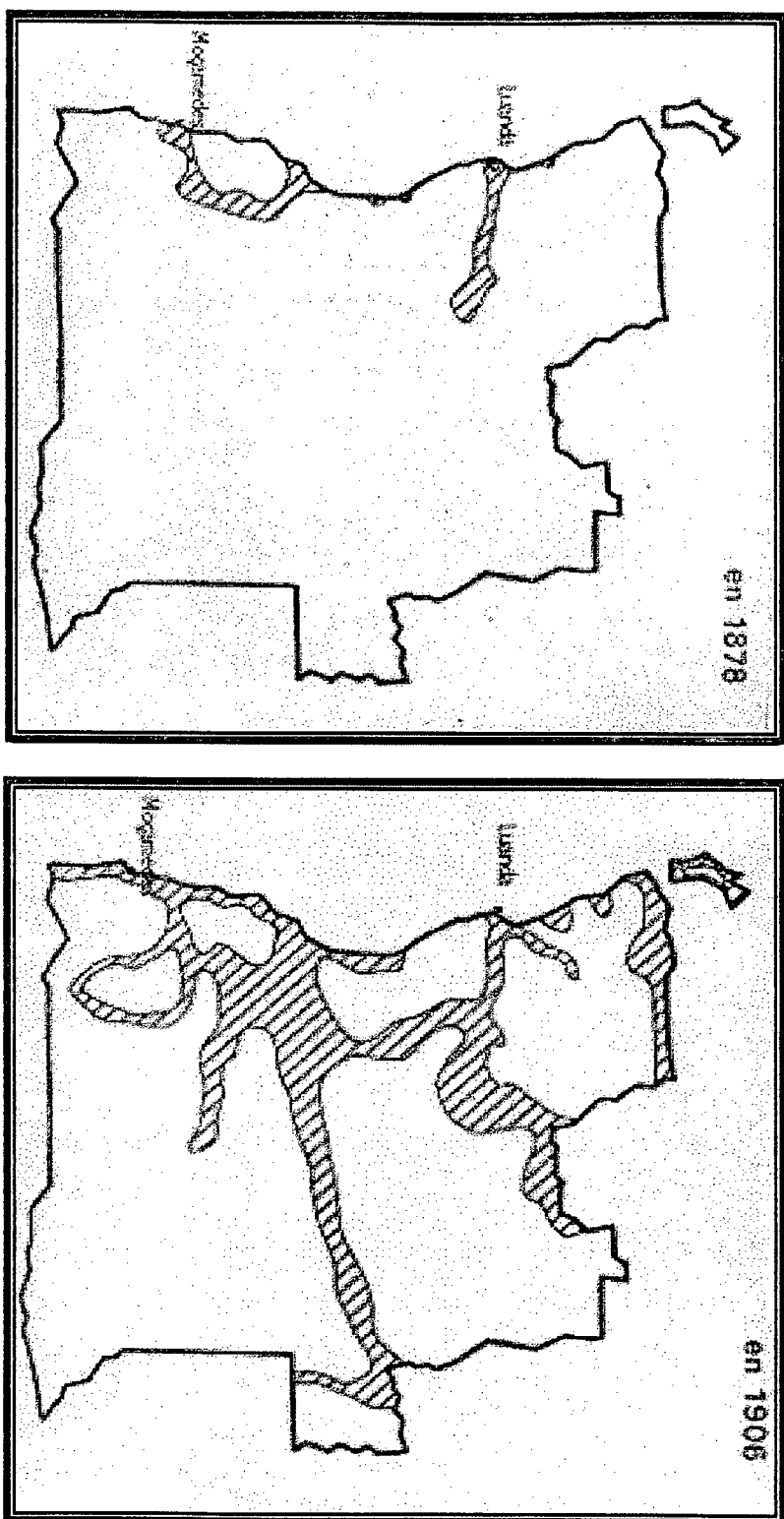


Figura 11. A evolução da presença portuguesa na ocupação territorial de Angola no fim do século XIX e início do século XX.

Fonte: Henriques (1997: 677)

Várias vezes foram feitas tentativas de estratégias dos poderes instituídos nestas zonas, impedindo a intromissão dos agentes invasores ou agentes conquistadores portugueses, holandeses, ingleses e mais tarde os *Boers Sul Africanos* para escaparem o trama do tráfico de escravos. Os testemunhos históricos refletem um número importante de agentes, por meio dos quais exerciam-se as relações comerciais, designados por diversas denominações, como por exemplo: *feirantes, funantes, aviados, pombeiros, ambaquistas, quimbares, agregados, calçados, moradores* ou *colonos* e *sertanejos* (SERRANO, 1992; SANTOS, Maria, 1991-92).

Na época do desenvolvimento da rede comercial, os Estados Centro-Austrais Africanos configuravam domínios territoriais, e não estruturas hierárquicas, tal como nas monarquias. Os poderes dos chefes estavam vinculados uns aos outros por insígnias comuns, mas não por uma obediência a hierarquia política: a obediência, a coesão neste caso era informal e não importava a existência de um centro. A variedade de centros era grande, organizava-se em redes de grandes domínios territoriais ou mesmo de pequenos Estados. A descentralização progressivamente causou o desaparecimento do poder do chefe político. Os centros econômicos ou os pequenos domínios, ou ainda os mercados dos grupos descentralizados constituíam o ponto final do sistema, pontos obrigatórios de transações. O sistema funcionava através da organização dos transportes por carregadores que possibilitou um regime de acumulação de bens ou homens que, finalmente podia permitir a emancipação ao controle dos chefes ou das linhagens matrilineares.

CAPÍTULO 5

EXPANSIONISMO, A OCUPAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL COLONIAL EUROPÉIA, E A SOBREPOSIÇÃO DAS TERRITORIALIDADES.

5.1. Considerações Gerais Sobre os Atores e Agentes Apropriadores-Formadores de Territórios.

As dualidades do tipo – "colonizador" *versus* "colonizado", "civilizado" *versus* "selvagem" ou "tradicional" *versus* "moderno", "espaço étnico" *versus* "espaço nacional" – resultam extremamente ambíguas, apesar de aparentemente muito claras, pois estão mais próximas da discriminação e do formalismo dos opostos do que das concretudes. Por exemplo, os atores ou agentes intermediários quase não surgem nos textos ou deles não se tem registro. Contudo, os agentes intermediários como uma classe média africana tiveram um papel fundamental quer do ponto de vista interno, quer do das articulações das economias regionais com a "economia-global" (SERRANO; 1991/92: 9).

Nos séculos XIX e XX, a visão do regime colonial impõe-se nas perspectivas de uma concepção "eurocêntrica" do mundo, elaborada na época da hegemonia européia, tendo sido bem difundida graças a uma manipulação do regime instituído pelos europeus nas suas respectivas colônias. Os africanos tiveram que recorrer às noções dos "europeus" e ressaltavam de forma genérica os colonizadores vistos como "superiores". Os colonizados estavam submetidos pela dupla servidão: a humana e a psicológica. Transformados em mercadoria e destinado aos trabalhos forçados, simbolizou na consciência dos dominados como "inferiores". Esse conceito de falsa identificação fez com que o conhecimento sobre a África e os africanos fosse percebida e interpretada como uma etnocência, deformando a realidade concreta e cultural das organizações Africanas.

O perigo da ocupação da área da Bacia do Zaire, segundo o Governo Português, provinha das *expedições* dos agentes exploradores. As expedições dos exploradores territoriais na Região do Kongo representavam uma ameaça para os Portugueses, que objetivavam o controlo do comércio externo. Assim, a exploração territorial do agente Brazza prestava-se à serviço dos interesses da França e do agente explorador Stanley estava à serviço particular do Rei da Bélgica (Leopoldo II), representando o *Comité d'Études du Haut-Kongo*, que foi criado em Bruxelas (MATOS; 1963: 75). O Governo Português lamentava que persistissem a desconfiança e a rivalidade num momento tão delicado, que era necessário "uma política de cooperação da parte

das potências". Entre as quarenta e nove feitorias aí estabelecidas, vinte e seis eram portuguesas (MATOS; 1963: 75). Portugal reclamava nesta Zona o Litoral que descobriu, ocupou e lançou os primeiros "germes da civilização", cuja Soberania lhes era reconhecida por Tratados e designados na *Carta Constitucional da Monarquia*. E o Reino do Kongo, cujo Rei há mais de três séculos era Vassalo da Coroa Portuguesa. O Governo Português dizia compreender que a grande via fluvial do Kongo não podia ser confiscada em proveito exclusivo de uma Nação e que o regime econômico dos territórios em que se criaram interesses comerciais sem privilégios ou distinção de nacionalidade, se porventura viessem a ficar sob a jurisdição política deveria predominar um *regime liberal* e pelo respeito aos interesses para os quais foram criados.

À Divisão Internacional das Tarefas incumbidas pelas potências européias decidida em 1815 na Conferência de Viena, logo sucedeu a realização da Conferência de Berlim, motivada de início pela *abolição da escravatura* e as *expedições de exploração e de estudo no Interior do Continente Africano* (entre elas as de Livingstone que teve grande repercussão na Europa). A divulgação do trabalho de Livingstone na Europa despertou o interesse da "corrida e da partilha da África", sobretudo pela divisão e controle do mercado de "presença efetiva" através de seus agentes e de "influência de mercadorias" utilizando na circulação comercial os produtos de origem européia garantidas pelas potências coloniais.

O Inglês Cecil Rhodes foi *ator particular* na apropriação territorial. Para penetrar no Interior da África Centro-Austral utilizou o poder da "United De Beers Company" como instrumento das suas ambições políticas para chegar ao Zambeze e adquirir um país, formando um vasto "império", sob a Proteção da Bandeira Britânica. Essa companhia controlou o monopólio da exploração das minas de diamante e o comercial, que estão presentes até hoje nesta Região e mantendo esse tipo de atuação quer no âmbito regional ou no Mercado Internacional.

Rhodes redigiu o seu testamento propondo a aplicação de todos os seus bens na fundação do domínio britânico e a emigração do Reino Unido para todas as Latitudes do Globo Terrestre, a ocupação de todo o Continente Africano e a inauguração do sistema de Representação Colonial no Parlamento Imperial Britânico, fundando um poder tão grande que no futuro tornasse as guerras impraticáveis e projetava os mais altos interesses da humanidade (LUCAS; 1992: 308). Esta foi a teoria que dominou a conduta de Rhodes, que encontrou na África ao Sul do Equador todas as condições propícias para experimentar com certa eficiência as suas teorias, e que em alguns lugares em África se concretizaram. O seu projeto de construir uma ferrovia do Cabo ao Cairo objetivava-se assegurar a primazia da Inglaterra no Continente Africano, colidindo com os outros interesses de outras nações colonizadoras.

5.2. As Travessias e Expedições, o Conhecimento Científico do Território e a Expansão Territorial Portuguesa.

As expedições, explorações e as travessias de carácter científico não criaram territorialidades (até ao estabelecimento de áreas naturais de preservação permanente na segunda metade do século XX). Porém, sempre constituíram um veículo importantíssimo no desbravamento de um espaço desconhecido e, sobretudo, de motivação de ações políticas de apropriação territorial supostamente justificada. O carácter e a natureza dos empreendimentos científicos distinguiam-se radicalmente dos demais tipos de penetração espacial em África. Via de regra, as expedições cortaram de preferência as zonas brancas do mapa, evitando os grandes centros comerciais e os caminhos abertos pelo comércio de longa distância. Este último seleccionava durante séculos as melhores condições para os avanços das caravanas pedestres de carregadores de fardos que pesavam entre 30 e 40 quilogramas. Estes caminhos, como era de se prever, desviavam-se dos grandes cursos de água, contornando as nascentes ou atravessando a vale o seu alto curso. Os sertanejos possuíam conhecimentos sólidos sobre a África, desconheciam de um modo geral o evoluir da hidrografia que constituía um dos obstáculos principais para as caravanas que deveriam evitar esses obstáculos. Os caminhos perfeitos para a penetração progressiva para o interior não atendiam as necessidades dos estudos científicos do território, que relacionam-se fundamentalmente com o estudo detalhado dos grandes cursos de água. Os exploradores tocavam de leve essas áreas durante um tempo mínimo possível, que seguiam na sua maioria os percursos das vias fluviais.

Contudo, o estabelecimento de boas relações Diplomáticas com os Domínios Africanos e o estudo dos pontos indicados para o estabelecimento de Estações "civilizadoras", "foram aspectos quase descurados", segundo Santos, Maria (1987: 6). Visto que a sua realização exigia paradas prolongadas junto aos estabelecimentos dos chefes africanos e as demoras prejudicavam os objetivos principais das expedições e o progresso das explorações territoriais.

O fato das vias fluviais constituírem o problema máximo que o *Movimento Geográfico Europeu* desejava resolver no Continente Africano, condicionou durante várias décadas que as rotas de penetração científica abrissem caminhos no Norte e no Sul do Planalto de Moçambêdes e no Deserto de Namíbe (desprovida de grandes cursos de água) ignorados até então pelos exploradores.

O carácter e a frequência das explorações científicas dependiam em muito de fatores diversos. Entre eles: destacavam-se os recursos de sobrevivência nas regiões de doenças endêmicas, da fome e das zonas despovoadas; de financiamentos adequados para a realização de

longas viagens (condições jamais cumpridas pelas Autoridades Portuguesas); a dependência dos apoios político colonial e das condições impostas pelos poderes africanos.

Os empreendimentos científicos tornaram-se possíveis só a partir do momento em que a medicina e a tecnologia europeia proporcionaram as condições de sobrevivência, graças a química, a comida enlatada e os aparelhos e técnicas de observação adequadas (SANTOS, Maria, 1987: 5). Assim sendo, até ao terceiro quartel do século XIX o conhecimento científico do Continente Africano e particularmente do Sul de Angola avançava num ritmo muito lento, marcado por constantes retrocessos e recomeços.

Ao longo de quatro séculos de esforços descontínuos os exploradores continuavam sendo apenas simples utentes dos caminhos abertos pelas forças das armas ou dos acordos comerciais (Figura 12-13). Os chefes africanos permaneciam os senhores das terras e estipulavam os pedágios, particularmente no sul de Angola até praticamente nos anos 20 deste século.

A partir dos meados do século XIX a *exploração geográfica* era enviada à frente, descobrindo terras, recolhendo informações, testando as capacidades da técnica moderna, procurando ajudar a definição dos objetivos de carácter político e económico, substituindo assim por completo nesta missão o *sertanejo*. A grande vantagem desde último era sem sombra de dúvidas a sua capacidade de se adaptar e resistir num meio inóspito, o seu saber era único, já que não dispunha de meios científicos que lhe facilitassem a viagem. Quando a ciência e a indústria europeia facultaram aos cientistas os meios, estes aumentaram a sua capacidade de sobrevivência e o conhecimento do território, o estudo das línguas africanas. Assim, a vantagem do *sertanejo sobre os exploradores* desapareceu suprimida muito mais pelos financiamentos governamentais, que permitiram às expedições evitarem as longas negociações com os domínios africanos.

A história dos preparativos dos portugueses para a exploração de grandes áreas da África Austral em que estiveram envolvidos Hermengildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto é bastante complexa e contraditória por vezes intercalada de ressentimentos pessoais e de divergências políticas.

Das explorações ordenadas pelo barão de Moçâmedes nasceu aquela que ainda é considerada, que resultou a primeira *Carta Geográfica de Angola*, elaborada pelo Eng.º Pinheiro Furtado em 1786 e gravada em Paris, em 1825¹⁴ (DIAS, 1959).

A exploração da costa Sul de Benguela foi realizada em 1839, pelo militar Tenente Pedro Alexandrino da Cunha na Corveta Isabel Maria, que atingiu os sertões de Kakonda e Huíla. A outra foi realizada paralelamente no mesmo ano pelo militar Tenente J. Garcia, que percorreu o

¹⁴ Essa Carta abrange os territórios compreendidos entre as latitudes 5° e 19° Sul. Foi mandada gravar pelo major João Carlos Fêo Cardoso de Castelo Branco e Torres e acompanha o livro de Memórias, do autor. Nele se diz erradamente que foi desenhada em 1790, pois em 15 de Julho de 1786 já o barão de Moçâmedes anunciava a sua remessa para o Reino (DIAS, 1959: 294).

Sertão de Kilengues até ao Jau, donde se instalou como Chefe do Estabelecimento de Moçâmêdes e fundava assim um Assentamento Humano em 1840 com a construção da fortaleza de S. Fernando concluída em 1841. Intensificou-se a afluência da navegação e o comércio entre os vários pontos da Colônia, iniciando-se a formação de redes de comunicações.

Após a fundação da Povoação de Moçâmêdes e da construção da fortaleza era um dos pontos de chegada e *ponta de lança* dos agentes exploradores, militares conquistadores, sertanejos ou comerciantes que penetravam no Deserto e no Planalto de Moçâmêdes. A fixação de colonos europeus estabeleceu-se no início através da ocupação territorial do Extremo Sul de Angola. Oficializa-se a Alfândega de Moçâmêdes em 1851 e o Julgado Municipal com Jurisdição sobre o novo Assentamento Humano.

A partir de 1850 as explorações do Território de Namibe tornaram-se sistemática, produzindo relatos complexos, que começaram a ter divulgação mais ampla através da *Sociedade de Geografia de Lisboa*. Em termos de abrangência territorial as expedições no rio Kunene e as tentativas de penetração no Sul e para Leste do rio dominavam os objetivos dos empreendimentos das expedições científicas.

No fim do século XIX as *Cartas Gerais e as Memórias Descritivas* foram substituídas pelas Cartas em grande escala de Distritos, Plantas de Cidades, Planos Hidrográficos, Sondagens de Portos e a implantação de Pontos de Observação Científica. Apesar de, até quase nos finais do século XIX estarem livres dos compromissos políticos e comerciais (até onde isso foi possível no sentido diplomático e de sobrevivência) as expedições científicas abriram o espaço perspectivo para a *formação da estrutura territorial sócioeconómica* marcada pela presença portuguesa no Sul de Angola e posteriormente para a *consolidação territorial colonial europeia*.

Nos meados do século XIX o *conhecimento científico e político* do Continente ou a questão de "civilizar a África" reduz-se-lhe na questão primordial de conhecer a hidrografia. O primeiro problema da Geografia Africana resumia-se à um problema do *conhecimento das características do sistema das águas*.

O conhecimento das grandes correntes e dos vários sistemas hidrográficos, que atravessam ou onde se formam os Domínios Africanos, deveria revelar todas as aptidões comerciais e "civilizadoras" destes, e orientar num aproveitamento melhor e numa mais rápida e menos dispendiosa exploração dessas aptidões (ANGOLANA, 1968: 110). Neste sentido, como afirmava em 1878 a *Sociedade de Geografia de Lisboa* (SGL), apesar de esforços desenvolvidos desde o século XVI até então, o conhecimento do rio Kunene continuava a representar uma das necessidades urgentes no plano das explorações científicas. É notório, porém, que as expedições de reconhecimento de grandes espaços inexplorados do Continente Africano sobre os quais o

Governo Português reclamava os seus direitos de soberania, não se limitavam a definir com rigor as características orográficas do terreno, recolher informações demográficas, registrar as observações magnéticas e as coordenadas geográficas e anotar muitos outros dados de carácter científico de que os exploradores estavam em condições de coligir.

"Retomado a experiência que no século XVIII permitira a Portugal defender, com algum êxito, os limites territoriais do Brasil, cedo si reconheceu, que era urgente proceder à cobertura cartográfica de todos os Territórios que, segundo a Política de Lisboa", constituíam zonas de expansão natural da Metrópole (SANTOS, Maria, 1991: 4). Esta decisão foi finalmente tomada em 1883, depois de diversas alertas em 1881 da *Sociedade de Geografia de Lisboa*,

"para a urgência de definir fronteiras de um domínio que se pretendia extensíssimo" no sentido de através de provas cartográficas cientificamente preparadas, *"ficar testemunhada a amplitude dos direitos coloniais portugueses em África"* (ALBUQUERQUE, 1984: 5).

A cartografia constituía assim, a prioridade das expedições financiadas pelo Governo Português e orientadas pela Comissão, que para tal foi especialmente fundada, já que

"caucionava um direito de prioridade e um direito de posse".

Contudo, a partir da Conferência de Berlim e das novas Normas do Direito Colonial estabelecidas em Fevereiro de 1887, a simples viagem em extensão deixava de ter significado Diplomático. Por outro lado, o espaço político Europeu em África organizado na Chancelarias das grandes potências coloniais segundo os princípios totalmente alheios a realidade local, repugnavam os geógrafos, e técnicos habituados ao rigor da medida e no apoio da observação. Na maioria dos casos com relação aos territórios mais desolados, vão ser os engenheiros dos caminhos de ferro e das expedições de obras públicas, criadas em 1877, que

"faziam chegar os seus relatórios técnicos às Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa, a tornarem-se os responsáveis por uma evolução admiravelmente rápida para a época" (SANTOS, Maria, 1991: 5).

Efetivamente, já em 1879, ainda sob o entusiasmo que suscitava a travessia de Serpa Pinto, a *"Sociedade de Geografia de Lisboa"* tendo em vista animar e proteger os estudos tornar conhecidas as colônias e os territórios que lhe ficam próximos, delibera (...) mandar explorar por pessoas competentes as colônias, estudando-as e descrevendo-as sob o ponto de vista da sua geografia, lingüística, etnografia, climatologia, demografia, patologia" (ACTAS DAS SESSÕES DA SGL (VI, 1876-81: 157) apud SANTOS, Maria (1991)).

Os objetivos das investigações "a partir daí as vezes puramente científicas" especificavam-se melhor ano após ano: "que se continuem as expedições geográficas, não só as

que respeitam a geografia física (...), mas também, as de geografia zoológica, botânica, geológica, etnografia e lingüística" (ACTAS DAS SESSÕES DA SGL (Vol. I, 1876-81: 209) apud SANTOS, Maria (1991)).

A exploração científica da África Austral após a Conferência de Berlim toma, assim, duas feições importantes, de acordo com Santos Maria (1991):

"1ª a exploração de longo reconhecimento, ou seja de interiorização;

2ª a exploração de caracter regional - parcelar, lenta, gradual e sucessiva de cada zona".

Analisando a Tabela N°3, facilmente chegamos a conclusão que o conhecimento científico do Território do Namíbe foi devido, a prioridade e com raríssimas exceções, relacionavam-se com o segundo tipo de exploração. Contribuíram para tal diversos fatores de ordem ambiental e político-económicos e sobretudo, o fato de as explorações parciais serem consideradas mais oportunas financeiramente pelo Governo Português.

Tabela Nº3. " OS EXPLORADORES, AS EXPEDIÇÕES E A EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO DO TERRITÓRIO DA PROVÍNCIA DO NAMIBE, ENTRE 1482-1974"

<i>EXPLORADOR</i>	<i>DATA/PERÍODO</i>	<i>TRAJETO/OBJETIVOS</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
01	02	03	04
DIOGO CÃO (Navegador- explorador Português)	1482-1485	Viagem marítima: exploração do litoral, colocação dos Padrões do Cabo Negro (15° 40') e do Cabo Serra (21° 48') Lat. Sul.	
VASCO DA GAMA (Navegador Português)	1497	Viagem marítima "Caminho para a Índia" Primeiro relato sobre os Esquimianos	
MANUEL PACHECO e BALTAZAR DE CASTRO (Primeiros Emissários Embaixadores para contactar o Reino do Ndongo)	1520	Viagens marítimas de Luanda ao Cabo Negro	Exploração da Costa Litoral do Atlântico procura de metais e tentativa de contato com os Reinos da África Centro Austral.
PAULO DIAS DE NOVAIS (Segundo Emissário Embaixador, tentou estabelecer relações bilaterais com o Reino do Ndongo, Angola)	1560	Viagens marítimas de Luanda ao Cabo Negro	Exploração da Costa litoral Atlântica na tentativa de contatos com os Reinos da África Centro Austral
Capitão GARCIA CASTELO BRANCO	1578	Exploração marítima da Costa Sul de Benguela, até ao cabo Negro.	
JOAO FRUTADO DE MENDONÇA (Governador de Angola)	1601-1602	Viagens marítimas ao Sul de São Filipe de Benguela (12° Lat. Sul)	Exploração territorial de reconhecimento do Reino de Benguela: contatos comerciais e tentativas de descoberta das Vindas de cobre
ANTONIO GONÇALVES PITA	11/04/1617	Expedição marítima ao Porto Pinda (15° 05' Lat. Sul), descobre minério de cobre.	Em 17 de Maio de 1617 chegou a baía das Vacas, lança fundamentos da povoação de S. Filipe de Benguela.

01	02	03	04
MANUEL SERVEIRA PEREIRA	1617	Viagens marítimas ao Sul de São Filipe de Benguela	*
LOPO SOARES LASSO	1618-1639	Viagem exploração terrestre de São Filipe de Benguela à Huíla percorrendo o Dombe Grande encostas da Serra da Neve e Serra da Nimpaca, realiza também viagem a Kakonda	* Não se sabe a natureza, nem os resultados das viagens
Capitão JOSÉ DA ROSA	04/01/1665	Viagem à Foz do rio Kunene: desvendar o rio, que permitisse chegar ao rio Zambeze.	Chega até 18° do Cabo Negro
Capitão ANTONIO DE FARIA Capitão-mor MANUEL SIMÕES e Capitão DOMINGOS da FONSECA NEGRÃO	1698-1723	Companhas militares de penetração para o Sul, atingiram Kakonda (1716) Kilengues (1722) Kikombo (1723) e asseguraram a submissão dos chefes locais e garantem o circuito comercial	
JOAQUIM JOSÉ da SILVA	1784-1796	Exploração do interior de Moçamedes e Huíla	A invasão francesa de 1808 resgatou as suas coleções e levadas por Etienne Geoffroy Saint-Hilaire (Museu de Paris).
Capitão ANTONIO JOSÉ da COSTA JOAQUIM JOSÉ da SILVA (Explorador naturalista) ANGELO DONATI (Naturalista e descador) e JOSE ANTONIO (Riscador)	1785-1787	Expedição ao Cabo Negro em Missão Científica da Academia Real das Ciências, exploração dos fosséis, objetos genéticos, viveiros de passaros de cores, colheram informações sobre o breu, resina e enxofre	
Capitão-Tenente Comandante Eng.º LUÍS CÂNDIDO PINHEIRO FRUTADO e Sargento-do-Mar ANTONIO VALENTE	1785	Viagem marítima e Terrestre para o rio Kunene, chegaram até 13° 30' Lat. Sul, percorreram vários pontos do sertão, até aos contrafortes da Chela.	Desenha em 1786 e publica em Paris a sua famosa Carta Geográfica da Costa Occidental da África (entre 5° e 19° Lat. Sul)
Capitão ANTONIO JOSE DA COSTA	1785	Viagem expedição de reconhecimento do rio Kunene	Tomou erradamente o curso do rio Curroca e perdeu-se nas areias do Cabo Negro levando a expedição à falência
PINHEIRO DE LACERDA	1787	Percorre o rio Kunene na Região das suas nascentes Traça todo o curso superior do rio Kunene.	Põe a ordem e marca em números tributários ignorando o curso do rio, a partir da sua entrada no Humbe.

01	02	03	04
DR. FRANCISCO JOSÉ DE LACERDA E ALMEIDA (Explorador viajante brasileiro, Dr. em Matemática, Governador em Moçambique)	1797-1798	Expedição com objetivo de verificar no centro de África se havia montes que serviam de vertente do grande rio Kunene, que sabia-se desaguar no mar na costa ocidental, pouco abaixo do cabo Negro. Resultou o projeto da travessia da África e do aproveitamento do rio Kunene.	Projeto da reunião das duas costas de África da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica. Morreu em Cazembe (junto ao lago Moero), em 18/10/1798.
Tenente PEDRO ALEXANDRINO DA GUNHA	1839	Viagem marítima e terrestre percorrendo os sertões de Kakonda e Huila	Fundação da feitoria de Moçamedes (1840) e da fortaleza de São Fernando (1841)
Tenente JOÃO GARCIA	1839-1841	Viagem: terrestre percorrendo o sertão de Kilengues ao Jau	Publicou nos "Anuaes do Concelho Ultramarino" parte não oficial" diversas memórias sobre "Notícia de alguns territórios e de povos situados na parte Meridional de Angola", descrição da pormenorizada da região
BROCHADO B. J. (Foi um dos primeiros comerciantes de Moçamedes (desde 1841) considerado o mais importante colono e explorador)	1850	Não identificado o itinerário	
FERNANDO DA COSTA LEAL (Governador de Moçamedes)	1854-(...?)	Reconhecimento regular de exploração do rio Kunene com base nas operações- Baía dos Tigres. Percorreu 21 milhas, rio acima tentou mudar o nome indígena para rio dos Elefantes. Chegou até 17° 15' Lat. Sul, na época seca.	Desvendou o mistério da foz arenosa do rio. Elaborou um extenso relatório sobre o curso e aptidão das margens- encontrou muitos elefantes, penelopes (antílopes) e cabras.
LADISLAU AMERICO MAGNAR (Explorador húngaro)	1854	Viagem à Katanga, Kunene, Huila, Kwango e Kwanhama, conhecimento geográfico e dos recursos naturais (minerais) com fins comerciais	
WILLIAM MESSUN (Explorador inglês)	1855	Percorreu a costa entre Benguela e o Kunene, buscando recursos naturais, particularmente nitrato de soda ou goano.	
FRIEDRICH WEL WITTSCH (Botânico Austríaco a serviço de Portugal)	Julho/1859	Realizou uma grande expedição do litoral de Moçamedes, desde a Baía dos Tigres até ao Cabo Negro, percorreu todo o interior do Bumbo, à Chela, chegando a Huila	Todo o material recolhido encontra-se no Museu Britânico

01	02	03	04
JOACHIM JOHN MONTEIRO	1859-1869	Recolheu espécies zoológicas de Moçamédés	O material recolhido foi enviado para o Museu Britânico
JOSE ALBERTO DE OLIVEIRA ANCHIETA	1867-1876	Exploração do sertão de Moçamédés desde a costa até ao rio Curoca, continuando por Capangombe e Eibala, faldas da Chela e planalto até a Huila	Considerado o maior naturalista português O material recolhido foi enviado para o Museu de Lisboa
Padre JOSÉ MARIA ANTUNES (Superior da Igreja de Moçamédés)	A partir de 1860	Colhe e envia diversos materiais naturalísticos para o Museu de Lisboa	
SALA (Viajante e Naturalista holandês)	1867-1869	Percorreu a região de Moçamédés	Os materiais recolhidos encontram-se no Museu Britânico
CHARLES JOHN ANDERSSON (Naturalista sueco)	?-1867	Explorou a margem esquerda do Kunene e a margem direita do Kibango, publicou a avifauna da Damaralândia.	
ANTÓNIO FRANCISCO NOGUEIRA (Comerciante em Moçamédés e depois funcionário Superior do Banco Nacional Ultramarino)	Até 1878	Exploração de vários troços do rio Kunene e seus afluentes (Cacul Balle) e das regiões Sudeste (Gambos - Humbe)	Publicou em 1880 em Lisboa o livro "A raça Negra sobre o ponto de vista de civilização da África" e notória a sua contribuição linguística (Odi'n Kumbi - dialeto do grupo o'ndundo que se fala no interior de Moçamédés)
HERMENEGILDO CARLOS de BRITO CAPELLO e ROBERTO IVENS (exploradores)	1878-1883	Expedição no rio Curoca e na Huila	O material recolhido foi remetido para o Museu de Lisboa.
AXEL W. ERIKSON (Naturalista sueco)	(1867) - 1887	Explora o território do extremo Sul de Angola, percorrendo o Humbe	Em 1867 este explorador acompanhou C. J. Andersson. O material coligido encontra-se no Museu de Vannersborg - Suécia

01	02	03	04
PETER J. VAN DER KEULEN (Explorador holandês)	1884-1888	Percorreu o Sul de Angola, designadamente as regiões da Huíla, Humpata, Gâmbos, Cassinga	As coleções e os relatos encontram-se no Museu de Leiden
EXPEDIÇÃO KUNENE-ZAMBEZE (Kunene-Zambeze Expedition) Expedição alemã de carácter fundamentalmente botânico.	Agosto de 1899-Junho de 1900	Explorou o sul de Angola, desde Moçamedes às margens dos rios Kuito e Longa	Foi organizada pelo Kolonial-Wirtschaftliches Komitee
EXPEDIÇÃO VALDIVIA (Missão Oceanográfica Alemã aos Mares do Sul)	1900 (?)	A bordo do navio Valdivia, percorreu o litoral da Baía dos Tigres	
DR. C. H. PEMBERTON (Explorador alemão)	1901	Percorreu os rios Kunene e Kwanza, bem como a região do Bailundo	Os materiais colhidos encontram-se no Museu de Tring
FRANCISCO NEWTON (Explorador português)	1880-1885 1903-1904	Entre vários outros pontos do país percorreu os municípios Chingo e Porto Alexandre do distrito de Moçamedes	Efeitu a exploração botânica e zoológica
DR. PEREIRA DO NASCIMENTO	1906	Exploração Geográfica e Mineralógica do distrito de Moçamedes.	
DR. W. J. ANSORGE	1907-1909	Efeitu várias colheitas e pesquisas zoológicas e botânicas em Angola, entre outras no sudeste	
MISSÃO ROHAN-CHABOT (Missão Geográfica Francesa)	1912-1914	Explorou o sul de Angola e da Zâmbia desde Moçamedes à Bulawayo	Os relatos e exemplares foram entregues ao Museu de História Natural de Paris

01	02	03	04
TERCEIRA "PERCY SLADEN AND KAFFRARIAN MUSEUM EXPEDITION"	1924 (...)	O Museu de King William's Town (Kaffrarian Museum) subsidiado pelos Percy Sladen Trustees, organizou três expedições zoológicas na África Austral, dirigidas pelo Cap. GUY C. SHORTRIDGE, a Terceira das quais, em 1924 foi efetuada na Ovambolândia e margens do Cunene.	
EXPEDIÇÃO VERNAY A ANGOLA (Vernay Angola Expedition)	1925	Organizada por ARTHUR S. VERNAY, com finalidade de obter exemplares zoológicos para o Museu Americano de História Natural (New York), percorreram o centro e o sudoeste de Angola.	
MISSÃO CIENTÍFICA SUÍÇA EM ANGOLA (dirigida por Albert Monard, conservador do Museu de História Natural de la Chaux-de-Fonds)	1932-1933	Efetuaram várias viagens, entre outras à inúmeras localidades do sul e do sudoeste de Angola, com objetivos de colheitas zoológicas e botânicas.	
EXPEDIÇÃO PHELPPS-BRADLEY (Phillips-Bradley Expedition)	1932-1933	Colheitas naturalísticas entre outras em diversos pontos do distrito de Moçamedes.	O material colhido encontra-se no Museu Americano de História Natural.
MUSEU DE ANGOLA	Anos 40 e 50	Pesquisa diversificada em várias localidades	
MUSEU DO DUNDO	(?)	Realizaram vários estudos geográficos e biológicos nas regiões de Moçamedes, Sa da Bandeira e Baixo Cunene.	Pertencia a Companhia de Diamantes de Angola e representava uma admirável instituição científica.
EXPEDIÇÃO HAMBURGUESA A ANGOLA (Hamburgischen Angola-Expedition)	1952-1954	Exploraram o Ruacaná- Otchinjau, Capelongo e Capolopopo, entre outras localidades, com fins essencialmente ornitológicos.	Material encontra-se no Museu de Hamburgo.
VISSER TRANSVAAL MUSEUM EXPEDITION	1956	Colheita de repús e aves para o Museu do Transvaal na parte norte do distrito de Moçamedes.	

01	02	03	04
<p>INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA</p>	<p>A partir dos anos 50 até 1974</p>	<p>Foram feitas investigações sistemáticas dentro de todo território nacional, e particularmente em quase todo o distrito de Moçamedes e Kunene, desde Quiteve ao Chitato.</p>	<p>Os trabalhos realizavam-se por seções científicas temáticas abrangendo todas esferas de interesse científico e econômico, desde cartografia sistemática e prospeção de recursos naturais a etnografia, arqueologia e linguística.</p>
<p>COMPANHAS DA ANTRPOLOGICA DE ANGOLA (Junta das Missões Geográficas e Investigação Colonial)</p>	<p>1928-1948 1948-1970</p>	<p>Regões de Brútei e Camucio - pesquisa antropológica e etnográfica sobre as populações não-Bantu ou pré-Bantu</p>	<p>Material encontra-se no Centro de Antropologia e no Centro de Pré-História e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical, em Lisboa - Portugal. publicações sobre os Bosquimanos de Angola (1994) e outras por nós desconhecidas</p>
<p>CAMARATE FRANÇA, PRINZOO E H. BAUMAN</p>	<p>MIGUEL 1951 - (?)</p>	<p>Txitundulo, Brútei, Camucio (Serra-Abaixo) - pesquisa das localidades arqueológicas e de estudos pré-históricos</p>	<p>Fizeram publicações por nós desconhecidas</p>
<p>A. F. NOGUEIRA</p>	<p>Desde anos 50</p>	<p>Dedicou 25 anos a pesquisa sociológica, política e antropológica dos povos da Província</p>	
<p>INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO MÉDICA DE ANGOLA</p>	<p>1963-1974</p>	<p>Pesquisas médico-entomologicas e patológicas em toda a extensão da região sul de Angola, realizaram várias colheitas zoológicas e botânicas</p>	<p>Material está depositado no Instituto Superior de Ciências de Educação (Lubango-Huíla)</p>
<p>CORNELIUS G. COETZEE</p>	<p>1969 e 1974</p>	<p>Diretor do State Museum de Windhoek na altura. chefou duas expedições zoológicas ao Sudeste de Angola</p>	
<p>EXPEDIÇÃO AO SUDESTE DE ANGOLA DA UNIVERSIDADE DE CAPE TOWN (Org. - Wild Life Society)</p>	<p>Junho/Julho de 1974</p>	<p>Pesquisas geográficas e biológicas</p>	

COMPILADO COM BASE NAS INFORMAÇÕES DE: CRAMFORD-CABRAL et al (1989); ANGOLANA (1968); ARQUIVOS DE ANGOLA (1952); DIAS (1959).

5.3. Os "Homens do Estado" - Representação e Ação do Poder Colonial no Planalto de Moçamedes.

Sobre a ocupação da costa Sul de Angola, constava das instruções dadas em 4 de Outubro de 1838, ao Almirante Antônio Manuel de Noronha, nomeado Governador-Geral de Angola (25.01.1839 à 23.11.1839), o seguinte:

"Pelo trabalho de 28 de Julho de 1817, reconhecêo a Grão-Bretanha que a Corôa de Portugal possuía na costa occidental d'Africa, ao Sul do Equador, o território compreendido entre o oitavo gráo de latitude meridional; e que Sua Magestade Fidelissima havia reservado os seus direitos sobre os territórios de Malemo e de Cabinda, na mesma costa occidental, desde o quinto gráo e doze minutos até o oitavo de latitude meridional, (...). O Governador-Geral fará examinar o porto de Pinda, junto ao Cabo Negro e a costa ao Sul até vinte gráo, e verá o que se fazer nos limites da Província".

Esta referência ao estabelecimento de Pinda é considerada por Oliveira (ANGOLANA, 1968: 64) como a primeira.

"O conselho Ultramarino proporá, em consulta de 28.04.1852, que Sua Magestade ordene com urgência, que sucessivamente, e com possível economia se funde uma feitoria no Porto Pinda, outra na foz do Kunene, e outra em Angra Fria, ou em algum porto mais conveniente perto de Cabo Frio, devendo procurar-se que desde logo se estabeleça relações com os sertões vizinhos e convidando os negociantes de Angola e da Metrópole a aproveitarem o novo mercado..."(Portaria 28.04.1852 apud ANGOLANA, 1968).

Seguiu-se com um intervalo de dois anos a *Consulta do Conselho Ultramarino sobre a necessidade de ocupação da Costa a Sul de Moçamêdes* datada de 13.05.1854, e que apresentou uma análise das informações contidas nas Portarias emitidas no biênio anterior e que referiam-se às avaliações das condições naturais e as perspectivas do desbravamento do território, que até então não despertava nenhum interesse maior do Poder Colonial. O referido documento apelava ao facto, de testemunhos distintos, da existência de minas de cobre, prata e de estanho, ao sul de Benguela e entre os rios Kunene e Kwabango, como o de maior importância, na ocupação do território:

"E mais preciso se torna ainda que o mesmo Governo faça ocupar por pequenos postos aquelles portos da costa Africana que ficam mais próximos das minas, a fim de se diminuir a dificuldade das comunicações, e o custo do transporte por terra dos metais"(ANGOLANA, 1968: 70).

A noção do perigo da concorrência e da invasão estrangeira, ainda que 30 anos antes da Conferência de Berlim, já era evidente nesta região:

"Se a ocupação effectiva dos portos da costa meridional d'Africa entre Mossamêdes e o Cabo-Frio a 18° latitude sul, que pelos tractados a Gram Bretanha reconheceu pertencer a Portugal, não for por nós effectuada sem demora, poder-se ha desde já predisser que, em um prazo de tempo não distante, elles serão occupados pelos aventureiros que especulam na aquisição dos metais que existem nesta parte da Africa, como já fizeram estabelecendo-se na Baía de Walvisch, a 22 53' Latitude Sul, muito ao norte das possessões

inglezas. O que além de nos fazer perder esta vasta porção de costa, traria consigo gravíssimos perigos para toda a Província d'Angola"(ANGOLANA, 1968: 71).

O Porto Pinda (*Port Alexander* nas Cartas Hidrográficas Inglesas) é considerado como um dos pontos mais importantes na conquista dos Territórios ao Sul de Moçâmêdes, mencionando-se porém como *o principal obstáculo a fatal falta de água*. Considerava-se no entanto, que a ocupação militar poderia servir de alternativa, enquanto o estabelecimento de outras pequenas feitorias em "*pontos apropriados*" entre o Porto Pinda e o Cabo Frio. O documento acima citado apresenta-se como testemunho do conhecimento ainda bastante vago e cheio de incertezas sobre o espaço físico à desbravar e, também, de como era a estratégia de ocupação portuguesa desde os seus primeiros passos neste Território de imensas dificuldades ambientais para os europeus. É importante sublinhar aqui, que os principais traços desta estratégia estão presentes (ora de uma forma latente, ora como a estratégia governamental) nas tendências da formação da estrutura econômica territorial da Província de Namibe até hoje, o seguinte (ANGOLANA, 1968: 72):

"A ocupação de vários pontos desta costa é ainda de muita importância, porque o rio Cunene, talvez o rio Cubango, que ambos nascem nos sertões de Caconda, desagúam, provavelmente, no Oceano por esta costa¹⁵, se bem que parece correrem em certa estação do anno por baixo de areias, como succede a outros rios d'Africa; sendo assim que se explica o ter-se visto pela latitude de 17 a fóz de um grande rio, que subsequentemente procurado não apareceu, e que se julga ser o Cunene. Ora, *os valles*, já visitados por Europeos, *em que estes rios passam são povoados, e abundam em gados e mais objectos de commercio; e por isso as feitorias que se estabelecerem nos portos mais visinhos dos mesmos rios deverão com tempo fazer consideráveis interesses*(...).

Quanto ás despesas que poderá ocasionar o estabelecimento de postos militares e o de feitorias, deverão recahir sôbre as empresas a que o Governo houver de fazer concessões para a exploração das minas (...) ou pelo Estado, que neste caso elle se habilite com alguma receita que poderá ser a cobrança dos direitos sôbre os metais exportados, ou (...) outros generos de commercio" (*grifo meu*).

A instituição de *Consulta do Conselho Ultramarino* apoiou-se em diversos documentos datados entre 1839 e 1854 confirmou o crescente interesse na apropriação mais interiorizada do território, cujo conhecimento era cheio de contradições e incertezas, agravadas por exibicionismo e por pretensões do discurso político. O espaço pretendido, que até então foi percorrido por agentes diversos, cujo testemunhos eram pouco divulgados ou deixados abandonado sem merecer a atenção devida, adquiriu a partir deste momento uma importância vital, sendo que nele se fundamentou uma nova estratégia de expansão para o sul de Angola.

Nos anos de 1852 e 1855, vários documentos oficiais confirmam o interesse especial e a consciência da importância da ocupação do território em questão, e sobretudo em relação ao estabelecimento da feitoria de Pinda. As expedições marítimas militares efetuadas no litoral

¹⁵ Sabe-se hoje que o rio Cubango não deságua no Oceano Atlântico, mas sim no interior do continente nas areias do Kalaari

neste período (particularmente do brigue "*Serra do Pilar*" sob o comando do 1º Tenente J. Rodvalho) constataram que o único local, além de Pinda, ao Sul de Moçambêdes aonde poderia "*haver um Porto portuguez, era a grande bahia dos Tigres*". Apesar de um grande esforço oficial, nada foi feito para promover a criação efetiva dos referidos estabelecimentos, devido as más condições físicas, que os respectivos locais ofereciam, assim como a esterilidade do solo, água escassa e as distâncias consideráveis até as aldeias indígenas mais próximas. Sublinha-se que não se encontra nenhuma informação posterior a 1855, sobre o estabelecimento de Pinda, "*sendo de concluir ter o abandono sido o seu destino, não obstante a insistência do Concelho Ultramarino*"(ANGOLANA, 1968: 75).

O esforço oficial seguinte para o incentivo à exploração e à ocupação dos territórios do sul de Angola, referente a Dezembro de 1877, já havia antecedido a Carta de José de Anchieta sobre a possibilidade de explorar o Rio Kunene em 1874, separados assim, por quase 20 anos de silêncio, dos incentivos acima citados. Entre o início da década de 60 e cerca de 1885, a relação entre as diretivas emanadas do litoral e a realidade incontrolável do sertão originou dinâmicas, que só se conjugavam no aspecto financeiro, aparentando falsos resultados para a política colonial adaptada relativamente ao domínio português em África.

Desde 1877 até o fim do século XIX, a exploração do Kunene e "as aptidões produtoras e colonizadoras" dos territórios que ele banha, constituíram uma das principais preocupações da *Sociedade de Geografia de Lisboa*, que não se cansou de chamar a atenção às necessidades de estudo e afirmação sólida da presença portuguesa nas margens do rio, e objeto de investimentos de Metrópole, que em parte começou-se a sentir ameaçada com a presença Alemã e Inglesa no Sul de Angola.

As explorações Oficiais com fins de fixar os colonos nas margens do rio Kunene e as expedições científicas, realizadas até 1880, não tiveram, porém uma repercussão maior, devido não só à escassez dos meios financeiros, mas também, a hostilidade do "*gentio de Ila*", que interceptava e destruía quaisquer esforços neste sentido, desde que os mesmos tivessem as dificuldades de se defender.

A presença das Autoridades relativamente ao apoio oficial concedido à penetração portuguesa no interior teve uma evolução que podemos considerar de alternância entre o avanço e o retrocesso, fluxo e refluxo e vice-versa. As mudanças determinadas por conjunturas europeias, não eram, nem podiam ser, acompanhadas pelos súbitos ultramarinos, cuja educação cívica era bem frágil e os interesses particulares diversos ou opostos aos desígnios dos políticos.

De 1878 a 1885 as notícias sobre as presenças estrangeiras tornaram-se cada vez mais frequentes, mencionando-se até o surgimento de novas colônias como as dos Ingleses em

Kaonda ou dos Alemães em alguns pontos do litoral. A situação no terreno, no entanto, no que diz respeito a presença portuguesa não mudou muito¹⁶. Segundo as estatísticas oficiais portuguesas, em Outubro de 1877, o *Conselho de Moçâmêdes* era representado por 4 397 habitantes, dos quais os colonos europeus eram somente 71 (dos quais 14 não-portugueses). Um contingente humano mais que insuficiente para tornar a sua presença notória, num espaço tão extenso. Em Agosto de 1880, a vida da Região foi movimentada pela presença e invasão dos Boers e da guerrilha (Namas) que os antecipava na Região Sul de Moçâmêdes, na localidade do Rio Curoca (constituída por 5 propriedades agrícolas, 4 proprietários e edifícios administrativos), em Porto Alexandre e em Pinda. Previa-se a sua posterior fixação nestes pontos. Os *Hotentotes* que os acompanhavam cometeram diversas atrocidades contra a população indefesa. Em Maio de 1892, os *Boers* já tinham marcado uma notória presença nos Sertões de Benguela e Moçâmêdes, contudo criou-se uma Comissão, encarregada por Artur de Paiva (ilustre oficial do exercito português) de distribuir terras aos *Boers* presentes em Angola (ANGOLANA, 1968: 73).

A situação em Angola na véspera da Conferência de Berlim estava estagnada em todos os aspectos. Segundo o relatório do Governador-Geral de Angola, F. J. F. Amaral "*a crise política e administrativa era iminente*", necessitando-se de reformas administrativas, a base de um *novo conceito* de organização territorial (ANGOLANA, 1968; 843). A organização territorial do Território Colonial até então empreendido chegou a fase da falência progressiva, não oferecendo mais soluções reais à uma série de situações críticas na implantação do domínio português.

Iniciaram-se as discussões de distintas concepções de uma nova reorganização política e administrativa territorial, basicamente fundamentadas nas experiências europeias, sendo que nenhuma delas atendia à realidade diferente e complexa do meio africano. Pela primeira vez, defendia-se a idéia da descentralização do Poder Municipal, até então caótico e irregular, executado à fim das obrigações fiscais e com pouca vontade das autoridades coloniais. As suas "unidades administrativas" compreendiam diretamente os Sobados (Autoridade Nativa local de uma comunidade), cujas extensões territoriais reais freqüentemente eram desconhecidas pelas autoridades coloniais e dificultavam a cobrança dos tributos (particularmente no Sul de Angola), era por vezes um ato fictício. Tanto que as caravanas comerciais e as explorações científicas, pelo contrário, pagavam pedágio aos Sobas (que se revoltaram contra à presença de tropas portuguesas) pela passagem nos seus Territórios. A falta de concordância da divisão administrativa, judicial e religiosa, as comunicações demoradas ou por vezes ausentes por terra entre o centro e periferias, eram causas e efeitos da anarquia administrativa reinante.

¹⁶ Exceto a presença e as atividades dos Missionários do Espirito Santo visto no *ponto 5.6.* do presente trabalho.

Desenvolvendo a idéia do que seria essa nova reforma administrativa, sublinhava o Governador Amaral as diferenças entre a descentralização conveniente à Europa e a outra adequada aos espaços angolanos: *"ahi há todos os elementos, aqui em Angola é preciso reunir n'uma só corporação os poucos que existem, facilitando, mas não antecipado, o advento de novos modos de ser"* (ANGOLANA, 1968: 654).

Um novo pensamento administrativo deveria fixar a base da eficácia da organização territorial regional, tendo em conta as realidades africanas, isto é, integrar os limites coloniais administrativos rígidos e as fronteiras africanas flexíveis. A realidade revelava situações complexas, que para ser resolvidas necessitavam de pulso firme, conhecimento das realidades africanas e muita habilidade diplomática:

"Em alguns concelhos (...) há partes em que para outras divisões do mesmo concelho, e é muitíssimo sério fazer neste ponto qualquer modificação por causa da jurisdição dos sobas na localidade. Si se quiser fazer a divisão administrativa, tem ella de ser muito pensada, e só d'aqui deve ir a proposta, e authenticada por pessoas que tenham estado no sertão, e não simplesmente feita por quem conheça a província pelo mappa, (...) seria isto trabalho de annos e para resistir às primeiras, mas vontades do gentio (...) haveria necessidade de força"(...).

"Os habitos são diversos e diversas as aspirações" - sublinha Governador Amaral, principalmente entre o Norte e Sul mais *"barbarie"* - *" assim diverso terá de ser o modo de existir administrativo, e quem sobre este ponto pretender legislar de forma analoga para uns e outros districtos, creio que errará"* (ANGOLANA, 1968: 657). Advertência essa, que infelizmente não teve as condições e as vontades políticas de ser avaliada na prática da organização territorial de Angola e, que por sinal, não deixa de ser atual.

5.4. As Tentativas da Expansão da Estrutura Territorial Colonial no Extremo Sul de Angola.

Os portugueses, assim, optaram por uma organização política expansionista de ocupação territorial, através do estabelecimento de relações amigáveis com as gentes contatadas, logicamente sempre que possível. Senão aplicavam os métodos de vassalagem e da conquista pela força das armas. Durante a ocupação, a administração colonial preocupou-se em impor uma "nova ordem europeia", tendo em vista o propósito de expandir o seu espaço territorial, a partir do expansionismo da suposta legitimação da propagação da cristianização dos "infiéis".

Até 1801, em Angola vigorava o velho sistema de

"Regimento de Governo de 1676, todo penetrado do absolutismo monárquico e da doutrina opressiva do Pacto Colonial. O Parlamento Britânico vota a abolição do tráfico negreiro em 1807 e modifica as regras

do jogo comercial e geopolítico impondo nos tratados a cláusula da proibição do comércio de escravos, e em 1812 o governo inglês aparece como protetor das 'nações desgraçadas e oprimidas'" (HENRIQUES; 1997: 106).

O regime do *Pacto Colonial* entrou em crise, no início do século XIX, verificada pelo aumento da competitividade industrial dos países europeus, acentuado de tal forma que as colônias não tiveram meios adequados de resposta, revelada na queda da produção de um determinado artigo, perante o poder industrial da metrópole colonizadora.

Para a fixação de colonos, em 1838 e 1852, Portugal emitiu vários diplomas, ordenando a distribuição de terrenos em *regime de sesmaria*. O Estado forneceria as sementes, os utensílios agrícolas e a alimentação durante o primeiro ano, transporte gratuito a família do colono, isenção de pagamento de direitos de importação de ferramentas e de maquinarias agrícolas. A partir de 1840, começa o ensaio da colonização europeia no Sul de Angola, iniciando-se em Moçamêdes, na região Nyaneka e Huíla a custa de inúmeros conflitos. Em 1846 escrevia Lopes de Lima: "Estes presídios de Moçamêdes, Huíla e Kakonda, com comunicações fáceis entre si, podem, muito bem explorarem o comércio interno e defender toda a Fronteira do Sul". Em 1852, autoriza-se a pesquisa, exploração e laboração das minas e cria-se o *Fundo Especial de Colonização* (MATOS; 1863: 64-66).

Em 1849 intensificou-se a colonização europeia de Moçamêdes de forma efetiva distribuindo-se terras aos colonos, provenientes do Brasil de Pernambuco. Tendo em 1850 chegado mais um fluxo de colonos também provenientes do Brasil. Saíram de Pernambuco, entre homens, mulheres, crianças, famílias completas, pela pressão que sofriam e solicitaram ao Governo Português que os tirassem de lá e os colocassem em qualquer parte do Império. Por necessidades da colonização as áreas pouco povoadas por portugueses e por razões políticas deu-se-lhes como destino a Foz do Rio Bero, o aproveitamento do seu vale e de outros mais para o interior, através da distribuição de terras agrícolas, como em Bumbo e em Campangombe (Figura 14). Logicamente que as terras foram doadas as de melhor qualidade, entre muito poucas com as mínimas condições para a produção agrícola. As populações locais sentiram-se prejudicados em seus domínios e logo começaram os conflitos, que não foram poucos. Estes conflitos e problemas entre as populações nativas (locais) e os recém-chegados (colonos), entre estes e os seus trabalhadores e entres estes e as autoridades administrativas, estavam relacionados com a posse de terras, ou seja, das melhores terras. Por causa desses conflitos foram interrompidos os Mandatos de pelo menos três Governadores, entre 1857 e 1912. Eram questões ligadas ao roubo e contra-roubo de gado, da administração militar e da utilização de trabalho escravo.

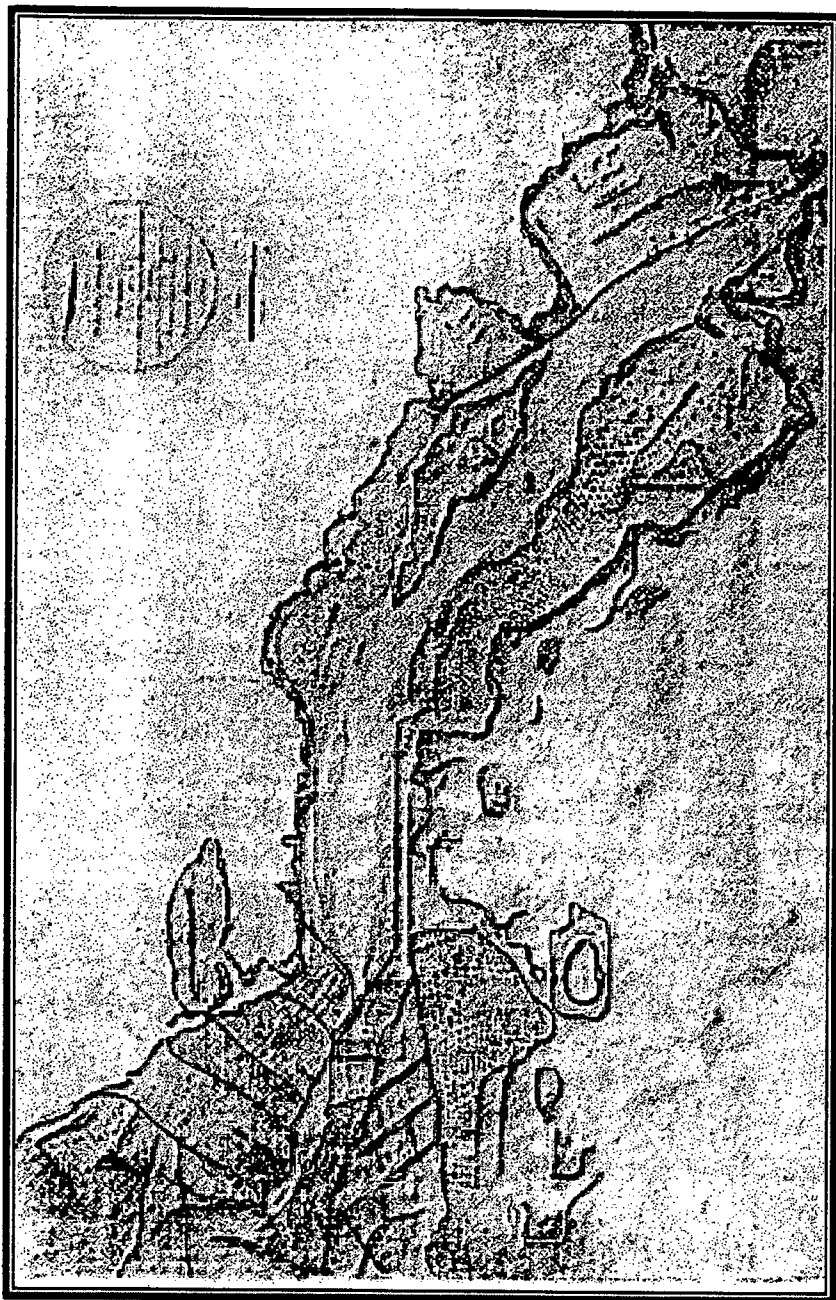


Figura 14. “Mapa”- esboço de parcelamento de terrenos distribuídos aos colonos europeus em Moçamêdes (década dos 1850).

Fonte: Arquivos de Angola (1946: 154)

Os Portugueses provenientes de Pernambuco investiram na agricultura no Vale do Rio Bero, eram oitenta explorações agrícolas que produziam algodão, cana, hortícolas, tabaco, trigo, mandioca, milho, cevada, açúcar, aguardente, vinho, dos quais exportavam o algodão em caroço, batata rena, batata doce e aguardente. A pesca já era uma atividade em crescimento nessa altura e exportavam peixe seco, farinha de peixe e óleo de peixe que adicionava a exportação de carne salgada e seca, e *urzela*, um líquido tintureiro abundante na Região.

Entre 1845 e 1880 a Região de Moçamêdes conheceu uma ocupação intensiva e rápido desenvolvimento por conta desses novos emigrantes. Em 1845, dava-se como fundada a Colônia Européia em Moçamêdes: concluída a fortaleza de S. Fernando em 1846 e nomeado o seu chefe o Tenente F. Correia. Em 1848 os *Hotentotes* atacaram a povoação provocando sua parcial destruição. Em Março de 1849, o Major Horta instala em Moçamêdes os emigrantes Portugueses provenientes de Pernambuco e em Abril cria-se o Distrito de Moçamêdes, sendo nomeado o primeiro Governador o Tenente Sérgio de Sousa. Este recebe, em Agosto do mesmo ano, 170 refugiados provenientes de Pernambuco, que iriam colonizar as terras, através de doações de terras. Em 1850, chegam mais 144 emigrantes portugueses oriundos também de Pernambuco, logo enviados para a Huíla, donde o seu chefe Gracia os aloja. Em 1880, o Distrito de Moçamêdes se reduzia à Cidade, Feitoria da costa, a Huíla e a Fortaleza de Campongombe. Em 11 de Setembro de 1880, o Ofício nº 378, ascende a Vila de Moçamêdes para a categoria de Cidade. Eram períodos dos ataques dos *Hotentotes* em toda a extensão territorial do seu *habitat*, então ocupada pelos colonos europeus. Iniciam-se os conflitos entre a população local e os colonos extra-africanos, registra-se a presença de novos sujeitos, os “*Boers*”, que se instalaram na Humpata formando uma colônia, vinda do Sudoeste Africano. Os novos sujeitos Boers eram brancos africanizados semi-nômades e sobretudo criadores de gado, de origem neerlandesa.

Os "*Namas*" designados pelos neerlandeses com etnonimos de *Pequenos e Grandes Namáguas*, consoante habitavam ao sul na parte meridional da Namíbia e ao Norte do rio Orange. Estes representariam os descendentes das últimas expansões migratórias invasoras dos *Hotentotes* chegados à África Austral: os *Grandes Namáguas* distribuíam-se por sete grupos e habitavam em Kaokoveld e arredores de Walvis Bay, que viviam em territórios contíguos do Sul e do Sudoeste de Angola.

Os *Pequenos Namáguas* foram miscigenados pelos europeus e holandeses, principalmente (ALMEIDA, 1994). Por esta miscigenação receberam a designação de *Bastardos* e por vezes, são designados somente de *Namas*. A organização política, o poder e a cultura dos *Namas* extinguíram-se devido as lutas entre os grupos, a invasão dos *Ovahereros* oriundos do

Nordeste da África e das guerras dos colonos europeus, sobretudo alemães, que só poupavam àqueles que não lhes eram hostis.

A invasão dos "*Namas*", *Hotentotes* que no século passado desencadearam uma expansão raziadora a partir do rio Orange, que se estendeu até bem ao Interior de Angola, chegaram no Namíbe até mesmo no lugar de Santo Antônio dos Cavaleiros. Eram tempos da "*Guerra dos Namas*". Os *Hotentotes* "*Namas*" vindos do Sudoeste Africano (Namíbia), vestidos à moda dos "Boers", montados a cavalo, munidos de armas de fogo aperfeiçoadas e, com fama de guerreiros, que eram, atacavam as regiões do Namíbe e da Huíla, chegando mesmo até aos cursos inferiores dos rios Curoca e Bero, e arredores de Porto Alexandre (Tombwa) e da Vila de Moçâmedes (Namíbe). Efetuaram os seus assaltos, anualmente em Agosto e Setembro, atravessando o rio Kunene, em local pouco fundo nessa época, situado a sul da localidade de Otchinjau e que por tal foi designado de *Vau dos Hotentotes*, procuravam pólvora e cartuchos e saqueavam o gado bovino aos nativos, incendiando-lhes as habitações, aprisionando ou assassinando quem resistisse. Só em 1885, os *Namas* atacaram três vezes durante o mês de Agosto e ficou designado em Angola pelo Cognome de *Mês dos Hotentotes*. As suas razias aterrorizavam os colonos europeus e os nativos do Sul de Angola. Por este motivo os *Mucubais* e os *Mondombes* possuidores de gado bovino, abandonaram o seu Território a sul e emigraram mais a norte da Província do Moçâmedes, donde se encontram atualmente espalhados um pouco por todo o lado (ALMEIDA, 1994). Ao mesmo tempo se registravam as razias do "nano" (*guerras do alto*), realizadas pelos grupos *Ovimbundu* do Planalto Central de Angola chegavam até ao Planalto da Thúla, mas que por vezes se estendiam também ao Litoral, visando o roubo do gado dos colonos, mas sobretudo o dos nativos "endógenos" do Namíbe ou das populações locais, ali residentes. Ainda pelo sul de Angola passaram outros grupos que faziam o comércio da procura do marfim e da borracha, ou mesmo fazendo guerras, como é o caso dos *Ovimbundu* e dos *Kwanhamas*. Com a colonização europeia no Sul da África, os *Hotentotes* depois das alianças com os *Boers* foram perseguidos e passaram a habitar os Territórios dos *Bosquimanos*, que os expulsaram para as terras áridas, estépicas e desérticas, ficando os *Hotentotes* nos Territórios montanhosos, donde foram reprimidos pelos *Bantu*, que preferiam os Territórios de planícies.

5.5. Os "Homens do Comércio". O Território e a Configuração das Redes Político-Comerciais. As Inter-relações entre os Diferentes Grupos no Processo do Desenvolvimento dos "Ciclos Comerciais".

O crescimento e a expansão da economia mercantil mundial, a partir do século XVI, progressivamente influenciou a organização da vida econômica em várias regiões cada vez mais extensas no interior da África Centro-Austral. As trocas externas provocaram mudanças na organização das trocas internas, como também o desenvolvimento de outras atividades humanas. Dos espaços da atividade econômica se organizaram os espaços agrícolas, a que se juntou a criação de animais domésticos de pequeno e grande porte, como o desenvolvimento das atividades de coleta de produtos naturais através do movimento migratório de grupos humanos africanos apropriavam-se de territórios, empurrando os grupos visitados por onde passavam e se fixavam configurando outros territórios. Os grupos locais eram forçados a estabelecer relações de entrelaços ou de submissão para sobreviverem. Esses expansionistas, agentes invasores, ao se fixarem nas Regiões que conformam hoje o Território do Namíbe, provocaram um conjunto de alterações aos padrões territoriais da "ordem organizativa civilizacionais" até então vigentes. O "conflito" estabelecido entre os grupos visitados e os visitantes invasores criou a mercê de toda uma série de vínculos socioculturais, foi e é responsável pela definição de um perfil de *identidade sociocultural territorial multifacética*. Ou seja, cada formação sociocultural de um grupo daí resultante é a somatória do conjunto de benefícios e prejuízos que ocorreram e ainda ocorrem ao longo de todo o processo de integração das especificidades socioculturais em cena, até a plena consolidação das respectivas comunidades socioculturais humanas.

O período mercantil do fim do século XVIII estimulou as imigrações e a polarização da população ao redor dos Centros Comerciais desenvolvidos pelas Feitorias implementadas pelos portugueses no Território do Sul de Angola. Este processo estava associado à existência e o desenvolvimento de uma agricultura sedentária e diversificada.

Os vastos Territórios do Sul de Angola, o Planalto habitado pelos *Nyaneka*, já eram conhecidos como pouco povoados no século XVIII. Até hoje a densidade populacional ainda é pequena. Desde o início do século XVIII, estas Regiões eram percorridas em todos os sentidos pelos comerciantes do interior: *Ovimbundu (Mambari)*, agentes intermediários ao serviço de comerciantes portugueses ou luso-africanos, sertanejos ou pombeiros.

As condições de acumulação de "riqueza" e de dependentes mudam no século XX, na África Centro-Austral, devido a constituição de zonas de densidade mais marcadas, graças ao progresso da produtividade agrícola e mesmo da artesanal, assim como o crescimento de outras

atividades humanas. O *setor das trocas* com perpétuo movimento de pessoas e bens, segundo as conjunturas e os grandes *ciclos de produtos* intercambiados, contribuiu significativamente para a consolidação das inter-relações entre os diferentes grupos envolvidos no processo do circuito comercial.

Durante os *ciclos* da cera e do mel, e depois o da borracha, a fragmentação sócio-territorial prosseguiu e as caravanas comerciais continuavam freqüentando essas organizações sócio-políticas. Essas organizações sócio-políticas fragmentadas estavam chefiadas por sujeitos novatos, que enriqueciam graças as expedições comerciais e à administração de clientelas, fora do controle das *linhagens matrilineares*, onde prevalecia este modelo cultural de parentesco.

Os africanos produziam para satisfazerem as suas necessidades primárias de alimentação, como todos os grupos sociais, mas produziam também para alimentar as relações com os espíritos. Satisfazendo a alimentação e os atos religiosos, o excedente servia para organizar o setor das trocas. Assim, os *atores* – produtores, intermediários e os consumidores, chefes políticos ou religiosos, com exclusividade respondiam especificamente às solicitações profundas dos grupos sociais donde se encontravam inseridos.

As trocas comerciais se intensificam e a expansão territorial do comércio¹⁷ adquirem um papel significativo na determinação da história política, na organização social e na diferenciação espacial, e assim como na divisão social da população nativa.

A formação da *rede luso-africana* era uma das mais antigas e complexas de África. Os seus principais “*corredores*” retrocedia à Luanda e Benguela. Unia três grandes Regiões Econômicas e Culturais que se cruzavam nas vias de acesso que conduziam a Luanda: a Região Kongo e a sua rede “*Mubire*” (*vili*), por intermédio dos domínios do *Kwango (Holo)* e de *Incoge*, Posto Fortificado Colonial Português, a Região *Lunda*, por intermédio dos *Imbangala* de Kassange, e do Posto Avançado Português de Ambaca; a Região *Songo* e *Pungo Andongo*; a Região *Ovimbundu* em relações regulares com Pungo Andongo e outros Postos Coloniais do Vale do Kwanza.

Mas a construção de novos espaços dominados pelas exigências da economia mundial possuía suas marcas históricas, suas características políticas, econômicas e sociais. Contudo, cada um partilhava este “trato invisível comum” que paulatinamente transformou a antiga organização econômica africana e a uniu à dependência da economia internacional.

Por uma outra via vinculavam as *Altas Terras Ovimbundu* à costa, que as rotas conduziam a Kakonda e Benguela. Por este “corredor”, os comerciantes penetravam ao sul e a leste nas Regiões *Nyaneka, Nkhumbi, Ganguela*.

¹⁷ Posterior e essencialmente a partir de 1860 foi favorecida pela expansão missionária.

A comercialização dos *grandes ciclos de produtos* africanos nos Mercados Mundiais era condicionada pelo funcionamento, no Interior do Continente, de Centros, de redes de comunicações, transporte e do *regime de trocas*. Esses centros e as redes, suas pousadas, suas culturas esboçam grandes espaços econômicos na África. “Fronteiras” novas englobam e remodelam os antigos domínios políticos e econômicos da região centro-austral (Figura 15-16). A Região *Lunda* seguia a de *Benguela*, e em seqüência a de *Moçamêdes* concentravam as operações mais complexas e eram as sedes de algumas das mais importantes firmas comerciais de Angola. A sul de Kakonda ocupava uma posição de relevo, orientada em direção aos grupos do sul das *Altas Terras Ovimbundu*, como também em direção ao Bié. O *Bié* era um Reino importante e um *Centro secundário* da rede comercial luso-africana. Era o ponto de divisão das cargas, centro de comercialização de compras e de créditos.

Os Centros Comerciais das Regiões Econômicas mais desenvolvidas possuíam uma hierarquia caracterizada pela economia mercantil, complexidade e diversidade de funções no seio da economia dominante: com créditos para os comerciantes; armazenagem e embalagens; e, armamento de expedições comerciais. O crédito tinha um elo especial no sistema mercantil. Assim, o seu pleno funcionamento mostra como a rede estava fracionada em compartimentos estanques, dispondo cada um de seus meios de pagamento. Os comerciantes luso-africanos obtinham seis meses de crédito e uma certa flexibilidade no prazo de reembolso. Os comerciantes do interior estavam submetidos às flutuações da cotação do ciclo dos grandes produtos com que quitavam as dívidas.

Os limites dos espaços econômicos eram concorrentes e possuíam uma flexibilidade exemplar. Caracterizavam exclusivamente o raio de expansão dos limites comerciais. Desde os confrontos dos preços ou a violência física, tornaram alternadamente um ou outro espaço econômico circundante inacessíveis para o comércio durante alguns anos, que impossibilitaram a transformação do Planalto de Moçamêdes conservando-a numa “*ilha praticamente isolada*” fora das principais rotas de circulação comercial.

Desde a chegada dos portugueses à África Centro-Austral e apesar das dificuldades de fixação européia e da diversidade dos sistemas culturais locais, o regime de exploração do território da Província de Moçamêdes permaneceram praticamente sem grandes alterações até aproximadamente os anos de 1840 (início da presença dos primeiros colonos europeus). Em 1850 procedeu-se a distribuição de terras aos colonos provenientes do Brasil/Pernambuco e em 1860¹⁸ (houve tentativas de consolidação do espaço econômico português), que estavam

¹⁸ Até a Conferência de Berlim, já se apresentava um novo eixo marcante na história do desenvolvimento dessa Região, através do *setor das trocas*.

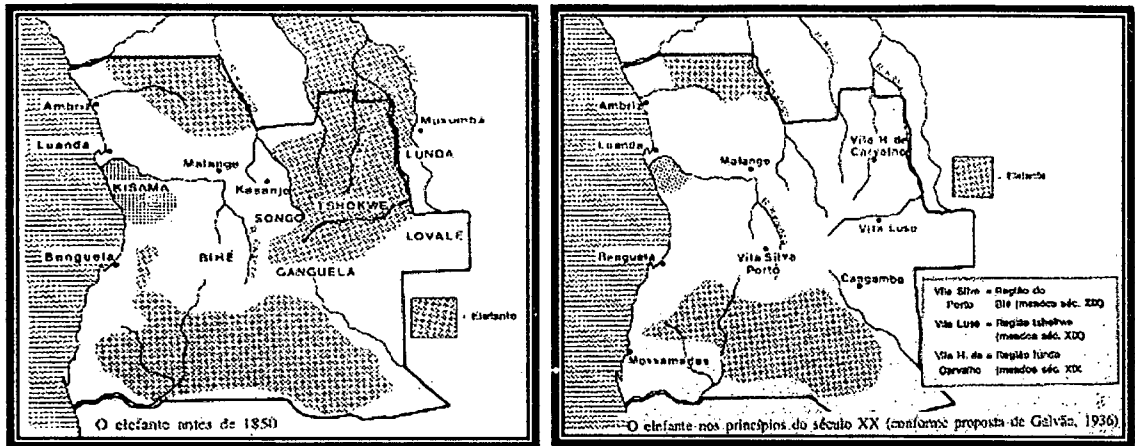


Figura 15. A distribuição de elefantes no séc. XIX e o impacto do comércio de marfim na sua distribuição no séc. XX.

Fonte: Galvão (1936) apud. Henriques (1997: 697)

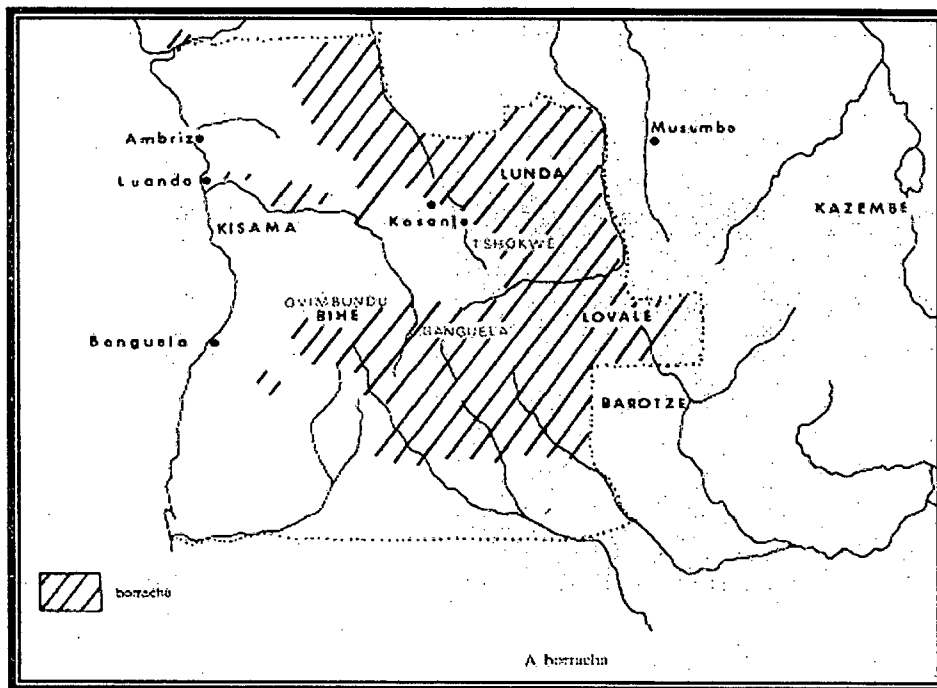


Figura 16. A extração de borracha no século XIX.

Fonte: Henriques (1997: 699)

marcados pela violência de conquistas de territórios pelas armas, com um comércio desigual e reforçados pelo tráfico de escravos...

O comércio como uma das formas político-econômicas de apropriação do território não se mostrou exatamente tão eficaz até o princípio do século XX. O comércio europeu era dificultado pela falta de apoio e incentivo governamental, aparentava um caráter meramente mercantil, denunciava a ineficácia da geoestratégia defendida pela política da metrópole. Apesar das várias ordens coloniais que favoreciam o retrocesso do interior para o litoral, a partir da década de 1850 as atividades comerciais estavam orientadas para o comércio externo intensificado pelo aumento da procura dos produtos africanos. Reverteu-se o comércio de longa distância e recorreu-se aos agentes intermediários africanos, aumentando progressivamente a participação dos grupos africanos diversos (Figura 17). “As distâncias e o número de participantes aumentavam muito rapidamente, novas Regiões foram contatadas, pela primeira vez, pelo comércio externo, enquanto as redes comerciais, de origens várias afluíam às zonas mais ricas ou com maior capacidade de resposta” (SANTOS, Maria, 1994: 71). Logo, o *comércio à longa distância* exercia uma papel importante na extensão dos domínios africanos e europeus interativos.

Com a proibição do tráfico negreiro, os sertanejos aventureiros apostaram numa das mercadorias de maior valor que lhes restava na época, o marfim.

“Pelos anos 40 e 50 estabeleciam-se numa área de entrepostos, situada no limite da influência portuguesa no sertão, rodeava-se de um grupo de servidores, aceitava as condições do chefe africano local e ali afirmava o seu ponto de apoio, entre o litoral (mercado de venda) e a África Central (mercado de compra). A busca do marfim conduziu as caravanas sertanejas a regiões cada vez mais distantes e a contatos com os potentados poderosos, capazes de lhes fornecer as quantidades de marfim solicitadas pelas firmas do litoral” (SANTOS, Maria, 1994: 72).

A atividade econômica das organizações africanas não funcionava como compartimentos estanques. No decorrer dos séculos evoluía o estabelecimento progressivo de um sistema onde a caça, a coleta e a pesca, como a agricultura, a pecuária formam o essencial das atividades de apropriação e de produção, troca e consumo. Posteriormente, aumentaram as trocas que evoluíram os *grandes ciclos de produtos da economia de apropriação*, entre estes, a cera, o mel, a borracha (copal), o marfim, e o da *economia da produção*, o óleo de palma, o café, o sisal, etc.

A expansão da economia comercial de Angola é demonstrada por alguns dados históricos. Por exemplo, entre 1845 e 1875, o valor das exportações de produtos da coleta multiplicou-se por quatro vezes e entre 1865 e 1875, a circulação monetária multiplicou-se por dez, nos centros comerciais angolanos (VELLUT, 1980: 110).



QHIBUCA (OU CARAVANA) DE CARREGADORES. — *Album photographien e descriptivo. Africa Occidental*, Lisboa, s/d. Original de J. A. da Cunha Moraes, pertencente ao Arquivo Fotografico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Por deferencia da mesma Sociedade.

Figura 17. Os agentes do comércio a longa distância.

Foram os sertanejos, freqüentadores dos mercados centrais da África Centro-Austral que detectaram o aparecimento de agentes extra-africanos como uma ameaça no seio do “domínio português”, como uma nova frente de caráter primeiramente comercial que vinha denunciar a debilidade e ineficácia da geoestratégia defendida pela Política do Governo Colonial Português. Não só há reconversão do *comércio de longo curso* por parte dos agentes intermediários, mas também a solicitação de um número cada vez maior de populações africanas, para intensificarem a sua economia de coleta dirigida a satisfazer a procura dos gêneros africanos para o comércio externo. A história desse período na região de Moçamêdes “(...) apresenta traços gerais característicos de toda a África Centro-Austral, de coexistência entre as dinâmicas das Antigas Sociedades da Região e do movimento determinado pelos centros de economia capitalista na Europa e no Novo Mundo” (VELLUT, 1980: 75).

O *comércio de longa distância* exigia habilidades organizacionais, comerciais e sobretudo diplomáticas, para lidar com os senhores proprietários do marfim. Os contatos deveriam ser feitos sempre baseados na destreza do tacto e do conhecimento das realidades locais. A posição aventureira dos maiores agentes representantes do comércio sertanejo, fundamentava-se, assim, nas posições contrárias à política oficial. Os representantes comerciais nunca apoiaram as expedições militares, pois, “*a força só traria vinganças e destruição*”(...) “*A aceitação das regras de jogo fora a solução adaptada pelo comércio que, respeitando e não intervindo, avançaria até ao infinito se necessário*” (BPMP (1862) apud. SANTOS, Maria, (1994)). Contudo, os entrepostos do comércio de longa distância continuam a exercer a sua função de ligar o Litoral e o Interior do Continente Africano. As populações locais introduzidas nos mecanismos do comércio pelos sertanejos, paulatinamente iam substituindo os mesmos desde 1858. Já na década de 70, tinham-se tornado autônomos e, nos anos 80, os *sertanejos* que ainda se encontravam no processo desse comércio, não encontravam carregadores para organizar uma caravana, senão entre as populações de áreas muito afastadas (SANTOS, Maria, 1994). Em 1884, segundo Silva Porto (1884) apud Santos, Maria (1994): “*O comércio está nas mãos dos mestiços e dos Bienes (...)*”, que por sua vez se associam aos *Bailundos*. Os primeiros abrem as portas do mercado Central aos segundos, enquanto estes facultam a segurança na ligação ao mercado do Litoral.

As Autoridades Coloniais, estabelecidas no Litoral não apercebiam-se destas complexas e lentas alterações na organização do comércio de longa distância. Nas vésperas da Conferência de Berlim, que resultará um novo Direito Internacional Colonial, a geoestratégia Oficial (e redução dos Territórios ocupados e a fixação comercial no Litoral), aparentemente e do ponto de vista de finanças internas deu certo (SANTOS, Maria, 1994). Na verdade e apesar da decadência do

comércio sertanejo, as matérias-primas africanas continuam a chegar em grandes quantidades às alfândegas, através dos “emergentes” agentes intermediários comerciantes, que ao contrário dos sertanejos não exigiam grandes créditos e aceitavam gêneros de qualidade no mínimo duvidosa.

No século XIX as ligações da Região de Moçamêdes com o seu passado mais remoto permaneciam. A Região segue as tendências hereditárias, porém com algumas mudanças importantes num ritmo lento, obedecendo as tradições milenares político-culturais e sobretudo a ocupação e adaptação ao meio ambiente.

Esta coexistência manifestava-se no esforço da opressão na implementação dos primeiros projetos portugueses para organizar os espaços econômicos em África, monopolizando-os e “racionalizando-os”. Os traços da estrutura territorial adquiridos naquela época, sobretudo os que dizem respeito às redes de circulação e os assentamentos humanos permanecem até a atualidade.

A agricultura extensa e itinerária, assim como o nomadismo continuavam a dominar as tendências de exploração do território, para além do comércio esporádico, sendo estas motivadas pela adaptação aos solos pobres e arenosos, a falta de água e do caráter sazonal dos seus cursos naturais, como também da baixa capacidade de suporte das savanas secas, estepes e áreas semidesérticas. Este último fator de *ordem natural* impôs às *Antigas Civilizações Africanas* a necessidade de controle da natalidade, procedimento este que já estava inserido nas suas tradições milenárias.

Estes fatos ponderados com os outros fatores abordados anteriormente, permitem-nos compreender melhor do porquê que os agentes extra-locais num meio novo, freqüentemente ignoravam a vigência do antigo sistema de valorizar economicamente algumas partes da região através da agricultura incipiente, que muito pouco se modificou pelas emigrações e apropriação das terras (ao mesmo tempo que estas desempenharam um papel importante e decisivo na esfera política).

A partir de 1860 o surgimento de Centros de Exploração Agrícola Intensiva, através das atividades de Missão Católica em Moçamêdes e Huíla, desempenharam um papel histórico muito importante por causa da aglutinação dos pontos de fixação territorial, através dos assentamentos humanos de cristianizados africanos, construção e abertura da infraestrutura de comunicação, utilização de transporte de carros puxados por bois, diversificação da agricultura e da vida sócio-econômica da Região, como finalmente no “cultivo” e no desenvolvimento de um “*modus vivendi*” até então inédito para o território como um todo.

É importante notar que o exercício das iniciativas particulares dos comerciantes europeus ocorria sem qualquer apoio do Governo Colonial. Com relação ao *comércio sertanejo* até algumas barreiras eram impostas nas limitações de créditos, etc. Enquanto iam se formando

as redes comerciais fixas sobre o território em questão, parece-nos decisivo o fato da diferenciação crucial entre os diferentes agentes do comércio e as populações destinatárias desse comércio. As populações que exerciam o papel de *agentes* comerciantes e que efetuavam o transporte de mercadorias, continuavam apenas a ser *intermediários* e não pertenciam aos Territórios em que se procediam a apropriação do produtos naturais. A sua função principal econômico-territorial limitava-se, até praticamente os anos 20-30 do século XX, a realização dos vínculos territoriais-econômicos entre os *mercados centrais de compras*, tanto do Litoral como do Interior e dependiam das redes de *mercados pontuais nodais* distribuídos pela malha das *fronteiras flexíveis* dos espaços pré-coloniais existentes e que progressivamente se iam alterando, cada vez mais, quando emergia um “*novo agente ocasional*” ou com o surgimento de novas *alianças políticas* entre as populações africanas.

As redes comerciais (que incluíam as vias de comunicação e as malhas de mercados e feiras) continuavam a “*flutuar*” acima dos limites flexíveis dos espaços africanos definidos, vinculando-os aparentemente de maneira constante e com tendências de fixação, dentro de territórios móveis. Relacionado com o comércio de longa distância, os novos espaços políticos tiveram forte repercussão na atividade dos comerciantes *intermediários*. Estes depararam-se com a proibição de percorrer territórios, sobretudo daqueles sob influência ou controle das potências européias. No nosso caso, sob alçada da Alemanha na região do Kubango e no sul do Kunene. As redes comerciais, os espaços e os domínios africanos foram cortados ou cercados pela sobreposição dos espaços políticos coloniais de diferentes Nações européias. Desobedecer as diretivas das autoridades coloniais, usar do conhecimento do terreno e mesmo conflitar foi a solução por alguns anos, até mais ou menos em 1912, quando as fronteiras começaram a serem vigiadas.

No final do século XIX, em cerca de dez anos, as firmas comerciais do litoral foram protegidas pela ocupação militar, e a construção de fortificações tinham elas próprias contribuído para definir um espaço político colonial surgido após a Conferência de Berlim, imposto pelo *Ultimatum* Inglês de 1890 e desenvolvido a sua ação pelos resultados da Conferência de Bruxelas realizada em 1890.

5.6. Os "Homens de Deus" Como Agentes Modeladores da Expansão Européia e a Formação das Territorialidades Coloniais em Angola. A Evolução Histórica da Ação Missionária Colonial. A Interação entre a Missionarização e as Sociedades Africanas.

Em meados do século XIX as populações africanas estavam habituadas a contatar os agentes comerciantes europeus e/ou a enfrentar os agentes militares ao serviço do poder colonial. Ainda que os contatos anteriores entre os africanos e os missionários limitavam-se à preservação de uma "política de boas relações de vizinhança", a interpenetração e a absorção entre os espaços das missões religiosas e as sociedades africanas eram praticamente impossíveis.

Os missionários não se instalavam nos assentamentos africanos, nem estabeleciam relações de contato direto com as comunidades locais. Como tal, desconheciam completamente as culturas religiosas africanas, embutidas na vida cotidiana dos hábitos e costumes desses povos. Os religiosos da *Congregação do Espírito Santo* empenhavam-se no estudo das línguas Umbundu e Ganguela para poderem pregar a religião católica, porém, não faziam idéia de que cada indivíduo estava integrado no *sistema da sacralidade* de todo um ritmo da sociedade, coabitado com os espíritos dos seus antepassados nas povoações. A conversão de um africano vivendo na sociedade tradicional era praticamente impensável. Ao regressar a casa ele iniciaria de imediato as práticas religiosas que impregnavam os mais simples atos de rotina.

Nas sociedades africanas não havia marginais, inadaptados, pobres. O chefe da linhagem era responsável por todos os membros do grupo. A divisão dos excedentes – a dádiva – era prática ancestral. Para "eliminar" os indesejáveis e os criminosos, era atividade do *'quimbanda'* provar a inocência ou a culpa, através da ingestão de venenos. Porém existia uma significativa faixa social, que poderia ser desenraizada sem contrariedades: eram os escravos. Os escravos poderiam ser comprados. Estes foram os primeiros a preencher os espaços das missões espirituais, transformando-se em (filhos da missão), depois de serem comprados e resgatados de imediato pelos padres. Assim, foi "definida" a criação de um espaço *cristão livre das religiões culturais africanas*, dos laços de linhagem e da hierarquia social tradicional africana (SANTOS; Maria, 1993: 15). Começava a criação artificial de uma sociedade com uma "nova ordem", novas estruturas e novos comportamentos, resultantes da ação religiosa e da moral incutida. Esta "nova ordem" exigia uma estratégia da criação de uma nova estrutura social luso-africana, protegida pela fé católica. Seria a forma de alargamento e da multiplicação das territorialidades socioculturais – religiosas, sem agredirem o espaço agreste, absorvendo paulatinamente os territórios e modelando a coexistência pacífica.

Com o tempo, as missões assumiram um importante papel social na educação, não só religiosa como também profissional, incentivado pelo interesse dos pais na instrução das crianças. Integravam-se num espaço comum as crianças resgatadas da escravidão e as livres (negras e miscigenadas “mulatas”), órfãos, filhos dos colonos (brancos e mulatos). Assim, as missões, nos finais do século XIX, representavam uma força de transformação das relações tradicionais e consagravam a formação de novas territorialidades até então inéditas pela sua objetividade e essência, desde as formas de ocupação e a organização do território angolano .

5.7. O Funcionamento da Missão Evangelizadora e os Assentamentos Humanos Cristãos como um Novo Tipo de Apropriação e Organização Territorial.

O primeiro objetivo da missão religiosa era a conversão dos jovens resgatados ou livres, negros ou mulatos, enquanto o ensino constituía a principal atividade de todo o pessoal da missão. Às duas categorias de educandos, resgatados e livres, assim como de sexo diferente eram ministrados programas distintos.

Os resgatados ou designados “filhos da missão”, representados pelos escravos comprados pelos missionários aos grupos africanos, eram libertados posteriormente e dedicavam-se principalmente a agricultura, com aulas diárias de catecismo, canto, português e leitura. Os livres ou “filhos da terra” dedicavam-se ao estudo até completarem a instrução primária de 4 classes, ministrada por irmãos (*Carta do Padre José Maria Antunes*, 1894, apud SANTOS, Maria, 1993). Às moças eram ministradas aulas pelas irmãs para que chegassem “a compreender a dignidade da mulher” e a preparar-se “para mãe de família” (MISSÕES DE ANGOLA apud SANTOS, Maria, 1993).

“A missão da Huila dirigida pelo energético Padre José Maria Antunes é o melhor exemplo do espírito prático a que obedecia o ensino missionário. A maioria dos alunos dedicavam-se a agricultura (68 dos 110) e os restantes distribuíam-se nas profissões tradicionais, como de ferreiro e de técnicas modernas como maquinista, tipógrafo e fotógrafos. Não muito distante as oito irmãs religiosas ensinavam 120 discentes aos trabalhos domésticos e a agricultura”(SANTOS, Maria, 1993).

A organização da família cristã era a base principal na formação da nova sociedade paralela à Africana e através desta se fazia a dispersão dos Africanos convertidos, tornando-se num segundo objetivo das missões religiosas.

O desenvolvimento das missões dependia fundamentalmente da capacidade de empreender a sua auto-suficiência alimentar, isto é, atingir um crescimento agrícola suficiente para a sua manutenção alimentar e o excedente seria para a venda no comércio, garantindo o ingresso de suplementos tão necessários para a vida das missões. Os meios orçamentais não supriam de modo algum as necessidades financeiras das missões. Em poucos anos a linha de penetração de Moçamêdes mostrou-se um excelente meio de ocupação dos territórios do interior de Angola, consolidando na opinião pública a idéia de que subsidiar as missões religiosas resultava numa economia de meios financeiros para o Estado colonial Português.

É importante notar o esforço dos missionários de manter e expandir os seus hábitos alimentares (tipicamente europeus) em África, ao que se deve por sinal a presença e posterior expansão da diversidade agropecuária atual. Um dos primeiros passos das missões consistia na exploração de hortas, que forneciam legumes e hortaliças de origem europeia. Lavrava-se também um campo de trigo, criavam-se animais, como galinhas, patos, gansos, coelhos e suínos. Existiam referências de tentativas de aclimatização da videira, oliveira, pessegueiros e outras árvores de frutos, que hoje se fazem presentes e que algumas empresas e populações cultivam. A estratégia missionária desenvolvida pelo Padre Antunes pretendia criar uma independência econômica e dinâmica, promovendo um desenvolvimento hoje designado de sustentável por monoculturas de rendimento e a sua expansão territorial progressiva. Enfrentavam as maiores dificuldades pela falta de transportes e infra-estrutura de comunicações. As estradas e trilhas comerciais existiam apenas nas áreas próximas ao litoral (exceto nas áreas desérticas), e ainda, na zona do Bié e do Bailundo, onde os contatos comerciais mais remotos provocaram o seu surgimento. Foram os missionários quem desempenharam um papel importante na construção da rede viária do sul de Angola, abrindo por meios próprios as estradas carreteiras que ligavam com as outras existentes. O estabelecimento das estradas visava primeiramente interligar as missões, coadunando-se com os interesses dos agentes coloniais sertanejos e das casas comerciais, que também estavam empenhados na superação das dificuldades comerciais. Progressivamente, solucionava-se a questão dos transportes dos bens e das pessoas entre o litoral e o interior, dificuldade condicionada pelos preços praticados pelas caravanas de carregadores considerados como exorbitantes. Os missionários construía carros semelhantes aos dos Boers e compravam os bois, procurando libertar-se das dependências externas, as missões sobretudo de não depender dos serviços dos indígenas na questão dos transportes (SANTOS, Maria, 1993: 21).

Como já foi dito, os estabelecimentos das missões religiosas nem sempre resultaram numa ação totalmente pacífica. Desde o início do seu empreendimento as missões foram alvos de ataques de alguns grupos locais, entre eles os dos *Kwanhamas*. Alguns destes conflitos

resultavam na destruição completa das missões. Perante esta situação de insegurança, os missionários do Espírito Santo adquiriram a autorização de porte de armas e munições para repelirem os ataques, tornando-se assim, com o passar do tempo, algumas destas missões autênticas cidadelas baluartes, que asseguravam a presença portuguesa no sul de Angola.

A criação das aldeias cristãs constituiu o corolário de todo o investimento humano e material feito pelas missões religiosas em África, particularmente no Sul de Angola. Quando uma missão atingia um número de habitantes superior a sua capacidade de auto-suficiência, os jovens em idade casadoura eram emparceirados, numa cerimonia conjunta de casamentos, e logo separados com objetivos de fundar uma aldeia cristã, de forma semelhante a um colonato europeu, porem, ainda dirigida pelos missionários. "Verdadeiras colônias de africanos cristãos que punham em prática num espaço ainda protegido, uma vivência com normas ensinadas pelos padres, estranhos a toda a realidade circundante, de onde eles haviam sido desligados, antes mesmo de terem apreendido as regras africanas"(SANTOS, Maria, 1993: 23).

As aldeias localizavam-se de preferência junto de uma nova missão, fornecendo a força-de-trabalho para a mesma e servindo de exemplo cultural vivo de comportamento humano, da moral e das práticas religiosas. As aldeias introduziam uma "nova ordem", não só no tipo de vida, como no padrão distinto do comportamento quotidiano, como também, expandia-se um sistema europeu de povoamento rural, completamente diferente do habitat tradicional africano (Figura 18-20). Cada nova família possuía a sua residência, construída segundo padrões europeus: retangulares, paredes de tijolos, cobertura de telhas ou zinco canelado; e um terreno agrícola com horta, cultivo de trigo, milho e batata para consumo da aldeia. Desta maneira, as aldeias cristãs auto-abasteciam-se criando também gado e aves domésticas. Assegurar esta auto-suficiência era uma questão importantíssima, para a continuidade da expansão territorial, cuja resolução ou ação eficiente dependia da independência financeira das aldeias. Assim, encontravam a solução de integrar a aldeia no sistema econômico colonial através da agricultura industrializada, cujos resultados já era conhecidos noutras áreas produtoras de café, algodão, amendoim, tabaco, etc.

O plano do padre Antunes funcionava neste sentido com bastante eficiência, selecionando uma monocultura diferente para cada uma das aldeias. O importante era integrar as populações nos circuitos comerciais monetarizados e libertá-los da economia de permuta que ainda subsistia na área circundante. "O aspecto de certo modo urbano da missão com os estabelecimentos de ensino, dormitórios, oficinas, terras bem cultivadas, renques de árvores, a capela, assim como, da aldeia cristã, relativamente próxima, às residências, hortas e terrenos de sementeira, já em 1901 faziam pensar em verdadeiros oásis assimilados pelos planaltos, núcleos prometedores de futuras

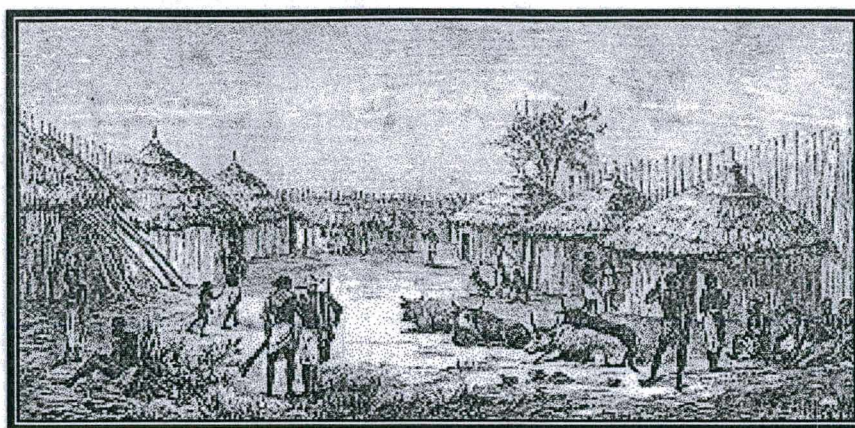


Figura 18. O aspecto interno dos povoaamentos da população nativa no sul de Angola (gravura do século XIX).

Fonte: Revista Austral, N°24, Abr. - jun... 1998, p.47

Figura 19. Casas rurais de estilo europeu introduzidas por missionários nas aldeias cristãs nos finais do século XIX (Planalto de Moçamedes)

Fonte: Revista Austral, N°24, Abr.- jun. 1998, p.49

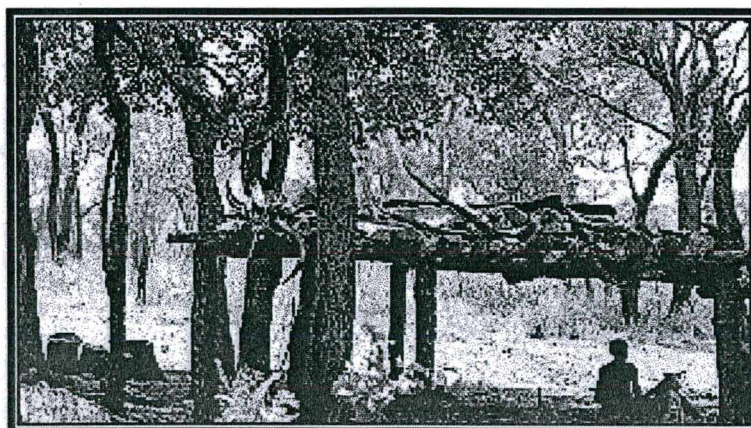
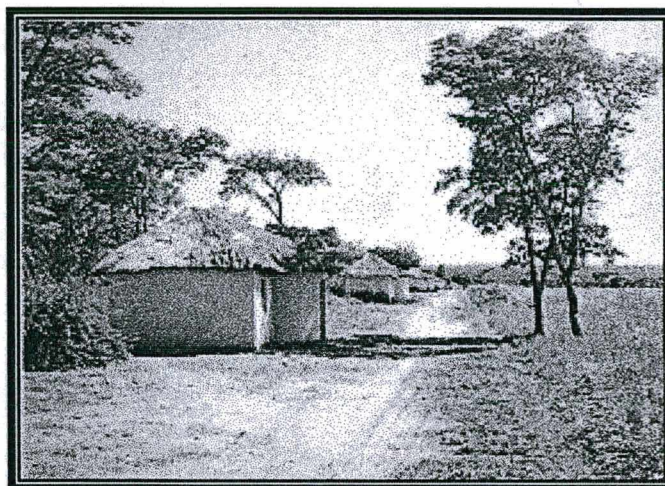


Figura 19. Típico acampamento San (atualmente).

Fonte: Revista Austral, N°19, jan..- mar. 1998, p.41

idades"(SANTOS, Maria, 1993: 25). A partir de meados de 1890, as populações de planalto de Moçâmedes, depois de uma prolongada observação da vida dos aldeões, tomaram a iniciativa de entregarem espontaneamente os seus filhos às missões para serem educados. A entrada voluntária dos nativos na comunidade cristã demonstrava que a finalidade das aldeias estava a ser atingida, e a expansão da rede de aldeais coloniais estava assegurada.

5.8. A Ocupação e a Implantação do Modelo de Organização Territorial Europeu no Sul de Angola.

As interferências nos territórios dos vários Estados da África Centro-Austral não vinham só dos agentes invasores, expansionistas ou conquistadores, como também dos agentes comerciantes provenientes sobretudo de Luanda, que percorriam as várias regiões do sertão como se fosse terra de ninguém, em busca de escravos essencialmente e de outros produtos comercializáveis na época.

O interesse dos africanos pelo cultivo do algodão procede dos portugueses. O algodão crescia selvagem em todo o interior de Luanda, sobretudo no Bengo e a sua existência foi observada já em 1666 pelo governador da colônia de Angola, que era designado pelos africanos de "*Muginha*" e que o trocavam fiado e tratado com cera. A produção de algodão não se adaptava aos padrões de subsistência dos camponeses africanos, já que a planta não é comestível, degrada o solo, e não podia ser interplantada com os cereais de base alimentar local. Havia coincidência entre a plantação, colheita das culturas alimentares de savana e do algodão, tendo como muito extensas as exigências sazonais do trabalho do algodão. Quanto a "indolência" dos africanos a cultura do algodão ela é mais um indicador dos preconceitos discriminatórios de "superioridade da raça europeia" próprios da época do que de alguma índole de características dos grupos sociais africanos de não dedicarem-se ao cultivo do algodão.

O cultivo de algodão em Angola foi oculto pelo regime de uma produção forçada implementado pelo *Estado Novo* durante os anos de 1830. No *Estado Novo* chegou-se a uma produção de 70 mil toneladas métricas de algodão descaroçado, que foi destinado à indústria têxtil portuguesa. Em 1820, o governo colonial de Angola promoveu a cultura do algodão prometendo comprar toda a produção. Desde 1845 e 1870 promulgou-se legislação para aumentar o rendimento algodoeiro. As sementes teriam sido importadas da América e distribuídas aos agricultores portugueses em Angola e o governo colonial forneceu

descaroçadeiras aos colonos na região de Moçâmêdes, através da Portaria régia de 21 de Dezembro de 1852 (Figura 29, p.186).

Como ator empreendedor isolado, por exemplo, Duarte de Almeida foi para o Sul de Angola em 1840, com 18 anos. Em 1863, ele exportava 94,0 % da produção total de algodão do que hoje produz a província do Namíbe e 24,0 % da produção total de Angola atualmente. Para além de homem rico, poderoso, abolicionista militante, foi inventor de produtos para a exportação. Descobriu uma nova goma vegetal a partir da seiva de um cacto, a caçoneira que introduziu no mercado internacional da borracha com a designação de "*almeidina*" e que chegou a vender por trinta libras a tonelada vendida em bolas no mercado de Londres.

"Frederich Welwisch, um botânico austríaco enviado para Angola na década de 1850 para investigar o potencial de produção algodoeira do território, constatou que os africanos já cultivavam e teciam o algodão para uso pessoal há mais de 50 anos e trocavam os tecidos nos mercados e que eram de boa qualidade, de grande elasticidade longa e dura", afirma Pitcher (1990: 105).

A chegada dos portugueses provenientes do Brasil – Pernambuco que instalaram-se em Moçâmêdes, coincidiu com a escassez de algodão no mercado mundial devido a guerra civil nos EUA. Sendo o algodão uma cultura que lhes era familiar, começaram a produzi-lo. A deflagração da guerra civil na América em 1861 faz explodir os preços internacionais. De 19,2 pence por kg em 1861, o algodão passou para 57,6 pence por kg em 1864. Nessa época, foram concedidos em Angola por cada colono até mil hectares de terras para a plantação de algodão, empréstimo na ordem de 20 contos por ano, por cultivador em sementes e descaroçadeira por um período de graça de três anos e concedeu-se-lhes dez anos de isenção de impostos alfandegários para a importação de máquinas, utensílios e meios de transporte destinados à utilização na produção algodoeira. Três anos depois, o Decreto de 14 de Maio de 1864 oferecia prêmios aos colonos portugueses que plantassem algodão. "O algodão em Angola era produzido em Benguela, Novo Redondo (Sumbe), Luanda (Bengo), Ambriz. De 10 toneladas métricas produzidas em 1858, a produção alcançou 837,6 toneladas métricas em 1872", conforme Pitcher (1990: 102).

O crescimento do mercado para o ciclo de produtos naturais da atividade de apropriação e a situação demográfica favorável conduziram os coletores a penetrar na floresta para extrair a cera, o mel e a borracha. O ciclo da borracha (*Landilfia látex*) dominou a economia de Angola a partir dos anos de 1867. A exportação da borracha em Angola chegou a ocupar o primeiro lugar nas exportações no final do século XIX e início do século XX. "Em pleno século XIX, o comércio do ciclo do produto da coleta, a borracha, era praticada ao lado das razias, as terríveis

guerras no “*Nano*” (*guerras do alto*), provocadas pelos “Estados ou Domínios” *Ovimbundu*, às vezes, sob a instigação de agentes comerciantes: as fontes permitem identificar uma vintena destas grandes incursões entre 1803 a 1879. Na Segunda metade do século XIX, as incursões vindas do Sul foram dirigidas pelas populações da região do Kunene, Nkhumbi, Ovambo, Herero”, segundo Vellut (1980: 93).

A localidade do Bumbo era propícia para cultivar e mereceu a atenção das autoridades portuguesas de sua apropriação, local donde se produziu muito algodão e muita cana-de-açúcar. Os preços se mantiveram altamente lucrativos até os primeiros anos da década de 70. Não havia lugar praticamente que não estivesse plantado com algodão nos vales de Moçamêdes. Caíram os preços do algodão e sucedeu o ciclo da cana-de-açúcar, tendo sido proibida a produção de álcool em Angola a partir de 1911. O algodão em Moçamêdes foi cultivado até a década de 1920. O período áureo do algodão e da cana foi determinante para a economia da região. O aumento do capital e os lucros através da produção agrícola e do comércio permitiu aplicá-los na indústria pesqueira, que se foi consolidando como uma verdadeira vocação da região, já que possuía os recursos para tal.

A Baía de Mossâmedes, Angra do Negro nos Mapas Portugueses e Little Fish Bay, nos Mapas dos Ingleses, onde o rio Bero deságua, despertou o interesse pela agricultura, comércio e pesca a agentes empresários de Luanda, tais como a D. Ana Uberthal, D. Ana Joaquina dos Santos Silva, Francisco de Assis Pereira, Clemente Eleutéria Freire e Augusto Garrido, que decidem investir na região. Criaram feitorias e em 1849 já eram 8 centros de atividade agrícola, de pesca e de comércio de produtos: bebidas, tecidos e miçangas, que trocavam-se com a cera, marfim, gado e couros.

Para a delimitação das fronteiras territoriais da África, as potências européias utilizaram vários critérios de ordem física e suas combinações de paralelos e meridianos, segmentos de reta com diversidade de orientação, arcos de círculos, traçados hidrográficos fluviais, linhas divisórias de redes hidrográficas, alinhamentos de relevos, etc., mas jamais de ordem cultural, social, econômico ou político africano. Grupos socioculturais chegam mesmo a estarem divididos em dois, três ou mais países com línguas oficiais diferentes, ou seja, línguas dos países colonizadores, entre elas, por exemplo, o português, o francês, e/ou inglês. Os grupos que desenvolviam territorialidades fixas permanentes tiveram mais problemas e ainda os têm, dificultados pelo contato entre si. Já os grupos que não estão fixos ao solo, os nômades, estão em contato entre si e nem sequer pensam ou sabem sobre a existência de fronteiras entre países na carta política da África. Sucedeu, porém, que foram considerados alguns acidentes geográficos que não eram conhecidos com exatidão, e mesmo alguns deles traçados nos mapas, na realidade,

não existiam no terreno (AMARAL, 1993). Para os colonizadores isso não era importante, o essencial era garantir a extensão ou o avanço na apropriação territorial. Fosse do modo que fosse, lhes era indiferente as condições geográficas ou políticas das populações locais que aí habitavam.

A organização territorial, política e comunitária da África antes da colonização efetiva europeia dificilmente coincidiam. Os movimentos migratórios dos vários grupos humanos eram constantes, movidos pelas ambições humanas exigentes da época, que não permitiram que qualquer grupo se mantivesse estático. Segundo Amaral (1980/81: 19) “a África do século XIX ostentava uma riqueza muito grande de instituições políticas e sociais, algumas delas em momentos de revisão quando o continente foi engolfado pelo colonialismo europeu.

5.9. A Repartição do Território e a Delimitação de Fronteiras.

Em 1880, a Grã-Bretanha apoderou-se das ilhas situadas em frente da Angra Pequena e a área da Baía da Baleia “Walvis Bay” a 400 Km a norte de Angra Pequena. Há mais de trinta anos atrás já se tinham estabelecido alguns missionários alemães como *agentes ponta de lança* nas terras da Damaralândia e da Namalândia. Em 1814, H. Schmeler fundara uma Estação experimental “civilizadora” em Bethanie, onde era o solar dos Herero; por volta de 1834 tinham sido criadas as Estações de Windhoek e Okahandja; em 1865 começam a chegar outros missionários alemães para essa parte do Continente Africano. Assim, começam a repartição da África pelo sudoeste africano entre os alemães e os britânicos, sobre uma área de 823 320 Km² sobre pretensões portuguesas.

No Sul de Angola a ação missionária começa a tomar proporções importantes com relação ao território com a instalação da *Congregação do Espírito Santo*. Chegado em 1866 e só na década de 1880 e 1890 a sua ação se intensifica. A congregação era composta pela maioria de padres franceses, que só a partir de 1887 com grandes esforços conseguiram subsídios legais do Governo Português e consequentemente das Autoridades Coloniais para uma ação de “expansão civilizadora”. A *Congregação do Espírito Santo* neste período, por meio dos diversos testemunhos do resultado do seu trabalho, tornavam-se livres de quaisquer dúvidas sobre as suas prováveis intenções políticas contrárias aos interesses do portugueses, comprovando assim o seu “caráter inteiramente português”. A partir deste conhecimento da sua ação eficiente, estavam obrigados o governo e os particulares apoiarem financeiramente a ação missionária, que já havia demonstrado saber investir a favor dos interesses da metrópole colonizadora. “A capacidade de

proliferação e exercício demonstrada pelas quatro frentes de missionários já delineados no território de Angola, faziam prever que em dez anos, poderiam ocupar, por meio de missões bem organizadas todos os vastos territórios até a fronteira representados nos Mapas Políticos, mas ainda sujeitas à prova internacional de ocupação” (SANTOS, Maria, 1993:6).

Nos treze anos de ação, entre 1881 e 1894 a congregação fundou quinze missões distribuídas pelas quatro linhas de penetração que partiam respectivamente de Lândana (Cabinda), Malange (Luanda), Kakonda (Benguela) e Huíla (Planalto de Moçamêdes).

A Fronteira Sul de Angola já foi palco de várias vicissitudes de delimitações e configurações territoriais dos Estados da Zâmbia, do Botswana e do Sudoeste Africano (Namíbia). O problema das fronteiras de Angola põe-se desde os meados do século XIX e vai agravando-se sucessivamente: o penúltimo decênio desde século é o momento crucial desde 1846, quando a Inglaterra contesta a Soberania de Portugal nos Territórios da Costa Ocidental da África, situados entre os paralelos de 5° 12" e 8° de Latitude Sul, isto é, entre a Margem Direita do rio Zaire e o Sul de Ambriz (MATOS, 1963).

Para avaliar convenientemente o impacto do processo designado por "corrida e partilha européia de colônias africanas", bastará determo-nos no tempo e ter presente que *“nos finais da década de 1870, eram ainda restritas as terras do continente africano sob o total domínio das nações européias e que, logo na alvorada do século XX, a Africa se encontra repartida e dividida em quase centenas de unidades coloniais cuja soberania era reclamada, ou efetivamente exercida pelas respectivas metrópoles”*, afirma Lucas (1992: 297).

Como *novos sujeitos coloniais*, aparecem a Alemanha e a Bélgica interessados em possuírem territórios em África. Até então não tinham mostrado nenhum interesse por este Continente. Da Bélgica veio o interesse pessoal do seu Soberano rei Leopoldo II do que propriamente do seu país, como *ator particular* pretendente de um território. Tal como a prática da política colonial alemã no dia 24 de Abril de 1884 ficou conhecida como o *"Geburtstag oficial"*, em que o Chanceler Bismarck enviou ao Cônsul Alemão na Cidade do Cabo um telegrama como Certidão do Estabelecimento de um Território. Assim, dava continuidade a obra do *ator fundador* de um território particular de Adolph Lüderitz, a norte do rio Orange, na costa sudoeste do Continente Africano, que ficaria sob a proteção do Império Alemão. Antes desta apropriação, em 1 de Maio e em 25 de Agosto de 1883, entre H. H. Vogelsang, o agente A. Lüderitz, e o chefe Hotentote de Bethanie asseguraram a existência de uma *“Lüderitzlândia”*, desde o rio Orange até 26° Lat. Sul. Logo, esta área era de cerca de mais de 300 Km para o sul e 100 Km para o norte da baía de Angra Pequena *“Lüderitzbuch”* (AMARAL, 1980/81).

O Chanceler Bismarck propôs à França que as questões sobre os conflitos e pretensões territoriais de África fossem resolvidas por acordo mútuo de todas as potências interessadas. Assim, no final de Maio de 1884, sugerido por Portugal, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barbosa du Bocage, propõe ao Governo Inglês uma reunião de carácter Internacional e a Conferência de Berlim acabaria por ser convocada pela Alemanha (MATOS; 1963: 76). A Alemanha aproveitou o momento de tensão e internacionalizou a questão, para que a "partilha de África" não fosse só dos sobressaídos interesses dos britânicos e franceses, logo transformada no objeto de ações de atores multilaterais dos vários interesses de partilha.

A célebre Conferência de Berlim, foi realizada entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, com a participação de 14 nações assim representadas: os que tinham interesses como a Alemanha, que convocou a conferência, Grã-Bretanha, França e Portugal, e ainda a Holanda, Bélgica, Espanha e EUA. Foram também endereçados carta-convite à Áustria-Hungria, Suécia-Noruega, Dinamarca, Itália, Turquia e Rússia, para garantir a aprovação geral das resoluções da Conferência. Expediram-se os convites em Outubro, com os seguintes assuntos:

- Liberdade de comércio na bacia e no estuário de Kongo;
- Liberdade de navegação no Kongo e no Níger, apoiada nos mesmos princípios adotados para o Danúbio;
- Definição das formalidades a serem cumpridas ao se tomar posse do novo território da costa africana.

A Conferência como foi convocada não dizia nada sobre a divisão da África, senão o problema do livre comércio (Wesseling, 1998). Nesta conferência, a Alemanha argumentaria essencialmente pela supressão da escravatura, cuja abolição gradual foi proclamada no Congresso de Viena em 1815, como dever sagrado de todas as potências e associar os indígenas da África à civilização, abrir o Interior do Continente ao comércio, oferecer instrução aos seus habitantes, encorajar as missões e as empresas a propagar os conhecimentos úteis. Então, a intenção explícita era a de abrir o *livre comércio* nas Regiões da Bacia do Kongo e do Níger, quando todas as nações comerciais teriam acesso ao Interior da África. Por trás, estavam outras intenções de posse ou ocupação efetiva dos territórios e, implicitamente, os das fronteiras. Nesta Conferência, foram discutidos problemas e assuntos ligados aos africanos, mas não esteve presente nenhum representante legítimo, para pôr ou questionar qualquer assunto.

Da zona de livre comércio, nasce o "Estado Livre do Kongo" que foi proclamado oficialmente em 1 de julho de 1885, em Vivi, uma Estação fundada por Stanley em 1879, não longe de Matadi. Em 1 de Agosto de 1885, Leopoldo II enviaria às potências signatárias do Ato

de Berlim uma declaração de neutralidade, com a definição dos limites do novo Estado em África, designado Estado Livre do Kongo¹⁹ (AMARAL, 1980-81).

O Estado Independente do Kongo (1885-1908) foi com efeito uma criação de um *ator particular isolado*, Leopoldo II, e não o resultado de várias ações de atores e agentes, como por exemplo, de militares, comerciantes ou missionários, mas o resultado da ação de um protagonista isolado. Sem esforço, nem dispêndio nenhum, Leopoldo II isoladamente conseguiu sua propriedade imobiliária privada, com uma superfície de 2 345 000 Km², vasto território de cerca de oitenta vezes a área da Bélgica. Conforme Amaral (1980/81: 17-18), para alguns autores, tal concepção autocrática de colonização foi possível nesse período especial, entre 1876 e 1885, em que tanto se falava de “abertura à civilização”, de “cruzada contra o esclavagismo”, de “nobre empreendimento humanitário”, etc., o que até permitiu que fosse criada uma associação que possuía no centro da África um “Estado Filantrópico”.

Aumentava assim, a prática de apropriação e ocupação de territórios, e litígios em torno das delimitações territoriais. O Administrador Colonial Britânico e Primeiro-Ministro do Cabo, Cecil Rhodes, queria o “domínio inglês do Cabo ao Cairo”. E os portugueses queriam o “Novo Brasil” em África, com uma soberania sobre a faixa desde Angola até Moçambique, território vasto apresentado num mapa de 1886 com a coloração rosa, que passou a ser conhecido como o Mapa “*cor-de-rosa*”.

O Mapa “*cor-de-rosa*” teria sido anexo aos Tratados luso-francês e luso-alemão, em 1886, com um vasto espaço territorial colorido em rosa, que compreendia toda a região que se estendia entre Angola e Moçambique ininterruptamente, a bacia inteira do Zambeze, o Estado dos Matabeles e as áreas do lago Niassa até a latitude do rio Rovuma. Esta foi a intenção dos portugueses. Contudo, perdidos pela não ocupação efetiva dos territórios e sob pressão do *Ultimatum* Inglês de 1890, foram os portugueses obrigados a se retirarem das áreas que ocupavam no Chire, Makalolos e Machonas. Os ingleses apresentavam como represálias o corte de relações diplomáticas e a possibilidade do uso da força. A Inglaterra ocupa os Territórios que formam hoje a Zâmbia, Malawi, Zimbabwe e Botswana.

A Inglaterra, através da política do livre comércio exterior utiliza a “The British South Africa Company” que não mede limites na sua ação, nem as conseqüências da expansão britânica rumo ao Norte da África. Proclama assim o território da Companhia como Rodésia, em homenagem ao seu ator fundador particular Cecil Rhodes. E, em 1885, a Inglaterra proclama também seu domínio territorial na Bechuanalândia (a faixa Transval e o Kalahari) atual Botswana.

¹⁹ Ex.- Zaire, atual República Democrática do Kongo

O mecanismo de conquista e ocupação territorial “conciliava os interesses políticos e religiosos”, representava uma espécie de “irradiação”, a partir de cada linha de penetração das missões, avançando para leste e para o sul (Moçâmedes) com uma distância aproximada de um grau entre cada uma delas. As vantagens desta ocupação missionária estender-se-iam, também, ao comércio, que deveria assegurar a posse de áreas fornecedoras de matérias-primas como o marfim, a cera, o mel e a borracha. Pois, em 1894 o colonialismo português não podia mais hesitar perante os concorrentes europeus, que penetravam no Interior, que faziam escassear os fluxos comerciais para o Litoral.

Muito embora as missões religiosas identificavam-se no início com ações pacíficas, incumbidas de instruírem a religião cristã e a propagação dos costumes “civilizados”, com o passar do tempo e devido as distintas condições político-militares que encontrassem nos territórios de Angola, estas transformavam-se em forças militares de conquista territorial. “O caso dos *Kwanhamas* foi o mais trágico, atacavam e devastavam as missões, verificando-se combates que, só não resultavam na chacina, porque as armas de fogo passaram a ser manejadas pelos educandos e chefes de família das aldeias cristãs”(SANTOS, Maria, 1993: 7).

A partir de 1896 a *Congregação Espírito Santo* torna-se uma autoridade político-militar-religiosa, outorgado um procurador reconhecido oficialmente junto da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, em Lisboa. As oscilações políticas, porém, não deixaram de afetar as atividades missionárias, sobretudo nos princípios do século XX, as verbas, já desde então escassas, foram diminuindo, pondo-se em dúvidas novamente as suas intenções políticas e a sua real eficácia.

Os quatro pontos de partida de missionarização desta Congregação, foram escolhidos, com objetivos de aproveitar as anteriores vias abertas pelo movimento comercial em direção para o interior da África Centro-Austral. O Sul de Angola, até 1880, era uma Região onde a ação evangelizadora, fora, desde sempre, mais insignificante e esporádica. A Missão da Huíla instalada entre os *Ganguelas*, foi em 1881 um fato inédito em terras tão meridionais. Durante cerca de dez anos a mesma permaneceu estagnada, criando condições para uma alucinante proliferação, transformando-se num centro de irradiação, num “laboratório” de formas de relacionamento com as populações locais.

O Padre José Maria Antunes foi o grande *ator influenciador* de uma ação proliferante, dirigindo a missão desde a sua fundação e traçando planos concretos para o avanço progressivo das missões pelo Planalto de Moçâmedes. Apesar de a Região Sul de Angola, nas décadas finais do século XIX ser considerada como “área virgem”, a linha de missionarização de Moçâmedes transformou-se na linha mais importante de evangelização e da expansão do padre Antunes.

Criou progressivamente, uma rede de assentamentos humanos de cristãos e missões religiosas na respectiva Região, abrindo estradas, novos mercados comerciais e criando oficinas artesanais...

A Europa daquela época detentora de superioridade em forças e da sua dita cuja civilização, achou-se no direito e em condições de supremacia para definir as fronteiras dos "territórios descobertos", sem a mínima participação direta dos africanos. Diremos que as fronteiras dos países africanos foram definidas praticamente entre 1885 e 1931, particularmente para Angola, através dos vários acordos, entre as potências europeias que partilharam o Continente. As configurações territoriais ou a Carta Geopolítica da África atual foi moldada por acordos entre essas potências, que, em regra geral, ignoraram os direitos dos povos ou grupos socioculturais africanos, as suas realidades históricas, culturais e até mesmo a reconhecida importância pelos europeus, dos acidentes geográficos.

As fronteiras da África sempre sofreram modificações consoante os ritmos da penetração colonial europeia e outros fatores de conjuntura de forças em jogo. A fronteira sul de Angola que estava localizada no paralelo do Cabo Frio, que os portugueses já tinham como limite meridional das suas possessões e assinalado em 18° 24' de Latitude Sul, sofreu alterações. O Embaixador da Alemanha submeteu à apreciação do Governo Português uma Proposta de 1 de Dezembro de 1885 que, a linha de limite sobre o território de Angra Pequena sob o protetorado da Alemanha e a Colônia Portuguesa de Moçâmedes carecia de fixação definitiva, pelo que o governo imperial convidava o governo português a entrar em negociações tendentes a determinar com quais rigor as suas esferas de interesse na costa sudoeste da África.

No início do século XX, Angola estava praticamente dividida em duas jurisdições eclesiásticas, a do Real Padroado (Diocese de Angola e Kongo), que abrangia o território limitado a leste pelos rios Kuango e Kunene, e a de Roma (*Congregação da Propaganda Fide*), que estendia-se à Prefeitura Apostólica do Kongo e da enclave de Cabinda, - e a Prefeitura Apostólica da Zimbébasia, cuja ação pertencia a área de Kunene ao Zambeze (COUCEIRO, 1948). Em 1906, segundo Couceiro (1948: 242), "a Diocese de Angola e Kongo era dividida em 8 Distritos Eclesiásticos e Circunscrições Missionárias, com 45 Paróquias e 25 Missões do Real Padroado, - sendo dirigidas por missionários do Colégio das Missões Ultramarinas, as Missões de S. Salvador do Kongo, Madimba e Lunuango, e todas as restantes por missionários do Espírito Santo".

A fronteira do sul de Angola foi definida num acordo de 30 de Dezembro de 1886 entre Portugal e Alemanha. Mas, através de vários acordos entre o governo português e os governos alemão, britânico e sul-africano separadamente estabeleceu-se a fronteira sul de Angola. Chegando a criar uma *zona de neutralidade* numa faixa de cerca de 11 Km de largura e 400 Km

de comprimento, desde o Kuangar à Chimenha, entre os rios Kunene e Kubango. "Essa zona neutra surgiu da idéia dos alemães com a intenção de mais tarde se apoderarem do Território e se beneficiarem das cataratas e rápidos do Kunene, desde Kazombue ao Rua Caná", segundo Amaral (1980/81: 33). Em 1915 o problema da zona neutra foi retomado durante as negociações com os britânicos e os sul-africanos (AMARAL, 1980/81).

Pelo conhecido valor energético que as cataratas poderiam vir a fornecer, os alemães procuraram que o curso do rio Kunene ficasse no território da sua colônia. Em 1926 foi realizada a Conferência do Cabo donde se discutiu o problema da divisão e da utilização das águas do Kunene, donde concordaram resumidamente no seguinte:

- 1) "As cataratas do rio Kunene são as grandes cataratas indicadas nos mapas portugueses com o nome de Cataratas Rua Caná e nos mapas alemães com o de Cataratas Kambele, e situada a 17° e 23' de Latitude Sul;
- 2) A linha de fronteira entre a província de Angola e o Território (Sudoeste de África, "Namíbia"), é a linha de mediania do rio Kunene, isto é, a linha traçada a igual distância de ambas as margens, desde a embocadura do referido rio até um ponto das cataratas do Rua Caná, em cima da crista ou bordo onde a referida linha de mediania se cruza com o paralelo de latitude que passa pelo marco colocado na margem esquerda do referido rio, em julho de 1920, por uma comissão mista nomeada pelos governos português e britânico.
- 3) Do ponto nas Cataratas Rua Caná, a linha da fronteira segue o paralelo de latitude que passa pelo marco até um ponto em que corta a linha de mediania do rio Kubango (Okavango).
- 4) A linha de fronteira entre a província de Angola e o território será demarcada na primeira estação favorável por uma comissão mista, nomeada pelos dois governos interessados. Devendo para tal, toda a linha de fronteira ser limpa e conservada livre de mato e de árvores. Os trabalhos de demarcação e limpeza deveria ocorrer com a conveniente rapidez.
- 5) A zona neutra em que tinham concordado os governos português e alemão, será mantida e tratada para todos os fins para que foi criada, até que a demarcação da fronteira esteja terminada entre os rios Kunene e Kubango (Okavango).
- 6) Salvo o disposto no artigo sétimo seguinte, sempre que a linha de mediania do rio, isto é, a linha traçada a igual distância de ambas as margens, atravesse uma ilha situada no rio, essa linha de mediania constituirá a linha de fronteira entre a Província de Angola e o Território.

- 7) Se ao demarcar a linha de fronteira, nas condições desde acordo, for conveniente desviar a linha descrita, os comissários de fronteira combinarão entre as partes compensação eqüitativa.
- 8) Este acordo começará a produzir os seus efeitos a contar da data da sua assinatura pelos plenipotenciários.

Feito e assinado na Cidade do Cabo, em vinte e dois de Junho de 1926" (AMARAL, 1980: 35-36).

Haviam ainda muito mais discussões sobre vários aspectos, como os da identificação rigorosa dos pontos ou locais de passagem dos limites, da construção e conservação dos marcos que materializavam as linhas, da interpretação dos dados e da imprecisão toponímica, das técnicas de levantamentos topográficos, dos interesses não revelados, e outros.

Através dos vários acordos entre os portugueses e os vários interessados no território da Namíbia foi marcada a fronteira sul de Angola. Ficou marcada para sempre no acordo firmado entre os portugueses e os sul-africanos na Cidade do Cabo em 22 de Junho de 1926. Paralelamente foi assinado outro acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul para regular o uso do rio Kunene, produzir energia hidráulica, inundação e irrigação no Território Mandato do Sudoeste Africano. Definiram-se vários artigos das condições de construção de represas, açudes ou barragens, da utilização das águas e da energia, dos desvios das águas, concedido o direito ao governo da União da África do Sul de construir e fazer uso de obras no rio Kunene, dentro do território português, para retirar e transportar água do rio Kunene para uso no Território Mandatado. O Mandato foi conferido pelo Conselho da Sociedade das Nações em conformidade com o estabelecido no art. 22 do Tratado de Versalhes, o governo da União da África do Sul possui, subordinado aos termos do referido Mandato, direitos de soberania sobre o Território do Sudoeste Africano. Em 23 de Setembro foi assinado o ato de Kakeri, ponto de longitude 18° 25' 06,2". Assim, registrou-se o fim das atividades com a demarcação da fronteira entre o Sudoeste Africano (Namíbia) e a Província de Angola, então colônia Portuguesa. A comissão também concordou a partir da data da assinatura deste documento a "*zona neutra*", estabelecida por acordo entre os governos alemão e português e reconhecida pelos governos da União da África do Sul e de Portugal, deixava de existir e que, o mesmo território que fica a norte da linha da fronteira deverá ser considerado como fazendo parte de Angola e que todo território que a sul da referida linha da fronteira deverá ser considerado como fazendo parte do Território Mandatado do Sudoeste de África (AMARAL, 1980/81: 37).

5.10. A Inversão da "Ordem Local Africana" para uma "Nova Ordem" de Dependência Extra-africana.

Com a Independência do Brasil, o tráfico negreiro considerado como fora-da-lei, anti-social e anti-humano entrava em agonia; o comércio via-se arruinado os seus proventos do negócio altamente rentável na época, a mercadoria/escravo; Portugal estava arruinado, exausto, devastado, envolvido em clamorosos e desvairados debates políticos, desligado dos problemas coloniais (GALVÃO e al., 1952). Com a decadência do tráfico negreiro sucedem-se a penúria e a fome, e começa-se os ensaios mais sérios do fomento industrial e agrícola como quase novas atividades econômicas em Angola.

Com o tráfico de escravos em baixa e a borracha em alta, foi preocupação das Autoridades Portuguesas o controle desta ultima pelas Alfândegas. No Litoral ao Sul do Loge e ao Norte havia Autoridade, mas a falta de Alfândegas prejudicaria a arrecadação de impostos aduaneiros. Assim, nasce no Norte de Ambriz uma feitoria franca e estrangeira (não-portuguesa) donde rumavam as caravanas vindas do interior da África Centro-Austral, com carregamentos de café, marfim, cera, borracha, que eram trocados com os comerciantes sertanejos em "moeda-algodão": A peça de algodão era a unidade de moeda, traduzidos em equivalentes fixados pelo comerciante sertanejo. Os agentes comerciantes intermediários africanos, designados de pompeiros, aviados, funantes, levavam os produtos de origem europeia para o interior e traziam do interior os produtos de origem africana, que exportavam através dos navios ingleses, americanos, holandeses ou franceses. Dado o volume de negócios que realizava a feira franca de Ambriz, em 1855, foi preocupação dos portugueses a sua ocupação. Verificaram-se a exportação de 1 000 toneladas de café, 100 de goma, 400 de borracha (*Landolfia látex*) e 200 de marfim por ano, faturavam-se entre 12 a 13 mil contos, o triplo de toda Angola (GALVÃO e SELVAGEM, 1952: 107).

A distribuição da população "autóctone" e a extra-local no Namíbe antes do século XIX e até a sua metade permaneceu irregular, comprometida por avanços e recuos na expansão colonial territorial, devido as guerras internas, as pilhagens as epidemias e a fome. O nosso conhecimento sobre as epidemias durante o tempo continua sendo fragmentária. A epidemia da varíola de 1864-65 foi relativamente documentada. Ela se expandiu a partir do Porto de Luanda até ao Bié e no Sudoeste Africano, e pode ter causado até 25 mil mortos em um ano (WHELLLER (1964) apud VELLUT (1980)). Com relação a Região de Moçâmêdes, os testemunhos dizem respeito somente a Cidade de Moçâmêdes, não se sabendo quase nada sobre a propagação de doenças no Interior do Território. Os relatos dos missionários retratam um

ambiente difícil de sobrevivência entre as epidemias de malária, doença do sono, gripes, varíola, etc. (SANTOS, Maria e TORRES, 1993).

Após 1860 diminuiu a procura de escravos nos mercados da América. Desmantelado a estrutura político-econômica, a supressão do tráfico de escravos, a proibição do serviço de carregadores, a semi-escravatura disfarçada dava uma nova feição, aumentando o comércio externo de produtos exóticos: café, goma, marfim, açúcar, óleo de palma, cera, mel, copal e sobretudo a borracha (*Landolifia látex*), que chegou a custar a peso de ouro no mercado internacional. Era praticamente o momento do fim do ciclo da "mercadoria/escravo", para o início do "ciclo da borracha", que iniciou mais ou menos em 1867, em Angola.

Enquanto prosseguiram as ações dos diversos atores, agia-se na definição das fronteiras coloniais. Os espaços dominados ou não por cada uma dessas potências seriam, assim delimitados por fronteiras fixas, negociadas por diplomatas e traçadas no terreno por comissões mistas de engenheiros geógrafos. Não se considerava as populações que habitassem aqueles territórios, apesar da existência de uma "geografia política africana" que, quando houvesse conveniência, poderia ser utilizada como forte argumento apresentado nos conflitos entre as potências concorrentes a uma mesma área de influência. Ora, os limites dos reinos ou estados africanos eram definidos por relações muito diversas e divergentes daquelas aceitas na Europa, interpretados através dos quadros mentais europeus, provocando graves desconexões entre grupos de mesma comunidades, cujos resultados ainda hoje se fazem sentir (SANTOS, Maria, 1994: 94). Segundo, Santos, Maria, (1994: 94): "(...) de certo modo pretendia-se transpor os limites políticos africanos para os espaços coloniais não por aceitação das populações africanas, mas para encontrar uma base 'legítima' que justificasse a fronteira pretendida". Procura-se dar às formações políticas africanas a consistência dos estados europeus e à entidade africana a autoridade dos governadores centrais sobre as zonas políticas da capital. Sabemos no entanto, que as formações políticas africanas central e sobretudo, os espaços dos grupos nômades não correspondiam a um espaço territorial bem delimitado no terreno. Eram o conjunto das populações tributárias que identificavam um Reino ou um Estado Africano.

O discurso oficial sofre uma grande virada: em 1907 o Príncipe Herdeiro D. Luís Filipe visita Angola donde perante o Mundo decide que Portugal irá valorizar Angola e todas as outras Possessões Africanas, como Províncias Lídimente Portuguesas (GALVÃO e SELVAGEM, 1952: 117). Começa a política de processos, métodos e concepção de tornar Angola uma grande Província Ultramarina Portuguesa, que fale português, com costumes, tradições e cultura portuguesa, com ocupação total do Território em extensão, por ação militar e administração civil.

A penetração das missões religiosas em Angola devia-se também à uma das cláusulas da Ata Final da Conferência de Berlim e da Convenção Luso-Britânica de 1891, que deveria Portugal prestar todo apoio as missões religiosas estrangeiras. Assim, as outras potências européias encontraram outra forma expansionista colonial de penetração em África através da legalidade extra-africana das missões religiosas. Aproveitando-se dessa legalidade, expandiram-se e penetraram em Angola, e em 1919 já haviam 35 missões estrangeiras (exceto as portuguesas); assim, as inglesas penetraram a partir da Rodésia, as americanas pela costa.

As Missões Metodistas Americanas pregavam o "Etiopanismo". Reclamavam a África para os africanos e educava-os numa "absoluta independência de espírito", em plena contradição da pregação doutras religiões que defendiam a presença colonial européia, segundo Cascão (1992: 345). Então, para contrapor, Portugal aumenta as suas missões católicas e obriga as outras Igrejas Protestantes o dever de ensinar em português.

Só no Governo de Norton Mattos, nos fins da década de 20 e início de 30, o código indígena de 1928 aboliu legalmente o trabalho forçado puro e simples, substituído pelo "contrato". foi posto em prática pelo Decreto de 1930 que estabelecia que as populações nativas seriam governadas por meio de estatuto especial, seriam "respeitados os seus usos e costumes sociais, individuais e domésticos". É utilizada a estrutura política africana, funcionando como mobilizador e recrutador de indivíduos para o contrato de trabalho. Até os comerciantes estabelecidos nas zonas de maior densidade populacional, ajudavam a mobilizar a agência da mercantilização do trabalho "indígena", tirando lucros inerentes do processo. Às populações autóctones era reservada unicamente a função de pura reserva de força-de-trabalho a serviço do *status* colonial.

O Ato Colonial de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1933 e a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, constituem normas imperialistas do *Estado Novo*, quer na forma de governo e administração das colônias, quer na divisão administrativa dos territórios, quer na toponímia das designações dos assentamentos humanos e a competência das autoridades governamentais locais. Em 1933, o *Estado Novo* possuía uma filosofia de administração demasiado centralizada nas prerrogativas políticas, militares, econômicas e administrativas emanadas da metrópole portuguesa (GRACIA, 1992: 414). No processo de propaganda do *Estado Novo* foi transposta a toponímia portuguesa para a designação das principais Cidades e Vilas de Angola: Sá da Bandeira; Henrique de Carvalho; Pereira de Eça; Teixeira de Sousa; Teixeira da Silva; Silva Porto; Serpa Pinto; Mariano Machado; Alves Rochada; João de Almeida; Vila Arriga; Salazar; Carmona.

No processo *político-cultural*, o *Estado Novo Português* utilizou a propaganda da “*assimilação*”, “*aculturação*”, “*miscigenação*”, “*mulatismo*” e “*luso-tropicalismo*”, em contradição com os outros imperialismos (Inglês a barreira da cor “*colour bar*”) e o “*apartheid*”. Essa propaganda implicava a eliminação da diversidade e pluralidade social africana alienando a história da civilização “de origem”, isto é, a inversão da ordem da civilização nativa africana para a *nova ordem de civilização europeia*, concretamente a *aculturação portuguesa*.

Em 1945 haviam em Angola 44 mil portugueses europeus, em 1950, 100 mil e em 1960, 300 mil, tendo duplicado o número no final da década de 60 (GRACIA; 1992: 416). No censo demográfico de 1950, em Angola, a elite africana “*assimilada ou civilizada*” de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação da “*aculturação*”, era constituída por apenas 30 mil indivíduos. Em 1917, ano da legislação sobre a assimilação de povos colonizados, 82,0 % dos portugueses não estavam em condições de satisfazerem esta lei, no que se refere ao domínio da escrita e oral da língua portuguesa, instrução mínima obrigatória de quatro classes, exercer uma profissão e cumprir o serviço militar obrigatório e usufruir um salário suficiente para manter a sua família.

A Lei Orgânica do Ultramar Português de 1953 reforçou e definiu melhor a regulamentação anterior, tendo em vista garantir um melhor e progressivo controle da organização econômico-territorial colonial. Através da conquista e debilitação do regime local, fundamentava nos princípios interligados:

- a. da unidade política com a integração territorial;
- b. da diferenciação administrativa;
- c. da solidariedade econômica imperial, entre as colônias e metrópole;
- d. da assimilação espiritual e cultural;
- e. da subjugação social, política e econômica.

Este tipo de colonização europeia causou o desmantelamento das organizações sócio-políticas locais e dos grandes chefes, substituindo-os pelos pequenos “chefes tribais”, dóceis à administração colonial europeia, criados pelos portugueses. Construíram redes de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, que favoreciam o acesso de todo o território ao exterior e que serviam as cidades e todos os assentamentos humanos bem inter-vinculados. Também introduziram na colônia técnicas e processos de administração nacional, regional e local, cobrindo com uma rede de serviços públicos, de saúde, de educação e de segurança.

5.11 As Tendências da Implantação da Organização Territorial de Modelo Europeu no Extremo Sul de Angola.

Ao mesmo tempo que se delimitavam zonas de influência colonial europeia, tendia-se a anular por diversos meios as *formações políticas africanas* e eliminavam-se os espaços econômicos pré-coloniais. Contudo, não devemos iludir-nos acerca da eficácia dos instrumentos coloniais e da capacidade das formações sócio-políticas africanas em resistirem até as últimas conseqüências. As mais *antigas aristocracias africanas*, assim como as mais recentes não foram passivas, senão participantes do comércio de longa distância que impuseram cenários espetaculares de grande realce.

Dada a localização privilegiada e geoestratégica, as potencialidades econômicas das colônias portuguesas em África foram objeto de cobiça de outras potências europeias com pretensões à posse de vastos territórios, não explorados pelos europeus o interior de África. Atraíam as potências europeias a cobiça do território de Angola, as suas riquezas já conhecidas, os excelentes portos, de Luanda, Lobito e Moçamêdes. A existência das infra-estruturas ferroviárias que permitiam escoar os mineiros do interior de África, para o Porto do Lobito.

A penetração militar e comercial portuguesa não resultava tão efetiva, logo a penetração inicia-se pelas construções de estradas, ferrovias, a criação de Serviços de Agricultura para garantir a fixação do homem europeu e africano à terra. Acentuou-se o afluxo de emigração espontânea portuguesa.

A Europa, dependente da região do cone Sul da África para poder manter o seu crescimento econômico, sem limitações da sua soberania, é palco dos acordos secretos pela divisão da África. O Plano de Berlim, resultado do acordo secreto entre a Alemanha e a Inglaterra, pretendia a divisão da parte do Ultramar Português. O Plano contemplava a associação do Sul de Angola ao Sudoeste Africano, então colônia alemã, justificava-se pela atração de fixação de colonos alemães que iam infiltrando-se, como agentes espiões civis e militares de várias nacionalidades para as Bacias dos rios Kunene e Kubango, e para a Região de Cassinga, revela Carvalho (1998B: 74). Cassinga é muito rica em minério de ferro à superfície, que poderia ser facilitada a sua exploração e transportada pela ferrovia a ligar ao Sudoeste Africano à ferrovia de Moçamêdes. A aplicação desse plano secreto produziu conflitos armados entre as tropas alemãs e portuguesas auxiliadas de ambos os lados pelos africanos sob os seus domínios. Tendo o conflito resultado desfavorável aos alemães, precipitados pelo aproximar do fim da Grande Guerra que abalou o Continente Europeu.

Podemos resumir os principais efeitos e as tendências da implementação da organização territorial durante o regime Colonial:

1. Houve uma intensificação do processo de apropriação territorial;
2. Surgimento de *novos sujeitos, agentes e atores* na organização e criação de novos territórios e a revitalização do papel dos agentes portugueses já presentes;
3. O *comércio de longa distância* passou por várias fases de desenvolvimento, chegou a decadência no final do século passado, sendo substituídos os *atores principais, os agentes intermediários africanos*, pelos *novos sujeitos, agentes e atores extra-africanos*;
4. As *expedições de exploração territorial* apresentavam-se como instrumento importante e indispensável de *conhecimento do território* para os colonizadores, ampliando assim cada vez mais o espaço dentro da política oficial da organização territorial colonial;
5. As *Missões Religiosas* transformavam-se numa das principais forças de implementação de novos assentamentos humanos, criando novas territorialidades cristãs, convertendo progressivamente os nativos, através de evangelização como forma de fixação da presença colonial portuguesa no Sul de Angola;
6. As *fronteiras* do domínio português até então *flexíveis* pretendem-se fixar, desencadeando processos de transformação, quer influenciados pelos conflitos entre os colonizadores europeus, quer determinados pelos confrontos armados com as organizações dos domínios africanos;
7. As *operações militares e as ações* da Política da Administração Colonial em Angola não eram efetivas, tiveram que utilizar a penetração com a construção de infraestruturas, como as estradas e as ferrovias e a utilização mais intensiva das vias fluviais;
8. A *crise político-administrativa* no final do século passado obrigou a revisão da Organização Administrativa Territorial Colonial de Angola através da criação de Distritos, Concelhos, Circunscrições e Postos Locais de Controle da administração colonial. Essa organização manteve-se até a Independência de Angola. Tendo sido mantida até a atualidade, somente foram feitas modificações nas designações da nomenclatura administrativa territorial, passando a designarem-se de Província, Município, Comuna, Bairro ou Setor, conforme sejam unidades urbanas ou rurais.

Foram, sobretudo, os exploradores científicos, que ofereceram aos políticos, aos diplomatas, aos capitalistas e aos estudiosos um trabalho funcional e independente. Ocasionalmente um impacto indireto, porém de grande importância no impulso do desenvolvimento e na organização do sistema territorial na África Austral, sobretudo em Angola.

5.12. O Momento da Transição Colonial para à Independência de Angola.

Durante o regime colonial, os conflitos de fronteiras quase passaram despercebidos, já que os mesmos eram administrados pelas potências colonizadoras, que assim dividiram o "bolo africano" entre si. A ordem estabelecida pelos europeus não impôs obstáculos às populações africanas, que continuaram a movimentar-se nas suas antigas unidades territoriais e não só, como também nas sobreposições territoriais criadas pelos colonizadores. As "regras de vivência" que existiam entre os diversos grupos permaneceram e eles ignoravam as obrigações que lhes eram impostas pelo conceito europeu de "cidadania" de um determinado Estado Colonial.

Em 1961, com o reinício da luta armada de libertação de Angola, levou o regime colonial português a uma reciclagem apressada, através da alteração da legislação vigente abolindo o regime obrigatório do trabalho compelido e do estatuto do indigenato. Conforme Ki-Zerbo (1980:757), o Estado Colonial foi na realidade criado para administrar as sucursais periféricas do capital, antes de ser substituído por um Estado Capitalista Independente, em meados do século XX. Alternativamente, ocorreu a transição do predomínio comunitário original para o do capitalismo colonial, e depois para uma via de discurso de "orientação socialista de desenvolvimento", já abandonado em 1992 e atualmente virado para o "capitalismo periférico" como fornecedor de algumas matérias-primas para o centro.

As conseqüências do colonialismo foram: a participação do continente na vida internacional, conduzindo abruptamente à extinção prática do desenvolvimento de idéias, conceitos e princípios socioculturais; o conceito africano de que a *vida humana era sagrada* foi ridicularizado; o novo sistema da ordem social mostrou uma face diferente, distante do ser e do espírito familiar; o respeito pela dignidade humana passou a significar o respeito pelo homem europeu, posto que os valores dominantes passaram a ser ocidentais; foi, por fim, o término da crença nos valores humanos. As potências colonizadoras não estavam preocupadas em conceder os mesmos direitos aos cidadãos colonizados iguais aos dos de seu território, mesmo levando em consideração todas as atrocidades cometidas, não se pode negar os aspectos positivos. Marcaram o fim dos conflitos que existiam entre os diferentes grupos socioculturais, a abolição da escravidão doméstica africana, e a limitação do expansionismo africanos.

A metade do século XX foi marcada pelo desenvolvimento acelerado das tecnologias e a procura "desesperada" de matérias-primas. Os territórios do Sul angolano beneficiaram-se de estudos sistemáticos, periódicos e multidisciplinares, que abriram caminhos para a sua integração político-econômica dentro do espaço nacional e intensificaram a sua vida sócioeconômica durante várias décadas até a Independência de Angola em 1975.

CAPÍTULO 6

A PÓS-INDEPENDÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, AS TERRITORIALIDADES E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS.

6.1. Considerações Gerais Sobre a Primeira República (a Consolidação da Independência e a Pré-nação Angolana).

A utilização do conceito de “unidade nacional” ou por exemplo a “Angolanidade”, tem sido um dos mecanismos dominantes na difusão da *identidade territorial ou cultural* em Angola: um cidadão, uma nação; um angolano, uma Angola; etc. Se bem que isso não é assimilável para todos, a não ser para os que possuem influências da cultura ocidental. Para a maioria, a mais ampla comunidade social possível seria a comunidade sociocultural, aquilo que os europeus designaram de “tribos”. O vocábulo *tribo* deverá a medida do possível ser banido para as *organizações sócio-políticas e socioculturais* da África Subsahariana. Para Ki-Zerbo (1980:41), “*tribo é essencialmente uma unidade cultural e às vezes política, alguns continuam a vê-la como um estoque biologicamente distinto e destacam os horrores das “guerras tribais” (...), esquecendo os intercâmbios no plano biológico, tecnológico, cultural, religioso, sócio-político, etc., e que dão aos empreendimentos africanos um indiscutível ar de família*”. É uma aberração grosseira assimilar o fenômeno lingüístico, que é cultural, ao tribalismo ou ao fato biológico da raça. A etnohistória funcionalista negligencia, frequentemente, as culturas materiais e imateriais, e aqueles movimentos gerais dos eventos que detectam a matriz das organizações socioculturais ou sócio-políticas.

Por sua vez, o conceito de “nação”, transmitido pelos colonizadores aos africanos, tem para estes um conteúdo vazio, que constituiu e constitui uma unidade socialmente fictícia. A pretendida unidade nacional - “*de um só povo, ou uma só nação*” - tinha mesmo que fracassar contra a diversidade representada pelas chamadas “tribos”. Logo, a formação de um Estado Nacional em África é dificultada pela existência das comunidades pluriculturais.

O que definiria então no contexto etnológico e demográfico um Estado Nacional, seria a raça, a etnia, a língua, a religião, a identidade cultural e/ou territorial. Isoladamente nenhuma dessas características chega a gerar uma nação. Não se nega que a língua desempenha um papel importante, já que a maioria se exprime e se entende na língua oficial e serve de veicular na amalgamação das línguas nativas. Não é em vão a tendência de utilizarem-se as designações de “África lusófona”, de “África francófona” e de “África anglófona” para as grandes áreas donde predominam as influências culturais dos antigos colonizadores.

Segundo Amaral, (1980/81: 29):

“a nação é o produto da História e da cultura. O Estado é o nome genérico para um corpo político, ou a nação, considerada na sua qualidade de corpo político, regido por leis. Enquanto a primeira se refere a uma unidade de cultura – sentimento de apego a um território, língua e literatura comuns, identidade da história e heróis comuns, religião comum, etc., e sobretudo uma aspiração comum à autodeterminação política -, o segundo, por sua vez, refere-se a uma unidade de autoridade legal e política”.

A maioria dos limites políticos territoriais da África são artificiais, refletem o desconhecimento das realidades africanas e as instruções que tiveram os colonizadores de assegurar a apropriação territorial, sobre os quais se achavam com os devidos Direitos Internacionais legitimados pela Igreja Católica ou atribuídos pelo direito histórico de conquista, e ainda decididos pelas Conferências europeia.

A descolonização europeia de África criou novos Estados. A designação destes novos Estados na maioria dos países africanos é o resultado do colonialismo, que definiu limites territoriais arbitrariamente e aglutinou de modo artificial grupos socioculturais e sócio-políticos diferentes formando territorialidades de "nações" incipientes, quando elas já existiam como sócio-territórios definidos ou territorialidades socioculturais. A designação de Angola, por exemplo, neste contexto é um caso comum. Assim, quando os europeus chegaram na África Centro Austral já existiam os Reinos do Kongo, do N'dongo, de Benguela (etc.), distinguidos como entidades sócio-políticas e em territorialidades sócio-naturais, conforme a evolução dos grupos ou das comunidades humanas. Diz Amaral (1980/81), que "*a construção da unidade nacional*" é, sem dúvida, um dos grandes problemas que se põe a todos os países ex- colônias, e sobretudo num momento de crise global de conflitos que vivemos num período de desequilíbrio geopolítico. Durante muito tempo têm continuado os conflitos no interior de vários países. Por considerarem as populações culturalmente homogêneas, os seus sentimentos devem pertencer a uma só nação fictícia. Para alguns autores a identidade nacional é definida pela homogeneidade cultural e para os Estados impera a nacionalidade definida com bases nas fronteiras territoriais que englobam diferentes socioculturas.

O quadro sociocultural das nações em África, ainda não foi resolvido²⁰. Angola, logo após a Independência intencionava ser um Estado unitário. Para tal dedicou um Encontro Nacional sobre o assunto, o Simpósio sobre a Cultura Nacional, realizado em Luanda, aos 6 de Outubro de 1984, ocasião em que foram abordadas as mais diversas posições. Angola, almejou construir um Estado em consonância com a Pré-Nação, uma Nação talvez pluri-cultural, e que parecia fazer esforços neste sentido.

²⁰ A construção sociocultural nacional passa necessariamente pela solução desse problema que, aliás, não é exclusivo ao continente africano.

Mas, a noção de tempo é fundamental para se entender a África e, particularmente, Angola: um tempo sociocultural centrado no tempo familiar, no tempo histórico, no tempo mítico e um tempo moderno, interpenetrando-se e permitindo a configuração profunda dos fatos socioculturais num quadro de referências bem mais amplo.

O recurso às especificidades socioculturais é uma alternativa, quanto a consolidação das Nações africanas, mas a abolição de preceitos europeus nesta questão é imprescindível. A idéia de que a cultura, o território e a origem comum são componentes indispensáveis para a existência da nação, é importante se houver o respeito pela diversidade de interesses e de objetivos comuns.

6.2. As Territorialidades Coloniais Hereditárias e as Alternativas da sua Substituição.

Em África até hoje respeitam-se e mantêm-se, com raras exceções, as fronteiras tal e qual como as fixaram e as configuraram as antigas metrópoles colonizadoras. Todos os Estados assumiram a preservação da integridade das fronteiras herdadas do regime colonial, através da Carta da Organização de Unidade Africana, que impõe esta condição no sentido de se evitar conflitos entre os países, tanto de fronteiras como de territórios. A maioria destes Estados Independentes emergiram depois da 2ª Guerra Mundial, desencadeando uma série de mudanças externas e internas motivadas pela rejeição do colonialismo e pelas especificidades socioculturais dos territórios. Depois da Independência de Angola (1975) as mudanças internas estruturais incluíram transformações de alguns limites administrativos (insignificativos no nosso caso) e dos seus topônimos, dada a preferência aos de origem local. Foram substituídos os topônimos do distrito, do concelho e da cidade de Moçamêdes, passando estas a designarem-se de Província, município e cidade do Namíbe respetivamente. Esta designação está relacionada com o Deserto, que assim se chama numa das línguas dessa região.

Frente ao abandono quase generalizado das iniciativas e projetos coloniais, caracterizados pelas cidades, fazendas e concessões empresariais de grande amplitude, a situação em que ficaram as infra-estruturas, equipamentos e trabalhadores logo após a Independência de Angola, o Estado recém fundado viu-se na necessidade de enquadrar e reativar a produção, nacionalizando ou confiscando as antigas propriedades coloniais abandonadas pelos seus donos, fugidos com medo da reconversão da "nova ordem africana". O Estado Independente assume esta responsabilidade sem dispor de experiência nem tampouco de capacidade organizativa, como também sem possuir os meios necessários para o fazer.

As dificuldades de organização e administração, como os recenseamentos da população, a alfabetização (geralmente não é feita pela língua materna, senão na língua portuguesa), a assistência sanitária e médica, o planejamento e ordenamento territorial, a implementação dos projetos de desenvolvimento regional e até mesmo o recrutamento para o serviço militar e outros, persistem até hoje.

Para os africanos, o conhecimento do passado das suas próprias organizações deveria representar uma tomada de consciência indispensável ao estabelecimento de sua identidade em um mundo diverso e em constante mutação. A vida é essencialmente a integração e a coerência, a adesão de forças distintas a um projeto comum. A vida de atores africanos individuais ou coletivos não é unilinear, não é unidimensional, nem tão pouco unilateral: é um complexo denso e compacto suscetível a transformações progressivas ou retrogressivas. Todo o movimento da organização humana depende do conjunto de todos os aspectos da realidade social, para a destruição ou construção de um todo comum, de benefícios e/ou prejuízos. A contínua guerra civil entre os angolanos, que perdura os vinte e cinco anos, não tem dado benefícios para os próprios que apostaram na guerra da total destruição da pretendida Nação Angolana.

6.3. A Intervenção dos Atores Locais e Extra-Locais na Apropriação Territorial.

Em 1974, o Governo Sul-Africano tentou a realização forçada da constituição do Estado Ovambo independente, com os Ovambos da Namíbia e os de Angola, no Território da Província do Kuando-Kubango. Entretanto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas insistiu que a República da África do Sul se retirasse e garantisse a independência da Namíbia, que servia de *ponta de lança* de ações militares sul-africanas, em Maio de 1974. Só em 1990 a Namíbia ascendeu à Independência, depois de muitos conflitos e guerras que dizimaram vidas e destruíram todas as infra-estruturas econômica e social do Sul de Angola.

Logo após a Independência, Angola começa a sofrer bloqueios ao seu almejado Projeto de desenvolvimento e criação da Nação. As invasões e a Guerra Civil. Degradaram o habitat humano e as Cidades do Sul foram praticamente destruídas. Até hoje não há uma resposta científica satisfatória que justifique o colapso e o caos reinantes.

Neste período, designado como a Segunda Guerra de Libertação Nacional, Angola contribuiu bastante para a Independência da Namíbia. Com a Independência de Angola, o Governo Angolano pôs à disposição da guerrilha da SWAPO (*South West African People's Organization*) bases territoriais para as ações contra as forças militares sul-africanas. Entre Maio

de 1978 e Agosto de 1981 o Território de Angola foi alvo de constantes incursões militares sul-africanas. Em 1978, o ataque atingiu Cassinga (área de exploração de ferro), que fica a cerca de 200 km em linha reta da fronteira, entre a Namíbia e Angola, em cuja área se alojavam alguns civis e militares refugiados da Namíbia. Neste ataque, condenado pela ONU e pela comunidade internacional, morreram alguns milhares de refugiados. Ao mesmo tempo se afirma a decisão tomada pela Assembléia Geral das Nações Unidas para a Questão da Independência da Namíbia.

Em Setembro de 1978 o Conselho de Segurança da ONU aprova a célebre Resolução N° 435, promovida pelos EUA, a Grã-Bretanha, a França, RFA e o Canadá – designados de “Grupo de Contato”. A Resolução continha um Plano do Secretariado-Geral para a descolonização da Namíbia, com vista ao encontro da via política que conduzisse à sua independência. Outras recomendações anteriores reportavam a independência para o ano de 1981.

Em 1981, a situação político-militar no Sul de Angola e no Norte da República da Namíbia se agrava e os Sul-africanos invadem Angola militarmente na Província de Kunene e ocuparam uma faixa meridional do território, criando uma zona de concentração em Cafito, a 23 km de Changongo que controlam o território e a fronteira sul de Angola. Concebiam uma nova territorialidade mesmo que efêmera, pretendida há muito tempo como relatam os fatos históricos. Posteriormente os sul-africanos criaram bases militares em Kuamato, Mongua, Mafil e Changalala. Com "Mirages", "Impalas" e "Bucaneers" sobrevoavam constantemente a faixa sul de Angola, essencialmente a Província da Huíla, até a sua capital - cidade do Lubango, tendo sido algumas vezes bombardeada. A fronteira que divide Angola da Namíbia e o Namibe da Província do Kunene delimitada por rio Kunene: separou as forças militares sul-africanas em posição ofensiva e as tropas angolanas em posição defensiva. A fronteira sul de Angola sofreu tentativa de modificação à favor deste antigo agente de desestabilização externa prejudicando o processo de consolidação das organizações sócio-políticas e/ou socioculturais da Região.

6.4. A "Destruição" ou a Construção da Nação Angolana

Em torno dos desígnios da construção da Nação, dentro dessa reinante conjuntura de insegurança total, há uma certa insatisfação perante a situação de crise ocasionada pelos condicionalismos da guerra civil, reduzindo as possibilidades de construir alternativas próprias. O modelo de orientação socialista, experimentado na Primeira República (1975-1992) deixou muito a desejar, sem ter podido resolver as grandes questões da *pré-nação*. Assim foi mais uma vez adiada a solução dos problemas que empenham na construção da Nação Angolana.

Na atualidade, paradoxalmente, o discurso político esquece a questão da reconstrução nacional, que foi a protagonista da transição do passado, e advoga a liberalização, a redução do papel do Estado como interventor e o aumento relativo da liberdade democrática. Pretendiam num momento histórico criar o Estado e consolidar a Nação defendida pela Constituição. Contudo, as crises de Regime e as dificuldades da transição consubstanciadas nas contradições entre a vontade e a realidade, entre o querer e viver o "real" levaram à uma nova remanescente consciência da identidade sociocultural.

Todos os países que foram colonizados em África possuem uma pesada herança intelectual do regime colonial que deve ser transcendida. No século XX, os europeus conquistaram e subjugaram, enquanto o subdesenvolvimento e a dominação da comunidade extra-africana sobre as populações africanas reproduziram as condições do colonialismo nas próprias áreas ou de Convenções do Direito Internacional apontavam um grupo de Estados Independentes. Até hoje muitos grupos dos *Bosquímanos (San)*, *Hotentotes (Khoi-khoi)*, e os *Vátuas (Mucussis ou Mucundo)* preferem seguir as suas velhas territorialidades caracterizadas pelo seu modo de vida, de nômades sem se prenderem a nada, nem tampouco de construir espaços como prisões, senão aliar o seu modo de vida à satisfação de suas necessidades primárias e serem homens livres da dita "civilização e desenvolvimento do tipo europeu".

6.4.1. Considerações Gerais Sobre as Características da Paisagem (Subsistema Natural).

Na Província do Namíbe situada no extremo sudoeste de Angola, localiza-se o Deserto do Namíbe, que brinda-nos com peculiares exemplos da sobreposição e modificação de paisagens, com uma dinâmica extremamente ativa, que mostram bem a mutabilidade dos fenômenos naturais das regiões áridas. São muito diversificadas as formas de relevo, as características geológicas, as condições climáticas, edáficas, biológicas, ecológicas e hidrológicas (conforme os Mapas Temáticos que se seguem). A complexidade das inter-relações, e a multiplicidade de interferências entre os componentes do meio ambiente conformam o panorama nítido das formas do relevo e a desnudez das paisagens. As suas características geográficas mais significativas são os fenômenos de mobilidade e de acumulação de materiais (Figura 21).

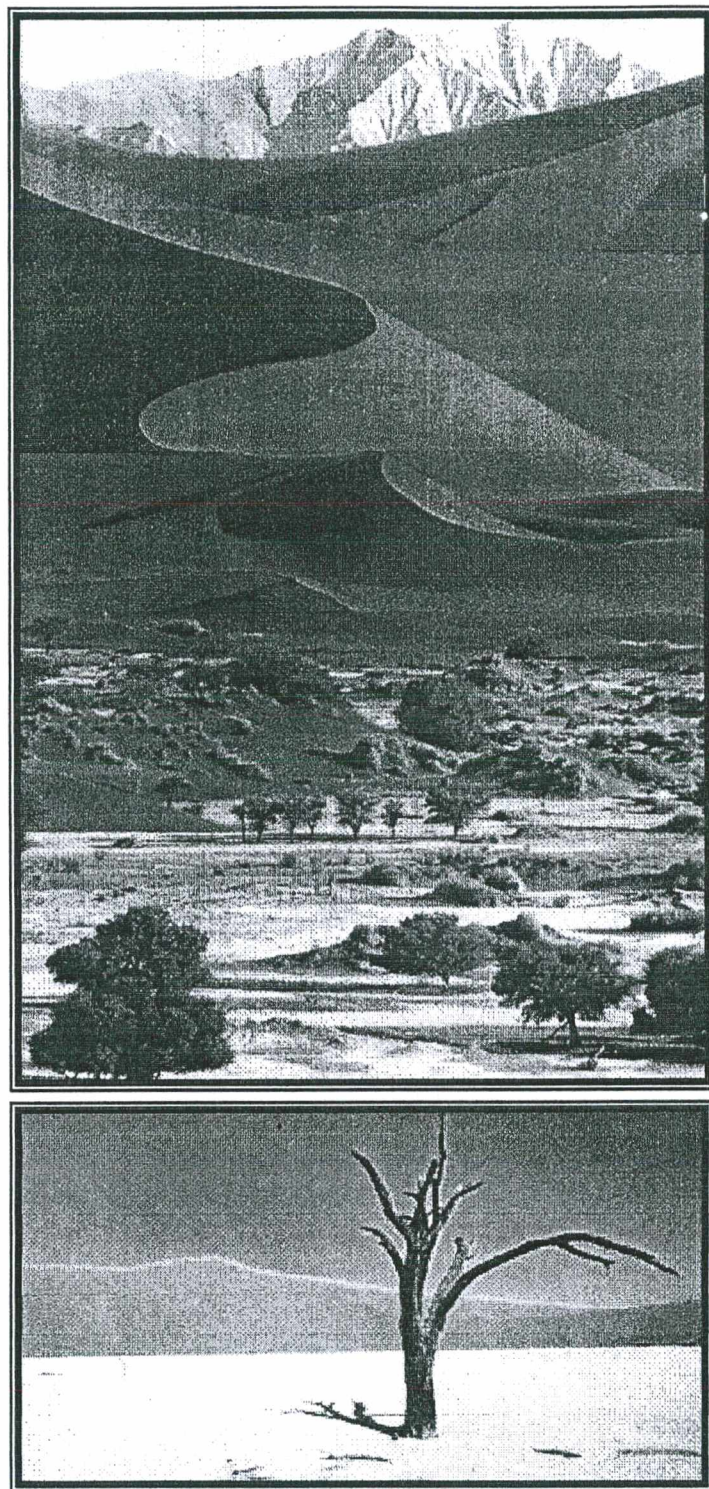


Figura 21. Deserto do Namibe: as dunas mais altas do mundo.

Fonte: RGU, Dez.1991, Pp.68-69.

O Deserto do Namíbe ocupa um extenso território do Sudoeste de Angola com continuidade no território da República Namíbia. Para além de uma grande e contínua zona de areia, dunas, com áreas subdesérticas cobertas de pedra, com rara ou nenhuma vegetação. É atravessado por vales ou “*dambas*” de encostas muito inclinadas ou mesmo perpendiculares, originados em múltiplas “*mulolas*” ou depressões arenosas, largas e pouco profundas; entre os seus principais rios existentes, de norte para sul: Karunjamba, Inamangando, Bentiaba, Quicati, Giraul, Béro, Kuroca e Chiambala – nos quais só no tempo das chuvas corre água permanente, ficando enxutos, durante muitos anos. Semelhante sistema hidrográfico pressupõe a existência de paleoclimas, cuja pluviosidade supera enormemente a atual (ALMEIDA, 1994: 165).

O Relevo

As grandes unidades do relevo regional, sobre as formações sedimentares e sobre as rochas vizinhas do Maciço Antigo modelaram extensas aplanações litorais (Mapas 1 e 2), tendo por abaixo dela escavações de vales de uma complicada rede hidrográfica, na qual, atualmente raramente corre água. Junto do litoral, na faixa de domínio das rochas sedimentares (Mapa 2), os vales afluem para o Oceano Atlântico, que estão diretamente influenciados por essa proximidade e pela menor resistência dos materiais em que estes foram abertos.

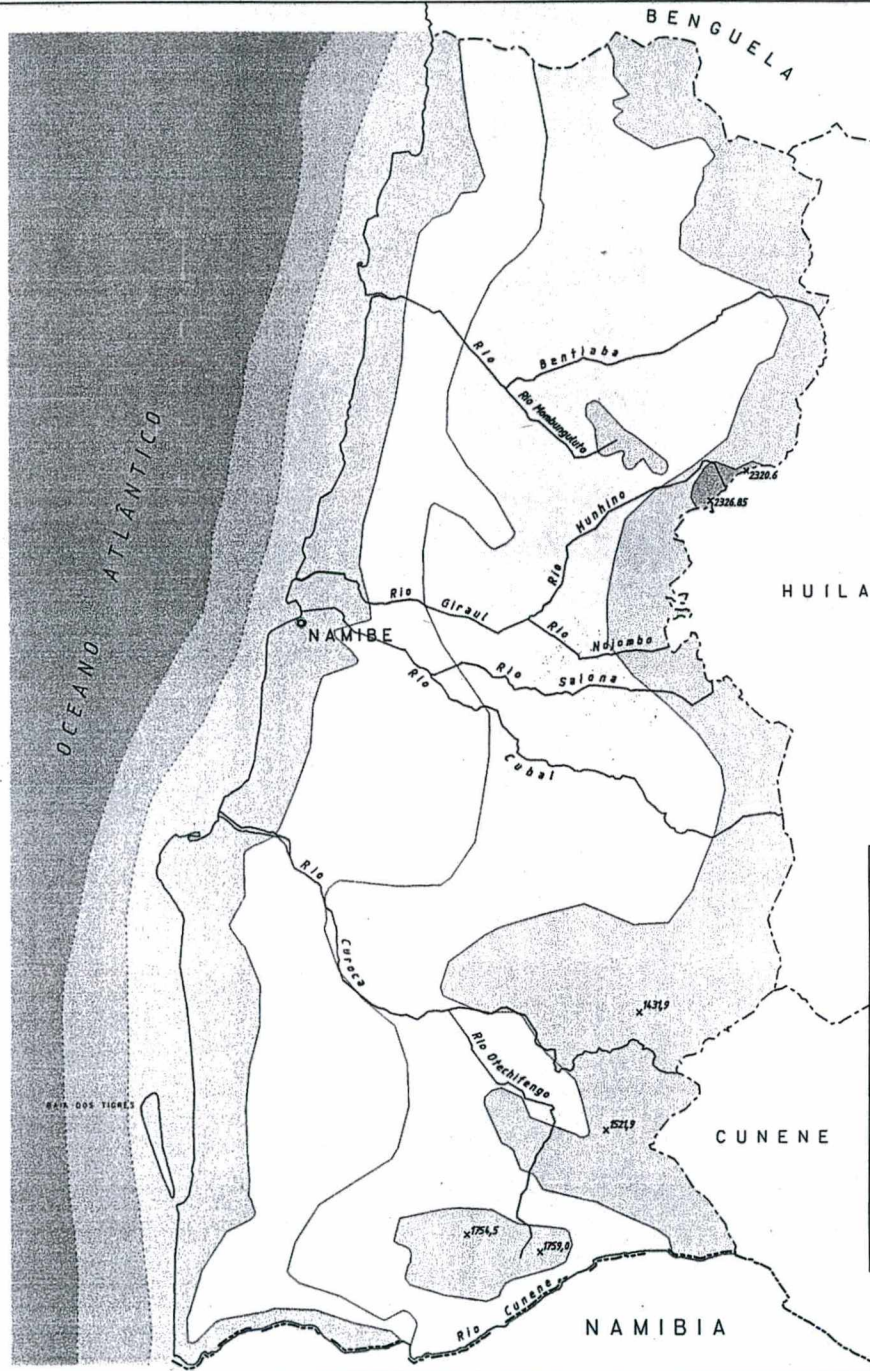
No Mapa 1 figuram as curvas hipsométricas dos 200 m, 500, 1 000 e 2 000 m. Sendo as faixas altimétricas mais abrangentes as de 200-500 m e de 500-1 000 m. A *depressão litoral* é pouco expressiva, raramente ultrapassa 200 m de altitude, oscilando a sua profundidade sensivelmente pelos 43 km. A *faixa sub-planáltica* (200-500 m) com formas residuais de relevo e escarpas freqüentes é pouco mais expressiva. As estruturas melhor representadas correspondem à *Cadeia Marginal de Montanhas* e associadas a esta, as *áreas de transição* para o *Planalto Antigo*, atingindo freqüentemente as cotas superiores a 2 000 m. As cotas superiores observadas no Território da Província correspondem à 2 320,6 m e 2 326,85 m (NM) e se encontram nos limites nordeste da mesma. A área do Baixo Kunene representa uma superfície aplanada ou de ondulado suave, que na continuidade do Planalto Antigo descaí desde 1 400 m até aos 1000/1100 m na fronteira sul, convergindo as linhas de água principais para a Bacia Interior da Etocha Pan, excetuando o Kunene, que a mercê da sua captura no Ruacaná, se desvia para o Atlântico.

No deserto os declives são de maior freqüência entre os 10° e os 35°. Existem inclinações praticamente verticais, formando montes-ilhas, que atingem valores médios de cerca de 25°-26°. Nas vertentes com inclinações superiores à 35° os materiais sólidos dificilmente se mantêm

13°27'S

14° W

OROGRAFIA PROVINCIA DO NAMIBE - ANGOLA



CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

ALTITUDES E PROFUNDIDADES EM METROS

[Dark Grey]	3000
[Medium-Dark Grey]	2000
[Medium Grey]	1000
[Light Grey]	500
[White]	200
[White]	0
[Light Grey]	200
[Medium-Dark Grey]	2000
[Dark Grey]	>2000

- Capital da Província
- x 1754,5 Cota Alimétrica
- Curso d'Água
- - - Limite Internacional
- - - Limite Interprovincial



17°27'S 11°12'W Fonte: Cartas de Angola, Escala 1:500000, Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (Publicações: CN-73/70-J-1086; CN-70/70-J-1073; CN-73/70-J-1086; CE-70/70-J-1086; CE-73/70-J-1086)

Produzido no Lab. de Geoprocessamento do Depto de Geociências-CFH/UFSC, 07/99. Nomenclatura e Edição: Reanuncia Elina Carla Uchôa

Reanuncia Uchôa, Marilene das Graças Faria

inertes; logo, em declives iguais ou superiores a 40° quase todos os detritos se deslocam rapidamente para as bases.

A Geologia

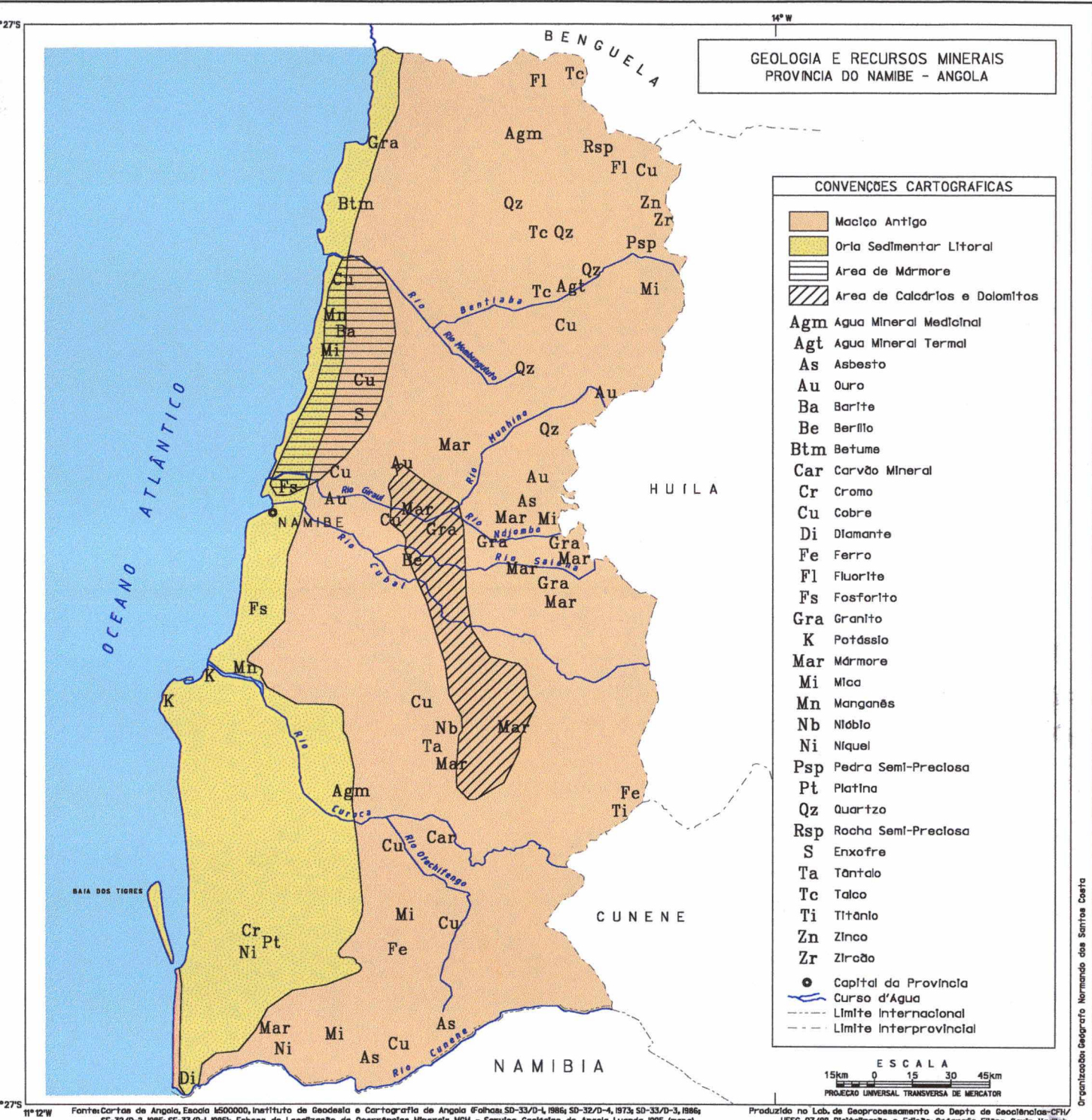
Geologicamente duas estruturas principais distintas compõem o território e originam as suas características geomorfológicas e orográficas (Mapa 2): *Orla Sedimentar Litoral* e o *Maciço Antigo*. Ambas estruturas têm extensão meridional e ocupam entre 20% e 80% do território respectivamente. A *Orla Sedimentar* forma uma depressão *sub-litoral* preenchida com rochas sedimentares, que em virtude de aspectos estruturais tem a menor largura no litoral norte (até 3 km) e atinge maior expressão no *litoral sul*, chegando até 60 km na Região do Deserto. O *Maciço Antigo* manifesta-se por uma escadaria composta por três degraus consecutivos em direção do *litoral* para o *interior*, formados por movimentos tectônicos ascendentes. É a estrutura que detêm um grande número de minérios polimetálicos e de rochas ornamentais.

Na *Orla Sedimentar* do deserto afloram arenitos, calcários, margas, rochas salinas e argilas com vários graus de coesão. As areias e os conglomerados aparecem em todos os lugares. Existem também derrames basálticos e ejeção de tufos e brechas provenientes de episódios vulcânicos. Certas cascalheiras de praias e de rios são do *Plio-Plistocénio*, algumas delas transformadas em conglomerados visíveis nos barrancos dos vales do rio Kunene e de seus tributários.

As formações cristalinas e metassedimentares, quer do *Paleozóico* e do *Mesozóico* (granitos, granodioritos, xistos, etc.), quer do *Pré-Câmbrico II* (o "complexo de base" com granitos, granulitos, migmatitos, xistos, quartzitos e calcários cristalinos), formam os suportes das rochas e afloram por quase toda a parte. Todos esses conjuntos estão fortemente tectonizados, com falhas de orientação Nordeste - Sudoeste e Noroeste - Sudeste, atravessados por redes densas de filões e filonetes de rochas básicas e de rochas ácidas. Os de basalto e os de quartzo no conjunto ocupam áreas consideráveis, alguns deles com espessura que chegam a duas dezenas de metros.

A Geomorfologia

De acordo com Amaral (1985: 13), as paisagens do Deserto poderão ser esquematizadas pela apresentação de alguns tipos de formas, como as vertentes e os plainos, as montanhas e os montes-ilhas (*Inselberge*), os planaltos e os vales, as dunas e os maciços dunares, etc. Os estudos



GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS
PROVÍNCIA DO NAMIBE - ANGOLA

CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

- Maciço Antigo
- Orla Sedimentar Litoral
- Área de Mármore
- Área de Calcários e Dolomitos
- Agm** Agua Mineral Medicinal
- Agt** Agua Mineral Termal
- As** Asbesto
- Au** Ouro
- Ba** Barite
- Be** Berílio
- Btm** Betume
- Car** Carvão Mineral
- Cr** Cromo
- Cu** Cobre
- Di** Diamante
- Fe** Ferro
- Fl** Fluorite
- Fs** Fosforito
- Gra** Granito
- K** Potássio
- Mar** Mármore
- Mi** Mica
- Mn** Manganês
- Nb** Nióbio
- Ni** Niquel
- Psp** Pedra Semi-Preciosa
- Pt** Platina
- Qz** Quartzo
- Rsp** Rocha Semi-Preciosa
- S** Enxofre
- Ta** Tântalo
- Tc** Talco
- Ti** Titânio
- Zn** Zinco
- Zr** Zircão
- Capital da Província
- Curso d'Água
- Limite Internacional
- Limite Interprovincial

ESCALA
15km 0 15 30 45km
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Fontes: Cartas de Angola, Escala 1:500000, Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (Folhas SD-33/D-1, 1986; SD-32/D-4, 1973; SD-33/D-3, 1986; SE-32/D-2, 1985; SE-33/D-1, 1985); Esboço de Localização de Ocorrências Minerais, MGM - Serviço Geológico de Angola, Luanda, 1995 (mapa).

Produzido no Lab. de Geoprocessamento do Depto de Geociências-CFH/UFSC, 01/99. Digitalização e Edição Geográfica Elaine Carli Hadler.

Organização Geográfica Normando dos Santos Costa

da paisagem do Deserto do Namibe adquirem maior importância quando interpretadas as características particulares da aridez que possuem as rochas, podendo em conjunto, serem definidas as características do seu comportamento, quando são atacadas pelos agentes da meteorização e da erosão.

Os aspectos comuns que se encontram no deserto são os sinais do aprofundamento e alargamento dos vales, o dinamismo da sua evolução das grandes modificações das vertentes, considerando as condições de aridez em litoral banhado por corrente de águas frias. Os fenômenos de desagregação mecânica e da alteração química das rochas verificam-se em quase todos os lugares, quer em blocos, em escamas, ou em glomérulos e graus, em produtos já decompostos sobre as vertentes e os plainos de sopé.

Em outros lugares parece ter havido intervenção significativa de processos hídricos de fraca intensidade, marcados por sinais de escorrência ligados a canais antigos de drenagem sobre superfícies inclinadas na base de vertentes ou à existência de capas argilosas nos fundos de pequenas bacias. A antigüidade relativa de alguns desses processos é comprovada pela acumulação de gesso ou de compostos salinos em concreções superficiais e em formas difusas no subsolo. Nas paisagens áridas são visíveis os processos da meteorização de rochas. Formam redes complicadas que são aproveitadas pela meteorização e pelos agentes de erosão, que dividem as rochas entrecruzando-se nas mais variadas direções. Os efeitos da meteorização são verificáveis por algumas características: superficialidade e exiguidade dos solos; preponderância de crostas e patinas (*verniz-do-deserto*); seletividade do ataque, pela exploração mais ativa de faixas e de pontos com menores resistências. Parece estar-se atualmente numa fase de erosão ativa, por quanto são visíveis as roturas das crostas e do verniz que cobrem as superfícies rochosas caracterizando-lhes tonalidades castanho-avermelhadas. Os fenômenos naturais do Deserto que mais chamam a atenção são as configurações das dunas, ou das marcas de ondulações das areias e dos maciços dunares, estes mostram a existência de condições climáticas áridas e ações morfogenéticas que foram ora similares, ora diferenciadas das atuais. As formas que existem atualmente são formas antigas, marcadas pela seqüência de efeitos modeladores até aos processos mais recentes. Ressaltam-se as interferências da diversificação dos processos naturais e as suas próprias formas com as condições climáticas mutáveis durante o ano.

A ação do vento, como agente de erosão, esculpe formas de pormenor em superfícies rochosas e modifica o relevo. Em contrapartida, as suas ações de transporte e de acumulação permitem criar formas peculiares, tais como, as dunas e os maciços dunares (Figura 22). O vento joga um papel importante, a ação eólica tem a predominância na modelação das formas do relevo; as ações dos processos hídricos influenciam menos, quer no plano local, quer mesmo no regional.

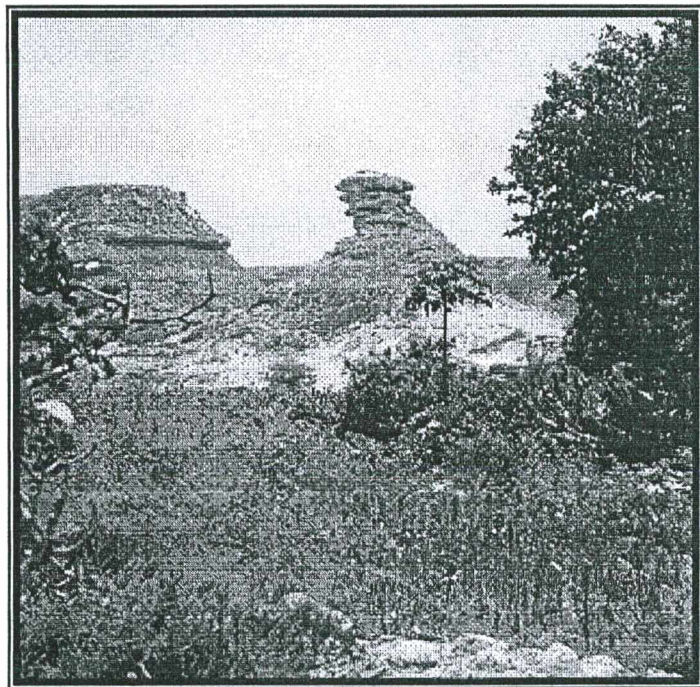
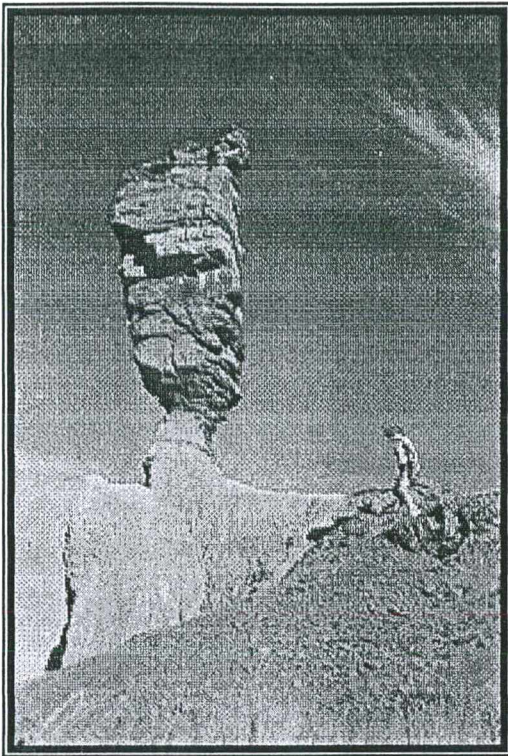


Figura 22. As esculturas naturais no Deserto do Namibe (esquerda) e as misteriosas Pedras (do Major, Providência e do Rei) no vale do Giraul.

Fonte: RGU, jun. 1982, p. 44; Revista Austral Nº24, 1998, p.41.

Mas nem sempre será aqui que os ventos como agentes constróem os grandes edificios dunares, em particular quando os materiais mobilináveis não se encontram em quantidade suficiente. Em alguns locais as superficies de relevo estão cobertas por areia, as dunas são de pequenas dimensões, associadas à presença de reduzidos acidentes topográficos ou de tufo de vegetação. A ação das águas é quase inexistente e mesmo as crostas salinas, herdadas de épocas anteriores e encobertas por aluviões, não dão lugar a recristalizações atuais.

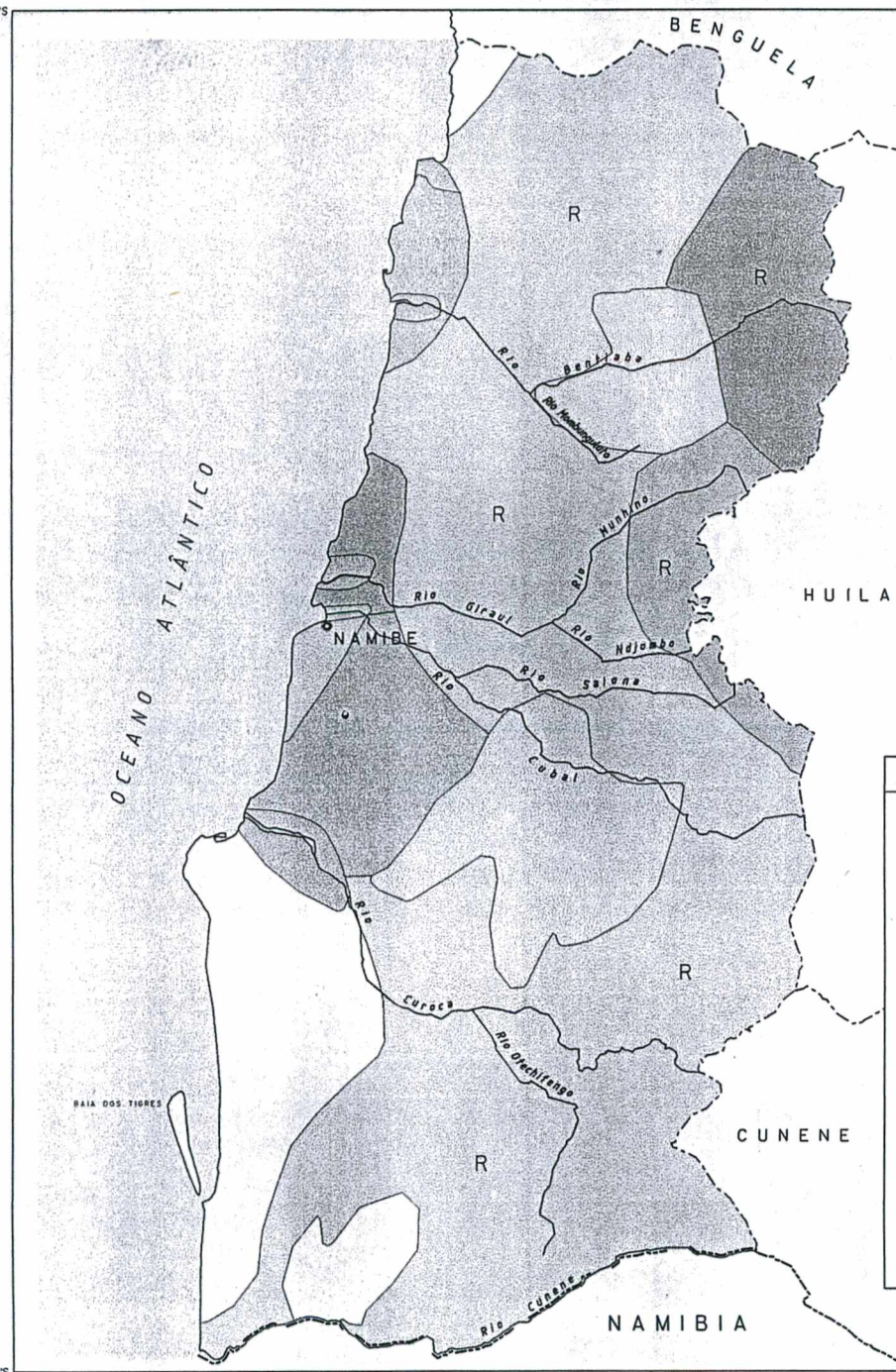
Todos os rios mais importantes deram origem à baixas aluvionais, algumas de extensão considerável na *Orla Sedimentar do Atlântico* (ver Mapa 3). Sendo os dos rios Giraul, Bero, Kuroca, Karunjamba, Bentiaba e de outros mais estreitos. Nessas baixas fluviais estão presentes contribuições coluvionais, transportadas das encostas adjacentes, em geral de origem calcária ou calcário-margosa e acumulações de gesso.

Um importante papel morfológico é desempenhado pelas crostas de caliche superficiais, em cornilas do rebordo de planaltos ou de vertentes de vales; quando não possuem materiais que as fossilizaram, demarcam bem as áreas de planaltos. Estão muitas das vezes relacionadas com formações terciárias, eocênicas e miocênicas. O Deserto caracteriza-se por uma continuidade da seca, pela dessecação dos sedimentos e a destruição das crostas, ou o afastamentos dos fragmentos rochosos, pondo a descoberto os materiais finos e soltos, então ali, os processos eólicos ganham maior importância sobre os outros processos. Dado que a densidade de pedras é grande e estão de tal modo concentradas que formam uma superfície aparentemente lisa, se comparadas com as outras, por maiores afastamentos de pedras, o pavimento aparece muito mais rugoso. A declividade favorece a redistribuição dos detritos, com tendências para o desenvolvimento de áreas de maior compactação e patamares a montante de qualquer obstáculo, logo quanto mais forte a declividade maior é o transporte dos materiais.

Para além de falta da água corrente as chuvas esporádicas que caem sobre os solos dessecados e superficies rochosas podem produzir inundações efêmeras nos barrancos e nos fundos de vales largos. O volume de águas escoadas em tempo recorde atinge alta velocidade sobre os declives acentuados e descontínuos, permitindo o transporte de grandes massas de detritos. Aumentando o poder erosivo das águas pluviais e alimentam os setores de deposição, no seu trajeto os detritos ficam sujeitos as ações esmiuçantes e de decomposição. Assim se criam elementos capazes de serem acumulados e transportados pelos ventos, pelo que as condições de aridez regional desempenham um papel muito importante como agentes morfogenéticos.

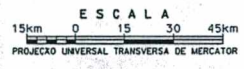
A evaporação é intensa, cuja influência pode chegar à níveis profundos ao ponto de fazer rebaixar a faixa de capilaridade, sendo responsável pela aberturas de fendas. Formadas as fendas

SOLOS
PROVINCIA DO NAMIBE - ANGOLA



CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

	Áridos Pardos + Ferralíticos Tropicais
	Áridos Pardos + Áridos Holomórficos + Litossolos
	Áridos com Crosta Calcária + Áridos Holomórficos + Litossolos
	Ferralíticos Tropicais
	Alúvio-Coluvionais
	Áridos Pardos + Litossolos
	Calcários Pardos + Áridos Pardos
	Ferralíticos Tropicais + Paraferralíticos
	Dunas e Desertos
	Áridos Pardos
	Áridos com Crosta Calcária
R	Rochoso e Afloramento Rochoso
	Capital da Província
	Curso d'Água
	Limite Internacional
	Limite Interprovincial



modificam-se rapidamente por queda dos materiais as suas paredes pela ação de escorrência veloz de águas pluviais e pelos processos eólicos. As fendas que conservam umidade também concentram a vegetação. O mesmo acontece com relação as fendas antigas que têm sido tapadas por materiais entulhados e onde a vegetação alinhada permite a sua localização.

Os depósitos de areias são constituídos por aluviões atuais em manto de pouca espessura; predominando os materiais siliosos e areias quartzosas, sendo inexistente ou muito pequena fração argilosa. As areias e cascalheiras de praias e dos rios ocupam áreas muito reduzidas. Nas praias do Sul junto a Foz do Rio Kunene as cascalheiras são abundantes e com elementos de tal modo bem rolados em que alguns chegam a parecer como autênticas esferas. Dos depósitos modernos salientam-se as areias que cobrem áreas extensas do Deserto, quer dispostas em mantos informes, quer em dunas e maciços dunares complexos, entre o Tombwa, a Espinheira e a Foz do Rio Kunene. As areias e as dunas deslocam-se de sul - sudoeste para nordeste.

Sob as condições atuais de meteorização as vertentes graníticas são fontes de fornecimento abundantes de areias e de cascalho fino. Desde os grandes maciços aos montes-ilhas mais simples, até aos modestos blocos, é notável a produção de detritos. Os produtos resultantes da meteorização têm granulação muito variada, se bem que a maior percentagem é de elementos mais pequenos que os das areias médias. Os detritos com grandes flutuações de granulação vão desde os elementos mais finos de argilas, de areia, aos grandes blocos em que os depósitos geralmente apresentam estratificação irregular. A sua composição depende muito de vários fatores entre os quais as famílias litológicas existentes nas áreas de saque dos detritos, o grau de meteorização das rochas e de seus produtos, as alterações epigenéticas após a deposição.

No Deserto encontram-se abundância de detritos sobre as vertentes e sobre os plainos, nos interflúvios e nos leitos dos vales. São áreas extensas com pavimentos pedregosos, compostos por fragmentos de todos os tamanhos, angulosos ou arredondados, assentos sobre o manto de detritos mais finos ou semi-finos. Encontrando-se por vezes fragmentos ligados por cimento. A presença dos mantos pedregosos resultam quer do transporte e concentrações dos elementos na superfície do terreno, quer da desintegração *in loco* de afloramentos rochosos. Amaral (1985: 24) realça que, "ainda são escassos e fragmentários os conhecimentos sobre as condições que favorecem essa desintegração, na qual intervêm, além das características das rochas, outros fatores, como, por exemplo: por um lado, as amplitudes térmicas e as variações de umidade, a existência e as modificações volumétricas de sais introduzidos em fendas e juntas, e, por outro lado, de efeitos mais localizados, o fogo, o repercutir dos cascos de animais e as ações antrópicas".

Os Solos

Conforme Amaral (1985: 12) "as características particulares pedogenéticas dos desertos de uma maneira geral têm fraco desenvolvimento ou mesmo não existem". Assim sendo, são caracterizados pelos seus aspectos sedimentares e são designados de *sedossolos*, que são solos de origem fluvial, litoral, eólica, etc.; de textura grosseira ou fina; solos salinos ou não salinos. Os solos da região do Namíbe, sob os climas hiperárido, árido, sub-árido, semi-áridos (ou sub-úmidos), com superfície de fraco declive, planas ou pouco onduladas, distribuem-se de forma seguintes (Mapa 3, p. 165):

- (1) Os *solos áridos tropicais e fersialíticos* estão sobre domínio das rochas do Maciço Antigo (graníticas e metafóricas) com extensos afloramentos rochosos, tanto das aplanções, como dos relevos residuais. Apresentam-se mais evoluídos e espessos, são arenosos e os argilo-arenosos estão com algum ou bastante saibro quartzoso e feldspático, e algumas vezes compostos de elementos rochosos grosseiros. Os solos arídicos dispõem de uma cobertura vegetal de mato aberto, xerofíticos, com um extrato graminoso fraco e disperso, que praticamente não existe durante as épocas mais seca. Os solos arídicos com calcário possuem concentrações de materiais calcário de origem secundária, bem como os minerais do grupo de mica ou de montmorilonite conforme a exposição do perfil do horizonte e nos sem calcário evidenciam-se maiores níveis em óxido de ferro. Os solos arídicos com calcário são: encrostados, pardo-cinzentos e pardo-avermelhados;
- (2) Os *solos holomórficos* tem acumulações de sais solúveis ou percentagens de sódio no complexo de adsorção, com ou sem calcário. Na transição para climas com uma certa umidade encontram-se os solos fersialíticos (ferruginosos). Encontram-se distribuídos em concordância com o relevo muito aplanado ou ligeiramente depressionárias;
- (3) Os *litossolos* são xerolitossolos em formações conglomeráticas, em arenitos e limnitos, em rochas eruptivas e cristalofílicas. Os regossolos vão desde os *xeroregossolos cascalhentos* ou *pedregosos* até às *dunas* e os *xeroregossolos cromopsâmicos*. Os litossolos são muito pouco evoluídos, ocupando áreas importantes, com rocha pouco ou nada meteorizada a partir de menos de vinte centímetros de profundidade, são mais ou menos pedregosos, si gerados de rochas conglomeráticas ou facilmente fragmentadas;
- (4) Os *regossolos* possuem profundidades variáveis, tem textura grosseira: saibrosos, cascalhentos ou pedregosos em parte do horizonte, e não é raro possuírem materiais calcários ou sais solúveis. Os regossolos nas dunas são constituídos por areias soltas, que encontram-se em alguns locais, como entre a Espinheira e o Iona, donde existem os solos

mais espessos, de cores desde o laranja até a avermelhada e de textura grosseira, de fraca capacidade e sem acumulação de calcário. Os xerorregossolos são cromoplâsmicos, formados sobre sedimentos não consolidados fornecidos pelos relevos de rochas eruptivas e cristalofílicas. Nos xerorregossolos a cobertura vegetal é de graminosas finas, de porte médio e caracterizam-se por densidades fracas ou médias.

O Clima

Considerando a localização geográfica, as faixas secas dos ventos gerais emitidos pela célula anticiclônica do Atlântico Sul e as águas da *Corrente Fria de Benguela*, determinam as características do clima árido, e das situações de tempo do Sudoeste de Angola. As isoletas anuais variam entre 20 e 100 mm sobre a faixa litoral e as isotérmicas entre os 17 e 24°C. Os valores da precipitação de Fevereiro à Abril podem ser muito menores, e os de Maio à Outubro, quando as massas de ar pluviogénicas estão repuxadas para nordeste, chegam a ser nulos.

Desempenha um importante papel a Corrente Fria de Benguela, pela influência térmica das águas como reguladora do comportamento das temperaturas do ar, que são transportadas ao longo do Litoral e até uma certa distância para o Interior das terras. A presença marítima como fator climático influencia de certa maneira a umidade atmosférica. A intensidade da evaporação depende da temperatura do ar e da pressão atmosférica, dependendo também da renovação da camada do ar em contato com a massa de água, condição *sin qua non* é perfeita quando esta é mais quente do que o ar, uma vez que a turbulência renova constantemente a camada de contato e o vapor pode assim ser reservado numa espessura maior. Não dependendo apenas da intensidade da turbulência, mas também dos movimentos subsistentes desenvolvidos nas camadas superiores, que lhe criam um certo limite. Quando, ao contrário, a água é mais fria que o ar sobrejacente, o arrefecimento transmitido provoca a saturação e estabilização da camada do ar. Deste modo, a evaporação é bloqueada, o que não significa que não aumente a umidade relativa. A isopleta de 80,0 % de umidade relativa segue geralmente no contorno da Costa e não se afasta muito para além dela. Para Oeste a umidade relativa possui valores iguais ou superiores a 80 % que se mantêm constante ao longo do ano; para Leste eles são inferiores, podem baixar até 60,0 %, excetuando os meses da estação chuvosa que oscilam entre 75,0 e 85,0 %. Os totais da evaporação são elevados conforme os dados e como é característico nesta área do Deserto.

A influência oceânica é notável na distribuição da pressão e na circulação atmosféricas. Na faixa de maior interpenetração das influências marítimas e continentais, as brisas sopram do mar durante o dia, e da terra durante a noite, e atingem uma certa regularidade e uma

determinada potência. As brisas do mar penetram até 50 ou 100 km no interior das terras, enquanto as da terra atingem distâncias muito menores sobre o Oceano. A intensidade das brisas funciona como gradiente térmico, e por conseguinte do da pressão entre o Oceano e o Continente. Ao contribuir para o aumento da amplitude térmica contribui de igual modo para a acentuação do fenômeno da circulação local. A permanência das brisas e a atividade do tipo frontal que as acompanha dependem da configuração da costa litoral que é determinante no dinamismo da circulação regional.

Os ventos emitidos pelas células de altas pressões que ocasionalmente se desenvolvem sobre o Planalto do Interior arrastam para o Litoral as massas de ar quente e seco, aquecidos adiabaticamente na declividade das escarpas da Serra da Chela e de suas continuidades. Os ventos predominantes são os dos quadrantes sul, particularmente do sudoeste, que sopram durante todo o ano. Os ventos jogam um papel importante como agente e fator do complexo sistema ecológico do deserto. O aquecimento da atmosfera torna o ar móvel; o calor transmitido pelo solo contribui para a criação de fortes gradientes verticais. Durante as horas mais quentes do dia, de maior mobilidade do ar, geram-se pequenos turbilhões, que arrastam os materiais finos e leves, até mesmo detritos minerais ou pedaços de vegetação. Os turbilhões adquirem consideráveis intensidade de fustigação das superfícies ao longo das suas trajetórias.

São facilmente verificáveis as inter-relações entre os fenômenos descritos; verificáveis pelas suas diferenças térmicas entre a atmosfera e o solo, considerando em relação a este e a sua exposição, a natureza geológica, a coloração e o revestimento. Os efeitos do aquecimento diurno do solo fazem-se sentir com intensidade cada vez maiores à medida que nos deslocamos da Cidade do Namíbe para Sul. Por combinação do gradiente anticiclónico são vulgares na Região da Baía dos Tigres - Foz do Rio Kunene, durante a tarde, as rajadas do quadrante sudoeste, que chegam a exceder os 50 km/h, até os 70 km/h e mais. Os ventos de maior intensidade são freqüentes nos meses de Abril a Junho, que levantam nuvens densas de areia, que vergam ou derrubam a vegetação, designados por "*garroas*".

A umidade relativa tem variações, ligadas ao aquecimento diurno e ao arrefecimento noturno da superfície, continental ou oceânica. Os valores mais baixos da umidade relativa acontecem no momento do máximo térmico, excetuando-se em caso de intervenção da brisa do mar, que pode provocar uma subida da curva higrométrica, e os valores máximos da umidade relativa coincidente com o fim da noite. Os valores da umidade dependem da temperatura do solo e influenciados também pelas temperaturas da água do mar, embora diminuindo a relação da mistura, que aumenta a umidade relativa. Isto tem sido suficiente para que de manhã se deposite orvalho, em períodos mais frios, quando as noites são frescas.

O clima da Região do Namíbe determina a temperatura média anual do ar que é inferior a 20° C ao Sul Município do Namíbe: no Tombwa alcança 19° C; na Baía dos Tigres, 18° C; e na Foz do Rio Kunene, 18° C. No interior do Namíbe as temperaturas médias anuais são mais elevadas, da ordem de 25° C no Virei e de 23° C no Karacul. Os meses mais frios são de Junho à Agosto com temperaturas médias mensais mais baixas que rodam os 15° C-16° C no Litoral e os 20° C no Interior; os meses mais quentes são os de Março, no Litoral, e o de Novembro, no Interior, os valores são de 21° C- 22° C no Extremo Sudoeste e de pouco mais de 26° C a 200 Km de distância do mar. A temperatura média do ar é inferior a 10° C. Os valores médios das máximas mensais tem sido superior a 25° C. As amplitudes térmicas diurnas são relativamente grandes, entre os dias mais quentes e as madrugadas bastante frias, atingindo os 8 e 9° C.

As temperaturas médias anuais do solo à profundidade de 50 cm atinge valores entre os 22 e 25° C, tendo de 25 a 28° C de Novembro a Abril e de 22 a 25° C de Maio a Outubro, com um período de transição de Julho e Agosto, com temperaturas entre 20 e 22° C.

Os dados sobre a temperatura mostram que aumenta gradualmente de Sul para Norte, em que os valores crescem de Setembro para Março, que se mantêm altas em Abril, muito embora a diminuição seja superior a 1° C, diminuindo de Maio a Agosto. Há uma coincidência entre essa variação da temperatura e a precipitação na faixa litoral. O ar transportado na circulação dos ventos predominantes de Oeste e Sudoeste, ao passarem sobre a Corrente Fria de Benguela e arrefecido vai estabilizar as temperaturas sobre as margens continental, fazendo com que os meses mais quentes de Fevereiro, Março e Abril, sejam mais amenos. Que se juntam os valores elevados de vapor de água na atmosfera e da formação de nevoeiros.

A presença da Corrente Fria de Benguela ao longo do Litoral de Angola faz aumentar a nebulosidade. As formações nebulosas são densas sobre o mar, passam por uma modificação sobre o Litoral Continental, relacionada com a evolução térmica deste. O máximo de nebulosidade geralmente corresponde à tarde, que vincula-se a uma forte advecção para o interior, de que é ocasionada pela brisa do mar, sendo esta responsável pela mesma ou em parte. A cobertura de *estratocúmulos* pouco elevada e descontínua, que absorve e reflete a radiação solar, contribui para manter a anomalia térmica. A sua dissipação total ou parcial possui a função de penetração para o interior, que favorece uma amplitude térmica diurna mais acentuada.

Os valores da precipitação são muito baixos e irregulares em toda parte da faixa costeira, ou praticamente nulos no extremo sudoeste. Com essas características, as médias não tem quase influência. O período durante o qual pode haver uma ou outra chuva vai de Dezembro a Março, sendo este o mês de maior precipitação. A análise dos dados anuais meteorológicos se torna cada vez mais importantes, já que o ciclo de períodos de seca se tem repetido, como atualmente nos

anos 90, que nos alertam os ciclos de períodos de seca. A quantidade de evaporação continua sendo superior do que a quantidade de precipitação.

Em Angola é bem conhecido o "*Cacimbo*", período de estação seca e fria que vai de Maio a Outubro, com temperaturas frescas, de ventos relativamente fracos, de isolação dos 50 %, ou 65 % em Abril, com uma evaporação reduzida, que oscila os 60,0 mm por mês, marcando presença o nevoeiro e o orvalho.

Como característica fundamental temos a grande irregularidade anual de chuvas. Os fortes períodos de seca aconteceram entre Março a Novembro de 1946 e de Maio de 1947 a Dezembro de 1948, em conformidade com os dados meteorológicos. Em 1968 a Estação-Observatório Meteorológico do Bentiaba registrou 168,5 mm de precipitação anual, concentrada nos quatro primeiros meses do ano, com um valor máximo de 97,0 mm em Março, enquanto a Cidade do Namíbe contava com 48,7 mm de precipitação anual e 15,8 mm em Março. Neste mesmo período o Tombwa registrou 13,2 e 7,8 mm respectivamente. Para qualquer dos casos houve evaporação superior, na ordem de 1 516,1 e 1 575,0 mm, em cada uma das Estações no mesmo ano (Mapa 4) (AMARAL, 1985).

O Deserto do Namíbe, para além das chuvas escassas e irregulares, particulariza-se pela frescura do ar, pela umidade relativa elevada, pela presença de nevoeiros e de estratos muitos baixos. Todas estas peculiaridades resultam das influências transportadas à atmosfera pelas águas frias da Corrente Fria de Benguela, cujas temperaturas as 08:00h, vão de 15° C (de Julho a Setembro) a 21° C-22° C (em Fevereiro e Março) à latitude mais ao sul na Foz do Rio Kunene e da Baía dos Tigres, de 16° C a 24° C na Cidade do Namíbe.

Com relação ao tempo as madrugadas são calmas, o nevoeiro vai-se dissipando à medida que o solo, por aquecimento, emite calor. Antes do meio dia o céu pode apresentar-se limpo. A brisa marítima que se forma desde manhã vai ganhando intensidade gradualmente e, pelo meio da tarde, os seus golpes por vezes fortes pode atingir 25 km/h que são capazes de levantarem nuvens de areia fina. Antes do pôr do sol, por enfraquecimento da energia solar e arrefecimento da temperatura do solo, o nevoeiro volta a cobrir as terras do litoral. As noites, com o predomínio das brisas de terra, são calmas, úmidas e nevoentas; dá-se uma condensação noturna que molha todas as superfícies expostas a céu aberto. Os ventos emitidos pelas células de altas pressões que se evoluem sobre o planalto do interior arrastam para o litoral massa de ar quente e seco, aquecido adiabaticamente na descida das escarpas. Os ventos sopram dos lugares mais afastados do oceano, onde existem águas mais quentes, as massas de ar por eles arrastadas abastecem-se de umidade, que, à passagem sobre lugares de água fria junto do litoral, dará origem aos nevoeiros e aos extratos baixos que avançam sobre o continente.

As Zonas Naturais

Dos trabalhos realizados por Diníz et al. (1973: 284), sobre os solos e sobre as formações da cobertura vegetal da Região do Namíbe foram definidas zonas, o que permite-nos uma análise morfoclimática geral, através da interpretação, sobretudo, dos solos, dos elementos do clima e da cobertura vegetal, a partir do litoral para o interior caracterizando-se por (Mapa 5):

- (a) **faixas hiperáridas** (zona desértica de dunas, sem vegetação ou esporadicamente dispersa), vegetação: erva crepitosa (*Odysea paucinervis*), vivaz (*Sporobolus spicatus* e *Acanthosicyos hórrida*), caniços (*Phragmites maauritianus*);
- (b) **faixas áridas** (estepe rala efêmera de graminosa e *Mirabilis*; de transição de estepes com subarbustos), vegetação: *Acácia melliferas*, *Acácia gossweileri*, *Acácias albida*, "*Mutiati*" (*Colophospermum mopane*) associado com espécies arbustivas, como a *Terminalia prunioides*, *Commiphora africana* e a *angolensis*, *Acácia giraffae* e a *Tristis*, *Cissus*, *Salvadora pérsica*, *Boscia microphylla*, *Maerna*, *Croton* e *Balanites angolensis*, *Xemema americana*, *Maprounea africana*, *Tamarix usneoides* ou *angolensis*, *Hyphaene benguellensis*, as *Aristidas* (*prodigiosa*, *cissus*, *ordeacea*, *gracilior*, *subacaulis*, *setaria*, *papposa*, etc.), *Pachipodium leali*, *Hoodia parviflora*, *Euphorbia*, *Commiphora*, *Terminalia prunioides*, *Aloe plamiformis* ou *litoralis*, *Cássia albitrunea*, as graminosas (*Euphorbia virosa*, plantas suculentas), *Salvadora pérsica*, o Odre-do-deserto (*Cissus utor* - bexiga cheia de líquido), a *Hoodia currori* e o povoamento da *Welwitschia mirábilis* (Figura 23, p. 178), *Sarcocaulon mossamedensis*, a *Orphanthera stricta* (são espécies prostradas e rastejantes);
- (c) **subáridas** (estepes de arbustos e subarbustos esparsos, com estepóides sublitorais, com graminosa, de arbustivas e à herbosas), vegetação: nas moitas, predominam espécimes arbustivos e arbóreos de Acácias (*mellifera* ou *detinens*, *etbnica*, *giraffo*, *tristis*, *gossweiler*, *albida*, etc.), *Tamarix usneoides* ou *angolensis* e *Hyphaene benguellensis*, etc., o *Combretum imberbe*, *Sclerocarya*, *Ficcus*, *Cordia*, as arbustivas e herbosas, como a *Commiphora africana* e *angolensis*, o *Colophospermum*; as gramineas, como a *Aristida*, a *Setaria* e outras. O "*mutiáti*" (*Colophospermum mopane*) aparece a *Terminalia prunioides*, e Acácias espinhosas (*Crotolaria*, *Cássia itálica*, *Lotonomis platycarpus*), as Acácias (*papposa*, *adscensionis*, *gracilior*, *dinteri*, *Schmidta kalaharensis* e outras), etc.;

- (d) **semi-áridas** (floresta aberta de sobreposição em mosaico de savana, de estepes gramíneas; e com bosques secos), vegetação: espécie mais predominante é o "*Mutiati*" (*Colophospermum mopane*), é essencialmente gramínea dominada por espécies de Aristidas (*prodigiosa*, *subacaulis*, etc.), *setaria*, *Schmidia kalaharensis* que aparecem envolvidas com a *Terminalia* e as Acácias (*adscensionis*, *papposa gracilior*, *dinteri*, *Crotolaria*, *Cássia itálica*, *Lotonomis platycarpus* etc.), e outras.

A faixa hiperárida localiza-se entre o Tombwa, a Espinheira e a Foz do Rio Kunene, praticamente sem vegetação, é a zona desértica. A vegetação esporádica encontra-se dispersa pelo deserto, aparece: o vivaz tem raízes pouco desenvolvidas, que é espinhosa sem folhas e que age como fixadora de areias; os caniços possuem folhas de extremos acerados e contundentes, encontrando-se acantonada em dunas movediças que marginam os leitos e conservam a umidade.

As faixas áridas estão envolvidas pelas hiperáridas, que apresentam maiores diversidades, tanto em latitude como em longitude; são mais evidentes as divergências e os traços comuns dos componentes geomorfológicos. Os mais importantes correspondem à coexistência de processos de escoamento hídrico e de processos eólicos, combinando-se ou neutralizando-se, conforme os casos. Nesses ambientes conservam-se com razoável nitidez os testemunhos de modelos mais complexos, tais como superfícies poligênicas de planaltos, pedimentos de dimensões desiguais e localmente escalonados. Os morfológicos de encaixe das linhas de água apresentam aspectos variados, umas vezes francamente incisivas, mas de comprimento modestos, nos planaltos cascalhentos, outras vezes com canais alinhados que reúnem drenos de funcionamento episódicos sobre áreas de transição, com locais de fraturas que se entrelaçam na região. As acumulações de areias transportadas pelo vento formam dunas isoladas e maciços dunares.

Ao longo do Litoral, em aluviões dos cursos de água de regime torrencial, aparecem restritas formações arbóreas e arbustivas, muitas vezes alinhadas, como as Acácias alba, também presentes outras espécies. Para o Sul do Vale do Carunjamba esbate-se gradualmente nas formações gramíneas, onde predomina a Aristida. O limite das duas colônias florísticas coincide, a grosso modo, com a faixa de contato das formações da Orla Sedimentar Litoral com o Maciço Antigo. Mais para Leste começa o domínio do "*Mutiati*", isto é, (*Colophospermum mopane*) associado à espécies arbustivas, de *Terminalia*, de *Commiphora*, de Acácias e a *Tristis* e outras. A cobertura vegetal da estepe é constituída por formações estepóides, de estepes litorais ralas e descontínuas, de ciclo vegetativo efêmero como a gramínea, em solos áridos pardos e fersálicos, com abundantes e extensos afloramentos rochosos, que para leste passam a estepes com subarbustos esparsos predominando as espécies arbustivas e arbóreas de Acácias (*albida*, *gossweileri*), estas são espécies lenhosas, que em alguns ambientes adensam-se em "moitas" vão

até ao vale do rio Kuroca. Também são vulgares nas superfícies planas de solos aridicos e psamíticos encontram-se outros arbustos de *Aristidas*, *Cissus*, *Salvadora*, *Boscia*, *Maerna*, *Balanites*, *Xemema*, *Maprounea*, *Croton*, *Tamarix*, *Hyphaene*, etc., e o povoamento da *Welwitschia mirabilis*, o *Sarcocaulon mossamedensis*, a *Orthanthera stricta*, são estas prostradas e rastejantes. Certas acácias e comíforas, que noutros ambientes mais favoráveis têm portes arbustivos desenvolvidos, o que não acontece com as que existem na faixa mais ao Litoral, que são com portes nanificados.

Como símbolo do Deserto do Namíbe a *Welwitschia Mirabilis Gigantus* (Figura 23), maior flor do Mundo, planta que se agarra ao solo, com taças e folhas subdivididas, abundante em algumas áreas designadas por "dambas". Esta planta pode atingir mais de 1,60 m de comprimento, pelo que se estende na superfície da terra. De conformidade com Amaral (1985:4), as "dambas" são vales com vertentes de pendores fortes, às vezes praticamente verticais.

A vegetação é mais densa nas depressões. Ao contrário, nos cimos mais expostos aos ventos há praticamente uma ausência de vegetação, raramente há presença de uma flora liquênica notável. Na estepe graminosa é dominada por espécies do género *Aristida*, também existe uma grande predominância de plantas que possuem a capacidade de reverter a reconstrução do parênquima clorofilino em cada novo ciclo vegetativo, numa cobertura efêmera, rasteira e espessa, ficando muitas áreas do solo sem cobertura vegetal. Esta vegetação desenvolve-se, floresce e frutifica no curto período de escassas chuvas. Ainda, na estepe graminosa aparecem a *Euphorbia*, em grupos de plantas suculentas dispersas sobre areias quartzíferas grosseiras, a *Salvadora* em tufos sobre os solos, o "Odre-do-deserto" de aspectos de bexiga cheia de líquido, a *Hoodia* apresenta formas arborescente, com caules cilíndricos e inflorescências menores.

Em locais pedregosos onde o relevo é acidentado e rochoso, com grandes securas só algumas espécies se fazem presente, abundam espécies específicas de tais como: *Pachipodium leali*, *Hoodia parviflora*, *Euphorbia*, *Commiphora*, *Terminalia prunioides*, *Aloe plamiformis* ou *litoralis*, *Coscia albitrunea*. Existem também espécies lenhosas, adaptadas às condições ambientais de aridez, caracterizada pela redução da parte aérea e por modificação das folhas.

A faixa subárida localiza-se a Norte da Lucira, na continuação de áreas setentrionais, até ao Vale do Curoca a cobertura vegetal é de estepe com arbustos e subarbustos esparsos ribeirinhos, que adensam-se em pequenas "moitas", predominando espécimes arbustivos e arbóreos: de *Acácia*, de *Tamarix* e de *Hyphaene* etc., as espécies lenhosas são as Acácias (*mellifera* ou *detinens*, *etbnica*, *gossweileri*). Onde se conserva alguma umidade, geralmente próximos de leitos, os aluviões são povoados por *Acácias* e o *Combretum*, por *Sclerocarya*, *Ficcus*, *Cordia* e outras.

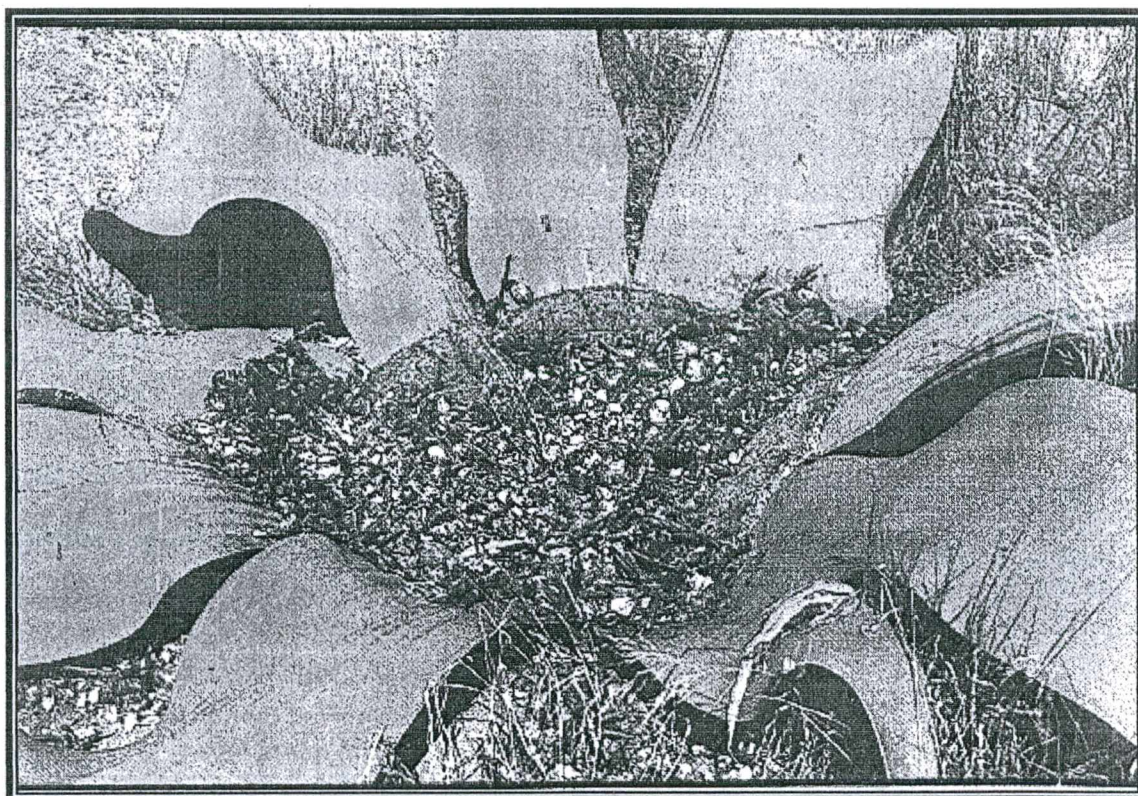


Figura 23. “WELWITCHIA MIRABILIS - endêmico do Deserto do Namibe.”

Fonte: Revista Austral, n.º 24, 1998

Nas faixas subáridas a água exerce um papel mais predominante na dinâmica morfogênica atual, através da ação efetiva sobre as rochas mais intensamente meteorizadas e sobre os depósitos coluviais heterométricos ou sobre os aluviais em fundos de leitos largos e nos terraços; evoluem-se assim, sistemas complicados de barrancos estreitos e fundos. Muito mais que nas outras faixas, encontramos aqui bem representados as evidências de alternâncias paleoclimáticas que condicionam a evolução geral do relevo. Os plainos de sopé, modelados sobre rochas cristalinas meteorizadas, encontram-se, em muitos casos, revestidos por um manto descontínuo de elemento pedregosos e areias mais ou menos grosseiras. De modo geral, podemos verificar que a deposição das coberturas detríticas foi seguida por uma fase de pedogênese, com lavagem dos horizontes superficiais. Do tipo de formações estepóides sublitorais, arbustivas e herbosas, em solos pardacentos áridos tropicais e fersáliticos, com extensos afloramentos rochosos, predominam a vegetação de *Acácias*, a *Commiphora*, o *Colophospermum* e as *gramineas* (*Aristida*, *Setaria*) e outras.

A faixa estépica afasta-se do litoral, à medida que a aridez aumenta para Sul, com tendência de aumentarem em regiões mais elevadas, onde a umidade é maior, abrindo-se o domínio do "*mutiáti*", isto é, o "*Colophospermum mopane*", de porte normalmente pouco evoluído, aparece evolvida com a *Terminalia*, de dois a três metros de altura e de *Acácias* espinhosas, com o substrato inferior, que é ralo como a *Crotolaria*, *Cássia*, *Lotonomis*. Entre as *gramineas* existem as *Aristidas*, a *Schmidta* e outras. Não tem nenhuma cobertura efêmera, rasteira e esparsa, estão as áreas de solos desnudos.

Na faixa semi-árida as chuvas garantem um mínimo de drenagem superficial conduzida pelos canais de uma rede que, de certa maneira, parece apresentar alguma organização natural. Aqui a vegetação e o solo apresentam características diferentes das anteriores. Com bosques secos, decíduos, e mosaicos de savana e estepe dão as deposições principais da cobertura vegetal; a espécie mais predominante é o "*Colophospermum mopane*" que são muito abundantes, cuja densidade e porte se vão tornando maiores nas proximidades das vigorosas escarpas da Serra da Chela no Interior da Província. Do sul do Carunjamba até ao Curoca, ou mesmo mais para além desde, a vegetação é essencialmente graminosa, dominada por espécies do gênero *Aristida*: *A. prodigiosa*, *A. subacaulis*, *A. setaria* e outras; numa cobertura efêmera, rasteira e esparsa, deixando muitas áreas de solo desnudos. Essa vegetação desenvolve-se, floresce e frutifica-se num curto período de chuvas escassas.

Nas faixas áridas e semi-áridas, como a meteorização mecânica é muito importante, a maioria dos detritos apresenta-se pouco alterada, quer dizer decomposta; as modificações singenéticas tem muito pouca influência já que as distâncias de transportação são curtas e o

tempo de contato com a água de intempéries é pequeno; as alterações epigenéticas, incluindo a adição de constituintes minerais dos cimentos, são mais efetivas. O umedecimento (com expansão) e de dessecação (com retração) dos solos são mais visíveis quando eles contêm percentagens elevadas de argilas expansivas, como a montmorillonite; os com sais são mais evidentes nas concentrações de salina, ao longo dos efêmeros canais de drenagem e nas faixas de movimentos capilares de águas subterrâneas. As variações volumétricas locais dos solos são transmitidas aos elementos dos mantos pedregosos, implicam o aparecimento de montículos de pedras, de pequenas bacias e canais orlado de pedras, separados por segmentos mais planos.

6.4.2. O Subsistema Natural e a Interação Homem-Natureza.

A geohistória da evolução das relações Homem-Natureza na Região do Namibe mostra o grande interesse suscitado pelos homens que integram as organizações comunitárias, que se acercam de determinados lugares para aí se instalarem, se justifica primeiramente pelas condições climáticas favoráveis ao seu modo de vida. As contrariedades do clima podem ser superadas à medida da adaptação e o nível de apetrechos técnicos dos grupos humanos que garantem a sua fixação efetiva, seguindo-se ou não a apropriação territorial.

O *optimum* da relação que se estabelece entre o homem e o ecossistema em que este se insere é a razão primária para a escolha dos distintos sítios ou lugares de fixação dos assentamentos humanos ou das suas atividades. Por exemplo, na estação seca o território do Namibe transforma-se um espaço comum, já na estação das chuvas esta situação muda, reduzindo a circulação de pessoas e bens, tornando distantes e impossíveis as relações entre as diferentes regiões e grupos pela dificuldade de circulação.

A utilização do fogo pelos cultivadores permite eliminar a vegetação “nociva” à agricultura. Esta luta travada entre o fogo e a vegetação em benefício dos cultivos afetou de certa maneira diversas plantas herbáceas e as arbóreas. Na savana, na estação seca (*cacimbo*), a erva queima até o nível do solo, mas as raízes enterradas impedem a sua destruição por completo. Quanto às árvores sucede o contrário, quando protegidas por cascas espessas morrem ou tornam-se disformes e retorcidas.

Os grupos socioculturais organizados souberam desenvolver todo um complexo cenário, por territorialidades bem adaptados à agressividade do subsistema natural, garantido pela forma de ocupação/exploração dos espaços desérticos, semidesérticos e estepe ou savana seca. O

cenário da territorialização pastoril envolve os nômades, semi-nômades e mesmo os sedentários a utilizar a agricultura como uma das formas da ocupação do solo.

A distribuição dos animais está vinculada diretamente à disponibilidade de poderem satisfazer as necessidades de abeberamento, o que condiciona, mais do que a composição florística e o valor da pastagem, a reprodutividade e o aumento dos efetivos pecuários. Deste modo, em relação às zonas de pastorícia, a distribuição esparsa e o escasso encabeçamento em bovinos, refletem as condições de restrições do subsistema natural, com decréscimos substanciais nos efetivos ao longo da época de *cacimbo*, devido ao gado ser forçado a afluir em massa aos escassos pontos de água, sobretudo às margens do rio Kunene, e aí, em virtude de sobrepastoreio excessivo, sucumbir por carência de pastos.

Procurando contornar as dificuldades alguns grupos de criadores de gado adquiriram hábitos de transumância, como é típico dos *Mucubais* e de outros subgrupos de Bantu Hereros, efetuando ao longo do ano o circuito periódico das suas manadas pelos locais privilegiados da vasta região onde vivem, para e em concordância aos costumes ancestrais, tiveram o melhor partido duma utilização eficiente da pastagem e da água.

Em relação a outras zonas, porém as restrições são extremas, agravando-se nos anos de seca, como sucede em toda a Região do Baixo Kunene, perante a concentração maciça do gado nos terrenos marginais do grande rio, que é o único de caudal permanente num raio de largas centenas de quilômetros. A mortalidade no auge do *cacimbo*, sobretudo nos anos rigorosos, assume então aspectos de calamidade, uma vez que parte importante dos efetivos de tão vasta Região fica submetida a este ciclo periódico de repetição, que irá progredindo à medida que os pontos de abeberamento dispersos pelo interior se forem extinguindo, atingindo o ponto crítico culminante nos meses de Setembro e Outubro (DINÍZ, 1991)

6.4.3. O Subsistema Econômico e as Territorialidades.

As condições do subsistema natural e as territorialidades dos grupos dos semi-nômades, refletem-se essencialmente na atividade pecuária. O rebanho familiar é uma única riqueza defendida, está expandida nos limites do biológico, mediante o sistema sociocultural nomadizado ou semi-nomadizado, caracterizado pela racionalização e disciplina dentro das duras condições inóspitas impostas pelo Território Desértico do Namibe.

A criação do gado em regime puramente extensivo, constitui a principal atividade das populações nômades e está fortemente marcada, que podem ser caracterizadas por *cenários*: o

Sublitoral, o *Sublitoral Sul*, o *Sublitoral Centro* e o do *Nordeste*. O cenário *Sublitoral* é constituído pela área do Muango e de Bentiaba; o *Sublitoral Sul* pela área do Capolopopo e áreas adjacentes menos significantes; o *Sublitoral Centro* pela área do Karaculo; o do *Nordeste* está o Lungo, Manguera, Capongombe e Bibala respectivamente.

Os cenários da atividade pastorícia estão vinculados fortemente com a agricultura meramente subsidiária (cultivos de *massango*, *massanbala*, *milho*). O cenário da atividade pecuária é muito expressivo, assumido, todavia mais um caráter complementar da agricultura de subsistência e de mercado (cereais), que às vezes é a principal ocupação de vários grupos de populações. A interpenetração de cenários de ambos os tipos de ocupação do solo, em que se verifica no *Centro* e no *Nordeste* para Sul uma diminuição da atividade agrícola e ao mesmo tempo se manifesta a vocação de um cenário para a atividade mineira, levando a considerar, que quase todo o Território do Interior e do Sul está vocacionada para cenário de atividade de exploração mineira, ocasionada pela concentração de ocorrência de minerais. Levando a considerar o cenário Litoral, *Sublitoral Centro* como tipicamente pecuarista e o do *Nordeste* é de transição-mista entre a pecuária e a agropecuária.

A pecuária é praticada em lugares que vão de 200 à 600 mm de quedas pluviométricas em clima árido, o que obriga os camponeses pastores a mudarem constantemente de lugar, motivados pela movimentação do gado à procura de água e de pastos durante a estação seca (Figura 24-26). Os rebanhos são constituídos por bovinos, caprinos e ovinos. O efetivo bovino foi estimado em 315 mil cabeças (1991), pertencentes à 4 mil famílias, que só vendem os animais com mais de 10-12 anos. Para esses camponeses o rebanho de bovinos é um instrumento de prestígio social e funciona como um *instrumento de poupança*. As territorialidades são temporárias e cíclicas, porque dependem das estações do ano, ou a maiores ou menores períodos de prolongamento das calamidades de seca.

As territorialidades manifestam-se pelos cenários de áreas cultiváveis na tenência dos camponeses. Encontram-se em situação de terra parcialmente arável pela predominância das culturas anuais e temporárias, sem um regime de pousios. Não obstante ser comum em Angola utilizar-se um sistema de ocupação itinerante de longos pousios, aqui onde o tempo colonial deixou marcas em zonas aráveis, sentiram-se os grupos humanos locais desterritorializados das suas áreas habituais, empurrados para territórios impróprios para a agricultura e para a pastagem

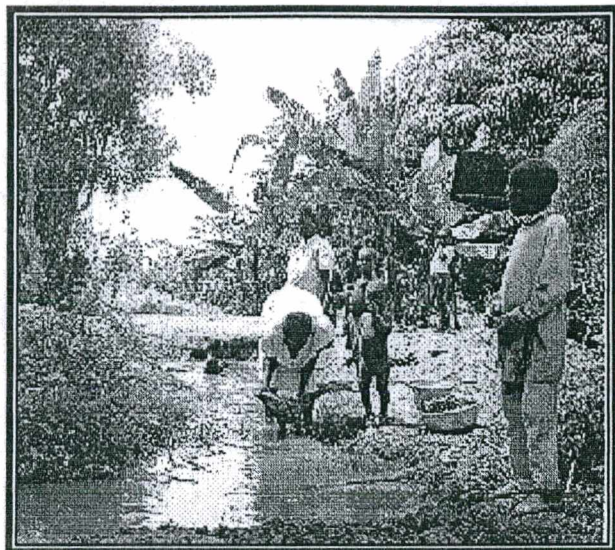


Figura 24. A disponibilidade de água nos vales dos rios concentra os assentamentos humanos e as atividades agrícolas nas terras férteis (vale do rio Giraul)

Fonte: Revista Austral, N°24, (Abr. Jun. 1998:40).

Figura 25. Cultivo da terra no vale do rio Bero.

Fonte: Revista Austral, N°24, (Abr. jun. 1998: 40)

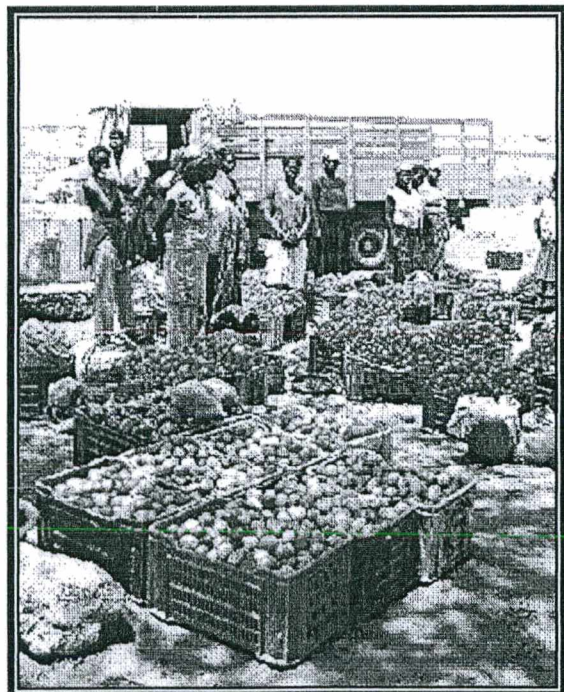
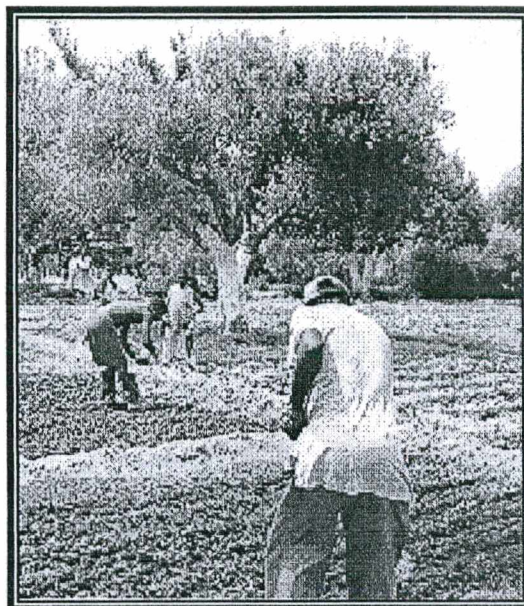


Figura 26. Comercialização de produtos agrícolas na Bibala.

Fonte: Revista Austral, N°24, (Abr. Jun. 1998: 39)

do gado, advindo conflitos territoriais. Perderem os seus territórios habituais e conseqüentemente houve a diminuição da produtividade e os inconvenientes da super exploração/utilização do solo.

A transumância territorial é a resposta que os grupos humanos têm para a subsistência da atividade pastoril à parcimoniosa do potencial pascigos e aquoso das zonas áridas/semi-áridas e às pragas a que o armentio está sujeito pelas baixas por doenças, por fome cíclica e por roubo. O gado para além de possuir um valor de prestígio social, também fornece o leite, do qual se alimentam e produzem os derivados, e que constitui a sua base alimentar. A territorialização das atividades socioeconômicas apenas facilita a circulação do *gado-moeda*, que assegura a troca por outros produtos. Eles trocam os machos jovens ou os adultos pouco eficientes e as fêmeas mansinhas ou de reforma do rebanho. A permanência do gado velho é um hábito de seleção dos animais, que o sistema sócioeconômico-cultural reclama como condição indispensável de perpetuação das suas habituais territorialidades.

Não havendo homogeneidade nas condições da base material do território, este impõe alguns problemas de restrição da qualidade de vida, afetando as condições de reprodução do grupo. As potencialidades e restrições do subsistema natural bem marcados pela natureza ressaltam a falta de infra-estruturas de acesso, distribuição irregular da água e grande pobreza do solo. A região do Namíbe constitui o santuário do grupo *Herero*, que com a sua presença de largos séculos, venceu territorialmente a paisagem, transmitindo-lhe características próprias de certo modo, embora perturbadas pelas migrações de outros grupos, como os *Ovimbundu* de que em quase todos os núcleos populacionais acabaram por se fixarem. Foi muito abrangente essa migração em todos os núcleos populacionais mais importantes e populosos da região.

A individualização e particularização da região do Namíbe é a diversidade de grupos socioculturais. Os *Bosquimanos* mantêm bem marcados os cenários das suas territorialidades de feições de apropriação, como a captura, a caça e a pesca, que continua a representar para eles a funcionalidade fundamental, se bem o ser ferreiro constitui uma das atividades de que se ocupam. Já para os *Hereros* o cenário da territorialidade é caracterizado pela pastorícia desempenhada pelos homens e a agricultura de subsistência é dedicada pelas mulheres.

Há linhas de territorialidades que separam os grupos, expressando simultaneamente diferentes hábitos socioculturais. Assim, os *Ovimbundu* a nordeste estão concentrados nos núcleos populacionais rurais, enquanto os *Hereros* desenvolvem uma agricultura de sequeiro como atividade secundária, sendo a pecuária a atividade principal. Entre o cenário do Centro e o do Litoral, e do Centro ao do Sul há uma separação em que os quadros marcados no subsistema natural estão na base dos cenários de uma territorialização essencialmente pastoril por parte das populações que ali habitam (Figura 27 e 28).

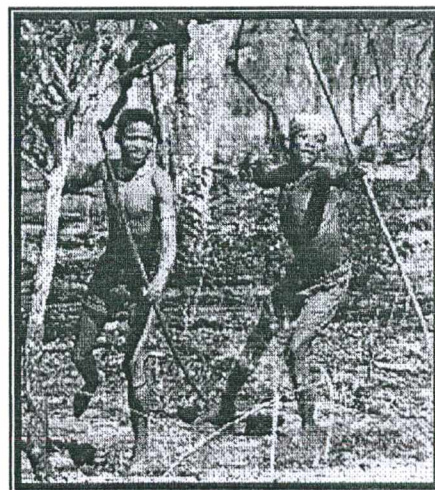


Figura 27. As mulheres (esquerda) e os exímios caçadores !Kung (direita).
Fonte: Revista Austral , Nº19, jan. - mar. 1998, p.45.

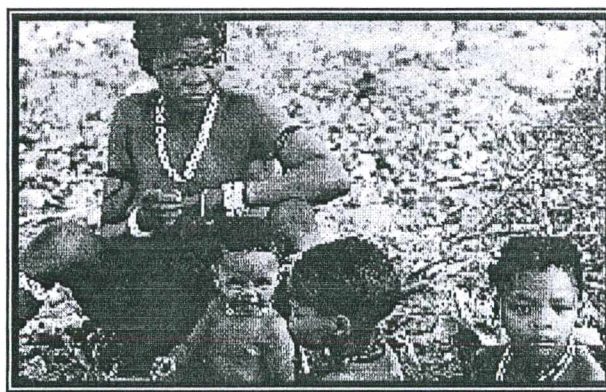
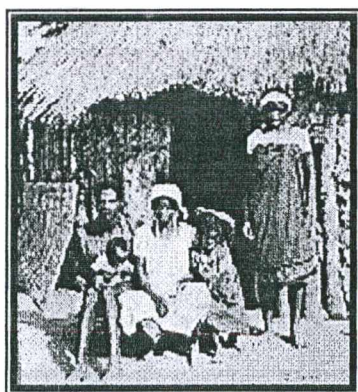


Figura 28. Uma família típica de Ovimbundu (esquerda) e a família !Kung (direita) na província de Namibe.
Fonte: Revista Austral , Nº19, jan. - mar. 1998, p.41

No Nordeste do Namíbe o grupo sociocultural *Nhaneka-Humbe* convive com os *Mucubais*. Este grupo dedica-se essencialmente a vida pastoril, com hábitos socioculturais e sócio-territoriais de semi-nomadismo. Desenvolvem a pastorícia e a agricultura de gêneros de produtos de subsistência, incidindo na exploração agrícola de parcelas estrumadas dos currais e dos locais dos principais cursos de água. Na parte nordeste o cenário da criação de gado bovino adquire maior relevância, assumindo os grupos populacionais as territorialidades características de pastores.

A interpenetração das formas de cenários de territorialidades sóciodemoculturais diferentes dos *Ovimbundu* diferencia-os a assimilação da sociocultura européia com interposições de territorialidades socioculturais de outros grupos de nômades ou semi-nômades de territorializarem-se por um cenário duma atividade mista agropecuarista, que está orientada exclusivamente na criação bovina e à exploração de culturas de subsistência. A parte Sul da Província apresenta uma densidade populacional muito baixa. Praticamente toda a área é consideravelmente despovoada com menos de 1 habitante/km² e coincide com uma vasta superfície arenosa do Deserto do Namíbe.

A agricultura empresarial tem a sua importância muito destacada, observando-se dum modo geral, a ocupação intensiva do solo ao longo dos terrenos marginais dos principais rios da província. Estão presentes as culturas hortícolas, frutas, cereais, vinha e oliveiras (Figura 29-31). Apesar da prática de utilização da energia animal para cultivar os campos, a quase totalidade do trabalho é feito a custo de energia exclusivamente humana. A energia animal é utilizada muitas vezes para o transporte da produção. Se bem que, a tração animal é utilizada para a preparação da terra e o cultivo, muito poucas propriedades exploram o aproveitamento do binômio agricultura/criação de gado. Apenas nas regiões do Nordeste e do litoral há uma certa generalização da irrigação ou aproveitamento dos terrenos alagados. Nas outras regiões sem irrigação há um cenário típico de territorialização agrícola de sequeiro totalmente dependente das condições do subsistema natural, sobretudo sujeita às enormes irregularidade das chuvas. A utilização de fertilizantes químicos é praticamente inexistente, enquanto a utilização de estrumes é minimamente praticada.

As propriedades fundiárias possuem dimensões de 4 a 8 hectares, são consideradas de empresas de porte médio, dos camponeses. As áreas empresariais que possuem mais de 8 ha utilizam a tração animal ou a mecanização, aumentando assim sensivelmente a sua área de cultivos. Essas grandes propriedades territoriais causaram problemas de conflito da posse da terra, (principalmente relacionados com as dificuldades de circulação nos corredores de transumância habitual e as limitações de acesso às áreas de pastagens sazonais e aos locais de



Figura 29. As plantações de algodão na região de Moçamedes no início do século XX.

Fonte: Revista Austral, N°24, (Abr. - Jun. 1998: 40)



Figura 30. As plantações de oliveiras no vale do rio Giraul

Fonte: Revista Austral, N°24, (Abr. - Jun. 1998: 35)

Figura 31. O galinheiro típico no acampamento San.

Fonte: Revista Austral, N°19, (Jan. - Mar. 1998:44)



abeberamento) na época colonial, entre os colonos e os grupos considerados de "autóctones" que circulavam livremente pelo imenso território caçando, coletando, capturando e desenvolvendo a pecuária ou praticando uma agricultura de subsistência.

É de referir que neste aspecto, as principais questões ficaram desde então pendentes, aguardando soluções criteriosas, as quais, necessariamente, apontarão no sentido dum ordenamento global, da zona pastoril do Sul e Sudoeste angolanos (DINÍZ, 1991)

É de mencionar que os dois modelos de ocupação do solo, o camponês e o empresarial, evoluíram de acordo com as condições do subsistema natural local, favoráveis a adaptação de cada tipo de grupo sociocultural. A atividade rural camponesa vê-se perante uma agricultura de subsistência com pouco excedente comercializável. Logo, a sua localização é próxima ao mercado para evitar os gastos com o transporte e com a motivação de maior segurança alimentar que o camponês necessita para o seu autoconsumo. A produção mercantil localiza-se essencialmente na periferia dos assentamentos humanos. A maior parte da região vive ainda momentos de um cenário agrícola de subsistência com excedentes comercializáveis extremamente reduzidos e que portanto, quer no universo dos aglomerados humanos, quer para a exportação ou importação, são deficientemente abastecidos pelas regiões mais territorializadas do Planalto Central de Angola.

Entretanto, a dinâmica sócioeconómica está condicionada pela falta de meios e deficiente infraestrutura (Mapa 6). E, a não ocupação da população rural ativa nas tarefas ligadas à atividade rural, implica o fenómeno do êxodo rural, aumentando a polarização dos cenários das territorialidades rurais, que vão manifestar-se nas sobreposições das territorialidades urbanas. Estes não possuem uma cultura cívica de hábitos e costumes próprias de uma urbe, o que diferencia e marca nitidamente as suas territorialidades, para além de ocasionarem a explosão demográfica urbana, também causam problemas de rupturas a todas as atividades urbanas que não estão dimensionadas para suportar essa demanda.

17°S

14°W



INFRAESTRUTURA E NÚCLEOS POPULACIONAIS PROVÍNCIA DO NAMIBE - ANGOLA

CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS	
Area servida pelo Sub Sistema Sul de Energia Elétrica de Angola	
Aeroporto	
Pista de Aviação	
Pista de Pousio	
Porto	
Estrada Principal	
Estrada Secundária	
Caminho	
Ferrovia	
Capital da Província	
Sede de Município	
Sede de Comuna (Urbano)	
Sede de Comuna (Rural)	
Assentamento Humano (Rural)	
Limite Internacional	
Limite Interprovincial	
Limite Intermunicipal	
Curso d'Água	

ESCALA
15km 0 15 30 45km
PROJECCO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

17°S

11° 12' W Fontes: Cartas de Angola, Escala 1:500000, Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (Folhas SD-33/D-1, 1986; SD-32/D-4, 1973; SD-33/D-3, 1986; SE-32/D-2, 1985; SE-33/D-1, 1985); Inventário da Estrutura Territorial de Angola, INP, Luanda, 1992, Anexo.

Produção no Lab. de Geoprocessamento do Depto de Geociências-CFH/UFSC, 07/99. Digitalização e Edição Geográfica Eliane Carlin Hadlich.

Organização Geográfica Namibe das Serras Casias

6.4.4. Os Atores e as Especificidades das suas Territorialidades. O Caracter das Territorialidades e das Fronteiras Flexíveis (Nodais).

Pelas dificuldades encontradas, tentamos interpretar os eventos relevantes, estabelecendo comparações entre os documentos para colmatar certas lacunas deparadas ao longo da nossa pesquisa, para chegarmos ao entendimento de como os diversos atores e agentes locais e extra-locais marcaram a sua presença ou passagem no Território do Namíbe, confrontando com o material recolhido no local.

Presumimos que antes da dedicação à atividade agrícola, praticavam-se no ecossistema generalizado da savana formas de coleta e de caça semelhantes às existentes ainda hoje entre os Bosquímanos. Os recursos alimentares, vegetais e animais desse ecossistema são muito diversificados, tanto quanto os componentes de suas biocenoses. Aos habitantes desse ecossistema generalizado revelaram-lhes recursos alimentares consideráveis e diversificados, e a sua distribuição asseguravam-lhes uma subsistência sem exigências de grandes esforços para a sua apropriação. Relativamente, o mesmo acontece hoje para os caçadores-coletores de "ecossistemas mais especializados" das regiões semi-áridas ou sub-úmidas.

Constata-se, porém, que os nômades do Deserto do Namíbe, como os *San* e outros grupos de semi-nômades, no entanto, possuem a sua disposição recursos menos diversificados. Já eram os tempos que a abundância de recursos se fazia presente. Atualmente menos diversificados, sua exploração é limitada pelo suprimento de água, ocasionada pela acentuada variação pluviométrica sazonal e distribuição irregular dos recursos hídricos pela região, os poucos rios existentes têm caráter sazonal, exceto o rio Kunene.

A Região Central de Angola possui locais privilegiados onde abundam recursos naturais que servem para a coleta o que favoreceu de certa maneira a concentração da população humana. Esse processo de aglutinação humana aconteceu com maior rigor nas zonas de transição entre a floresta e a savana situados na periferia, nos planaltos herbosos, nas margens dos lagos e dos grandes rios, assim como nas zonas interiores. Nas zonas de transição, particularmente, a interface floresta-savana, savana-estepe, tornaram-se desde logo "nichos" privilegiados para a prática da agricultura, acompanhada pela criação de animais de grande porte, donde emergiram os assentamentos humanos, alguns dos quais evoluíram como centros de formações sócio-políticas na Região do Planalto Central de Angola.

Por exemplo, os *Hereros (Tjiherero ou Ovaherero)* como agricultores e criadores de gado são provenientes dos Grandes Lagos, do centro do Continente Africano, que invadiram o Território Angolano pelo Extremo Este, atravessaram o Planalto de Bié e instalaram-se entre o

Deserto e a Serra da Chela, no Sudoeste da atual Angola. Vivem em grupos familiares dispersos (Figura 32 e 33). No século XVIII os *Bosquimanos* foram mais uma vez desterritorializados pelos *Ovambos* e pelos *Hereros*. Nos finais do século XIX são outra vez repelidos mais para o sul de Angola e assim se dispersaram por diversos territórios no Sul de Angola, tal como no Norte da Namíbia. Os *San* ou os *Khoi-khoi*, são a raiz dos *Ngum* (do grupo de guerreiros do *Shaka*, o grande chefe zulu), que englobam os outros grupos socioculturais: os *Zulus*, os *Xhosa*, os *Swazi* e os *Ndenbele*, que habitam atualmente o Sul da África.

Os *Bantu* que na sua maioria habitam atualmente o Namíbe são provenientes do Planalto Central de Angola, tendo emigrado através do regime de contrato que vigorou no princípio e nos meados desse século em Angola na época colonial ou ainda deslocaram-se voluntariamente procurando emprego nas áreas rurais e urbanas. Os *Bantu - Ovimbundu* dedicam-se a agricultura, comércio, pescas e são também trabalhadores assalariados nas empresas ou funcionários e empregados do Estado ou ainda empresários. As mulheres desempenham um papel muito importante na agricultura e na educação dos filhos, enquanto os homens vão trabalhar nos outros ramos de atividade sócioeconómicas muitas vezes fora e longe da família por longo tempo. A agricultura pratica-se à enxada e as principais culturas são o painço, massango (*Pennisetum spicatum*), massambala, feijão e as abóboras. Os *Bantu* são designados por *Cângora* pelos *Não Bantu*, por estes habitarem em quimbos ou aldeias.

A organização das territorialidades dos grupos socioculturais sucediam as formações ou as organizações sócio-políticas mais antigas como as dos *Hereros*. A memória dessas entidades sócio-políticas subsiste somente em vestígios lingüísticos e mitos históricos, narrativas de migrações, etc., expressados pela sua oralidade. Essas formações sócio-políticas evocam as afinidades com os regimes políticos da África Centro-Austral, tendo as suas manifestações socioculturais vínculos com os *Mbundu* e Angola então ocupada pelos portugueses, fundamentadas nas relações de tráfico de escravos.

As territorialidades dos grupos de nômadas do Namíbe são marcadas pelas suas formas específicas de não se fixarem ao solo, a casa ou a espaços constantemente construídos e destruídos pelo seu constante abandono, funcionando como autênticas territorialidades móveis e efêmeras. Não possuem limites nem tampouco respeitam qualquer tipo de fronteira sócio-territorial estabelecida, guiando-se pelas restrições e adaptações ao meio natural em que vivem. As territorialidades desses atores são dinâmicas com transitoriedade efêmera e não hodierna, capaz de caminhar, junto com a sua experiência sociocultural e o seu espaço territorial formado as territorialidades sócio-naturais. Essas territorialidades móveis dos nômadas ou semi-nômadas organizam-se em grupos familiares diferentes, dedicando-se na especialidade de caçadores e



Figura 32. Mulheres Herero na viagem.

Fonte: RGU, jun. 1982, p. 46



Figura 33. Traje típico da mãe herero

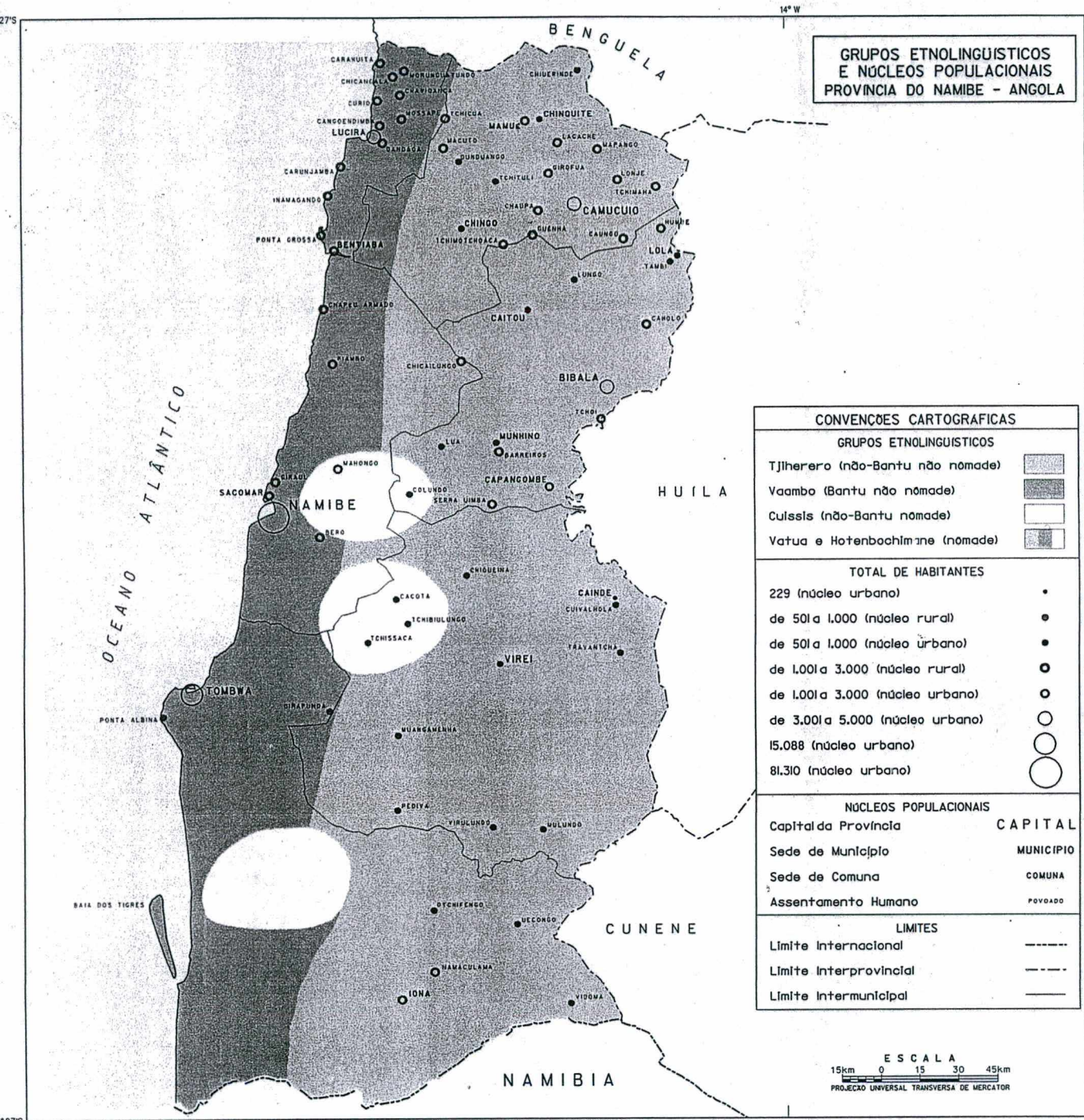
Fonte: RGU, jun. 1982, p. 45

coletores de frutos, pastores, agricultores, ferreiros e pescadores. As condições naturais desérticas impõem-lhes formas de organização territorial periódica e rotativa que dependem da estação climática: *a chuvosa ou seca (cacimbo)* para se dispersarem, dando lugar a outros grupos, desde que satisfeita as suas necessidades e o seu tempo de permanência num determinado território ou se concentrarem em outros lugares com o grupo de familiares, ou com os da mesma filiação sociocultural.

Os limites ou fronteiras dos grupos "autóctones" do Namíbe são bastante fluídos, pois estão em função da dispersão dos clãs e dos subgrupos da mesma comunidade sociocultural (Mapa 7). Só a organização do grupo tem permitido a divisão do trabalho, a emergência de grupos especializados e a especialização regional. Por exemplo, "a organização da caça estimulou o homem a desenvolver um sistema sócioeconômico mais estruturado, possibilitado pela habilidade para fabricar utensílios com propósitos definidos" (J. D. CLARK (1980) apud KI-ZERBO; 1980: 511).

Na Orla do Deserto do Namíbe, os grupos pastoris continuam obtendo outros produtos de que necessitam através da permuta da produção da sua atividade de criação de gado, que funciona como moeda (moeda-gado) por cereais. Outros grupos produzem excedentes agrícolas, permutados por sal, gado e outros produtos básicos. A organização do comércio inter-africano evoluiu antes e depois da chegada maciça dos colonizadores europeus, hoje limitado a pequenas áreas do Interior, privilegiando atualmente o Estado a exportação de matérias-primas e a manipulação dos interesses de importação de produtos de preferência sociocultural, os de primeira necessidade, não satisfazendo as diversidades de hábitos e costumes das populações.

Os grupos humanos considerados "*endógenos*" que habitam o Namíbe nunca constituíram no decorrer de toda a sua evolução histórica, um território propriamente dito, como um "*Reino ou de um Estado*" unitário Bantu, como o do *Jau*, pois foram e são atores de várias territorialidades sobrepostas e rotativas entre os distintos grupos socioculturais. Os grupos endógenos são constituídos por nômades e semi-nômades que vivem dos ciclos naturais ambientais de criarem itinerários móveis rotativos específicos consoante a procura de satisfazer as suas necessidades básicas de alimentação, sobrevivência e reprodução. Os nômades procuram satisfazer as suas necessidades através da apropriação, realizada pela captura, caça e coleta. Os semi-nômades territorializam-se por territórios descontínuos, porque andam de pasto em pasto e a procura de água, criando o seu gado em concordância com as sazonalidades, como também podem possuir pequenas áreas de cultivos de subsistência, mantendo-se nestes locais até à fase da colheita.



**GRUPOS ETNOLINGÜÍSTICOS
E NÚCLEOS POPULACIONAIS
PROVINCIA DO NAMIBE - ANGOLA**

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS	
GRUPOS ETNOLINGÜÍSTICOS	
Tjherero (não-Bantu não nómade)	
Vaambo (Bantu não nómade)	
Cuissis (não-Bantu nómade)	
Vatua e Hotenbochimane (nómade)	
TOTAL DE HABITANTES	
229 (núcleo urbano)	
de 501 a 1.000 (núcleo rural)	
de 501 a 1.000 (núcleo urbano)	
de 1.001 a 3.000 (núcleo rural)	
de 1.001 a 3.000 (núcleo urbano)	
de 3.001 a 5.000 (núcleo urbano)	
15.088 (núcleo urbano)	
81.310 (núcleo urbano)	
NÚCLEOS POPULACIONAIS	
Capital da Província	CAPITAL
Sede de Município	MUNICÍPIO
Sede de Comuna	COMUNA
Assentamento Humano	POVODADO
LIMITES	
Límite Internacional	
Límite Interprovincial	
Límite Intermunicipal	

ESCALA
15km 0 15 30 45km
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Fonte: Cartas de Angola, Escala 1:500.000, Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (Folhas SD-33/D-1, 1986; SD-32/D-4, 1973; SD-33/D-3, 1986; SE-32/D-2, 1985; SE-33/D-1, 1985); Rendinhos, José. Distribuição étnica de Angola, Luanda, 1971. Produzido por...

Organização Geográfica Normando dos Santos Costa

As territorialidades dos grupos endógenos nômadas e semi-nômadas, de princípio não são conflituosas, de luta pela posse de territórios por um grupo ou mais grupos, logicamente sem hegemonia. Havendo uma convivência, de certo modo, de coexistência pacífica específica e sem fronteiras geográficas definidas. Cada um desses grupos procura satisfazer as suas necessidades primárias transitoriamente e respeitar de certa maneira os limites provisórios marcados por um ponto de água, uma árvore, uma montanha, uma linha de dunas, um vale, uma linha de água ou rio, ou seja algum acidente geográfico que sirva de ponto de referência e os separe territorialmente. Se por acaso ocorrer algum conflito entre os grupos, não é de certeza de luta para a apropriação do território, senão que, os Hotentotes são perversos e temidos pelo seus vizinhos. Geralmente eles são pacíficos e mesmo apáticos, mas são praticamente inimigos declarados dos Bosquimanos, que lhes roubam o gado (CARVALHO; s/d: 22).

Os *Hotentote* e os *Vátua* são povos *Não-Bantu* e não têm nenhuma forma específica de fixação ao solo, tal como os *Bosquimanos*. Distribuem-se irregularmente pelo Sul de Angola, dedicando-se à caça e à coleta de alimentos silvestres. Já os *Bosquimanos* preferem os bosques ou matas e as serras que lhe permitem alimentar-se ou de refugiarem-se dos predadores. A caça é abundante em certas épocas do ano, incluindo pequenos antílopes e já são muito raros os animais de grande porte. Lá já faz tempo que existiam elefantes e outros animais de grande e médio porte. Mas o seu modo de vida natural exige liberdade de grandes espaços e uma estratégia de povoamento e assentamento com subdivisões de pequenos grupos de quinze a trinta pessoas.

6.4.5. As Inter-relações Socioculturais e Territoriais.

A evolução sociocultural não se processa de forma semelhante ao que se verifica na sua extensão territorial total, muito embora possam existir tendências e características comuns. Muitos fatores de ordem ecológica, tecnológica e sociocultural são responsáveis pelas variações regionais que os caracterizam. Logo, os modos de vida diferentes implicam elementos diferentes e impõem modelos distintos de organização do território; a sua evolução é determinada pela introdução de inovações, influenciada pela natureza dos recursos existentes e também relaciona-se com os métodos de exploração, ou pela interferência de outros modelos extra-locais assimilados, fatores estes decisivos para a aceitação, aperfeiçoamento e funcionamento das territorialidades.

A divisão do trabalho especializado entre a diferenciação do sexo, deve ter iniciado na época em que os homens passaram a dedicar-se a caça e as mulheres à coleta de alimentos e aos

cuidados com as crianças. Os caçadores-coletores, em geral, possuem o mesmo modo de vida e tendem a agrupar-se e estabelecer um sistema de comunicação entre si com uma certa eficiência. Obrigados a viverem em grupos cada vez maiores, ocupando territórios com mais regularidade, seguindo um padrão sazonal estabelecido. Logo, a estrutura sócio-territorial é mais flexível, o que lhes permite a livre circulação dos indivíduos e a propagação da sua cultura e a assimilação de elementos de outras culturas.

Quanto à organização política e social, é o grupo de caçadores de Bosquímanos chefiada pelo mais hábil. É muito raro um grupo estar constituído por mais de 50 indivíduos, que se separam em grupos de 10 à 15 pessoas para caçarem ou fazerem a coleta de vegetais silvestres. O grupo Bosquímano estável é a unidade familiar, formado pelo pai, mãe e filhos pequenos. Os homens dizem-se todos parentes do chefe e as mulheres residem obrigatoriamente junto aos maridos, com possibilidades dos recém-nascidos serem criados pelos avós. Ao lado do chefe escolhido para a caça há um chefe hereditário que dirige os movimentos do grupo. A caça e a procura de lugares com água, tal como a maior segurança, impõem-lhes uma territorialidade nômade, onde os abrigos são igualmente feitos de casca de árvores e cobertos de ervas. Possuem as técnicas mais eficientes de caça e domesticam o cão como único animal que lhes faz companhia. Os Bosquímanos, ao contrário dos Bantu não utilizam as armadilhas para caçar. A preocupação dominante é a apropriação na natureza, através da caça e da coleta de frutos silvestres, tubérculos (ou raízes) e do mel silvestre marca toda a vida no território móvel e rotativo para cederem o lugar à outro grupo de Bosquímanos ou à nômade. A escassez da caça aumenta a responsabilidade das mulheres na recoleção de alimentos. Além de frutos e vegetais, apropriam-se também para a alimentação as serpentes, as térmitas, os gafanhotos e as larvas. A água dos terrenos pantanosos é aspirada por meio de uma cana com um tampão de ervas, que serve de filtro e soprada nas cascas de ovos de avestruz ou para os odres de pele de animais (Figura 34). As flechas podem ser envenenadas com a mistura de suco de euférbio e veneno de serpentes e aranhas esmagadas ou escorpiões. A atividade de trabalhar o ferro brinda a possibilidade de fixarem em haste ponta de metal, quando não o conseguem, afeiçãoam a pedra ou os ossos, o que os caracterizam ainda viverem um momento pré-histórico, verificando-se assim uma sobreposição de modos de produção sociais.

Outro grupo de nômade são os *Cazamas* (ou *Cacuengos*). Contudo, os que adotam a territorialidade sedentária, estão sendo bantunizados, sobretudo sobre influência dos miscigenados *Cambucussos*, muito embora ainda conservem a sua língua. Os *Curocas* são também nômade e muito respeitados pelos demais grupos que habitam o Deserto do Namíbe e dos territórios vizinhos. Os *Curocas* podem casar com as filhas dos *Mucubais*, o que jamais

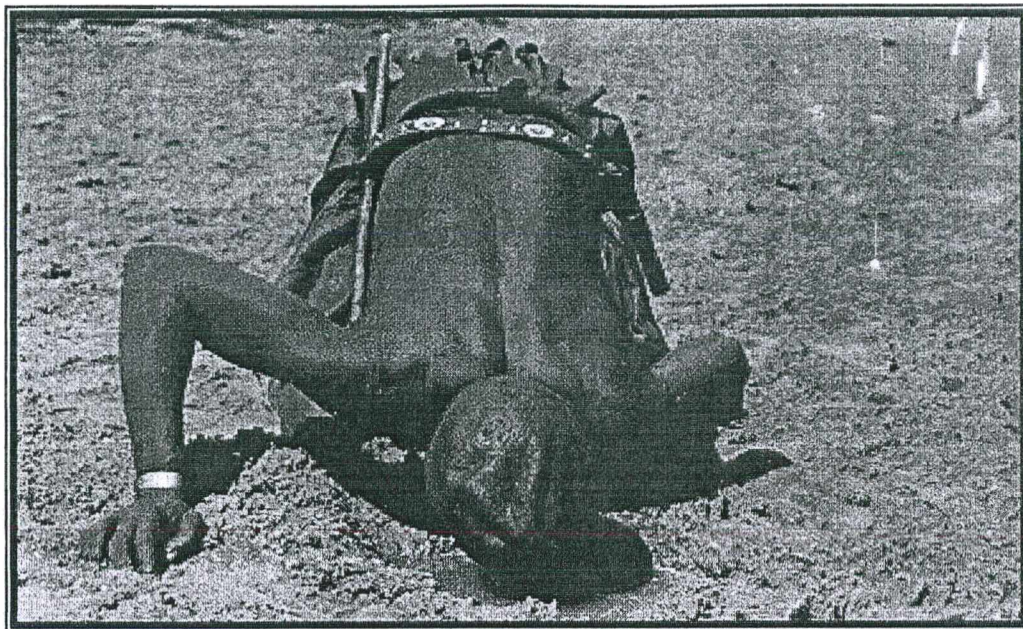


Figura 34. A habilidade dos povos nômadas de procurarem e beberem água no deserto.

Fonte: RGU, jun. 1982, p. 61

acontece com os outros elementos de outros grupos socioculturais que não sejam *Bantu*. A miscigenação é considerada como infração das regras da endogamia pelos *Cuádis* que anteriormente não acontecia, verifica-se pela tamanha escassez de mulheres, por estas serem concorridas e preferirem os pescadores *Quimbares* nativos miscigenados do Tombwa, mais favorecidos economicamente por serem trabalhadores da indústria pesqueira, do que os seus do mesmo grupo, libertando-se assim do trabalho do campo, que é realizado por elas. A poligamia era normal antes. Atualmente a endogamia fez escassear os matrimônios, o decréscimo da natalidade impede o crescimento deste grupo dos *Ovakwépe*. Assim, há um grande número de adultos solteiros dentro do grupo dos *Curocas*. Eles eram em maior quantidade e devido a certas circunstâncias desconhecidas e talvez desfavoráveis, como: doenças, endogamia e condições inhóspitas do deserto, etc., estavam já no final da época colonial reduzidos a meia centena de indivíduos de ambos os sexos (ALMEIDA; 1994: 140). As suas habitações são construídas dentro ou não de cercados, ou ainda perto das rochas, para se protegerem do vento que, por vezes, sopra intensamente no deserto, tem a forma quase semiesférica e são pequenas, construídas de ramos de árvores ou de arbustos e recobertos de excremento fresco de vaca e lama; para taparem a entrada das casas empregam espessa peça quadrangular de bosta seca de vaca, retirada do curral (ALMEIDA; 1994: 140).

As relações de matrimônio entre as mulheres *Bantu* e os homens *Não-Bantu* são muito raras pela circunstância de estes serem conhecidos de pouco laboriosos e se bem não podem custear o *alambamento* (dote de casamento); as ligações nupciais só se verificam quando os nômadas *Não-Bantu* estiverem fixados e sejam realmente sedentários, possuam habitações certas, algum gado e lavra agrícola de que, se ocupará a mulher *Bantu* conforme está socioculturalmente educada e dispuserem o pagamento do *alambamento* exigido pelos parentes da noiva. Os homens nômades só se casam com mulheres nômades e vice-versa; o homem sedentário pode casar-se com uma mulher nômada, quando esta facilmente se adapta a outra sociocultura da atividade laboriosa e sedentária, o que é muito difícil para os homens nômadas tornarem-se sedentários e casarem com mulheres sedentárias.

6.4.6. A Integração da Organização do Sistema Territorial Sócioeconômico Adaptado ao Subsistema Natural.

O desenvolvimento econômico e os Direitos Humanos hoje interpenetram-se de tal forma que os seus objetivos já não podem ser desesquerdados dos do desenvolvimento humano e social.

Quer dizer, que o desenvolvimento não deve favorecer o aumento do fosso existente entre os países ricos e os pobres. Os países na situação de subdesenvolvimento não devem de princípio permitir que a pobreza e a exclusão social se instalem. O desenvolvimento deve antes de tudo ser visto como uma forma de luta permanente contra a pobreza, a dependência econômica e a exclusão social.

Em Angola, o Estado deixou de desempenhar o seu papel de agente organizador e gestor principal da estrutura socioeconômica territorial, sem preocupar-se em apoiar, ou criar condições de emergência de outros agentes de desenvolvimento, tanto do setor privado como comunitário de base. Prega-se a idéia do desenvolvimento do mecanismo da economia de mercado, sem regras de concorrência do mercado – a condição da procura e da oferta e a regulação dos preços pelo mecanismo “*natural*” – potencializando uma desigual distribuição da riqueza, uma desorganização total das estruturas territoriais, a manutenção da antiga organização territorial administrativa colonial, com insignificantes alterações paliativas de soluções parciais de interesse econômico na divisão dos recursos naturais, que é a principal preocupação da ação dos atores de decisão.

A organização territorial dos grupos humanos “*autóctones*” na região do Namíbe, não foi moldada, de certa maneira, em concordância com as fronteiras fixas pela colonização européia. A situação territorial desses grupos humanos ultrapassa em toda a parte as fronteiras herdadas tanto da “partilha colonial européia”, como da organização administrativa territorial colonial que é mantida até aos dias de hoje.

Com as condições climáticas e os solos inóspitos para a agricultura e a pecuária, pela dificuldade de produção, distribuição e circulação dos produtos, sem assistência técnica necessária e adequada, com áreas de cultivos muito pequenas e deficientes, sem infra-estrutura e rede comercial adequada, sem crédito agrícola e possibilidades de industrialização muito remotas, limitados pela disponibilidade de solos cultiváveis, as populações não poderão aumentar a sua produtividade nem tampouco melhorar o seu nível de vida aceitável, o que implica a procura de outros mercados nos países vizinhos, que oferecem melhores condições de preços da sua produção.

O Namíbe encontra-se dividido em faixas diferenciadas ecologicamente. Algumas dessas faixas podem ter servido de fronteiras naturais, funcionando como barreiras às ocupações humanas como é o caso do deserto. Contudo, outras faixas ao contrário fornecem espaços para os movimentos ocupacionistas possibilitados de encontrar-se “nichos” favoráveis a concentração humana, a fundação de assentamentos humanos, como é o caso das estepes “*savanas pobres*”.

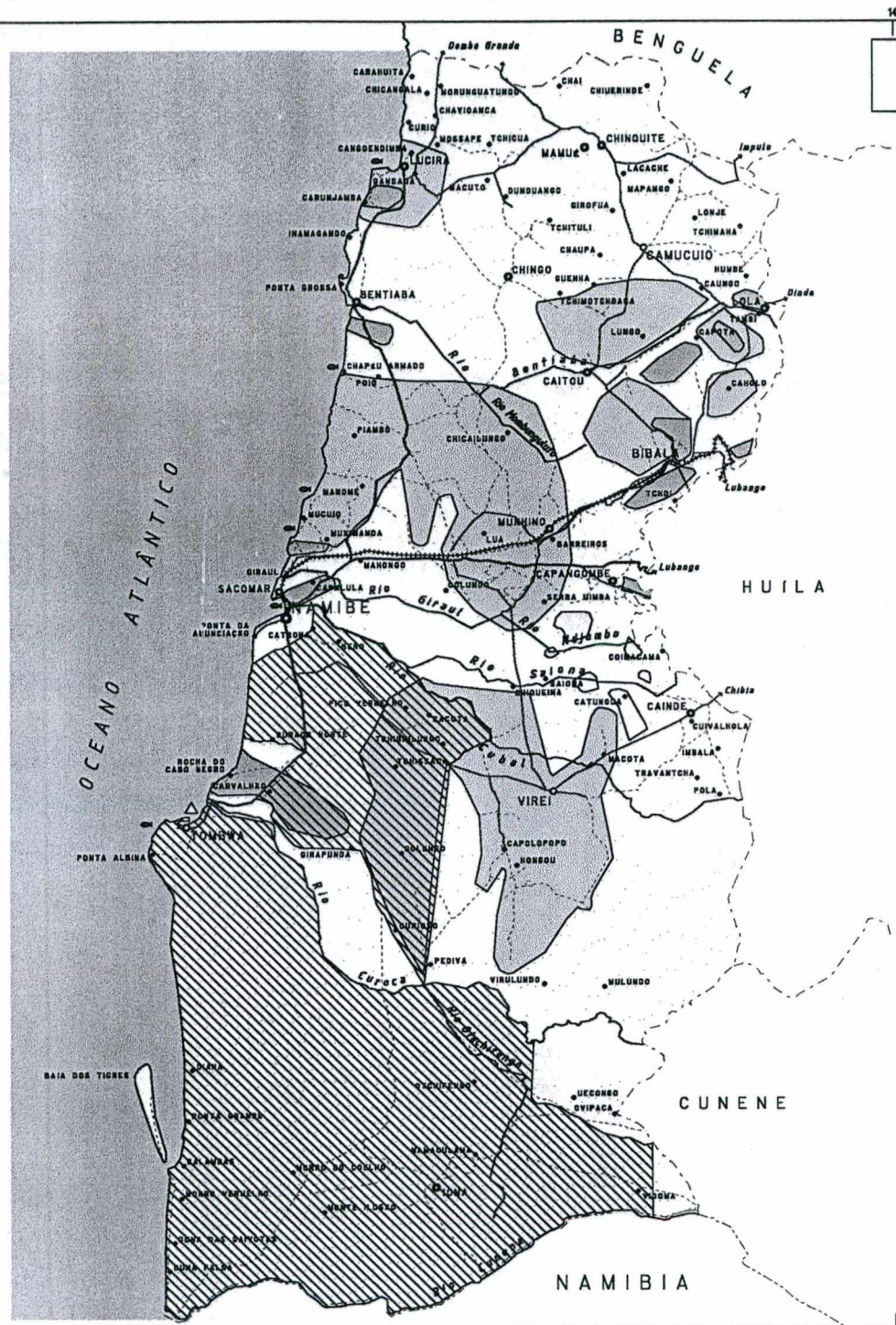
O processo de evolução da Organização Socioeconômica Territorial do Namíbe, está até hoje condicionado, de certa maneira, pelo sistema de economia de “*subsistência*”, no qual cada agregado familiar produz quase a totalidade dos bens e serviços de que necessita. Na realidade nenhuma coletividade humana em Angola atende inteiramente as suas próprias necessidades sem recorrer a alguma atividade alternativa, como é o caso do comércio paralelo ao oficial. Para tal, possuem complexas redes de comercialização dirigida à satisfazer as necessidades de seus vizinhos mais próximos, apesar de dificultadas a eficiência do seu normal funcionamento pela guerra e por um regime socioeconómico não definido (Mapa 8).

O regime de ocupação de terrenos pela agricultura aplicada baseia-se no “cultivo diversificado” dos vegetais, em controvérsia ao “*cultivo individualizado*” da lavoura ou da horticultura. Os grupos humanos que dedicavam-se a agricultura, inicialmente estenderam os seus campos agrícolas à custa do desbravamento das florestas durante a sua expansão territorial, o que terá contribuído, de certa maneira, para o incremento das savanas, estepes e desertos. Em termos ecológicos, esse incremento e a ampliação da savana, estepe e deserto corresponde a uma “especialização natural regional” de ecossistemas generalizados originários. Logo, tudo aconteceu como se esses grupos de agricultores processassem a adaptação do meio ambiente natural às suas técnicas de cultivo, da maneira como percebem e dominam os elementos do subsistema natural.

Durante a penetração e a expansão da agricultura na floresta, é possível que tenha ocorrido um processo de utilização das culturas de características florestais e conseqüentemente, o abandono paulatino do cultivo de cereais em detrimento deste último. A eventual adoção da coleta de alimentos e de outros produtos da floresta, enquanto expandiam-se até as savanas e estepes, permitiram a integração de outros “*cultígenos*” hortícolas e de lavoura. Onde a horticultura se pratica junto aos rios, lagos e nos vales mais úmidos durante o ano inteiro e a prática da lavoura agrícola é exercida nos campos (nas lavras) somente durante a época das chuvas.

Os cereais permanecem como culturas sazonais de características das savanas e das estepes, e os hortícolas são produzidos nos locais com bastante água durante todo o ano. É grande a importância dos cereais dada pelos habitantes dessas regiões áridas ou semi-áridas, para a exploração agrícola nas savanas e estepes, tal como a produção do “*sorghum*” que já há muito tempo vem sendo cultivada. A África para além de ter sido possuidora de um conjunto de Centros de origem de plantas cultivadas, algumas das quais adquiriram uma importância global no sistema da economia mundial, hoje passados pelo esquecimento ou falsificadas as suas verdadeiras proveniências, como mostram a literatura sobre o assunto, é o caso do *sorghum*.

USO DO SOLO E
NÚCLEOS POPULACIONAIS
PROVÍNCIA DO NAMIBE - ANGOLA



CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

	Sem Uso Definido
	Agricultura
	Pecuária
	Indústria Extrativa
	Parque e Reserva Natural
	Indústria Pesca
	Indústria Salinera
	Capital da Província
	Sede de Município
	Sede de Comuna (Urbano)
	Sede de Comuna (Rural)
	Assentamento Humano (Rural)
	Estrada Principal
	Estrada Secundária
	Caminho
	Limite Internacional
	Limite Interprovincial
	Curso d'Água



11° 12' W Fonte: Cartas de Angola, Escala 1:500000, Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (Folhas SD-33/D-4, 1986; SD-32/D-4, 1973; SD-33/D-3, 1986; SE-32/D-2, 1985; SE-33/D-4, 1985) Inventário da Estrutura Territorial de Angola, INPE, Luanda, 1992. Anexo. Produzido no Lab. de Geoprocessamento do Depto de Geociências-CFH/UFSC, 07/99. Digitalização e Edição Geográfica: Eliane Carlin Hadlich.

Organização Geográfica: Normando dos Santos Costa

Através dos intercâmbios entre África e a Ásia, os vegetais domésticos, como o sorgo foram trocados com os *cultígenos* de variedades de trigo, cevada, etc. Talvez tenham sido introduzidas no continente africano, pelos antigos navegadores que aportaram a costa oriental, tal como as bananeiras, o inhame grande (*Dioscorea alata L.*), o taro (*Colocasia esculenta L. Schott*) e talvez a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum L.*). As bananeiras tiveram uma expansão muito rápida, produzida em todas as regiões. Se, em épocas passadas, houve um intenso intercâmbio de plantas entre a África e a Ásia, parece, que a África também se beneficiou dos animais domésticos.

O fato de que a coleta e a caça permaneceram até hoje em algumas regiões de Angola, como fontes de sobrevivência não significa um atraso em relação aos que se dedicam a produção dos seus viveres, mas pode-se dizer que é o resultado da abundância da biodiversidade dos recursos naturais que permitem a vida sem grandes esforços nos diversos ecossistemas sem ter necessariamente de transformá-los.

As diversas territorialidades regionais são resultantes, talvez, de adaptações ao subsistema natural local e que, uma vez estabelecidos teriam conservado muitas das suas características distintivas, tanto por razões culturais quanto pela apropriação territorial, como as condições de produção e como as condições do sistema natural. Tais fatores socioculturais podem ser responsáveis pela diversidade que se faz evidente no Namíbe após as invasões e a adoção de inovações tecnológicas. Com as inovações tecnológicas implicam necessariamente inovações nas atividades: sociocultural, de apropriação, de produção, de intercâmbio e de consumo.

O povoamento gradual da Região do Namíbe por diferentes grupos humanos, com os seus diferentes modos de produção, submetidos a um regime de sobrevivência caracterizada pela territorialidade de apropriação natural (coleta, captura e caça) e de produção sociocultural de (cultivo e criação) é o vetor principal da sua organização. Desde estas atividades naturais humanas de apropriação, as formas artificiais de exploração e de produção, evoluíram-se de uma atividade produtiva para uma não-produtiva, através da prestação de serviços. A organização de apropriadores de produtos da natureza, transita para a exploração e a dominação da natureza, através da produção agrícola e criação de animais, da produção de bens evolui a função organizativa de prestação de serviços domésticos com repartição de tarefas por sexo. As relações socioculturais se diversificam no grupo, que se justapõem ou se sobrepõem, num esquema organizado já hierarquizado.

A atual distribuição da população, seus movimentos migratórios passados, suas atividades agrícolas, pastoris, etc., são estruturadas e condicionadas pelo meio ambiente. Nos

assentamentos humanos, cuja a população vive da criação de gado, agricultura, coleta, caça, pesca, obedecem a uma organização grupal rígida, acentuada por uma distribuição de territorialidades, existindo na comunidade um chefe representado pelo mais velho.

As potencialidades e restrições das condições e recursos naturais da Região tem atribuído um uso do solo especializado por cenários: de exploração agrícola, da pecuária, da agropecuária, da extração mineira, da extração pesqueira e salinas, áreas ocupadas pelos assentamentos humanos, pelas infraestruturas, áreas de unidades de preservação permanente e áreas sem nenhum uso fixo ao solo (Mapa 8, p. 200), territorializado pelas populações nômades (Mapa 7, p. 193).

O contexto atual, a conjuntura interna e externa encaminham à região do Namibe para uma especialização industrial extrativa, sobretudo virada para a exploração mineira de mármore e granitos ornamentais, enquanto a exploração de outros minérios espera por uma viabilidade de implementação dos projetos de prospecções e extração, bem como a implantação e densificação de infraestruturas vinculadas ao setor de mineração e ao comércio (Mapa 6, p.188 e o Mapa 9).

6.4.7. O "Des"-Equilíbrio do Crescimento da População "Endógena"(Subsistema Social) e o Desenvolvimento.








Durante séculos anteriores, o crescimento da população nativa era lentamente absorvido pelos deslocamentos de grupos populacionais em distâncias variadas dentro das condições naturais existentes, preservando o seu habitat, os seus hábitos e costumes culturais muito remotos, dentro dos conceitos hoje conhecidos de desenvolvimento sustentável.

A vastidão do Território do Namibe, com a população diluída e portanto facilmente itinerante, num meio à uma natureza "*generosa e rica*" (em vegetais e animais, minerais, etc.) e "*cruel e pobre*" (endemias e epidemias, calamidades, etc.) impediu e impede muitas vezes a concentração demográfica, como uma das pré-condições das transformações importantes no domínio sócioeconômico territorial e político. A severa punção demográfica da escravidão desde os tempos imemoriais e, sobretudo com o comércio (o tráfico de escravos) e a escravatura do século XV ao século XX, contribuiu grandemente para privar a África do tónus humano e da estabilidade necessários a toda a criação eminente, mesmo que fosse no plano tecnológico. Assim, a natureza e os homens, a geografia e a história não foram benevolentes até presentemente com a África (KI-ZERBO, 1980).



CONCESSÃO DE ÁREAS PARA PROSPECCÃO E EXPLORAÇÃO MINEIRA PROVÍNCIA DO NAMIBE - ANGOLA

CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

-  Prospeccão para concessão mineira
-  Projeto para exploração petrolífera
-  Projeto para exploração petrolífera
-  Capital da Província
-  Curso d'água
-  Limite internacional
-  Limite interprovincial

ESCALA
 15km 0 15 30 45km
 PROJECCO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCAUTOR

11°12'W Fonte: Cartas de Angola, Escala 1:500000, Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (Folhas SD-33/D-1, 1986; SD-32/D-4, 1973; SD-33/D-3, 1986; SE-32/D-5, 1985; SE-33/D-1, 1985); AMERICOSA LICENCE AREAS: BERO & CUROCA (Under collection), Luanda, 1987. Produzido no Lab. de Geoprocessamento do Depto de Engenharia-GPA/UPG, 07/98. Digitalização e Edição Cartográfica Eliana Corin Hadlich.

Organização Geográfica Mercurio das Terras Coasta

Os dados da distribuição populacional começaram a ser documentados para a nossa região a partir do último quartel do século passado. Constata-se a existência de densidades contrastantes e observa-se que o crescimento dos assentamentos humanos fundados pela missão católica levaram a constituição de territórios mais densos quanto populosos, com aglomerações rurais associadas ao subsistema natural considerados “favoráveis”, sobrepondo-se as suas áreas de influência à “territorialidades homicidas”, desde os seus novos hábitos socioculturais como novos sujeitos neste ambiente inóspito, constituindo, assim, mais um dos fatores do conflito das territorialidades, que leva nos finais dos anos de 1880, a militarização das missões e a sua transformação em autênticas fortificações (SANTOS e TORRÃO, 1993; VELLUT, 1980).

As migrações contribuíram com toda uma série de atitudes e comportamento originados a partir de suas relações com a natureza em seu habitat de proveniência. A difusão ou o intercâmbio aconteceram em todas as partes de Angola, em razão das migrações internas e externas que afetaram também a Região do Namibe. Dali, compreende-se as implicações das invenções agrícolas e a criação de animais com base na domesticação de cultivo ou na sua adaptação como na domesticação de animais, da cultura da planta e a criação de animais, passaram desde a apropriação de alimentos (coleta, caça, captura), a produção (cultivo e criação de animais) e ao consumo.

O crescimento da população “*endógena*” no Namibe não levou a constituição de uma zona de alta densidade, ela provocou uma difusão do povoamento através de áreas pouco ocupadas territorialmente. Encontramo-nos diante de formações socioculturais com regime expansionista de invasão e ocupação de territórios com fraca densidade populacional e para os quais a caça, a pesca e a coleta possuem uma importância vital de territorialização, ultrapassando, mesmo, a agricultura.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento é uma realidade. Existe desenvolvimento desde que existam "desenvolvimentistas ou desenvolvístas", desde que as intervenções voluntaristas de diversas origens incidem num determinado sistema e visem transformar em parte este determinado sistema, geralmente através da introdução de inovações e/ou a transformação de certas ações dos atores, agentes e sujeitos. Os principais atores potenciais do desenvolvimento atualmente são os Órgãos Institucionais, Governamentais ou Não-Governamentais (ONG's), representadas pelas Fundações ou Entidades para o desenvolvimento, que funcionam ou não, quer possuam carácter de incentivar o progresso ou a regressão, com carácter interessado ou desinteressado. O desenvolvimento é uma realidade objetiva, porque existe todo um conjunto de ações sociais bem ou mal sucedidas, que merecem ou não assim ser designadas, mas existem para esse fim.

Compreender a OTSE inclui entender como agem na prática os atores e agentes de desenvolvimento, que têm as suas próprias estratégias. Para avaliar de modo coerente como funciona "realmente" uma instituição de desenvolvimento, só a investigação pode dar respostas, não bastando o pressuposto ideológico, sendo imprescindível a compreensão dos mecanismos reais em ação, a análise dos processos ativos a todos os níveis. Trata-se de possuir um ponto de partida mais próximo aos utentes destinatários últimos e de beneficiários reais ou potenciais do desenvolvimento, que se considere as reações às ações envolvidas no processo de desenvolvimento, que lhes são dirigidas. As ações públicas, as políticas proclamadas, as estruturas territoriais administrativas ou jurídicas, não vão de encontro às práticas reais no âmbito do desenvolvimento e para os quais foram instituídos.

No processo de desenvolvimento faz-se intervir múltiplos atores sociais, tanto da parte dos grupos visados, como da parte das instituições desenvolvimentistas. Os seus estatutos profissionais, as suas normas de ação, as suas atribuições e competências, as suas estratégias, são diferentes. O desenvolvimento na prática é o resultado das interações dos diferentes atores. Nenhum modelo de desenvolvimento de laboratório pode a priori prever, mas cujas modalidades podem ser reveladas pela investigação científica. Desde o nível das Instâncias Internacionais ou do Mercado Mundial, até ao cenário das territorialidades, existe uma articulação hierarquizada de sistemas de restrições e de margens de manobra, vinculadas pelas estratégias individuais socialmente localizadas.

As territorialidades, no plural, significam os tipos em que podem ser classificados os territórios conforme as suas propriedades, dinâmicas, etc. Ao entendermos a extensão de apropriação e utilização do território, aparecem as territorialidades como noção de pertença de

alguém, com sentido de exclusividade e delimitação. Por mais pequena que seja, esta coletividade de indivíduos ou indivíduo não pode existir e não se reproduz sem território. Portanto, pode-se dizer que a territorialidade marca uma forma específica de apropriação espacial ou territorial.

Em Angola, os grupos não-sedentários nunca possuíram nenhuma forma de organização fixa territorial e como nômadas vivem da caça, coleta de frutos silvestres e de raízes de plantas comestíveis. A sua organização é constituída por grupos de indivíduos separados no espaço, distribuídos sobre um território e capazes de se deslocarem independente um do outro. A sua identidade territorial está relacionada com a estrutura do sistema sociocultural e do meio em que vivem, habitam, exploram ou trabalham e circulam, que configuram a sua própria identidade como indivíduo ou coletividade. A primeira consciência que o indivíduo toma com relação ao “lugar” em que se encontra, e com o qual de certa maneira se identifica, que o individualiza e o designa com nomes próprios. Este feito, aparentemente trivial, é um dos aspectos de grande interesse para a geografia: desde o mesmo sentido de territorialidade que possuem os seres humanos, passando pela cultura e pelas imagens mais representativas de símbolos da própria personalidade, representam para eles – a identidade territorial.

As territorialidades desses grupos anulam todas as formas de fronteiras geográficas ou outras, como as de etnias, língua, religião ou ideologia, podendo-se dizer que a tolerância aos estranhos os mantêm unidos aos grupos socioculturais nesta região num ambiente de solidariedade. As suas territorialidades anulam qualquer tipo de fronteira, uma unidade paradoxal em permanente desintegração e mudanças, então confinados a territórios moveis, fundamentam-se na transitoriedade: periódica no tempo de duração da apropriação ou ocupação e cíclica porque dependem das sazonalidades climáticas, fator natural que condiciona a satisfação das necessidades primárias de sobrevivência, e transitórios ou móveis sem compromisso de uma identidade espacial fixa, sem sentido de exclusividade de ocupação territorial, nem formas de propriedades, e sem delimitação a priori, mas sim momentaneamente, com sobreposições de todas as outras formas de território e territorialidades, de delimitações espontâneas do espaço.

Os movimentos migratórios e o território de um grupo são determinados pela disponibilidade sazonal de recursos de água, vegetais e animais, havendo sem dúvidas inter-relações regulares entre os outros grupos circundantes. Os que vivem junto ao mar ou de outras fontes de água exploram os recursos locais: peixes, moluscos e mamíferos aquáticos. Outros exploram sobretudo os recursos da caça de porte médio, dedicando-se outros da caça de animais de pequeno porte. A extensão das territorialidades desses grupos humanos depende dos fatores

ecológicos, até onde chegam os produtos que podem ser apropriados, enfim donde existem condições naturais de sobrevivência e de reprodução.

A natureza não determina o destino, nem a trajetória da evolução da organização humana. Ela não coage, nem determina, no máximo influencia. Os homens, ou indivíduos, sempre foram e continuam sendo os responsáveis pelo seu próprio destino. As vezes, as exortações ficam sem respostas a quem de direito, todo o grupo que deixe de velar pela constituição de uma organização coesa, extensa, complexa e forte, que possibilitem fazer frente aos eventuais desafios, até mesmo sujeitar-se aos riscos e, conseqüentemente está e é vulnerável à estagnação.

Desde o início do século XVI, a legitimação do regime passava pela salvação das "almas e os infiéis" ocasião em que a Igreja teve um papel preponderante, a par do Estado. Embora durante anos se tivesse mantido a esperança de se encontrar minas, isso não impediu de transformar Angola num empório de escravatura, um empório mercantilista, até meados do século XIX. O fato de o Continente Africano ter contribuído como uma reserva de mão-de-obra dentro do sistema da economia Atlântica, no início da "economia-globalizada" durante séculos, foi certamente determinante. A importância dos "Reinos e Impérios Africanos" só muito recentemente começou a ser posta em evidência pelos estudiosos, as rotas do comércio de longa distância, o relacionamento entre espaços próximos e os de longa distâncias, mesmo com os espaços fora do continente, são hoje o tema de numerosas obras. O relacionamento diplomático das Entidades Sócio-Políticas Africanas, praticamente nunca foi levado em consideração.

Pelo notável progresso das ciências nos domínios da eletricidade e vapor, verificou-se uma enorme aceleração na indústria e no comércio. Desde a transformação dos métodos fabris e dos sistemas de transporte e comunicações, através dos comboios, navios, telégrafos, telefones e cabos submarinos revolucionou o progresso da humanidade, resultando a globalização, inicia-se uma nova era da internacionalização do mundo. A nova era iniciada praticamente nos meados do século passado, registra-se uma corrida aos recursos econômicos naturais da África, já que os recursos naturais europeus dentro dos seus territórios não são suficientes nem tão pouco podem satisfazer a grande demanda da industrialização da Europa.

Com os resultados da Conferência de Berlim iniciam-se as guerras entre as potências coloniais européias no interior de África, conflitos com os Estados Africanos, que resultou na destruição das estruturas políticas das organizações africanas, alguns resolvidos por diferendos e o estabelecimento de fronteiras. Consideramos, que a "partilha de África" foi uma questão exclusivamente européia que foi levada a cabo em função dos nacionalismos e do progresso técnico da Europa. Na região que realizamos o nosso trabalho, os portugueses enfrentaram-se com os alemães, pela manifestação da Alemanha no interesse dos Territórios do Sul de Angola,

desde o Lobito, até o Kunene e o Ovambo/Kubango. No sul de Angola, a Alemanha propôs formar o Estado Ovambo, partilhado pelas fronteiras políticas, resultado das *ocupações efetivas européias*, realizadas após a Conferência de Berlim. As negociações sobre a delimitação das fronteiras do sul de Angola iniciaram-se com Portugal e a Alemanha. Apresentada por Portugal a fixação da fronteira sul de Angola foi contestada pela Alemanha em virtude de não "ocupação efetiva" de presença portuguesa. Chegaram a um acordo pela declaração de 30 de Dezembro de 1886, segundo a qual a fronteira, partiria do Kunene, seguia o seu curso até as Cataratas que forma no Sul do Humbe, ao atravessar a Serra Caná; daqui seguia o paralelo até ao rio Kubango, o seu curso até a Andara e finalmente a fronteira em linha reta na direção do leste até aos rápidos da Catima no Zambeze. Quer dizer, Angola perdeu assim uma grande extensão de território outrora delimitada até o Cabo Frio.

Em 22 de Junho de 1926, Portugal e União Sul Africana no terreno concordou-se que a linha de fronteira era a linha do meridiano do rio Kunene, desde a sua foz até um determinado ponto das cataratas do Ruacaná. Depois de dois anos de trabalho de marcação da fronteira, pela comissão mista nomeada para o efeito dava por concluída os seus trabalhos, que foram ratificados em 1931.

No período Pós-Independência, atuam fatores externos e internos emergindo do evento colonial e se concretiza o neocolonialismo. Pensamos que, o relançamento da economia angolana passa pelos estreitos vínculos que os países africanos mantêm com o Banco Mundial, passa por uma cooperação regional numa tentativa plenamente válida de reaproximação num mundo ainda bloqueado, sobretudo para os países do Sul.

Recordamos que a exploração racional do solo é fundamental para a evolução da estrutura territorial sócioeconómica, como da sua organização. As determinantes do passado poder-nos-ão indicar a via à seguir para encetar seriamente o ciclo de um nível de organização e de progresso necessário e plenamente decisivo para o desenvolvimento, que permita fazer face aos atuais desafios da aceleração da globalização. Nas últimas décadas, após a Independência Política de Angola, parece ainda estar muito longe de ser compreendida a imperiosa necessidade de se edificar os complexos sistemas de Integração Sócioeconómico Territorial, que seria o de desempenhar o seu papel na contribuição da solidificação da SADEC²¹, para fazer frente a outras comunidades similares cada vez mais vantajosos no empreendimento do desenvolvimento.

A cognição e o entendimento das territorialidades não implica a sua "fetichização". Não se trata de "conflitar" os desenvolvidos contra os desenvolvistas, mas de insistir na necessidade

²¹SADEC - Foi criada em Abril de 1980 a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, constituída pelos países: Angola, África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe e como observador o Zaire.

de incorporar elementos inovadores, saídos da análise das territorialidades, da sua inserção participativa no desenvolvimento. Para o desenvolvimento regional, urbano ou rural, é importante debruçar-se mais sobre a "cognição" dos atores, não somente para revelar que eles agem de conformidade às situações locais e estão adaptados a novas conjunturas internacionais, e que eles são suficientes, mas essencialmente porque constituem uma variável central de todo o desenvolvimento. Esta cognição é complexa: a cognição da "ação" dos atores é por vezes mais sofisticada, do que as vezes se extrapola, quanto mais simples forem os seus métodos de atuação mais difíceis são de serem revelados.

Angola caracterizada por uma herança do regime colonial, dada a circunstância de ter sido constituída e moldada por um modelo europeu e a sua descolonização, precedida de umas dezenas de anos de guerra, ocorreu mais tarde do que aconteceu na maior parte do Continente Africano. O Estado tem sido examinado sistematicamente na sua vinculação como superestrutura representativa da sociedade correspondente, e simultaneamente sob o ângulo da inserção do respetivo país no sistema global. Há tendências dominantes de considerar o sistema político como função do sistema econômico, e os fatores internos como secundários em relação aos externos.

Alertamos que os grupos humanos autóctones do Namíbe ver-se-ão "expulsos" para as zonas inóspitas, verão desaparecer a caça, os produtos naturais que são a base de sua alimentação. Atualmente vêem seu território a ser retalhado e repartido pelo Estado e concessionada entre os vários agentes políticos, econômicos e sociais, para a realização de empreendimentos ou de áreas loteadas para as empresas de exploração mineira e conseqüentemente a implementação de infraestruturas. Como acontecera no regime colonial, os autóctones foram "expulsos" de suas terras e alguns convertidos ao trabalho forçado ou assalariado nas lavouras, na indústria piscatória ou noutras atividades de modelo de vida extra-africano, do qual não se inserem, nem deveriam ser forçados a tal inserção.

A apropriação de territórios habitados, quer através de projetos, quer na implementação de empresas para a exploração dos recursos naturais, quer para o exercício de outras atividades, sobretudo as mineiras, agrícolas de grande extensões territoriais ou outras, se sobrepõe à auto-organização territorial complexa existente, podendo resultar num ato conflituoso. As concessões de áreas loteadas do espaço territorial do Namíbe e entregues à empresas multinacionais e nacionais são realizadas como se fossem espaços vazios. Contudo, estas áreas são o habitat preferencial dos nômades, semi-nômades e das populações que aí habitam. Os estudos de viabilidade econômica, os de impacto ambiental ou ecologicamente corretos deveriam ser articulados com os de impacto sociocultural, e deveriam ser equacionados as conseqüências para

aqueles que lá habitam. Alertamos convincentemente, que o que é extremamente vantajoso ou até correto para os atores ou agentes extra-locais, não o é para as populações locais, que irão sentir o seu maior impacto e a sua exclusão de uma vasta parte do seu habitat. O desrespeito às condições e situações socioculturais específicas e ambientais locais produz conseqüências imprevisíveis e depois de difícil solução.

A inserção de Angola na economia global passa por um entendimento aprofundado dos sistemas econômico, político, cultural e social. O problema do desenvolvimento tem de recorrer ao aprofundamento das categorias conceptivas, aos conceitos operacionais e as suas articulações com a sociocultura e a realidade concreta presentes. O sistema sócioeconômico no contexto internacional atual, quanto às suas tendências e abrangências é de natureza globalista e tem cedido lugar ao regionalismo. O momento é extremamente oportuno ao reexame da questão da organização da Nação Angolana como um todo.

No nível do sistema econômico, político e social, colocam-se problemas da conexão do Estado com a esfera internacional, do modo de inserção do país no sistema globalizado de forma como o Estado gera (ou induz/mediatiza) o conjunto dos condicionamentos externos a qual o país se encontra exposto. A cultura política moldada desde o contexto histórico da consolidação e da fragmentação das organizações sócio-políticas, pelo expansionismo e a dominação colonial, pelas guerras e pela conjuntura pós-independência, é determinante para a formação (ou não) de um "Estado-Nação" ou por uma Confederação pluricultural, e a cultura organizacional do aparelho do Estado, fortemente influenciado pelos laços da colonização devem ser modificados.

A Constituição de um novo Estado Angolano dá ênfase ao aspecto unitário do território Nacional. A diversidade das territorialidades deveria ser tratada dentro de um processo de autonomia, fundamentada nas especificidades das entidades sócio-territoriais já constituídas ou em fase de consolidação, evitando o processo de fragmentação que já se manifesta nitidamente.

As rearticulações de Angola com o sistema econômico internacional passam necessariamente pelo repensar dos conceitos de indivíduo, de coletividade sociocultural, Estado, pelo equilíbrio entre eles e não apenas por tentativas reducionistas e maniqueístas de privilegiar apenas um dos pólos. As tentativas e as práticas têm sido de natureza pendular: da unidade em torno do Estado vemos agora o pêndulo se deslocar para privilegiar as territorialidades mais reduzidas no espaço africano, o que aliás se vem repetindo em outras partes do mundo. O sistema social, entre outros, surge mais como fator de elementos externos do que como resultante de uma dinâmica interna. A eleição de modelos de desenvolvimento, independentemente de suas origens, não levou em consideração a cultura das comunidades africanas. O conceito de desenvolvimento é puramente Ocidental. Os modelos mostraram-se absolutamente incapazes na

transformação efetiva para a melhoria, pois não conseguiram penetrar nas dinâmicas intrínsecas das formações socioculturais ou sócio-políticas, não surgindo pois intersecção ou seja, um resultado simultaneamente de dois ou mais conjuntos. O modelo só poderia ter alguma chance de funcionamento caso as intervenções e os investimentos em capitais fossem ilimitados, daí seria possível pensar na emergência de mutações entre o antigo e o novo.

Não existe uma clara definição das transformações necessárias e políticas institucionais, que permitiriam obter resultados. Presume-se que os resultados sejam obtidos contrapondo as políticas do passado. O Estado Angolano produziu uma dinâmica capaz de garantir a sua própria reprodução, resultando daí a emergência de uma classe político-burocrática (os *homens Petrodolares*) especializada e apta a recuperar e a adaptar as heranças da dependência e de clientela familiar, de parentesco, de grupo sócio-político recém criado, de várias origem, de clã ou linhagem, regido por um regime egoísta de redistribuição entre eles das riquezas do país, caracter que os identifica susceptíveis de servir toda ordem de interesses de grupos, confessáveis ou não e que, por via da sua própria natureza cultural-educacional foi motivada em processos capazes de garantir o acesso a estatutos, nomeadamente económicos e sociais, inalcançáveis pelas vias normais de ascendência.

A edificação da Nação enquanto fenómeno sociocultural, a formação da consciência sociocultural territorial, a questão da identificação entre os sujeitos afetos às mesmas condições, implicados nos mesmos processos, afetos nos mesmos interesses e projetados relativamente às mesmas alternativas de viabilidade vital, afirmação e reprodução, são questões que não parecem em si mesma, e referidas à escala nacional, imediatamente postas em causa, na sua globalidade, pela crise total que se vive há mais de vinte anos. A crise é de tal ordem e de tal natureza, que anula a participação dos grupos específicos socioculturais no desenvolvimento global, que é o caso dos *San (Bosquímanos)*, *Khoi-khoi (Hotentotes)*, os *Mucúepes (Curocas)* e os *Mítuas (Vatuas)*. A própria crise, mesmo nos seus aspectos nefastos, incluindo os efeitos da guerra, pode, menos paradoxalmente do que se poderia esperar, fomentar e consolidar a consciência coletiva na exata magnitude em que vários grupos humanos, e mesmo várias formações socioculturais como adversários na prática, se vêm envolvidos numa experiência comum porque está referida a elementos comuns, tanto em relação às dinâmicas internas quanto às externas, incluindo as várias componentes de arbítrio e de arbitragem, de pressão e de dependência económica, política e cultural a que estão inapelavelmente abarcados.

A edificação da nação encontra-se comprometida, mas antes de tudo, o mais importante seria definir o carácter da nação que se almeja construir e consolidar. A realidade Angolana deve ser equacionada, passando pelas designações operatoricamente apreensíveis da problemática da

diversidade sociocultural, sem ignorar que essa diversidade também comporta minorias de refugiados e deslocados por vários motivos, movimentos migratórios, nomadismo, expansão demográfica e que esses elementos modificam de certa maneira as territorialidades socioculturais. É pertinente insistir em que a realidade em que atuam os atores, agentes e sujeitos, individuais ou coletivos, envolvidos no mesmo processo da crise, deve-lhes conferir o lugar que lhes é de direito no processo de desenvolvimento, distantes ou próximos geograficamente, mas sempre estruturalmente tão distantes dos círculos de decisão e, tantas vezes, imolados a um quotidiano que não se pode considerar como vivendo uma vida humana. A inoperância da administração territorial de Angola é um fato confirmado e consumado. A incapacidade da administração do território é corroborada por uma indefinição da política institucional.

A edificação da nação Angolana é um processo considerado em curso, quando as soluções passam pela sensibilidade e eficácia dos seus promotores, como atores potenciais, reconhecendo sem vacilação as territorialidades específicas bem marcadas no amplo espaço territorial de Angola e a vitalidade dessas entidades sócio-territoriais. As próprias necessidades que advêm das inter-relações das diferentes socioculturas conduzem a que se expresse num evento do conhecimento do "outro", que facilita de certa maneira a melhor organização e gestão das relações de interdependência. Dependendo do grau de consolidação das territorialidades e do nível de organização das mesmas, da interdependência e das inter-relações com os grupos autóctones, existem diferentes alternativas da sua real integração participativa dentro dos subsistemas econômico, jurídico, social. Contudo, a condição é o total respeito pela sua organização sociocultural, mesmo aqueles relativo as formações sócio-políticas incipientes.

Esperançosos que o presente trabalho constituirá um dos primeiros passos humildes, porem marcantes, na direção de um novo futuro político e sociocultural coerente para um País fascinante pelas suas riquezas e belezas naturais, tão imprescindíveis para quem é de direito, tão cobiçadas por outros e tão inescrupulosamente negociados por quem detêm o poder, dedicamo-lo aos nossos filhos, que acreditamos um dia serão plenipotentes membros da nação angolana.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, H. *Reflexões sobre Cultura Nacional*. Lisboa: UEA, Estudos, Ed. 70, 1980. 120p.
- ACKERMAN, E. Las fronteras de la investigacion geográfica. In: *Geocrítica, Cuadernos Críticos de Geografía Humana* [online] Maio 1976. Disponível na Internet URL: http://www.ub.es/geo_crit/Geo3.htm. Consultado em 06 Jul.1999.
- ALBUQUERQUE, L. *A Comissão de Cartografia e a Cartografia Portuguesa Antiga*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Serie Separata - 166, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1984, 18p.
- ALMEIDA, A. *Os Bosquimanos de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, 403p.
- AMARAL, I. *O reino do Congo, os Mbundu (ou Ambudos), o reino dos "Ngola" (ou Angola) e a presença Portuguesa, de finais do século XV e meados do século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996. 276p.
- AMARAL, I. Medidas portuguesas para a ocupação e organização de espaços nas margens continentais do Atlântico Sul, em África e na América do Sul, no século XVI (apontamentos de geografia histórica). In: *Revista Garcia de Orta-Geografia*. Lisboa, v. 14, nº 1 e 2, p. 1-13, 1993.
- AMARAL, I. Processos e formas de evolução do relevo em rochas da Orla Sedimentar do Deserto de Moçâmedes (Angola - 1ª parte) In: *Revista Garcia de Orta-Geografia*. Lisboa, v. 10, nº 1 e 2, p. 1-40, 1985.
- AMARAL, I. Paisagem do Deserto de Moçâmedes (Angola), entre os rios Curoca e Cunene - 2ª parte) In: *Revista Garcia de Orta-Geografia*. Lisboa, v7, nº 1 e 2, 65p, 1982.
- AMARAL, I. Entre o Cunene e o Cubango, ou a propósito de uma fronteira africana. In: *Revista Garcia de Orta-Geografia*. Lisboa, v. 6, nº 1 e 2, 50p, 1980-81.
- ANAIS DO MUNICÍPIO DE MOÇÂMEDES. Cartas dos colonos Portugueses, resultado dos acontecimentos, que contra os portugueses tiveram lugar em Pernambuco em os dias 26 e 27 de Junho de 1848, Moçâmedes, 1856, p. 155-170.
- ANDRADE, J. H. F. O sistema de proteção dos direitos humanos e dos povos. In: *África, Revista do Centro de Estudos Africanos*. São Paulo: USP, nº 16-17 p. 23-57, 1993- 94.
- ANGOLANA (Documentação sobre Angola) IV (1846). SANTOS, E. (org.), Lisboa: IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1995, 1048 p.

- ANGOLANA (Documentos sobre Angola) (1783-1883). OLIVEIRA, M. A. F. (org.), Luanda: Instituto de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. v. I, 1968, 848 p.
- ANNAES MARÍTIMOS E COLONIAES. Lisboa, 1854-1867-1952
- ANNAES MARÍTIMOS E COLONIAES (Parte não oficial). 6 Vols. Lisboa, 1840-1846.
- ARQUIVOS DE ANGOLA. Luanda, p. 131-184, 1946.
- BEBIANO, R. O lugar das armas na expansão portuguesa. In: *Revista de História das Idéias, descobrimento, expansão e identidade nacional*. Coimbra, v.14, 1992, 612p.
- BOAVIDA, A. *Angola cinco séculos de exploração Portuguesa*. Lisboa: UEA, Estudos, Edições 70, , 1981, 162 p.
- BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415 – 1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, 406 p.
- BRAZÃO, E. *Estudos de história (Ultramarina e Continental) Portugal na Bélgica*. Museu do Dundo – Lunda, Angola, Lisboa, 1969, 191p.
- CADORNEGA, A. O. *História geral das guerras Angolanas*. Delgado, J. M. e Cunha, M. A.(org.), Agência Geral Ultramarina, Lisboa. 3 vol. reed. 1942.
- CAPEL H. Una geografia para el siglo XXI. In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales [online]* Universidad de Barcelona, España Scripta Nova. Nº 19, 1998. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/menu.htm> . Consultado em 22 de Set.1999.
- CAPEL, H. Los Inmigrantes en la Ciudad. Crecimiento económico, innovación y conflicto social. In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, Scripta Nova Nº 3. 1 de mayo de 1997. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/menu.htm>. Consultado em 22 de Set.1999.
- CARVALHO, R. D. O Bero: um rio com estórias In: *Revista Austral*, Lisboa: ed. TAAG, nº 23, Jan./Fev./ Mar, p. 19-27, 1998(A).
- CARVALHO, R. D. Graul: do mar às bocas da serra. In: *Revista Austral*. Lisboa: ed. TAAG, nº 24, p. 31-41, Abr./ Mai / Jun. 1998(B).
- CARVALHO, V. O Regresso da geopolítica a África. In: *Africana*. Lisboa: Universidade Portuguesa, nº 19, p. 71-152, Março/ 1998(C).
- CARVALHO, D. Zuid – West Africa. In: *Atlas de Relações Internacionais*. Caderno Especial da Revista Brasileira de Geografia-XXX-Nº1, nº 5, p. 21-26 , s.d.
- CASCÃO, R. A. F. As correntes nacionalistas da segunda década do século XX. In: *Revista de História das Idéias, Descobrimto, Expansão e Identidade Nacional*, Coimbra, nº 14, p. 325-345. 1992.

- CASIMIRO, A. *Angola e o futuro (alguns problemas fundamentais)*. Ed. Livralândia Limitada, s/d, Lisboa, 150 p.
- CASTELLS, M. La ciudad informacional. Tecnologías de la información, estructuración económica y el proceso urbano-regional. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales [online]*, Universidad de Barcelona :Alianza Editorial, Nº 98, 1998, Disponível na Internet URL: <http://www.globetrotter.berkeley.edu/faculty/Castells.html>. Consultado em 23 de Setembro de 1999.
- CASTRO, T. *África “geohistória, geopolítica e relações internacionais*, Rio de Janeiro: ed. Livraria Freitas Bastos S. A., 1979, 203 p.
- COELHO, M. H. C. Portugal na época dos descobrimentos. In: *Revista de História das Idéias, Descobrimento Expansão e Identidade Nacional*, Coimbra, nº 14, 1992, p. 7-56.
- COUCEIRO, H. P. *Angola (dois anos de governo Junho 1907 – Junho 1909), História e Comentários*. Lisboa, 1948, p. 14-250.
- CRAWFORD-CABRAL, J. e MESQUITELA, L. M. *Índice toponímico de colheitas Zoológicas em Angola*. Lisboa: Estudos, Ensaios e Documentos, Nº 151, 1989, p.16-121.
- CUNHA, P. A. Relatório de ocorrido na comissão da Corveta “Isabel Maria” à Costa do Sul das possessões Portuguesas na Costa Ocidental d’África em Agosto de 1839. In: *Annais Marítimos e Coloniaes*. 5ª Série, 1845, nº 12, p. 458-468.
- D’AZEVEDO, J. M. C. *Angola Exemplo de Trabalho*. Luanda: Edição do autor, 1957, 535 p.
- DELGADO, Ralph, *História de Angola*. Ed. Banco de Angola, Benguela, Vol.1-4; s/d.
- DIAS, G. S. *Os Portugueses em Angola*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, ed. Ática, 1959, 331p.
- DINÍZ, C. A.. *Angola o meio físico e potencialidades agrárias*. Lisboa: Cooperação Portuguesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério das Finanças, ed. Instituto para a Cooperação Económica (ICE), 1991, 176p.
- DINÍZ, C. A., AGUIAR, F. B, et al. Zonagem agroecológica de *Angola*. In: *Revista do Instituto de Investigação Agronômica de Angola*, v. IV, Nova Lisboa, 1971, 482p.
- DINÍZ, C. A. Características Mesológicas de *Angola*. In: *Revista do Instituto de Investigação Agronômica de Angola*, v. IX, Nova Lisboa, 1973, 482p.
- DOCUMENTAÇÃO ULTRAMARINA PORTUGUESA. Lisboa: Centro de Estudos de Históricos Ultramarinos, 1960, 638 p.
- DOMINGUES, F. C. *Colombo e a política de sigilo na historiografia Portuguesa*. Lisboa: CEHCA, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991, p. 3-13.
- FELGAS, H. *Aspectos políticos da Africa actual*. Lisboa: Ed. Silvas Ltda., 1969, 317p.

- FELGAS, H. E. *História do Congo Português*. Angola: Uige- Carmona, Edição do autor, 1958, 214 p.
- FELNER, A. A. *Esboço da Carta de Angola. Ocupações e caminhos percorridos pelos Portugueses até 1639*. Escala: 1/ 2 000 000, Luanda, 1914.
- FELNER, A. A. *Angola apontamento sobre a ocupação e início do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela*. Coimbra: História Colonial dos Portugueses na Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933, 593 p.
- FUNDAP. *Países Africanos de língua oficial Portuguesa. Reflexões sobre história, desenvolvimento e administração*. São Paulo, 1991, 195 p.
- GALVÃO, A. *Tratado dos descobrimentos*. Porto: 3ª ed, Livraria Civilização, ed. B.N. Série Ultramarina, nº 1, 1731, 508 p. s.d.
- GALVÃO, H. e SELVAGEM, C. *Império Ultramarino Português*. (Monografia do Império). Luanda-Angola: ed. ENP, v. III, 1952, 474 p.
- GNESHKI, A. A. *Regionalnaya ekonomika. Voprosi regionalnobo razvitia*. Sofia. 1994. p. 16-40, (em búlgaro).
- GRACIA, J. L. L. A idéia de império na propaganda do Estado Novo. In: *Revista de História das Idéias, Descobrimto, Expansão e Identidade Nacional*. Coimbra, v.14, p. 411-424, 1992.
- GRIMES, B. F. Ethnologue.[online] Summer Institute of Linguistics, 13th Edition 1996, Disponível na Internet URL: <http://www.sil.org/etnologue/>. Consultado em 06 Jul.1999.
- GUERREIRO, A. C. V. *Estudos de história (Ultramarina e Continental)*. O livro de rezão, Lisboa: ed. Diamang, Museu do Dundo- Lunda, Angola, 1956, 100 p.
- GUERREIRO, M. V. *Bosquimanes de Angola (!Kung)*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1991, 229p.
- HENRIQUES, I. C. *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, 836 p.
- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: *Território*. Rio de Janeiro: LAJET/UFRJ, Garamond, Nº 3, p.77-86, 1997.
- HOMEM, A. C. (org). *Descobrimto, Expansão e Identidade Nacional*. In: *Revista de História das Idéias*, vol. 14, Coimbra, 1992, 612 p.
- INPF. INSTITUTO NACIONAL DE PLANIFICAÇÃO FÍSICA. *Inventario da estrutura territorial de Angola*. Luanda: DNPR. Departamento de Planeamento Nacional, 1992, 200p.
- JACOB, E. G. *Fundamentos da história da África*. Lisboa: ed. Aster Ltda., 1966, 178 p.

- KI-ZERBO, J. (coord.) História Geral da África. In: *Metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, Vol. I, 1980, 863p.
- KI-ZERBO, J. História da África Negra I. (Histoire de l'Afrique Noire I), Trad. de Américo C. Vol. I, Paris: ed. Revista e Actualidade, Publicações Europa-América, Hutier, 1972, 469 p.
- LÓPEZ, J. L. C. Felipe II, III, IV. Reyes de Angola y protectores del Reino del Congo (1580-1640). In: *Studia história, História Moderna*, v. IX, Salamanca, Espanha, 1991, p. 223-246.
- LUCAS, M. M. A idéia colonial em Portugal (1875-1914). In: *Revista de História das Idéias, Descobrimento, Expansão e Identidade Nacional*. Coimbra, v. 14, p. 297-324, 1992.
- LUIS, G. A. Geografía social y geografía del paisaje. In: *Geocrítica [online]* nº 49, Madrid, janeiro 1948, p. 5-34. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17.htm>. Consultado em 22 de Set.1999.
- MACHADO, E. *No Sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956, p. 391-447.
- MACHADO, L. O. *Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira no Contexto Geopolítico Internacional (1540-1912)*, Teses de Doutoramento, Universitat de Barcelona, Depto de Geografia Humana, Junio 1989, 526p.
- MARQUES, J. P. Abolição do tráfico de escravos na imprensa Portuguesa (1810-1842). In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa, v.16 e 17, 1992-1994.
- MARQUES, J. P. A religião na expansão Portuguesa, vectores e itinerários da evangelização ultramarina: o paradigma do Congo. In: *Revista de História das Idéias, Descobrimento, Expansão e Identidade Nacional*, Coimbra, v. 14, 1992, p. 117-141.
- MARQUES, W. *Problema do desenvolvimento de Angola*. Luanda: Junta de Desenvolvimento Industrial (I.S.C.E.F.), Fundo de Fomento de Produção e Exportação, Ed. Gabinete do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola. 1962-1965, 789p.
- MARTINS, J. A. L. Sistemas de colonização e conceitos de desenvolvimento. I parte: do Pacto Colonial às Independências. In: *Africana*, Lisboa Universidade Portuguesa, nº 19, Março, 1998, p. 21-69.
- MARTINS, O. *O Brasil e as colônias Portuguesas*. Lisboa: ed. Guimarães & CIA, 1978, 268 p.
- MATOS, L. *A fixação das fronteiras de Angola*. Curso de Extensão Universitária Ano Lectivo de 1963- 64. Lisboa: ISCSPU, 1963, p. 63-86
- MELO, J. (org), *Os anos da guerra 1961-1975. Os Portugueses em África*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, 224 p.
- MENDES, J. M. A. Os descobrimentos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1917-1926). In: *Revista de História das Idéias, Descobrimento, Expansão e Identidade Nacional*, Coimbra, v. 14, 1992, p. 117-141.

- MOKHTAR, G. *General history of Africa II. Ancient civilizations of Africa*. California: UNESCO, University of California Press, 1981, p. 534-692.
- MONCLÚS, F. J. La ciudad dispersa. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales [online]*, Nº 103, 15 de julio de 1998, Barcelona: Universidad de Barcelona, Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, 1998, 223p. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17>. Consultado em 22 de Set.1999.
- MONTE CUCCOLO, J. A. C. *Descrição histórica dos três Reinos do Congo, Matamba e Angola*. Vol. 1 e 2, Lisboa: JIU, 1963. 430 p.
- MORENO, H. B. Rumos da expansão Portuguesa no século. XV. In: *Revista de História das Idéias, Descobrimento, Expansão e Identidade Nacional*. Coimbra, v. 14, p. 57-73, 1992.
- MOURÃO, F. A. A. O Continente Africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. In: *Africa, Revista do Centro de Estudos Africanos*, São Paulo: USP, nº 16 e 17, p. 3 –22. 1993/94.
- NETO, M. C. Viagem ao Principio do Mundo com os Khoisan de Angola: um povo misterioso e esquecido de caçadores – coletores nômadas com uma história rica e variada. In: *Revista Austral*, Lisboa: ed. TAAG, p. 41-49, nº 19 Jan./ Fev./ Mar. 1997.
- NIANE, D. T. Africa from the Twelfth to the Sixteenth Century. In: *General History of Africa-IV*. Califórnia: UNESCO, Ed. Heinemann, 1984, p. 551-596.
- OLIVEIRA, M. A. F. *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas (1834-1851)*. Universidade Nova de Lisboa, FCSH, s/d, 367 p.
- OLIVER, R. e FAGE, J. D. *Breve história da África* Ed. Livraria Sá da Costa, 1980, Lisboa.
- PAIAS, C. D. J. *Massangano*. Luanda: ed. Museu de Angola, Imprensa Nacional de Angola, s/d, 105 p.
- PATTEE, R. *Portugal na África contemporânea*. Coimbra: FLUC, Instituto de Estudos Ultramarinos. 1959. p. 464-499.
- PAULINE, D. *As Civilizações Africanas*, Lisboa: ed. Coleção Saber publicação Europa – América, 1977. p. 51 - 69
- PENTEADO, A. R. Aspectos geográficas das paisagens e problemas de Angola. In: *Boletim Paulista de Geografia*. N.º 3. pp. 36-73. São Paulo. Out. 1960.
- PEREIRA, A. L. Raças e História: imagens nas décadas finais de oitocentos. In: *HOMEM, A. C. (org). Descobrimento, Expansão e Identidade Nacional, Revista de História das Idéias*, Coimbra, vol. 14, p. 297-324, 1992.

- PITCHER, A. Lançar as sementes do fracasso: As primeiras tentativas de cultivo de algodão em Angola e Moçambique. In: *Africana, Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa: IICT, CEEA, nº 12 – 13, p. 99 – 135. 1990
- QUESADA, C. S. La teoría de los sistemas y la geografía humana. In: *Geocrítica [online]* nº 17, p. 5-33, septiembre 1978. Disponível na Internet URL: <http://earthsystems.org/Environment.shtml>. Consultado em 22 de Set. 1999.
- R.A. REPÚBLICA DE ANGOLA. *Programa de reabilitação comunitária do Namibe. Mesa redonda de doadores*, Namibe, Maio de 1995, 27p.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria C. França, São Paulo, ed. Ática, 1993, 269p
- REGO, A. S. e SANTOS, E. *Ocupação Missionária de Angola*. Lisboa: Ultramar, 1964, p. 15-59.
- RELA, J. Z. *Urbanização acelerada e êxodo rural como fatores de desarticulação de um modelo de desenvolvimento harmonioso*. Luanda: ed. Trabalho. 1985.
- RELA, J. Z. *A pecuária no Sul de Angola*. Luanda: ed. Serviços de Planeamento. 1971.
- RELA, J. Z. *Distribuição espacial da população de Angola*. Lisboa: ed. Geografia. 1969.
- RENDINHAS, J. *Distribuição Étnica de Angola, Revista do Instituto de Investigação Científica de Angola*. Luanda, 1971.
- REVISTA AUSTRAL*. Nº 19, 23 e 24, Edição TAAG, Lisboa, 1997/1998.
- REVISTA DE GEOGRAFIA UNIVERSAL. RGU*. Junho/1982, p.44-61; Agosto/1990, p.32-33; Dezembro/1991, p.68-69.
- ROCHA, C. (Dilowa). *Contribuição à história econômica de Angola*. Luanda: INA, 1978.
- SANCHEZ, J. E. Espacio y nuevas tecnologías. In: *Geocrítica[online]* nº 78, noviembre 1988, p. 3-69. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17.htm> . Consultado em 22 de Set. 1999.
- SANCHEZ, J. E. La coherencia entre cambio social y transformaciones spaciales. El ejemplo de Cataluña, In: *Geocrítica[online]*, nº 51, abril 1984, p. 5-55. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17.htm>. Consultado em 22 de Set. 1999.
- SANCHEZ, J. E. Poder y espacio. In: *Geocrítica[online]*, nº 23, septiembre 1979, p. 5-37. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17.htm>. Consultado em 22 de Set. 1999.
- SANTOS, F. B. dos. *Angola*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, Semana do Ultramar. 1954. 146 p.

- SANTOS, Maria E. M. Ultimatum; espaços coloniais e formações políticas africanas. In: *Africana*, USP, São Paulo, nº16-17, 1993-1994, p. 15 - 36.
- SANTOS, Maria E. M. e TORRÃO, M. M. F. *Missões religiosas e poder colonial no século XIX*. Separata nº 236 da Acta do Congresso Internacional. Missionação Portuguesa e Encontros de Culturas. Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, vol. IV, p. 83 - 106, MPAT, SECT, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1993, 30 p.
- SANTOS, Maria E. M. *Travessias Científicas à Exploração Regional na África: uma opção de sociedade de geografia de Lisboa*, CEHCA, IICT, Lisboa, 1991, p. 3 - 14.
- SANTOS, Maria E. M. *Travessias científicas da África. Recursos e dependências*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Série separadas nº 85, Instituto Investigação Científica Tropical, 1987, 14p.
- SANTOS, Maria E. M. *Silva Porto e a Exploração Científica da África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigação Científica do Ultramar. 1980. p.7- 17.
- SANTOS, Milton. Metamorfosis del espacio habitado. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona*. [online] Nº 99, 30 de junio de 1998, p. 1-18. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17.htm>. Consultado em 22 de Set.1999.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 4ª edição, São Paulo: ed. Nobel, 1997, 88p.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L. (org.), Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec/ANPUR, 1994, p.15-20.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: ed. Hucitec, 3ª edição, 1986(A), 236p.
- SANTOS, Milton. Espacio y método. In: *Geocritica[online]* nº 65, septiembre 1986(B), p. 5-53. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17.htm>. Consultado em 22 de Set.1999.
- SERRANO, C. Angola: o discurso do colonialismo e a antropologia aplicada. In: *África Rev. do Centro de Estudos Africanos*. São Paulo: USP, nº 14-15, 1991 - 92, p. 3-36.
- SILVA, R. C. Kakonda Integra-se no Conjunto das Memória do Nosso Passado que Devemos um Maior Tributo. In: *Revista Austral*, Lisboa: ed. TAAG, nº 24, p. 43-51. Abr./ Mai./ Jun., 1998.
- SORIANO, S. J. L. *Memória sobre os sertões e a costa ao sul de Benguella, na província de Angola*. *Annais Marítimos e Coloniaes*. 6ª série, 1856, p. 73-100.

- SOUZA, M. L. de. A expulsão do paraíso. O “paradigma de complexidade” e o desenvolvimento sócio- espacial. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (org.) *Explorações Geográficas*, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997, p. 43-87.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L., (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 77-115.
- URTEAGA, L. Descubrimientos, exploraciones e historia de la geografía, In: *Geocrítica [online]* nº 71, septiembre 1987, p. 7-35, Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17.htm>. Consultado em 22 de Set.1999.
- URTEAGA, L. Explotación y conservación de la naturaleza en el pensamiento ilustrado, In: *Geocrítica [online]* nº 50, marzo 1984, p. 7-40. Disponível na Internet URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo17.htm>. Consultado em 22 de Set.1999.
- VELLUT, Jean-Luc. “África Central do Oeste em Vésperas da Partilha Colonial: um espaço histórico do século XIX, In: *Africa. Rev. do Centro de Estudos Africanos da USP*, São Paulo, 1980, p. 73-120.
- VENTURA, R. *A Nova Angola*. Edição do autor, 1958, Luanda, 263p.
- WESSELING, H. L. *Dividir para dominar. A partilha de África 1880-1914*, tradução Celina Brandt, ed. UFRJ – Ed. Revan, Rio de Janeiro, 1998, 463p.